

ROGÉRIO HUMBERTO ZEFERINO NASCIMENTO

INDISCIPLINA:

experimentos libertários
e emergência de saberes anarquistas no Brasil

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS/POLÍTICA

PUC/SP
São Paulo
2006

ROGÉRIO HUMBERTO ZEFERINO NASCIMENTO

INDISCIPLINA:

experimentos libertários
e emergência de saberes anarquistas no Brasil

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS/POLÍTICA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Doutor em
Ciências Sociais - Política sob a orientação do Prof.
Dr. Edson Passetti.

PUC/SP

**São Paulo
2006**

Dedicatória

Às crianças!

Suas perguntas, que insistem em não calar, desconcertam!

Suas observações, irreverentes, subvertem!

Seus modos, espontâneos, encantam!

=D@

=D@

!!

Agradecimentos

Esta pesquisa foi possível devido às contribuições, contágios, influências e apoios de diversas instituições e pessoas. Faço aqui uma manifestação pública de meu reconhecimento a todos e a todas, através da exposição de seus nomes, sem maiores detalhes: CAPES; UFCG/PRPG/UACS e à área de Antropologia; corpo docente e funcionários do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP; Nu-Sol; CEDEM/UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo; Arquivo Edgar Leuenroth/UNICAMP; Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Biblioteca Social Fábio Luz, no Rio de Janeiro; Edson Passetti, Margareth Rago, Salete, Alexandre Henz, Alexandre Samis, Guilherme Carlos, Chico, Nildo, Rodorval, Dorivaldo, Márcia, Vanessa Paskoali, Jorge Cabelo, Acácio, Márcio Black, Maria, Salami, Josimas, Paulo, Comuna Goulai-Polé, Vala Negra, Natasha, Ismênia, Rodrigo Gagliano, Tânia, Ângela, CCS-SP, CCS-JP, Grupo A-Fim, Comuna Libertária, Plínio, Luzinete Zeferino Nascimento, Romério Zeferino, Joelma e Goretti.

Um agradecimento todo especial a Jô, companheira de estrada, que segurou uma barra durante o doutorado. Também a Ramon, Rárami, Anarco, Pétala e Amanara, paixões de minha vida!

Bem, a memória sempre trai. Espero que me entendam aqueles ou aquelas que não nomeei.

Resumo

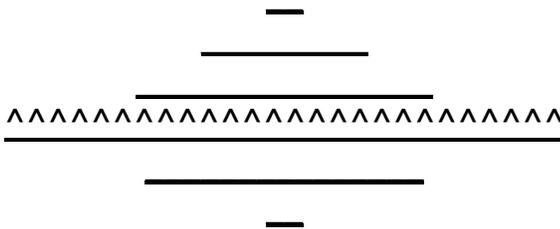
Os estudos contemporâneos em torno das várias realizações dos anarquistas no Brasil, no período da Primeira República, estão, no geral, matizados por uma perspectiva disciplinar. Projetando sobre o movimento anarquista uma demanda que lhe é alheia, desconsideram aspectos significativos deste movimento. Os olhares disciplinados, estabelecidos no conjunto destas pesquisas, são cegos para apreender comportamentos e pensamentos refratários à disciplina. Ao contrário, aqui evidencio o caráter indisciplinar das iniciativas libertárias, focalizando-as como recusa tanto da hierarquia nas relações sociais como de um saber seccionado que outorga poder pastoral ao especialista. Poder este tão bem estudado por Foucault. A partir da análise de duas revistas e dois jornais anarquistas, publicados no eixo Rio-São Paulo entre os anos 1907 e 1915, sigo pistas que informam sobre a desoneração das linhas divisórias entre as áreas do conhecimento e, mais além, entre vida e saber. Não há como deixar de reconhecer aproximações com o nomadismo de Deleuze. Indisciplina como desrespeito às fronteiras; também como iconoclastia e antropofagia, concebendo a existência enquanto experimento. Por sua vez, produção e socialização de conhecimento acontecem numa vibração eminentemente coletiva. Neste processo, a noção de autodidatismo, como aporte conceitual explicativo, nada, ou quase nada, tem a dizer. As *relações* configuram vida e saber, devendo este, como afirma Max Stirner, morrer para se transformar em vontade, esta que é a força de oposição da pessoa. Stirner apresenta a educação disciplinar como adestramento, um constante cortar de asas, negando a singularidade do *único*. A indisciplina, para Stirner, é saudável!

Abstract

The contemporary studies around the accomplishments of the anarchists in Brazil, in the period of the First Republic, are, in general, shaded by a disciplinary perspective. Projecting someone else's demand to the anarchic movement, these studies disrespect aspects that are significant. The disciplined looks, established in the set of these researches, are blind to apprehend behaviors and refractory thoughts to discipline. In contrast, I evidence the indisciplinary character of the libertarian initiatives, focusing them as refusals of both the hierarchies in the social relations and of the specialized knowledge which grants *priest like* power to the specialist. This power was well studied by Foucault. From the analysis of two magazines and two anarchic periodicals, published in Rio and São Paulo between the years of 1907 and 1915, I follow tracks that inform on the fading of the dividing lines between the areas of knowledge and, more beyond, between life and knowledge. It can't be helped to recognize here approaches with the nomadism of Deleuze. Indiscipline as disrespect of the borders; as iconoclasm and anthropophagy, also conceiving the existence as experience. In turn, production and socialization of knowledge happens in an eminently collective vibration. In this process, the self-taught notion, has nothing, or almost nothing to say. The relations configure life and knowledge, having the latter, as it affirms Max Stirner, to die to change itself into will, which is the force of opposition of the person. Stirner criticizes the disciplinary education getting it naked as a process of training, a constant cut of wings, denying the singularity of the only one. The indiscipline, for Stirner, is healthy!

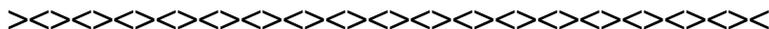
SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos	20
1.2 Metodologia	22
1.3 Configuração da Pesquisa	31
2 O ANARQUISMO NO BRASIL: pensamentos e perspectivas analíticas	35
2.1 Formação do pensamento e do movimento anarquista no Brasil e a literatura especializada das <i>Humanidades</i>	39
2.2 O movimento anarquista e a questão social no Brasil	66
2.3 Anarquismo, movimento operário e sindicalismo	76
2.4 Correntezas libertárias (Anarquistas, Individualistas, Anarcossindicalistas, Comunistas Libertários)	79
3 VIDA COMO EXPERIMENTO: sociabilidades e saberes em periódicos anarquistas	89
3.1 Floreal [1907]	109
3.2 Germinal! [1913]	135
3.3 Rebelião (A) [1914]	216
3.4 Vida (A) [1914-1915]	267
4 ARQUIA? ANARQUIA! : perspectiva relacional nos estudos da sociedade	326
REFERÊNCIAS	365
ANEXOS em CD.	



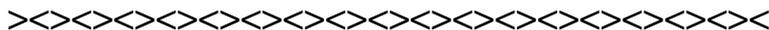
*Política é
a arte de impedir as pessoas
de participar de assuntos que são
de seu interesse.*

Paul Valery



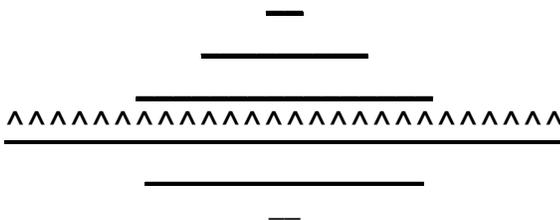
*Sem que estejam
lançados os dados do imaginário,
todo sistema político é ineficiente
e precário.*

Mário Pirata



*_ Você não é de bugre!, ele continuou.
_ Que sim, eu respondi.
_ Veja que bugre, só pega por desvios,
não anda em estradas. Pois é nos desvios
que encontra as melhores surpresas
e os ariticuns maduros.*

Manuel de Barros



1 INTRODUÇÃO

Com esta pesquisa abordo os temas relativos à emergência de saberes indisciplinados como também os processos de instauração e experimentos de sociabilidades libertárias entre alguns grupos anarquistas. Se disciplina remete tanto a campos específicos do conhecimento como a dinâmicos em torno da hierarquia, *indisciplina*, por sua vez, aponta simultaneamente para o desrespeito às fronteiras entre saberes como à recusa das relações humanas baseadas no mando-obediência. Nesta direção, este estudo compreende vivências ocorridas especificamente dentro do nascente movimento operário num contexto social mais largo, sob o efeito da queda da monarquia e inauguração da república, da imigração de trabalhadores europeus e início da industrialização no Brasil.

Procedo a uma exposição inicial da tese, enunciação de aspectos implicados, metodologia utilizada, apresentação de elementos particulares relativos à pesquisa e, finalmente, do aporte conceitual em atividade. Grosso modo, estas reflexões ponderam sobre sociabilidades efetivadas fora da órbita do princípio de autoridade. A abordagem analítica aqui utilizada realiza-se a partir da experiência subjetiva de quem a elabora, subjetividade contagiada pela época, pelas pessoas, pelos livros consultados, pelos documentos e materiais apreciados e por uma infinidade de outros acontecimentos.

De maneira geral, os estudos da sociedade desconsideram alguns destes aspectos, particularmente os referentes àqueles constituintes da subjetividade. Embasados em postulados estabelecidos por certas tradições sociológicas afeitas, conscientes ou inconscientemente, a uma orientação positivista, deixam de perceber o estudo dos fatos sociais como sendo também um fato

social. Este tipo de fórmula reproduz um procedimento estabelecido entre investigadores sociais tratando os fenômenos sociais como “coisas”.

O positivismo, de forma mais definida através do pensamento de Augusto Comte, possui três aspectos característicos: teoria do conhecimento, reforma social e religião. Comte procurou estabelecer método rigoroso, objetivo e científico no que se refere aos estudos da sociedade. Emprestando a estes estudos o caráter de iniciativas fundadas na razão, considerou como elementos de perturbação da reflexão científica tudo o que dissesse respeito à subjetividade.

Nesta direção, o estudioso da sociedade deveria banir de suas pesquisas todo e qualquer elemento relativo à subjetividade. Sobretudo, deveria procurar anular os sentimentos e todas as manifestações desta ordem, como paixão, raiva, tristeza, alegria, etc., para abordar a individualidade enquanto fator de desordem social por apresentar pendores marcadamente egoístas, isto é, como características anti-sociais¹.

Émile Durkheim prosseguiu na direção metodológica apontada por Comte. Procurou, de certo modo, dar solução ao último aspecto de seu pensamento fora de sua *Religião da Humanidade*². Sua concepção de dinamismo social formado pela “consciência individual” contraposta à “consciência coletiva”, ao lado de seu entendimento de como o pesquisador social deveria proceder em seus estudos da sociedade, expresso no consagrado texto sobre o método sociológico e suas regras, demonstra a sua relação com os postulados positivistas estabelecidos por Comte. A relação entre a “consciência individual” e a “consciência coletiva” é, no seu

¹ COMTE, Augusto. **Catecismo Positivista**. Mem Martins: Portugal: Publicações Europa-América,[197-?].

² DURKHÉM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Luz Cary, Margarida Garrido Esteves e J. Vasconcelos Esteves São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

pensamento, de coação da segunda sobre a primeira. Para o sucesso dos estudos da sociedade, o pesquisador deveria encarar os fatos sociais como “coisas”.³

Há três expressões do positivismo: a francesa, a norte-americana e a alemã. Além de Comte, os nomes do positivismo na França são os do seu antigo mestre Saint-Simon, que sofreu influência de Condorcet, e de seu seguidor Émile Durkheim. Durkheim sucedeu a Comte no tempo e na importância no pensamento sociológico, tendo sido o criador da Escola Sociológica Francesa. Entretanto, a contribuição e mérito de Comte foi o de ter elaborado uma concepção mais definida sobre um pensamento que já vinha sendo delineado por outros pensadores.

Os positivistas alemães e norte-americanos procuraram se desvencilhar do aspecto religioso do sistema de pensamento comteano. O positivismo lógico constituiu a conceituação elaborada pela chamada Escola de Viena (1923-1936) no conjunto de proposições de caráter investigativo social. Procurando combinar empirismo, positivismo comteano e lógica, os fundadores desta escola envidaram esforços na busca da explicação causal para os fenômenos sociais.

A definição pela explicação se deu através de debates sobre se os fenômenos sociais eram passíveis de explicação causal ou de entendimento interpretativo. O método adotado consistiu em indício das características particulares desta escola. Na linha de procedimentos defendidos por Durkheim, em que os métodos das ciências da natureza deveriam ser transpostos para os estudos da sociedade, a Escola de Viena defendia a validade das informações na condição de poderem ser verificados através da observação. Isto possibilitaria o estabelecimento de leis gerais e, desta forma, a sua previsibilidade.

³ DURKHÉIM, Émile. **A Ciência Social e a Ação**. São Paulo; DIFEL, 1975. DURKHÉM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo; Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

Positivismo instrumental é a designação mais conhecida da escola positivista norte-americana. Continua nesta a busca de aplicação dos métodos das ciências naturais ao estudo dos fenômenos sociais. Apesar de ter predominado dos anos trinta aos sessenta do século XX, ela continua exercendo considerável influência na atual sociologia norte-americana. A sua principal característica diz respeito à obsessão por mensuração e quantificação dos dados colhidos. Foi assim que a estatística se constituiu em ferramenta privilegiada em seus estudos, escorando o surgimento das “ciências sociais aplicadas”.

Na contramão da perspectiva atualizada nos positivismos, aqui não se trata de uma pesquisa referenciada pela quimera de uma vacuidade relativa a elementos de subjetividade, mas se trata de apresentar sociabilidades em busca de instauração de novas formas sociais, de novos costumes, fazendo de suas vidas experimentos livres. Ao mesmo tempo procuro situar o panorama geral do estado do conhecimento daquela época envolvido em contágios inerentes à aventura de viver, portanto aos riscos que esta experiência comporta.

Michel Foucault inicia, no texto escrito a partir de sua aula inaugural no Collège de France em 1970, afirmando sua intenção de se insinuar nas palavras que iria proferir naquele dia. Seu desígnio consistiu em se alocar dentro de uma série discursiva iniciada anteriormente, dando continuidade a este fluxo, um elemento a mais dentro deste processo de maneira a este não ser obstado. Em suas palavras:

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto começo, e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível.

[...]

Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico.⁴

Foucault apresentou, na seqüência destas ponderações, uma possível disposição institucional levantando algumas estratégias de normalização do discurso com o objetivo de controlá-lo e fixá-lo em seu domínio. Esta atitude institucional se explica como uma reação às inquietações que movem o pesquisador; inquietações que vazam com os cerceamentos estabelecidos na ordenação discursiva estabelecida por convencionalismos.

Nesta mesma direção Henry David Thoreau apresentou no século XIX, algumas reflexões bastante pertinentes acerca do processo de elaboração e socialização do conhecimento, de forma que se estabelecesse estreita relação do assunto tratado com uma espécie de fascínio por parte do expositor. A apresentação de uma conferência, por exemplo, deveria acontecer de maneira que esta possuísse sabor a quem a realiza e não fosse insípida.

Este elemento brota sugerido em seu texto através da concretização de uma exposição interessada de quem quer que seja sobre o tema abordado. Ao conferencista é necessário que a matéria da qual se acerca lhe seja fundamentalmente de interesse. Isto de maneira que, ao falar, exponha-se à assistência, proporcionando a esta o ensejo de obterem da exposição, como ele próprio abaixo declara de maneira antropofágica, “uma forte dose de mim mesmo”.

Há algum tempo, no auditório de um liceu, percebi que o conferencista tinha escolhido um tema que lhe era por demais alheio; dessa forma, não consegui me interessar tanto quanto seria possível. Ele se ocupou de coisas estranhas à sua paixão, de coisas mais próximas de suas extremidades e de sua pele. Nesse sentido, a conferência não tinha um pensamento realmente central ou centralizador. Minha vontade era que ele falasse sobre a mais íntima de suas experiências, tal como faz o poeta. Nunca me senti tão lisonjeado quanto no dia em que alguém pediu *a minha opinião* e prestou atenção ao que eu disse. Fico surpreso e também satisfeito quando isso acontece, pois é uma forma rara de fazer uso de minha pessoa; é como estar acostumado a usar uma ferramenta. Em geral, se querem alguma coisa de mim, os homens se limitam a perguntar quantos

⁴ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** – Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 5-6.

hectares estou atribuindo às suas propriedades – pois sou agrimensor – ou, no máximo, quais são as novidades banais que abarrotam minha mente. Nunca se interessam pela minha carne; preferem minha casca. Certa vez recebi a visita de um homem que vinha de bem longe para me convidar a proferir uma conferência sobre a escravidão; conforme a conversa foi avançando, descobri que ele e sua rodinha de amigos esperavam ter para si sete oitavos da conferência, deixando para mim apenas um oitavo. Por isso, recusei o convite. Considero evidente que quando sou convidado a fazer alguma conferência em qualquer lugar – e tenho tido alguma experiência nessa atividade – é porque existe uma vontade de saber o que *eu penso* a respeito de um assunto, muito embora eu possa ser o maior idiota do país; não creio que se espere de mim comentários meramente agradáveis ou então que visem à aprovação da platéia; é por isso que minha decisão é sempre a de ministrar aos meus ouvintes uma forte dose de mim mesmo.⁵

Palavras são elementos conceituais com uma considerável amplitude significacional. Quer se trate de conferência quer de texto escrito, elas expressam, dentro de um contexto sócio-cultural, certos pensamentos e sentimentos formulados simultaneamente num caldeamento de acontecimentos. Elas remetem imediatamente tanto à subjetividade que a enuncia como ao entorno mais amplo da conjuntura social na qual esta subjetividade se localiza. Cada uma destas subjetividades mantém relações com outras e com outros acontecimentos. Esta circunstância, por sua vez, se refere, considerando um enfoque mais estreito, a uma série de falas outras no interior da qual tal alocação se insere e pode ser inserida.

Palavras faladas ou escritas estão carregadas de certas marcas emanadas de alguma, ou algumas subjetividades. Sinalizam a existência de uma individualidade, sem que isto anule a existência de um dinamismo discursivo já em andamento. Como as palavras faladas são proferidas simultaneamente à projeção de perdigotos, apresentando certas intensidades, variação de volumes, característico timbre da voz, odores bucais entre outras emanações pessoais, as palavras escritas carregam e expressam, por sua vez, outras marcas personalistas como digitais, caligrafia, expressões, neologismos.

⁵ THOREAU, Henry David. A vida sem princípio. In: _____. **Desobedecendo** – a desobediência civil e outros escritos. Tradução e introdução José Augusto Drummond. São Paulo: Círculo do Livro, 1984. p. 71-72.

É desta maneira que, neste ponto, é possível promover um encontro entre Foucault e Thoreau. Ambos imprimiam no ouvinte, e ainda imprimem no leitor, suas marcas pessoais. Não há como desconhecê-los nem confundi-los. Apesar de se encontrarem dentro de diferentes dinamismos discursivos, cuja formação lhes eram anteriores, não são por estes desonerados.

Os autores não são diluídos dentro deste processo comunicacional. Antes disso, dão continuidade a estes fluxos, intensificando-os com suas contribuições particulares. Se o primeiro demonstra uma intensa vontade própria, como ele mesmo afirma, sustentando enfaticamente que “gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos”, o segundo não é menos incisivo com sua manifestação antropofágica.

Desta maneira, procuro trilhar um percurso instaurado em franca oposição à idéia comumente aceita da existência da díade subjetividade versus objetividade. Busco estabelecer uma espécie de caminhada por lugar algum a partir da coleta de sinais e vestígios, de ‘fragmentos’ de vidas, estampados nas colunas de jornais e revistas anarquistas.

A concepção de objetividade é fruto de uma convenção aceita tacitamente por pessoas com suas idiosincrasias. Entretanto, adianto não ser minha intenção levantar a bandeira de algum “eu” umbigudo, de algum subjetivismo *ensimesmado*, ou algum tipo de individualismo pretensamente auto-suficiente. Nesta direção, é fastidioso afirmar que fujo de elaborar reflexões e análises ausentes de relações, articulações, conexões em seus desdobramentos e pressupostos.

Uma proposta sedutora, sugerida neste texto, é a da abolição do tribunal, e suas diferentes manifestações, por possuir proveniências no sagrado. Deleuze⁶ abordou o tema do julgamento de Deus e de sua abolição. Convergindo com as reflexões de Lawrence, Kafka, entre outros, ele inscreve o movimento de por término ao julgamento de Deus dentro do processo de elaboração

⁶ DELEUZE, Gilles . *Crítica e Clínica*. São Paulo: Ed 34, 1997a.

de um “corpo sem órgãos” em que limites, seccionamentos, divisões são desconsiderados. Estas separações são umas das condições mais elementares para o estabelecimento da ordem hierárquica favorável aos processos de julgamento, condenação e punição, enquanto expedientes do controle.

A elaboração de reflexões nesta direção acontece, até certo ponto e considerando as especificidades e diversas perspectivas, ao longo dos opúsculos e livro de Max Stirner que pode muito bem ser percebido como um dos filósofos de grande relevância na obra dos pensadores acima referidos. A filosofia de Stirner instaura uma dessacralização nas diversas dimensões da sociabilidade humana, demonstrando em seu movimento interno o ridículo das instituições sociais mais valorizadas nas chamadas sociedades modernas.

Os risos provocados no leitor, pelos escritos de Stirner, se devem ao fato deste filósofo desnudar costumes arraigados e instituições estabelecidas enquanto proveniências da cultura cristã na chamada civilização ocidental, apesar das afirmações de laicidade e de materialismo da modernidade. Stirner, apesar de sua formação filosófica alemã, foi um pensador que vazou a tradição filosófica ocidental, cujo pensamento tem mais afinidades com uma perspectiva existencial das sociedades denominadas selvagens.

A afirmação, conservação e reprodução, manifesta ou velada, do princípio de autoridade tem sido a característica comum às perspectivas adotadas nos estudos sobre o movimento operário e, por extensão, sobre o movimento anarquista no Brasil das primeiras décadas da república. As dificuldades, neste caso, se apresentam por conta do choque entre uma perspectiva afirmativa do princípio de autoridade com outra afirmativa do princípio de liberdade.

Considerando o que Foucault⁷ denominou de procedimentos externos ao discurso – com uma busca de intenso controle destes discursos –, as dificuldades, quanto à liberação do fluxo discursivo em cujo interior o pesquisador procura se localizar, apresentam-se com considerável amplitude. Tais são os procedimentos que objetivam o controle, seleção, organização e redistribuição discursiva: o estabelecimento de *interdição, separação e rejeição* e da colocação de noções funcionando a partir da *oposição do verdadeiro e do falso*, obstando a possibilidade de uma *vontade de saber* através de sua substituição por uma *vontade de verdade*.

Em que pese às diversas pesquisas postas a disposição dos interessados e estudiosos, parte significativa delas está enredada nas malhas de uma espécie de atualização de postulados positivistas. Isto porque nestas persiste em atividade, simultaneamente, uma busca de manutenção da hierarquia social e enfoque assinalando o privilégio da racionalidade científica como meio único e suficiente para o estudo das relações sociais, constituindo dois aspectos implícitos e indiscutíveis da quase totalidade das pesquisas realizadas.

São pesquisas que atualizam o campo do positivismo ao pretenderem estar à sombra de procedimentos puramente científicos, reafirmando a racionalidade ocidental, cartesiana, empiricista, como o meio por excelência para o conhecimento. Supérfluo é assinalar que nelas há uma naturalização das relações sociais verticalizadas e que a hierarquia é o seu ponto de partida e chegada.

Nestes estudos é operacionalizada, por vezes, uma noção de neutralidade axiológica do conhecimento ou, em outras vezes, de uma dialética esclarecida e materialista da história. A primeira estabelece a perspectiva do primado da razão na sociabilidade humana enquanto a segunda soma a esta concepção outra intimamente ligada à idéia de fatalismo teleológico de

⁷ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** – Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 7-21.

caráter natural em que haveria uma determinação de toda a vasta dimensão societária do ser humano a partir das relações de produção e da economia.

Desnecessário afirmar que estas noções ativam e dinamizam o primado da razão ocidental apresentando-a como “A” Razão. Talvez, esta maneira de proceder explique, por exemplo, a usual leitura de jornais, livros, peças de teatro, revistas, boletins e outros materiais impressos pelos anarquistas do período considerado produzindo um olhar árido, pobre e ressecado sobre a letra. Desta maneira, escapa por vezes ao pesquisador, dados refratários à sua perspectiva existencial particular, anunciados em características próprias de sua subjetividade.

Estes enfoques findam subestimando – para me referir rapidamente à dimensão que mais procuro ressaltar nesta pesquisa e à qual voltarei mais adiante – o campo do coletivo no processo de elaboração e socialização de um saber que é constitutivamente *indisciplinar*. Outro desdobramento da perspectiva reducionista diz respeito a uma minimização da importância de acontecimentos registrados nas páginas dos periódicos anarquistas. Atualizando uma atitude apriorística, com o alinhamento a alguma teoria, joga no cesto de lixo das conveniências e dos lugares comuns o convulsionar de experimentos acontecidos simultaneamente e documentados de diversas maneiras nos diversos impressos elaborados pelos anarquistas. A cegueira teórica impede de perceber outras informações, sobretudo aquelas em franca dissonância com os postulados abraçados pelo pesquisador. São estes que ficam submersos e escondidos sob os entulhos do método e da teoria.

A perspectiva convencional de estudos destes materiais funciona, no que tange à experiência existencial concreta mediata e imediata, e também em relação à feição volitiva da sociabilidade humana, como um campo de alcance bastante limitado e deveras precário. Pelo contrário, estes são alguns dos aspectos e elementos que procuro apreciar mais demoradamente nesta pesquisa.

1.1 Objetivos.

Com esta pesquisa procuro alcançar alguns objetivos:

1) analisar as formas de elaboração, produção e socialização de estudos e reflexões produzidos pelos anarquistas e apresentados nos seus jornais e revistas, cuja abordagem diz respeito a aspectos particulares de acontecimentos na sociedade brasileira e mundial no início do século vinte;

2) cartografar, nestes periódicos, os temas discutidos, as especificidades do processo de elaboração e socialização de suas reflexões, quanto ao cotidiano e às feições das relações societárias instauradas, ou em vias de instauração, na busca de pistas acerca da sociabilidade levada a efeito pelos anarquistas em geral;

3) discutir, nos temas abordados, as formas de instauração de sociabilidades nos coletivos editoriais, com colaboradores e leitores, em geral, quando isto for exequível;

4) problematizar as aproximações e distanciamentos existentes no interior do movimento anarquista quanto às suas diferentes expressões, na intenção de especificar mais detalhadamente as desmedidas de tais aproximações e distanciamentos.

A relevância desta pesquisa consiste, sobretudo, em evidenciar aspectos particulares da sociedade brasileira da época, através das relações estabelecidas entre trabalhadores e patronato,

simultaneamente à intervenção realizada pelo Estado junto a segmentos sociais, como também entre o movimento operário e o movimento anarquista, assinalando temas como os relacionados a conhecimento e vida, saber e poder.

Não obstante existirem diversas pesquisas acerca do movimento dos trabalhadores, como do movimento anarquista, há ainda muito a ser analisado, levando em conta os documentos e materiais disponíveis nos diversos arquivos públicos no Brasil, os depoimentos pessoais dos militantes através de entrevistas e memórias como também o amplo leque de diversidade de enfoques a serem elaborados sobre estes documentos.

Foot Hardman registrou, em alguns de seus escritos de fins dos anos oitenta e início dos anos noventa, o caleidoscópio de possibilidades de pesquisas abordando o movimento operário brasileiro do início do processo de industrialização. Considerou, nas suas reflexões, tanto a questão da quantidade de documentos disponíveis em vários arquivos e bibliotecas públicas, como também a variedade de enfoques no tratamento destes materiais⁸. Passados quase vinte anos desta observação de Hardman, a pesquisadora Adelaide Gonçalves e outro pesquisador, Jorge Silva, depois de aprofundado levantamento da publicação sobre anarquismo em língua portuguesa, elaboraram a mesma observação. Em suas palavras:

A realização de pesquisas que tenham como foco a bibliografia libertária pode alargar o campo do conhecimento sobre a cultura operária e as práticas de leituras na formação da consciência social dos trabalhadores, sendo a imprensa sindical e anarquista uma fonte ainda não devidamente dimensionada e explorada pelos pesquisadores.⁹

⁸ HARDMAN, Francisco Foot. História do Trabalho e Cultura Operária no Brasil pré-1930: um campo de estudos em construção. In: HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria Nem Patrão**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ª ed. Ver. Ampl. São Paulo; Editora UNESP, 2002. p. 233-245 e HARDMAN, Francisco Foot. Poeira das Barricadas: notas sobre a comunidade anárquica. In: HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria Nem Patrão**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ª ed. Ver. Ampl. São Paulo; Editora UNESP, 2002. p. 259-268.

⁹ GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E.. **A bibliografia libertária**: o anarquismo em língua portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001. p. 12.

1.2 Metodologia

A presente pesquisa foi realizada através da coleta, compilação e análise de dois jornais e duas revistas¹⁰ produzidas por anarquistas nascidos no Brasil, ou que para aqui tenham imigrado e aqui se formado enquanto pessoa, integrando o movimento anarquista. Em relação aos jornais e revistas utilizados como material primário nesta pesquisa, procedi, no geral, a uma escolha dentro da primeira década do século passado a partir tanto da sua relevância histórica como de sua expressividade no movimento anarquista. As referências a trechos de artigos são feitas tal qual se encontram nos originais, com o português arcaico e os erros de publicação. Procurei interferir o mínimo no texto original, já que o recorte constitui uma intervenção significativa.

Estes impressos estão situados dentro do multiverso conceitual anarquista, contemplando abordagens diversificadas da questão social. Procurei contemplar impressos dentro de uma variedade de expressão no campo anarquista, publicados com maior proximidade cronológica, no eixo Rio-São Paulo, região de maior vigor do movimento anarquista. A apresentação das análises no terceiro capítulo segue o ano de publicação destes periódicos.

As perspectivas ácratas presentes nos periódicos analisados são as seguintes: a anarquista individualista, a anarquista comunista e a anarcossindicalista. Os jornais e revistas apresentam em suas colunas, em maior ou menor grau, artigos dentro destas expressões de escolas anarquistas. Isto pude verificar de maneira mais acentuada em *Germinal!*. Talvez se deva ao fato de ter coletado maior número de suas edições.

¹⁰ Para uma consulta a uma relação da literatura anarquista produzida em língua portuguesa desde fins do século dezenove, em Portugal e no Brasil ver GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E.. **A bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa**. São Paulo: Imaginário, 2001. Os autores desta pesquisa, que constituí, atualmente, um dos referenciais obrigatórios para os pesquisadores do assunto, introduzem nesta lista um texto analítico acerca da produção editorial anarquista.

A corrente anarcossindicalista¹¹ também era denominada de anarquista sindicalista, sindicalista revolucionária ou, de maneira menos recorrente, sindicalismo de ação direta e anarquismo operário. A expressão “anarcossindicalismo”, até onde pude verificar, foi utilizada por diversos anarquistas. José Oiticica, Edgar Leuenroth, Jaime Cubero, Friedrich Kniestedt e o historiador e arquivista Edgar Rodrigues, só para citar algumas figuras de projeção no movimento anarquista, em variados textos adotam esta denominação. Entretanto, aparece de maneira mais recorrente nos periódicos as expressões “anarquistas sindicalistas”, em referência aos aderentes do modelo de sindicalismo francês, e “sindicalismo revolucionário” enquanto tendência especificamente libertária distinta dos demais tipos de sindicalismo. Ambas apresentadas enquanto sinonímias. Um artigo publicado em *A Plebe* sob título “A C.N.T. da Espanha – Em face da linha sindicalista revolucionária”¹², os dois termos foram utilizados pelo redator como equivalentes¹³.

O anarquismo sindicalista evidencia uma particularidade de concepções, finalidades, táticas e estratégias de ação em relação ao conjunto das proposições existentes dentro do campo

¹¹ Sobre este assunto ver, além dos livros e jornais utilizados como matérias-primas para a análise nesta pesquisa, as seguintes obras que manifestam este embate dentro do próprio campo anarquista: RODRIGUES, Edgar. **O Socialismo**: síntese das origens e doutrinas. Rio de Janeiro: [s.n.], 1968. RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1657-1913)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. RODRIGUES, Edgar. **Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972. RODRIGUES, Edgar. **ABC do Sindicalismo Revolucionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1987. A rápida “Carta de Amiens” encontra-se nos apêndices de PROUDHON, P-J. **La Capacidad Política de la Clase Obrera**. Buenos Aires, Argentina: Proyección, [197-]. BESNARD, Pierre. **Os Sindicatos Operários e a Revolução Social**. Tradução Plínio Augusto Coelho. Brasília: Novos Tempos, 1988. CUBERO, Jaime. **Anarco-Sindicalismo**. Extrato da primeira parte da palestra proferida no dia 09/12/89, no Centro de Cultura Social, sobre o anarco-sindicalismo no Brasil, como parte do curso de anarco-sindicalismo – História e atualidade. 09 dez. 1989, São Paulo: Centro de Cultura Social, 1989.(datilografado em 5 páginas)..

¹² A C.N.T. da Espanha – Em face da linha sindicalista revolucionária. **A Plebe**. São Paulo, ano 33, nº 25, p. 4, 24 out. 1949 (nova fase).

¹³ Os documentos mais antigos que encontrei tratando deste assunto nestes termos foram dois: um manuscrito, sem indicação de autoria, denominado *Federação Comunista Libertária: fins geraes immediatos*, arquivado no DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) de São Paulo sob o prontuário de número 127; os artigos de caráter autobiográfico de Friedrich Kniestedt, escritos em alemão e publicados no Rio Grande do Sul nos periódicos anarquistas antinazistas *Aktion*, *Alarm* e *Das Deutsche Buch*, a partir de 1934 até 1937. Estes artigos foram reunidos em livro e publicados em 1989. KNIESTEDT, Friedrich. **Memórias de um imigrante anarquista**. Tradução René E. Gertz. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1989. (Coleção Imigração Alemã).

anarquista. Apesar do predomínio das idéias e concepções do sindicalismo de ação direta, havia neste campo significativos embates de concepções divergentes. O modelo francês não era aceito com unanimidade entre os trabalhadores e associações anarquistas. As colunas de diversos jornais registraram estes confrontos.

Malatesta assinalou a importância da participação dos anarquistas no movimento sindical. Ao mesmo tempo, advertiu a anarquistas e trabalhadores quanto ao alcance e limites inerentes ao sindicalismo, por meio de reflexões publicadas em jornais anarquistas, na Itália e na Inglaterra, tanto no início do século vinte como nos anos vinte. Em suas palavras:

A questão de saber que posição nós devemos tomar em relação ao movimento sindical é certamente uma questão da maior importância para os anarquistas.

Apesar de longas discussões e diversas experiências, ainda não se chegou a um completo acordo sobre esta questão; talvez a razão disso seja o fato de que esta questão não permita solução completa e permanente, devido às diferentes condições e às circunstâncias mutantes da luta.

[...]

Não nos basta – ainda que isso seja certamente útil e necessário – elaborar um ideal tão perfeito quanto possível, e formar grupos para a propaganda e para a ação revolucionária.

Devemos converter ao nosso ideal a grande massa dos trabalhadores, porque, sem ela, não podemos derrubar a sociedade existente nem construir uma nova. E, para que a grande massa de proletários liberte-se do estado de submissão no qual ela vegeta, e alcance a concepção anarquista e o desejo de realizá-la, é necessário uma evolução que não se opere unicamente sob a influência da propaganda; visto que as lições que derivam dos fatos da vida quotidiana são muito mais eficazes do que todos os discursos doutrinários, nós devemos absolutamente tomar uma parte ativa na vida das massas e empregar todos os meios que as circunstâncias nos permitirem para despertar gradualmente o espírito de revolta, e mostrar à massa, com a ajuda desses fatos, o caminho que conduz à emancipação.

É evidente que um dos melhores meios é o movimento sindical, e seria um grande erro negligenciá-lo. Neste movimento, encontramos grande quantidade de operários que lutam pela melhoria de sua situação.

[...]

Além do mais – e isto não é uma vantagem negligenciável – o movimento sindical pode preparar esses grupos de operários profissionais que, durante a revolução, poderão empreender a organização da produção e da troca, fora e contra todo poder governamental.

Mas com todas essas vantagens o movimento sindical tem também seus defeitos e seus perigos, os quais devemos levar em consideração quando se examina a questão da posição que nós devemos tomar em relação a isso enquanto anarquistas.

A constante experiência em todos os países nos mostra que o movimento sindical, que começa sempre como um movimento de protesto e de revolta, e que é animado no começo por um grande espírito de progresso e de fraternidade humana, tende muito rapidamente a degenerar. Quanto mais forte se torna este movimento, mais ele se torna egoísta, conservador, ocupado exclusivamente com os interesses imediatos e restritos, e desenvolve em seu seio uma burocracia que, como sempre, não tem outro objetivo senão o de se fortalecer e de crescer.

[...]

Sem sombra de dúvida esse é um grande passo para a frente; mas não devemos exagerar sua importância e imaginar, como o fazem certos camaradas, que realizaremos a anarquia naturalmente, pelo desenvolvimento progressivo do sindicalismo.

Cada instituição possui uma tendência a desdobrar suas funções, a se perpetuar e a se tornar seu próprio objetivo. Assim, não é surpreendente que os iniciadores desse movimento, aqueles que representam o papel mais importante se habituem pouco a pouco a olhar o sindicalismo como o equivalente do anarquismo, ou pelo menos como o meio supremo, substituindo sozinho todos os outros meios, para realizar a anarquia. Mas isto torna ainda mais necessário evitar o perigo e definir muito bem nossa posição.

O sindicalismo, apesar de todas as declarações de seus partidários mais ardentes, contém em si, pela própria natureza de suas funções, todos os elementos de degenerescência que corromperam os movimentos operários no passado. Com efeito, sendo um movimento que propõe defender os interesses presentes dos operários, ele deve necessariamente se adaptar às condições existentes e tomar em consideração os interesses que vêm em primeira linha na sociedade, tal como ela existe hoje.

[...]

União, entendimento, luta solidária contra o explorador, são coisas que só podem ser obtidas hoje se os operários, animados pela concepção de um ideal superior, aprenderem a sacrificar seus interesses exclusivos e pessoais aos interesses comuns, os interesses do momento aos interesses do futuro; e esse ideal de uma sociedade de solidariedade, de justiça, de fraternidade, só pode ser realizado pela destruição – desafiando qualquer legalidade – das instituições existentes.

Oferecer aos operários este ideal; colocar os interesses amplos do futuro antes dos interesses estreitos e imediatos; tornar impossível a adaptação às condições presentes; trabalhar sempre pela propaganda e pela ação que conduzirão e realizarão a revolução, eis os objetivos aos quais devem tender os anarquistas nos sindicatos e fora deles.

O sindicalismo não pode fazer isso, ou só pode fazê-lo muito pouco; ele deve contar com os interesses presentes e esses interesses não são sempre, infelizmente, os da revolução. O sindicalismo não pode ou não deve exceder muito os limites da legalidade e em certos momentos ele deve tratar com os patrões e as autoridades. Ele deve se ocupar mais dos interesses de certas seções de operários do que dos interesses do público em geral, dos interesses dos sindicatos mais do que da massa dos sem-trabalho e dos interesses da classe operária.

[...]

Assim, pode-se ver desenvolver em todos os sindicatos que atingiram uma certa posição influente a tendência a assegurar – em acordo, ao invés de contra os patrões – uma situação privilegiada, a criar dificuldades para a admissão de novos membros, para a admissão dos aprendizes nas fábricas; uma tendência a entesourar fundos que eles temem depois comprometer; a procurar o favor dos poderes públicos; a absorver inteiramente na cooperação e em todas as espécies de mutualidades e a se tornar, finalmente, um elemento conservador na sociedade.

[...]

Os anarquistas, nos sindicatos, devem combater tudo o que tende a torná-los egoístas, pacíficos, conservadores – o orgulho profissional, o espírito corporativista, as grandes cotizações, a acumulação dos capitais investidos, os serviços de seguro, a confiança nas boas funções do governo, as relações amigáveis com os patrões, a nomeação dos empregados burocratas remunerados e permanentes.

Nestas condições, a participação dos anarquistas no movimento sindical pode dar bons resultados, mas somente nestas condições.¹⁴

As idéias que prevaleciam nos congressos e encontros operários diziam respeito às noções teóricas e práticas postuladas pelos denominados clássicos do pensamento anarquista. As concepções mutualista de Proudhon, coletivista de Bakunin, comunista libertária de Kropotkin, Reclus e Malatesta e, aparentemente em menor grau, o associacionismo libertário de Stirner, norteavam os debates particularmente dentro da organização do operariado na Europa, mormente à fundação em 1864 da chamada *Associação Internacional dos Trabalhadores*, que durou até 1872.

Em 1906 aconteceu o XV Congresso Nacional Corporativo em Amiens, França, que confirmou as concepções definidas pela Confederação Geral do Trabalho, emprestando ao movimento operário na França a tendência sindicalista expressa na famosa “Carta de Amiens”. Este foi o chamado modelo francês adotado, com gradações diferenciadas, em diversos países.

Por sua vez a segunda expressão, “sindicalismo revolucionário”, procura marcar a especificidade de uma tendência libertária, federalista e antiautoritária no interior do movimento operário. Isto em relação a um sindicalismo vermelho, católico, amarelo e nacionalista. Como dito mais acima, as colunas de vários jornais registraram um longo e rico debate acerca da orientação deixada ao movimento operário pelo sindicalismo francês. Particularmente em *A Voz do Trabalhador*, da COB, há um bom exemplo do nível das discussões existentes entre os que se

¹⁴ MALATESTA, Errico. Anarquismo e sindicalismo. In: MALATESTA, Errico. **A anarquia e outros escritos**. Seleção e tradução Plínio Augusto Coelho. Brasília: Novos Tempos; São Paulo: Centro de Cultura Social, 1987. p. 69-77 e MALATESTA, Errico. Sindicalismo e anarquismo. In: MALATESTA, Errico. **Escritos revolucionários**. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário: Tesão – A Casa da Soma: Nu-Sol, 2000. p. 69-76.

definiam simplesmente anarquistas e os que se definiam desta mesma forma aderindo às orientações sintetizadas na “Carta de Amiens”.

Portanto, “anarcossindicalismo” e “sindicalismo revolucionário” expressam uma referência ao conjunto de idéias, táticas e estratégias definidas pela C.G.T. francesa. Esta concepção de movimento social fora defendida por um considerável estrato do movimento dos trabalhadores no Brasil no período aqui tratado. Segundo esta corrente, o sindicato seria o meio e o fim da transformação social na direção de uma sociedade libertária, igualitária e fraterna. Nesta perspectiva, ao sindicato caberia o papel de organização dos trabalhadores sob o capitalismo em sua luta estratégica realizada estritamente dentro do campo da resistência econômica. Caberia também ao sindicato o reorganizar e coordenar a vida social naquilo que chamavam “a sociedade futura”, período posterior do momento revolucionário.

A tática privilegiada de luta era a greve geral expropriadora. Esta concepção defendia a união dos trabalhadores nos sindicatos, independente de seus credos políticos, religiosos e filosóficos, de maneira a favorecer um movimento paredista generalizado que, acreditavam, por si só faria capitular o patronato e o estatismo. O sindicato aglutinaria os produtores unicamente a partir do critério econômico: os trabalhadores estariam num mesmo campo, antagônico aos interesses dos patrões. Também estaria excluído do sindicato qualquer adesão ou discussão de idéias políticas, religiosas e filosóficas. Nestes assuntos o sindicato seria “neutro”. Por fim, os “anarquistas sindicalistas” costumavam entender o sindicalismo como sinonímia do anarquismo.

Os jornais e revistas aqui analisados podem apresentar uma destas linhas enquanto tendência ou inclinação de parte do coletivo editorial. Mas esta definição não dever ser

interpretada como expressão literal da publicação do jornal ou revista. Nem mesmo o alinhamento à tendência do coletivo editorial constituía condição para publicação nestes periódicos. Neles existem artigos escritos, por vezes, dentro do debate entre anarquistas da mesma ou de diferente expressão, ou ainda entre adversários do anarquismo.

Foram alvos de uma mais exaustiva análise dois jornais e duas revistas: as revistas *Floreal* (1907) e *A Vida* (1914 a 1915), do Rio de Janeiro, e os jornais *Germinal!* (1913) e *A Rebelião* (1914), de São Paulo, e, particularmente nos capítulos iniciais, remeto-me a outros periódicos. O material analisado, como outros a que faço breves alusões, encontram-se disponíveis em arquivos e bibliotecas públicas. O Estado de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro abrigam os mais importantes arquivos públicos com os documentos sobre o movimento operário: CEDEM da UNESP, AEL da UNICAMP, Biblioteca Mário de Andrade, Arquivo Público do Estado de São Paulo são alguns existentes na cidade de São Paulo. Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Social Fábio Luz são alguns existentes no Rio de Janeiro.

Os dois primeiros números da revista *Floreal* encontram-se na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. A revista *A Vida* foi publicada em edição fac-símile pela editora Ícone. Os dois jornais, *Germinal!* e *A Rebelião* foram retirados dos arquivos do CEDEM da Unesp. A Biblioteca Social Fábio Luz também possui cópias destes e de muitos outros jornais anarquistas.

Procedo a uma exposição das características particulares no processo coletivo de elaboração destes impressos, focalizando a relação conhecimento e sociedade; ciência e prática; vida e existência; sociedade, associação e indivíduo; nacional e internacional; escritura e articulista; pensamento e sentimento; razão e emoção. Em relação ao campo da convivibilidade, investigo os textos assinalando como foram apresentados, os temas relativos à ordem moral e ética, violência e sociedade, educação e escola, velha e novas modalidades de vida social.

Acredito que esta perspectiva faculta, em primeiro lugar, tanto um discernimento das aproximações e distanciamentos no coletivo de redatores como também o conhecimento de aspectos característicos da sociabilidade instaurada nestes coletivos. Faculta, em segundo lugar, uma abordagem dos méritos e limites da disciplinaridade, procurando estender este assunto às discussões atuais sobre multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Nesta direção, procuro distinguir aproximações e distanciamentos com autores e escolas do pensamento social, cuja ocasião será propícia para averiguar como e em que nível se estabeleceram e foram administradas tais discussões entre os anarquistas defensores de expressões particulares no pensamento anarquista.

A sociedade brasileira e as repercussões destes escritos em seu interior são matérias de apreciação, através de análises das leituras e enfoques elaborados, nestes documentos, sobre a situação da sociedade brasileira num período histórico, sem perder de vista as relações desta dentro de um contexto social articulado às questões colocadas pelos acontecimentos internacionais. Na seqüência passo a um estudo acerca das ponderações elaboradas em torno de outras expressões de movimentos sociais, situando estes escritos principalmente em relação ao positivismo, enquanto integrante do conjunto conceitual liberal, e ao marxismo, enquanto campo teórico e prático considerado, por quase todos os estudiosos atuais, um conjunto de concepções integrante do campo revolucionário. Também procedo a um suplementar questionamento visando problematizar o tema do autodidatismo.

Por fim, procuro orientar a perspectiva de análise a partir de alguns textos dos chamados clássicos do pensamento anarquista. Nestes, encontro as primeiras formulações de um enfoque negativista quanto ao princípio de autoridade, ao mesmo tempo em que afirmativos do princípio de liberdade.

As contribuições de Max Stirner, pseudônimo de Johann Gaspar Schmidt (1806-1856), de Pierre Joseph-Proudhon (1809-1865), de Mikhail A. Bakunin (1814-1876), de Piotr Kropotkin (1842-1921), de Elisée Reclus (1830-1905) e Errico Malatesta (1853-1932) distribuídas em livros e artigos publicados na imprensa operária e acadêmica, nos beneficiam com estas formulações. Seus pensamentos constituem em manifestos ocorridos no interior do processo de formulação do materialismo filosófico, críticos da perspectiva religiosa e hierárquica quanto à concepção e formulação da sociabilidade humana.

Com os referidos autores – sobretudo com Stirner – encontro, guardadas as proporções relativas às particularidades de cada um, a distensão da crítica à transcendência. Suas obras deslindam o transcendental do campo restrito do misticismo religioso para outras manifestações, relacionando-o a disposições e atitudes fora do campo convencionalmente entendido como área estrita para se tratar de Deus, religião e teologia. Não obstante, fora Stirner, o pensamento social dos demais finda reinstalando Deus através da eleição de alguma centralidade na sociabilidade humana. De outro modo, afirmar nesta sociabilidade a primazia de alguma unidade definitiva, alguma totalidade, algum acabado ou algum eterno, instaura o mesmo procedimento sacralizador, próprio dos dinamismos religiosos.

Apesar disto, estes autores evidenciam a permanência de Deus nos estilhaços de outras dimensões da sociabilidade humana no período da modernidade. Deus enquanto abstração, centralidade, universal, absoluto, totalidade e transcendência, ganhou maior fôlego quando atualizado através de conceitos como liberdade, ética, humanidade, moral, entre outros, também em instituições e concepções como Estado, pátria, nação e justiça.

1.3 Configuração da pesquisa

Esta pesquisa poderia ser percebida, de certa maneira, enquanto uma simples ampliação e aprofundamento de minha pesquisa de mestrado iniciada em março de 1993 e defendida em julho de 1996 no Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, campus I¹⁵. Contudo esta leitura é equivocada. Mesmo porque desde o início de meu afastamento da UFCG, onde leciono, para capacitação, não a tinha projetado nem de longe.

Para o mestrado pesquisei a formação do pensamento social de um integrante dos estratos proletários, oriundo da Espanha, de onde veio ainda criança para o Brasil juntamente com toda a sua família no período de incentivo à imigração européia, tendo aqui se tornado anarquista quando adulto. A realização desta pesquisa muito me agradou, pois, através dela pude conhecer o perfil pessoal e a envergadura de um personagem *sui generis* no movimento anarquista, no Brasil do início da industrialização. Deste homem pouco se conhecia; afora algumas referências biográficas, nada tinha sido produzido sobre seu pensamento social e, de uma forma geral, sobre sua contribuição particular à formação do pensamento sócio-político especificamente proletário.

No entanto, apesar da pesquisa ter sido bem sucedida, ficaram diversos assuntos sugeridos, lacunas, pistas abertas, temas a serem mais bem trabalhados num momento posterior. Além do mais, e o que considero mais relevante, eu não tinha atentado para aspectos que atualmente tenho na conta de imprescindíveis no tema pesquisado. Eu me encontrava preso a uma abordagem disciplinada e disciplinar de estudo.

¹⁵ Esta pesquisa, inicialmente intitulada *O Mestre Revoltado: vida, lutas e pensamento do anarquista Florentino de Carvalho*, foi publicada com algumas poucas modificações na forma do texto e nenhuma no conteúdo, subtraindo do texto algumas características próprias das exigências rotineiras dos trabalhos apresentados em defesas de pós-graduação. Esta mudança objetivou favorecer um melhor nível e ritmo de leitura tanto para quem tenha algum interesse pelo assunto como também para o pesquisador acadêmico. Ver NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Florentino de Carvalho**: pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

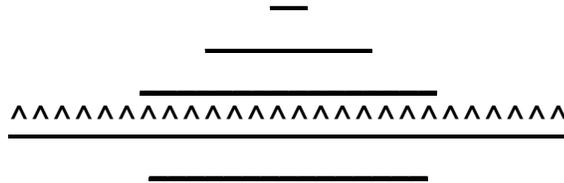
Desta maneira, e sob este prisma, não há de fato continuação da pesquisa realizada no mestrado com a pesquisa do doutorado. Isto porque tenho a sensação de ter adentrado um novo campo de pesquisa. Enquanto num primeiro momento assinalei aspectos biográficos e individuais do pensamento de um anarquista, neste segundo momento, me volto, primeiro, para aspectos coletivos da elaboração do conhecimento e, segundo, para a experimentação imediata das concepções libertárias, perspectiva que me escapou anteriormente por insensibilidade ou por efeitos de uma formação disciplinar e disciplinada.

O fato que me favoreceu notar estes aspectos foi unicamente o meu ingresso no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Este acontecimento beneficiou em muito uma abertura de novas perspectivas que antes nem de longe desconfiei existirem. Tanto que não sabia como abordar o tema sem cair na mesmice e na reprodução do que já tinha realizado com a dissertação de mestrado.

Só depois de estar cursando as disciplinas do referido programa foi que pude acrescentar elementos com os quais pude me alertar para certos aspectos do tema que agora abordo. Foram estas informações que me fizeram alterar o projeto de pesquisa inicial e vislumbrar o campo de estudo aqui apresentado. Com os horizontes abertos para a pesquisa que aqui apresento, contribuí sobremaneira – e aqui quero registrar o meu sincero reconhecimento – as disciplinas cursadas no PEPGCS, um ambiente acadêmico amistoso e acolhedor, as conversas com colegas de aulas e, sobretudo, os cursos e o acompanhamento do meu orientador Edson Passetti.

Redefinida a pesquisa, visitei em 2001 arquivos e bibliotecas públicas e privadas tendo, desde então, amealhado considerável material a ser utilizado como fonte primária da pesquisa. Com esta parte já adiantada, concluí as visitas a arquivos públicos e particulares no ano de 2004, procurando ampliar ao máximo o material primário a ser utilizado a fim de iniciar a elaboração do texto da presente tese.

Concomitante a estas visitas, elaborei *papers* apresentado-os regularmente, desde o primeiro semestre de 2001, em diversos eventos acadêmicos: SBPC, ANPUH regional e nacional, encontros de história oral, encontro de sociólogos do Estado de São Paulo, em encontros do Centro de Humanidades da UFCG campus I, entre outros. Por fim, apresentei artigos publicand-os em revistas e anais de encontros; preparado reedição de livros elaborando notas a estes, como também textos de apresentação; livros com artigos selecionados na imprensa proletária de autores anarquistas. Uma gama de atividades que foram possíveis por integrar o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PEPGCS-PUC/SP, e o Núcleo de Sociabilidade Libertária, NU-SOL.



*Só porque ninguém
está ouvindo não significa que
não deva ser dito.*

Shugueki



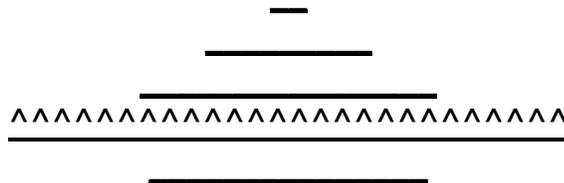
*Livros não mudam
o mundo, quem muda o mundo
são as pessoas. Os livros só
mudam as pessoas.*

Caio Graco



*Dura lex, sed lex; a lei é
dura, mas é lei. Mas,
para os ricos é dura
lex, sed latex; a lei
é dura, mas
estica.*

Fernando Sabino



2 O ANARQUISMO NO BRASIL: pensamentos e perspectivas analíticas

A emergência da República brasileira é marcada por uma forte truculência no trato da chamada “questão social”. O fim da escravidão negra e da monarquia não traduziu melhorias nas condições de vida dos segmentos populares, quando se deu o estabelecimento da indústria no país, ao lado de uma intensificação da migração de trabalhadores europeus. Estes eventos concorreram na formação de um operariado urbano que envidou esforços na organização dos trabalhadores em associações de classe, na criação de escolas, bibliotecas, ateneus, de grupos de teatro, entre outras atividades mais.

Os contornos da violência chegaram à tamanha dimensão que a historiografia registra, numa máxima enunciada por um dos primeiros presidentes do Brasil, Washington Luis, a disposição das classes dominantes em relação aos conflitos sociais oriundos particularmente das desigualdades econômica e social. Este governante, ao ser interpelado sobre seu posicionamento acerca da questão social no Brasil respondeu que a “questão social é uma questão de polícia”.

Esta tradição de arbítrio e despotismo foi sendo apurada e intensificada à medida que os primeiros governos se sucediam. Arthur Bernardes governou o país de 1922 a 1926 quase em completo estado de sítio e foi o responsável pela criação de um campo de concentração chamado Clevelândia no Oiapoque no Amapá, extremo norte do país.¹⁶

Com a denominada Revolução de 30, Getúlio Vargas chegou à presidência, iniciando um período de intensificação da repressão sobre todos os seus adversários. Foi o período coroado

¹⁶ Sobre Clevelândia ver SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Imaginário, Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

posteriormente com a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937. Francisco Campos¹⁷, considerado o ideólogo de Vargas, formulou sua concepção de Estado baseado nas idéias fascistas de Estado Corporativo anunciadas pelo ditador italiano Benito Mussolini, que da mesma maneira que Hitler, foram integrantes dos chamados partidos socialistas, os partidos de esquerda.

Na perspectiva de Francisco Campos, todos os atos de governo deveriam convergir para uma unidade total da sociedade, de modo que todos os segmentos sociais obedecessem estritamente a um grande líder nacional a fim de melhor contemplar um pretense “interesse nacional”. O diferencial das ditaduras de Vargas, em relação às de seus antecessores, foi o fato dele não ter se limitado à repressão aos movimentos populares, nem ter se restringido a favorecer alguns setores da economia, como acontecia com a política chamada “café com leite”.

Vargas deu um passo mais adiante ao considerar o estabelecimento de uma feição nacionalista para as instituições sociais. Procurou sedimentar no conjunto da população um sentimento de nativismo chauvinista através de ações favorecedoras do estabelecimento de uma identidade brasileira. Nesta direção, acenava com a necessidade de uma unificação em torno de sua liderança e da homogeneização da vida social.

Francisco Campos exerceu um papel por demais relevante tanto neste contexto como na dinâmica deste processo. A educação ocupava um lugar de destaque em seus intentos totalitários. Daí porque ao lado da repressão aos diversos setores de atuação do movimento operário conjugou ações afirmativas de uma ordem hierárquica e hierarquizante.

Neste sentido, quando as escolas anarquistas vinham sendo combatidas e fechadas pelos governantes, ao longo da experiência republicana, quando os jornais eram empastelados, quando

¹⁷ Para um conhecimento do pensamento social, de caráter nacionalista, de Francisco Campos ver CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional e suas Diretrizes*. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, 1937 e CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional – Sua Estrutura, Seu Conteúdo Ideológico*. Rio de Janeiro; Livraria José Olympio Editora, 1940, 2ª ed.

os sindicatos eram fechados, quando as bibliotecas eram destruídas e os livros apreendidos e destruídos, quando os trabalhadores eram perseguidos, presos, torturados, expulsos, deportados, assassinados, enfim, quando, de um lado, persistia o arbítrio e a truculência governamental, de outro lado Vargas começou a fomentar, simultaneamente à ação repressiva, a existência de instituições, como as educacionais, dentro da esfera disciplinar. As arbitrariedades do governo Vargas junto aos trabalhadores eram complementadas com o estabelecimento de sindicatos atrelados ao Estado, de escolas com programas oficiais e obrigatórios, com restrição da liberdade de imprensa e conseqüente controle desta pelos órgãos repressivos, e com uma relação de aparelhamento dos segmentos sociais pelo Estado.

Em particular para as organizações operárias, o governo Vargas implantou o modelo de sindicato único, referendado no modelo fascista. Este, por sua vez, assim como o modelo nazista, foi um plágio das iniciativas do governo bolchevique da hoje extinta U.R.S.S. A concepção totalitária de partido único foi expandida para as organizações dos trabalhadores com a implantação do sindicato único. Em todos estes casos está em atividade a instauração e atualização do pensamento único como forma de celebrar a estandardização da vida social, por meio de medidas de governo que visavam estabelecer um intenso processo de disciplinamento da sociedade como também manifestavam a busca de uma domesticação dos setores populares recalcitrantes ou que lhe eram resistentes¹⁸.

Neste contexto social, totalmente adverso, no início da República os trabalhadores empreenderam diversas iniciativas. Simultaneamente à ação em torno da organização em associações de classe, fomentaram atividades grevistas, manifestações públicas e congressos em

¹⁸ Sobre a Revolução de trinta ver DECCA, Edgar de. **1930 – O Silêncio dos Vencidos**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. Uma pesquisa que demonstra as proveniências fascistas dos mais atuais planos e projetos educacionais de cunho nacional foi realizada por Guilherme Carlos Corrêa. Ver CORRÊA, Guilherme Carlos. **Sobre Educação Contemporânea no Brasil**: escolarização, comunicação e anarquia. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

nível local, regional, nacional e internacional; organizaram diversos comitês tratando de temas específicos como dos presos, desaparecidos e deportados, contra a exploração e violências sobre as crianças e contra a carestia de vida e a lei de expulsão de estrangeiros; fundaram escolas, ateneus, bibliotecas, grupos de teatro e algumas experiências com universidades para os trabalhadores; criaram jornais e revistas, publicaram livros e brochuras nas suas tipografias; abordaram a situação da mulher no lar e na fábrica; trataram do tema do amor e da sexualidade; evidenciaram a importância da estética na sociabilidade humana; divulgaram o vegetarianismo e o esperanto; fundaram organizações antimilitaristas e anticlericais; problematizaram as concepções racistas que grassaram entre a intelectualidade acadêmica à época; assinalaram a relevância da questão étnica para a compreensão da sociedade brasileira, particularmente no que dizia respeito ao dinamismo do movimento operário; realizaram atividades de caráter cultural e recreativo como saraus, bailes e piqueniques, dentre outras iniciativas.

Estas e outras experiências implementadas pelos anarquistas além de sofrerem a repressão dos governos republicanos foram alvos de um calculado processo de apagamento da memória social e alvo dos desdobramentos centralizados e autoritários do Estado Novo. Muitos historiadores deixaram de fazer referência a estas contribuições e realizações do movimento operário sob orientação e vibração anárca, capturados pelos sentidos, à direita e à esquerda, das benfeitorias sociais via Estado. Quando forçados pela própria história a registrar a presença anarquista, como na criação dos sindicatos e nas greves, o fizeram com o estereótipo de arcaísmo, obsolescência e atraso¹⁹.

¹⁹ Um caso particular desta perspectiva, que se enquadra perfeitamente no tema deste tópico, é o estudo sobre o Tribunal de Segurança Nacional criado no início da década de 1930 realizado por Reynaldo Pompeu de Campos. O autor inicia no primeiro capítulo assinalando a insatisfação “com a situação vigente”. Neste quadro o autor destaca o movimento modernista, a fundação do PCB, os primeiros grupos fascistas, a revolta do forte de Copacabana e a criação do Centro D. Vital. Mais adiante se refere aos anarquistas numa perspectiva de ativismo sem pensamento, de movimento meramente reivindicatório, de idéias imediatistas ou arcaicas. CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

2.1 Formação do pensamento e do movimento anarquista no Brasil e a literatura especializada das *Humanidades*

O movimento anarquista no Brasil, quando de seus momentos mais marcantes em relação à intervenção no conjunto dos acontecimentos na sociedade, como também quanto a uma maior visibilidade social, tem sido razoavelmente estudado por pesquisadores e acadêmicos já há um considerável tempo. Razoavelmente, não pela qualidade dos estudos publicados, mas em relação ao material disponível em bibliotecas e arquivos, públicos e particulares; em relação também à amplitude e possibilidades de enfoques como de variedade de abordagens investigativas que estes materiais facultam ao pesquisador.

Quanto aos estudos, os interessados e estudiosos do assunto são beneficiados por um leque significativamente amplo de pesquisas, bastante aprofundadas e contundentes, em que pese outros discriminatórios. Estes últimos mais por conta de uma percepção elaborada a partir de referenciais teóricos rígidos e dogmáticos como também por concretizarem uma projeção de demandas alheias ao próprio pensamento e movimento em estudo.

Foi muito comum, durante um longo período de tempo, os estudos e análises de aspectos, ou do conjunto das idéias e do movimento anarquista, a partir de alguma perspectiva do universo conceitual e ideológico marxista. Não que isto não possa e deva ser realizado. Muito pelo contrário, a liberdade na reflexão e análise das questões sociais deve ser o mais larga o quanto for possível. O problema, neste caso específico, é quando as opções de abordagens enrijecem, negligenciam ou obscurecem dimensões do tema em estudo.

Isto acontece, o mais das vezes, com os estudos sobre o pensamento e o movimento anarquista, ao que cabe uma crítica em torno da forma de abordagem adotada pelo pesquisador

que produz estudos e pesquisas com resultados possíveis de serem antecipados através de uma perspectiva restritiva e fechada sobre si mesma, praticada, conscientemente ou não. Contudo, não pretendo me estender nos pormenores destas reflexões realizadas ao longo do século XX, nem tampouco fazer uma espécie de balanço comparativo entre estas, mesmo porque este seria um outro trabalho. Apresentarei nos parágrafos seguintes apenas um esboço rápido destes estudos, considerando-os em conjunto, através das décadas, partindo dos anos cinquenta, período de iniciação nas universidades de investigações em torno do movimento operário, até algumas pesquisas elaboradas nas décadas mais recentes.

Reflexões acerca das idéias e das práticas efetivas no próprio movimento anarquista como, de um modo geral, no operariado, já era procedimento com certa regularidade entre os próprios trabalhadores do período. A revista *Kultur* registrou no começo do século XX reflexões traçando o perfil do anarquismo no Brasil, nomes de maior projeção e as publicações – jornais, revistas e livros – de grande circulação. Aqui o anarquismo manifestava as influências das idéias comunistas de Kropotkin, Reclus, Malatesta e Augustin Hamon. O individualismo stirneano e o cristianismo tosloiano seguiam, em graus menores, influenciando o anarquismo no Brasil.

As colunas da revista anarquista *A Vida*²⁰, publicada no Rio de Janeiro, também apresentam estas preocupações em documentar e registrar as feições do anarquismo desenvolvido no Brasil. Nesta revista, algumas seções indicam a preocupação em documentar os eventos relativos às atividades dos grupos anarquistas, em diversas localidades, e elaborar reflexões em torno do movimento operário e do movimento anarquista a partir das informações coletadas.

²⁰ Ver na bibliografia a referência da edição em fac-símile disponibilizada de *A Vida*. Na mesma coleção de publicações em fac-símile fora publicada o jornal anarcossindicalista *A Voz do Trabalhador* e o *Boletim da Escola Moderna N° 1*. No entanto estas duas últimas são de difícil aquisição, pois foram publicados em reduzidos números de exemplares.

Há, em *A Vida*, uma seção denominada *Bibliografia Brasileira sobre a Questão Social*. Nesta seção, os editores tinham a intenção de listar toda a publicação feita no Brasil abordando a vasta questão social. Há uma outra seção intitulada *Relatórios e Documentos – Subsídios para a História do Movimento Anarquista no Brasil*, com objetivo idêntico. *A Plebe*²¹, décadas depois, apresentou o mesmo cuidado, iniciando uma seção com o mesmo texto de *A Vida*. Desta vez o autor é apresentado: tratava-se de Neno Vasco.

Desde fins dos anos cinquenta e durante a década de sessenta, foram publicados estudos focalizando aspectos historiográficos do movimento operário no início da industrialização no Brasil. A tônica geral destes estudos acadêmicos é de um movimento anarquista, no movimento operário, tratado ora enquanto expressão anacrônica, ora obsoleta, mas sempre inquestionavelmente superada, possuindo importância relativa na formação da classe operária.

Esta apreciação fora lançada por Astrojildo Pereira²², egresso do anarquismo e principal articulador da formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esta foi uma posição definitivamente unânime entre historiadores e estudiosos marxistas. O historiador marxista Eric Hobsbawm também associou anarquismo à idéia de movimento político arcaico, romântico, primitivo, mais afeito a um período pré-industrial. Portanto, desta assertiva se deve a sua conclusão definindo o anarquismo enquanto movimento pré-político, portanto inadequado às sociedades industriais. Em diversos escritos, Hobsbawm²³ apresentou o anarquismo como um

²¹ VASCO, Neno. Subsídios para a história do movimento anarquista no Brasil. **A Plebe**. São Paulo, ano 3, n.86, p. 3, 13 abr 1935. (terceira fase).

²² Sobre as reflexões de Astrojildo Pereira ver PEREIRA, Astrojildo. A Formação do PCB. In: _____. **Ensaio Histórico e Político**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

²³ HOBBSAWM, Eric. J. **Bandidos**. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976, HOBBSAWM, Eric J. **Rebeldes Primitivos**: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Tradução de Nice Rissone Rio de Janeiro: Zahar, 1970 e HOBBSAWM, Eric J. Reflexões sobre o Anarquismo. In: HOBBSAWM, Eric J. **Revolucionários**: ensaios contemporâneos. Tradução de João Carlos; Vitor Garcia; Adelângela Saggioro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

pensamento ultrapassado, irracional e obsoleto, que nada tem a contribuir com o pensamento socialista.

O movimento anarquista é apresentado nestes estudos como uma manifestação de um período transitório entre uma sociedade escravocrata, monarquista e essencialmente agrária para uma outra com o predomínio da vida urbana e industrial enquanto motor da economia. Segundo a perspectiva destes estudos, este processo de transformação social, em relação aos aspectos organizativos dos trabalhadores diante da situação de exploração econômica e dominação política, teve na fundação do PCB, em 1922, seu corolário natural, fatal e inevitável.

Entretanto, no geral, estes primeiros estudos possuem o mérito de abordar um tema que até então não era nem considerado nas pesquisas universitárias, enquanto matéria válida nos estudos de aspectos importantes na constituição da sociedade brasileira. O que prevalecia, até então na historiografia oficial, era uma história enquanto narrativa dos feitos memoráveis praticados pelas grandes personalidades políticas, pelos vultos nacionais, governantes, industriais, enfim, como narrativas de iniciativas tidas como importantes para a sociedade perpetrados por ícones das finanças e da política nacional.

Este ponto de vista ao mesmo tempo em que adota a posição de discurso científico, verdadeiro e realista, sobre fatos tidos na medida de concretos e objetivos, relega a população trabalhadora à importância nula. Esta é reduzida a uma expressão no máximo decorativa, mas de atuação insignificante nos eventos decisivos para a configuração das relações sócio-políticas, econômicas e culturais.

A este respeito é emblemático o tratamento dado pelos estudiosos do processo de industrialização e afirmação do capitalismo aos eventos relacionados com os ludditas, destruidores de máquinas na Inglaterra entre 1810 e 1813 do início da industrialização. A designação do movimento deve-se ao rumor espalhado na época de que havia um líder destas

revoltas. Seu nome era Ned Ludd²⁴, mas sua existência não foi possível ser confirmada. Frequentemente este movimento é apresentado como representando tendências retrógradas e irracionais diante de um fenômeno social tido como inevitável.

Sob este diapasão, o anarquismo foi tratado no plano de exotismo e visto como alvo privilegiado para uma ação repressiva do Estado. A violência governamental recebeu a sagração de verdade científica através da elocubração de intelectuais nacionalistas que lançaram mão de teorias lombrosianas²⁵ como também através da idéia, difundida na sociedade, do anarquismo como uma “planta exógena”²⁶. Haveria, nesta perspectiva, a sugestão, senão mesmo a assertiva taxativa, da existência de uma natureza pacifista do trabalhador brasileiro, não inclinado a conflitos nem à forja de movimentos contestatórios e revolucionários. Antes disso, a população brasileira era apresentada como possuidora de uma índole cordial, ordeira em seus costumes e colaboradora habitual de um pretenso progresso nacional. Os primeiros estudos críticos acadêmicos se caracterizam por uma discursividade pautada em memórias, conjugado a um

²⁴ Sobre este assunto ver FERRER, Cristian. Os destruidores de máquinas. In: **Libertárias** – Revista trimestral de cultura libertária, São Paulo, n.4, dez. 1998. p. 5-10. Também SALE, Kirkpatrick. **Inimigos do Futuro**: a guerra dos ludditas contra a revolução industrial e o desemprego: lições para o presente. Tradução de Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro; Record, 1999. Este livro combina uma exposição de dados históricos à análise das idéias colocadas em efeito pelos ludditas. Neste sentido o autor se coloca enquanto integrante de um movimento néo-luddita contemporâneo, contestando os rumos tomados pela sociedade tecnológica. Outro autor fundamental para o entendimento deste movimento é Schumacher. Seu livro expõe suas idéias acerca da instauração de uma economia descentralizada, ecológica e em pequena escala para o mundo atual. Ver SCHUMACHER, E. F. **O Negócio é Ser Pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro; Zahar, 1983.

²⁵ Os anarquistas eram tidos na medida de uma variação de criminosos por César Lombroso. Ver LOMBROSO, César. **O homem delinquente**. Tradução, atualização, notas e comentários. Maristele Bleggi e Oncar Antonio Corbo Garcia. Porto Alegre: Lenz, 2001.

²⁶ Sobre o tema da violência e repressão estatal sobre o proletariado ver, particularmente, MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. AZEVEDO, Raquel de. **A Resistência Anarquista**: uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. SAMIS, Alexandre. **Clevelândia**: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. A vasta obra de Edgar Rodrigues também constitui fonte para um conhecimento da situação de intensa repressão perpetrada pelos governantes e pelo patronato sobre os trabalhadores no Brasil e em Portugal.

enfoque sociológico e historiográfico, e seus nomes representativos são Azis Simão, Vamireh Chacon, Edgar Carone²⁷, entre outros.

Os trabalhos de Edgar Rodrigues²⁸, que iniciou a coleta de materiais diversos do movimento anarquista ainda nos anos cinquenta e que é o mais completo arquivista do movimento operário e do movimento anarquista no Brasil e em Portugal, abordam estes movimentos a partir de uma perspectiva alheia aos dos anteriormente citados. Seu esforço em conservar e divulgar a memória e eventos que dizem respeito ao movimento operário e ao movimento anarquista no Brasil e em Portugal, se insere dentro das iniciativas de conservação da memória levadas a efeito dentro do movimento anarquista não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Nos anos setenta, surgiram estudos realizados por pesquisadores universitários que trataram com mais pormenores alguns detalhes da experiência do movimento operário e do movimento anarquista no Brasil. Entretanto, estes estudos continuaram matizados por um forte conteúdo ideológico, de orientação marxista encontrado nos estudiosos citados como Boris Fausto, Albertino Rodrigues, Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Nazareth Ferreira, Michael Hall²⁹ à exceção, como dito mais acima, dos trabalhos de Edgar Rodrigues.

²⁷ BANDEIRA, Moniz. **O Ano Vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980. CHACON, Vamireh. **História das Idéias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966. CARONE, Edgar. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: DIFEL, 1984.

²⁸ Edgar Rodrigues publicou mais de quarenta livros, tendo iniciado a divulgá-los em fins dos anos cinquenta. Além disso, encontra-se no prelo quase uma dezena de livros inéditos. Suas primeiras publicações são as seguintes: RODRIGUES, Edgar. **Na Inquisição de Salazar**. Rio de Janeiro: Germinal, 1957. RODRIGUES, Edgar. **A Fome em Portugal**. Rio de Janeiro: Germinal, 1958. RODRIGUES, Edgar. **O Retrato da Ditadura Portuguesa**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1962.

²⁹ FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)**. São Paulo: DIFEL, 1977. PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. **A Classe Operária no Brasil: 1889-1930 – Documentos – o movimento operário**. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v.1. RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979. FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1978.

A partir dos anos oitenta pesquisadores como Foot Hardman, Margareth Rago, Cristina Campos³⁰, entre outros, elaboraram novos estudos do movimento anarquista. Os brasilianistas John Foster Dulles e Silvia Lang Magnani³¹ procuraram apresentar uma sucessão de dados históricos com a pretensão de que eles falassem por si mesmos. Apesar de ainda prevalecer a interpretação marxista, vinculada a um enfoque detido nas relações de produção ou na determinação das condições sociais de época, estes são estudos voltados para outras dimensões da sociabilidade humana.

Assim, Foot Hardman tratou da cultura operária abordando aspectos relativos à música, festas e iniciativas de propaganda de idéias através de espetáculos teatrais e piqueniques. Margareth Rago evidenciou o dia-a-dia operário relacionando vida doméstica, à situação do cotidiano feminino na sociedade e na fábrica, com as lutas políticas (não partidárias) levadas a efeito pelos trabalhadores.

Nos anos noventa mais estudos foram realizados tomando como foco privilegiado alguns aspectos particulares do movimento anarquista, como imprensa, teatro e escolas. Contudo, desde a década anterior, iniciaram-se pesquisas centradas na análise em torno de trajetória biográfica ou do pensamento social de alguns de nomes de alguns anarquistas mais conhecidos.

Alguns destes estudos foram publicados em forma de livros, facilitando o acesso a um maior público interessado, para além do restrito campo de especialistas estudiosos da matéria. Muitos outros estão ainda sob a forma de monografia de fim de curso, dissertação de mestrado ou

³⁰ HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria Nem Patrão**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: UNESP, 2002. CAMPOS, Cristina Hebling. **O Sonhar Libertário** (Movimento Operário dos anos 1917 a 1921). Campinas, São Paulo: Pontes/UNICAMP, 1988. RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: utopia da cidade disciplinar (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

³¹ DULLES, John F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. MAGNANI, Silvia Lang. **O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

tese de doutorado, à disposição de um reduzido número de leitores, nas instituições de ensino superior no Brasil³².

Estes estudos, no mais das vezes, caracterizam-se por um afastamento maior de uma perspectiva de reclame de alguma ausência de teoria própria ou carência metodológica inerente ao anarquismo enquanto pensamento e movimento social. Detêm-se mais em torno das propostas e realizações dos diretamente envolvidos. Em que pese às contribuições destes trabalhos, que, em sua esmagadora maioria, registraram experiências no âmbito da perspectiva historiográfica e sociológica, quer abordando biografias, quer tratando das realizações anarquistas com associações de classe, imprensa, teatro e escola, quase nada se produziu propriamente em torno de uma elaboração coletiva do pensamento social anarquista. Mesmos as pesquisas sobre educação e escola anarquistas desconsideram esta abordagem.

É claro que é impossível tratar este ou aquele movimento social numa perspectiva histórica sem remeter às idéias que orientam, balizam ou convulsionam seu dinamismo. No

³² Para um conhecimento acerca de algumas pesquisas publicadas em torno de figuras anarquistas, ver SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Elycio de Carvalho, um militante do anarquismo**. Maceió/Brasília: Arquivo de Alagoas, 1982. LEITE, Miriam Lifchitz. **A Outra Face do Feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984. DUARTE, Regina Horta. **A Imagem Rebelde**: A Trajetória Libertária de Avelino Fóscolo. Campinas, São Paulo: Pontes, 1992. ROMANI, Carlo. **Oresti Ristori**: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume, 2002. NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Florentino de Carvalho**: pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. JEREMIAS, Marcolino; SILVA, Liana Ferreira da; SILVA, Rodrigo Rosa da; RAMOS, Leandro Márcio. (ORGs) **Três Depoimentos Libertários** – Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Gimenez Moreno. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. Um estudo desta natureza, ainda que com uma anarquista italiana radicada no Uruguai, foi realizado por Margareth Rago. Ver RAGO, Margareth. **Entre a História e a Liberdade**: Luce Fabbrì e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: UNESPE, 2000. Estes estudos são ainda minoritários quanto a anarquistas que se formaram e atuaram no Brasil, consistindo num dos campos abertos para a elaboração de diversas pesquisas. Algumas personagens que aguardam pesquisas são Gigi Damiani, as irmãs Maria Antonia Soares e Angelina Soares, Rodolfo Felipe, Hermínio Marcos, Isabel Cerruti, Orlando Corrêa Lopes, Domingos Ribeiro Filho, Domingos Passos, Zenon de Almeida, Polydoro Santos entre tantos outros. Uma publicação registrando e analisando depoimentos de militantes anarquistas octogenários e nonagenários foi realizada por Givanildo Avelino. Ver AVELINO, Givanildo Oliveira. **Anarquistas** – ética e antologia de existências. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004. As obras de Edgar Rodrigues apresentam notas biográficas sobre diversos personagens anarquistas. No entanto uma delas se detém mais especificamente em torno de diversos nomes, colocando aspectos relacionados à atuação e à biografia de cada um anarquista contemplado neste seu livro publicado em cinco volumes. Ver RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros** – 1. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1994. v. 1. RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros** – 2. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1995. v. 2. RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros** – 3. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v. 3. RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros** – 4. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v. 4. RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros** – 5. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v. 5.

entanto, o enfoque convencional tem menosprezado este assunto, aparecendo no texto como um efeito que não pode ser considerado nem secundário. A abordagem privilegiada, nestes escritos, deixa de lado as questões relativas à elaboração pelos trabalhadores de um conhecimento original realizado numa dinâmica coletiva.

Disto resulta uma espantosa lacuna, na literatura especializada, quanto às idéias filosóficas, econômicas, antropológicas e sócio-políticas; quanto às produções de estudos e de pesquisas em torno de um pensamento social, elaborado no Brasil de forma coletiva e diferenciado dos países centrais; também quanto à análise, ou o registro, das contribuições intelectuais deixadas pelos trabalhadores integrantes do movimento anarquista.

Via de regra, a literatura historiográfica das diversas disciplinas das chamadas Humanidades, no Brasil, anula de seu registro qualquer referência às contribuições reflexivas deixadas pelos integrantes do movimento anarquista. Tomando algum exemplar desta literatura – abordando a produção realizada no Brasil pelos trabalhadores vinculados ao anarquismo, relativo às idéias filosóficas e econômicas, a reflexão da constituição étnica diversa e quanto à experiência com a alteridade, à ponderação sobre a farta produção sociológica e das Ciências Políticas – o mutismo sistemático é deveras curioso, para não dizer sintomático e revelador. Estas reflexões delineiam a existência do anarquismo como simples ativismo, vazio em criação de idéias.

Ana Maria Fernandes³³, em sua pesquisa sobre ciência no Brasil e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, fez uma alusão rápida ao anarquismo e ao socialismo. Entretanto nesta sua referência reduz estes movimentos a aspectos relativos a eventos de grandes comoções sociais. Em sua perspectiva, anarquismo e socialismo são percebidos enquanto meros

³³ FERNANDES, Ana Maria. **A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

componentes integrantes do conturbado contexto social abrangente no Brasil dos primeiros anos da República.

Neste sentido, desconsiderou a existência de uma contribuição particular deixada à configuração de um pensamento político, filosófico e sociológico, só para ficar nestes três campos das Humanidades. A autora destacou as convulsões sociais, sobretudo com as grandes greves que agitaram a sociedade brasileira durante os anos de 1910 e 1920, abalando as vigentes instituições sociais, culturais e políticas.

O historiador das Ciências Sociais no Brasil Sérgio Miceli³⁴ registrou, como marco primeiro da produção de um saber coletivo e institucional diferenciado da matriz européia ou estadunidense, a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, respectivamente em 1933 e 1934³⁵.

Nas obras de Miceli reverbera o padrão consagrado de história oficial, que considera apenas como vertente válida os acontecimentos existentes exclusivamente dentro da esfera dos eventos oficiais, institucionais e relativos a grandes personagens, símbolos nacionais e datas comemorativas. Neste opera, tal qual os historiadores oficiais ou oficiosos, um silenciamento, ou mesmo um esquecimento, calculado ou não, das expressões realizadas fora, para não dizer contra, à perspectiva apologética de notoriedades e de acontecimentos dentro de um dinamismo instaurador de hierarquias institucionais.

³⁴ MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, IDESP, 1989. V. 1. MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, FAPESP, 1995. V. 2. e MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Ver também AGUIAR, Ronaldo Conde. **Pequena Bibliografia do Pensamento Social Brasileiro**. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: Marco Zero, 2000.

³⁵ Para situar a concepção e criação da Universidade de São Paulo dentro dos objetivos de uma camada da elite paulista, ver CARDOSO, Irene R. **A universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1982. Muito significativa na compreensão deste assunto é também a série de entrevistas realizadas por Sônia Maria de Freitas com diversas personagens que marcaram a história da criação da USP, como Antonio Candido de Mello e Souza, Benedito Castrucci e Miriam L. Moreira Leite. Ver FREITAS, Sônia Maria de. **Reminiscências**. São Paulo: Maltese, 1993.

A revista *Sociologia*³⁶, publicada em 1940 e beneficiada em 1987 de uma reedição comemorativa de seu primeiro número – contendo neste volume acréscimo de alguns textos introdutórios – é apresentada enquanto primeira publicação no Brasil dentro das Ciências Sociais. Nesta publicação, a esmagadora maioria dos artigos apresentados consiste em traduções de textos, com conteúdos teóricos e ou metodológicos, de pesquisadores estrangeiros, quer seja de clássicos da Sociologia dos estudiosos da época.

Aparentemente este constitui um padrão instituído dentro da tradição das Ciências Sociais a partir particularmente do fim da Revolução Espanhola (1936-1939)³⁷. Colombo, fazendo uma ligeira resenha do movimento e do pensamento anarquistas eclipsados nas narrativas historiográficas consagradas, alvos privilegiados de um calculado processo de ocultamento nos textos dos estudiosos da sociedade a partir do segundo pós-guerra, diz o seguinte:

As organizações da classe operária, e a impulsão revolucionária que as anima, tomam forma pouco a pouco na Europa a partir da revolução de 1848; dão-se uma dimensão à pretensão internacional desde 1864 e afirmam sua finalidade antiautoritária, atormentado por uma repressão violenta em diferentes momentos de sua história, e em todos os países, vai achar sua expressão culminante, e ali sucumbir, sobre as barricadas da Revolução espanhola. Desde então, as oligarquias bem-pensantes e a *intelligentsia* ocidental conseguiram escamotear da história esse espectro criado sobre o anarquismo que ousou combater o direito da classe dominante de comandar e seu sacrossanto ‘princípio de autoridade’.

Para lograr êxito, esses zeladores da ordem estabelecida tiveram a seu favor duas grandes guerras, os totalitarismos nazista e fascista, a repressão brutal de toda insurreição, na Rússia, na Alemanha, na Espanha, na América Latina, a tomada ilegítima do monopólio da ideologia revolucionária pelo Estado bolchevique e pela

³⁶ BARRETO, Romano; WILLEMS, Emilio (Org.) **Leituras Sociológicas**. São Paulo: Edições da Revista Sociológica, 1940. (Série Ciências Sociais, v.1). CARVALHO, Nanci Valadares de (Coord.) **Leituras Sociológicas**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987.

³⁷ Sobre o processo sócio-político da Revolução Espanhola ver PEIRATS, José. **Los Anarquistas em la Crisis Política Española**. Madrid, Espanha: Jucar, 1977. MANFRÉDONIA, Gaetano. **Espanha Libertária: a revolução social contra o fascismo**. Tradução Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, Expressão e Arte, 2002 e WOODCOCK, George. **Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários – O Movimento**. Tradução de Alice K. Miyashiro; Heitor Ferreira da Costa; José Antonio Arantes; Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1984. v.2. Sobre seus aspectos econômicos ver SANTILLÁN, Diego Abad de. **O Organismo Econômico da Revolução: a autogestão na Revolução Espanhola**. Tradução de Arnaldo Spindel; Pierre André Ruprecht. São Paulo: Brasiliense, 1980.e LEVAL, Gaston (et alii). **Autogestão e Anarquismo**. Tradução Plínio Augusto Coêlho. São Paulo; Imaginário, 2002.

guerra fria. Devemos nos surpreender com o fato de que as *massas* permanecem apáticas, como que embotadas, diante de tal barbárie?³⁸

Apesar da perspectiva de Colombo vitimizar os anarquistas espanhóis, ignorando contribuição dos próprios anarquistas nas causas de sua derrota, merece ser registrada por conta do desdobramento seguido ao desfecho da experiência autogestionária na Espanha em 1939. O autor assinala aspectos relevantes para a compreensão do que estou analisando nesta pesquisa. Entretanto estes procedimentos de ocultamento e exclusão também se dão quando Colombo apresenta os anarquistas espanhóis como vítimas passivas da ação de algozes fascistas.

Em 1993 a Fundação Calouste Gulbenkian formou uma comissão denominada Comissão Gulbenkian a fim de investigar a situação atual das Ciências Sociais e as suas perspectivas para o futuro. Esta comissão foi coordenada pelo historiador Immanuel Wallerstein e teve como demais integrantes Ilya Prigogine, Peter J. Taylor, Dominique Lecourt, entre outros nomes de projeção mundial³⁹.

O resultado dos dois anos de pesquisa acerca da situação contemporânea das Ciências Sociais, como também de futuros desdobramentos, considerou em seu enfoque o processo histórico de sua formação desde o século dezoito até o período pós-segunda guerra. Quando da abordagem, numa perspectiva da atual situação das Ciências Sociais, o relatório da comissão focalizou os temas abordados neste período mais recente. Pois bem, este estudo não faz referência em nenhum momento à contribuição deixada às Ciências Sociais pelos pensadores anarquistas na esfera dos debates conceitual e metodológico.

³⁸ COLOMBO, Eduardo. Apresentação à edição brasileira. In: _____ (et alii). **História do Movimento Operário Revolucionário**. Tradução Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004. p. 12.

³⁹ COMISSÃO GULBENKIAN PARA REESTRUTURAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. **Para Abrir as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.

A derrota da experiência autogestionária na Espanha foi o sinal para o começo da segunda guerra mundial. A esta sucedeu uma epidemia de governos ditatoriais, à “direita” ou à “esquerda”, por todos os continentes, como um sintoma da revanche da reação sobre os ímpetos libertários. Este desfecho só foi possível por conta da conjugação de esforços de toda a reação internacional como também à reação interna à Espanha, efetivada através da ação articulada entre Stálin, Hitler⁴⁰, Mussolini e Franco.

É claro que alguns segmentos expressivos dentro do anarquismo estavam fascinados e encantados com campos e promessas do transcendente dinamismo divinal vigente. Isto observo quando encontro sintonia de correntes anarquistas – como a sindicalista, a comunista, a individualista e a coletivista – com a mística modernidade: trata-se de providência, também de acenos de conforto e sossego com uma alta, intensa e crescente tecnologia, de eternidade, pacificação, quietude, segurança – materiais constitutivos dos paraísos – expressam o campo da vontade destes anarquismos, irmanando-os aos padres modernos. Por fim, estas expressões anárquicas findaram construindo sua cova ao prepararem a cama para aqueles que consideravam inimigos, mas com os quais tinham muito mais em comum do que imaginavam.

Por sua vez, o esforço conjugado do fascismo internacional sobre a Espanha, derrotando em 1939 o movimento revolucionário de expressão libertária, contribuiu para estreitar as relações entre a Alemanha hitlerista e a U.R.S.S. stanilista. Estas relações foram consolidadas através de um pacto econômico e de não agressão firmado secretamente entre os dois países, em meados de 1939. O fenômeno da segunda conflagração bélica mundial e seus posteriores desdobramentos transformou não apenas uma cartografia política internacional. Alterou também um mapa relativo ao pensamento social, ocasião em que o pensamento anarquista, malquisto tanto pela esquerda

⁴⁰ Para uma história do processo de elaboração e assinatura do pacto Hitler/Stalin e as suas repercussões na esquerda brasileira ver SILVEIRA, Joel; MORAES NETO, Geneton. **Hitler/Stalin: o pacto maldito**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

como pela direita, acompanhou o refluxo e ostracismo a que o movimento que o expressara fora relegado⁴¹.

Se na grande parte dos textos historiográficos consagrados contemporaneamente, o movimento anarquista é apresentado ainda vinculado ao estereótipo de pré-político e de arcaísmo, mais afeito à idéia de rebeldias primitivas e românticas, nos textos acerca de uma história do pensamento social elaborado em terras brasileiras, não há referência em torno da contribuição original deixada pelo movimento anarquista. Por sua vez, esta contribuição pode ser verificada através da elaboração de reflexões acerca de questões urgentes no mundo, e no Brasil, postas para o debate do conjunto da sociedade e registradas em diversos impressos do período.

Mesmo uma história da filosofia no Brasil não remete às contribuições de anarquistas nascidos ou “formados”, enquanto pessoas e militantes, no Brasil. Tiago Adão Lara⁴², tratando do percurso da razão no ocidente, abordou os caminhos da Filosofia no Brasil. O fez aludindo ao anarquismo apenas enquanto elemento constituinte do cenário conflitante dos movimentos sociais nos primeiros anos da República. Não menciona os debates filosóficos então existentes, nem tampouco alguma contribuição original realizada pelos trabalhadores neste campo do saber.

Como afirmado mais acima, estes subsídios são facilmente encontrados em jornais, revistas, brochuras e livros publicados pelos anarquistas neste período. As abordagens das idéias filosóficas clássicas elaboradas pelos anarquistas, como às que lhe eram contemporâneas, aconteceram não só em debates, conferências e palestras. Os jornais e livros anarquistas registram

⁴¹ Apresento um rápido estudo apresentando, em forma de esboço, as contribuições deixadas pelos pensadores anarquistas clássicos ao pensamento social. NASCIMENTO, Rogério H. Z. Anarquia nas Humanidades: perspectiva negativista no estudo da sociedade. **REVISTA ARIÚS** – Centro de Humanidades da UFCG. Campina Grande, n. 11, 2002. p. 72-82.

⁴² LARA, Tiago Adão. **Caminhos da Razão no Ocidente**: a filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias. Petrópolis; Vozes, 1986. Sobre a trajetória da Filosofia no Brasil ver também VITA, Luis Washington. **Panorama da Filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1969 e GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **Pequenos Estudos de Filosofia Brasileira**. 2. ed., rev. e corr. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

em suas colunas e páginas o conhecimento pelos trabalhadores de filósofos e escolas filosóficas as mais diversas.

Restringindo-me a um exemplo, a revista anarquista *A Vida* guarda em suas colunas um debate profícuo entre um integrante do grupo de redatores com o vice-diretor da Igreja do Apostolado Positivista no Brasil, Teixeira Mendes. Nesta polêmica ficou registrada a impressão dos anarquistas sobre as idéias defendidas pelo positivismo como também a apreciação de um positivista de reconhecimento inquestionável sobre o anarquismo. Alguns dos temas surgidos neste debate dizem respeito à ciência, liberdade, ordem e desordem social, egoísmo e altruísmo.

As revistas *Kultur* (1904), Rio de Janeiro, o *Boletim da Escola Moderna N° 1* (1918-1919), São Paulo, *Na Barricada* (1915), Rio de Janeiro, e *Aurora* (1905), São Paulo, entre outros, também expuseram em suas colunas o debate entre anarquismo, positivismo e spencerismo. As matérias expostas em *Kultur* problematizando postulados positivistas provocaram Teixeira Mendes, levando-o a escrever a Elysio de Carvalho breve carta refutando suas críticas. Esta carta favoreceu um debate entre ambos. Também o *Boletim da Escola Moderna N° 1* publicou uma extensa carta do vice-diretor do Apostolado Positivista no Brasil, seguindo a uma exposição de cordiais ponderações elaborada por integrante do coletivo editorial.

Os manuais de Sociologia, utilizados contemporaneamente nos diversos cursos das Humanidades, nas universidades brasileiras, anulam uma apreciação acerca das contribuições deixadas pelos anarquistas ao pensamento social. Mesmo porque falar de socialismo e das reflexões quanto às questões sociais na Europa do século dezenove é impossível sem remeter pelo menos, em que pese os diversos trabalhos escritos por Kropotkin e Réclus e à presença pessoal de Bakunin em todas as revoluções de seu século, ao pensamento de Proudhon.

Geralmente, estes manuais apresentam uma contextualização dos embates teóricos, havidos entre os chamados clássicos da Sociologia com alguns de seus contemporâneos,

excluindo em bloco os contatos destes com as idéias libertárias, com os pensadores e militantes anarquistas de sua própria época. As ponderações elaboradas por diversos estudiosos e comentadores acerca da conformação do pensamento social de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, estes que são os chamados clássicos das Ciências Sociais, não focalizam suas relações com os textos elaborados pelos chamados clássicos do pensamento anarquista. Relações estas que no caso de Marx e Proudhon, foram também pessoais.

Entre Marx, Durkheim e Weber, Marx foi quem mais contato teve com as idéias dos pensadores anarquistas, tendo produzido diversos livros a partir destes encontros. Durkheim em seu texto sobre socialismo faz uma rápida alusão a Proudhon⁴³.

A exceção desta lacuna nos manuais de Sociologia é Georges Gurvitch que, além de ter situado o debate havido entre Marx e Proudhon em seu manual de Sociologia⁴⁴, registrando o

⁴³ DURKHEIM, Émile. **A Ciência Social e a Ação**. Tradução de Inês Duarte Ferreira. São Paulo: DIFEL, 1975 e DURKHEIM, Émile. **Socialismo**: Émile Durkheim, Max Weber. Tradução Ângela Ramalho; Antonia Bandeira. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993. Sobre as polêmicas entre Karl Marx e Max Stirner ver SOUZA, José Crisóstomo de. **A Questão da Individualidade**: a crítica do humano e do social na polêmica Stirner-Marx. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1993. Entre Karl Marx e Pierre-Joseph Proudhon ver as seguintes obras: o texto de introdução elaborado pelos organizadores da coletânea PASSETTI, Edson; RESENDE, Paulo-Edgar (Org.). **Proudhon**. Tradução Célia Gambini, Eunice Ornelas Setti. São Paulo: Ática, 1986. GURVITCH, Georges. **A Vocação Atual da Sociologia**. Tradução de Orlando Daniel. Lisboa, Portugal: Cosmos, Santos, São Paulo: Martins Fontes, 1979. 2 v. GURVITCH, Georges. **Proudhon e Marx**. Tradução de Luz Cary. Lisboa, Portugal: Presença, São Paulo: Martins Fontes, 1980. 2 v. GURVITCH, Georges. **Proudhon**. Tradução de Lurdes Jacob; Jorge Ramalho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1983. MENEZES, Djacir. **Proudhon, Hegel e a dialética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. JACKSON, J. Hampden. **Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu**. Tradução de Waltensir Dutra Rio de Janeiro: Zahar, 1963. Nos beneficiamos com duas recentes publicações no Brasil: MARX, Karl, **Miséria da Filosofia**. Tradução e notas José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2004, contendo as notas elaboradas por Proudhon além de um texto introdutório situando esta obra de polêmica; a segunda publicação é PROUDHON, Pierre-Joseph. **Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria**. Tradução J. C. Morel. São Paulo: Ícone, 2003. t.1., onde o leitor pode acompanhar, na introdução elaborada por Morel, uma exposição desta polêmica. Entre Karl Marx e Mikhail Alexandrovitch Bakunin ver NORTE, Sérgio Augusto Queiroz. **Bakunin**: Sangue, Suor e Barricadas. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988 e BARRUÉ, Jean. Bakunin e Netchaiev (Três Estudos sobre Bakunin). In: _____. **O Anarquismo Hoje**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976. Do próprio Bakunin acerca do pensamento político de Marx ver BAKUNIN, Mikhail A. **Escrito Contra Marx**: conflitos na Internacional. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1989. Sobre reflexões acerca do pensamento político de Karl Marx e Friedrich Engels como de seus mais destacados seguidores ver FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo”**: história de um equívoco. Blumenau, Santa Catarina: FURB, 1997, sobretudo a primeira parte e a conclusão. Por fim, para uma abordagem geral, a partir de uma perspectiva anarquista do pensamento sócio-político de Karl Marx ver particularmente a coletânea JOYEUX, Maurice (et alii) **Os Anarquistas Julgam Marx**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2001. Nesta coletânea há um artigo de Gaston Leval intitulado **Bakunin e o Estado Marxista**, em que o autor procede a uma análise comparativa do pensamento político de Marx a partir da crítica de Bakunin. Para uma apreciação de Marx sobre o anarquismo ver MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Anarquismo**. Tradução de J. Abad Iñiguez. São Paulo: Acadêmica, 1987.

débito do primeiro para com o segundo, abordou em outras obras as relações tumultuadas entre ambos, chegando a produzir um livro especificamente sobre o pensamento social de Proudhon. Neste livro Gurvitch analisou o pensamento social de Proudhon considerando-o em seus aspectos filosóficos, sociológicos e de doutrina social e política. Encerrou este livro com a seguinte conclusão: “Cem anos após a sua morte, a actualidade de Proudhon impõe-se tanto a *Leste* como a *Oeste*. Creio ser esta a maior homenagem que podemos prestar-lhe”⁴⁵.

Outro aspecto a ser considerado nesta reflexão é o fato do total desconhecimento nos atuais cursos superiores das humanidades no Brasil quanto aos referidos livros, textos de jornais e brochuras contendo reflexões sobre a sociedade na qual os trabalhadores encontravam-se inseridos. Este desconhecimento se desdobra na impossibilidade de alguma referência e mesmo nenhuma utilização destas produções nas aulas dos cursos.

Os cursos de História, por exemplo, não usam textos nem livros historiográficos que registram alguns eventos decisivos nas histórias locais, regionais e mesmo de alcance nacional a partir de uma perspectiva de quem vivenciou os fenômenos sociais. Um flagrante desta assertiva consiste no episódio da guerra civil constitucionalista iniciada pelo estado de São Paulo contra o governo federal, no ano de 1932. Esta foi uma extraordinária comoção cívica que, tendo eclodido numa particular localidade de um dos estados da região sudeste, findou por repercutir diferentemente em outros estados.

Diante de uma vasta literatura historiográfica⁴⁶ produzida por generais, revolucionários, jornalistas e envolvidos em um dos lados da refrega, escapa à atenção dos interessados e dos

⁴⁴ Ver GURVITCH, Georges. **A Vocação Atual da Sociologia**. Tradução de Orlando Daniel. Lisboa, Portugal: Cosmos, Santos, São Paulo: Martins Fontes, 1979. 2 v.

⁴⁵ GURVITCH, Georges. **Proudhon**. Tradução de Lurdes Jacob; Jorge Ramalho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1983.

⁴⁶ Sobre a guerra civil de 1932 em São Paulo ver DE PAULA, Jeziel. **1932: imagens construindo a história**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, Piracicaba, São Paulo: UNIMEP, 1998. Um dos objetivos desta pesquisa fora fazer uma relação de todos os livros publicados sobre a guerra de trinta e dois. Um dado no mínimo curioso diz

estudiosos o registro de um trabalhador constituindo um documento único, até onde é do meu conhecimento. Além de trabalhador o autor do livro foi um anarquista de projeção em toda a América Latina, tendo elaborado uma filosofia própria. Trata-se do segundo livro de Florentino de Carvalho.⁴⁷

Outros textos possuem este caráter historiográfico, mas mesmo assim não são utilizados nos cursos de história. O mesmo acontecimento se aplica ao caso da Sociologia, da Pedagogia, da Política, da Filosofia, da Antropologia, das Artes⁴⁸, das Letras, da Literatura⁴⁹ em particular, das Comunicações Sociais, da Economia, enfim, em todo o vasto campo das Humanidades. Se na área da Pedagogia existem pesquisas abordando aspectos particulares das realizações dos anarquistas no campo educacional, quando da fundação das diversas escolas e das poucas experiências com universidades para os trabalhadores, nos cursos de Pedagogia ministrados nas instituições de ensino superior não são adotadas, até onde tenho conhecimento, nenhuma das diversas produções produzidas pelos professores anarquistas.

Há que se considerar o fato destas produções terem sido elaboradas a partir da própria prática, do desenvolvimento das experiências educacionais instauradas pelo movimento operário e do envolvimento profundo em que os professores do período ocuparam uma posição

respeito ao registro do livro de Florentino de Carvalho com um pequeno erro ao trocar a palavra “sociais” por “nacionais” no subtítulo, ficando o subtítulo alterado. Ao invés de “solução imediata dos grandes problemas sociais”, como está no original, ficou “solução imediata dos grandes problemas nacionais”. Apenas uma palavra, mas a diferença é monumental.

⁴⁷ CARVALHO, Florentino de. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais**. São Paulo: Ariel, 1932.

⁴⁸ Pouquíssimas são as pesquisas publicadas sobre o teatro operário. Ver SILVEIRA, Miroel. **A Contribuição Italiana ao Teatro Brasileiro (1895-1964)**. São Paulo: Quíron, Brasília, DF: INL, 1976. LIMA, Mariângela Alves de. Teatro Operário em São Paulo. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **Libertários no Brasil – Memória, Lutas, Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986 e RODRIGUES, Edgar. O Anarquismo no Teatro. In: _____. **O Anarquismo na Escola, no Teatro, na Poesia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

⁴⁹ Há, até onde é do meu conhecimento, algumas poucas pesquisas em torno do tema da literatura anarquista. Ver PRADO, Antonio Arnoni; HARDMAN, Francisco Foot (Organização, introdução e notas). **Contos Anarquistas – Antologia da Prosa Libertária no Brasil (1901-1935)**. São Paulo: Brasiliense, 1985. PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **Libertários no Brasil – Memória, Lutas, Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986 e RODRIGUES, Edgar. O Anarquismo na Poesia. In: RODRIGUES, Edgar. **O Anarquismo na Escola, no Teatro, na Poesia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

privilegiada nestas realizações. Eles foram simultaneamente testemunhas e atores diretamente envolvidos em eventos desta magnitude⁵⁰.

O caráter político dos escritos anarquistas é inquestionável. Além disto, seus periódicos e livros abordam exaustivamente as idéias políticas discutidas em sua época. Desde o monarquismo ao fascismo passando pela democracia republicana ou socialista, teocracias, imperialismos, “ditadura do proletariado”, e todas as formas de governo central foram temas debatidos pelos articulistas.

Entretanto não só críticas e negações constituem o pensamento político anarquista. Existem proposituras, ao lado da negação de qualquer governo central, quer seja instalado na forma de Estado-Nação, quer na de “ditadura proletária”, quer na de “governo revolucionário” ou de um Estado Sindicalista. Esta negação é apresentada numa perspectiva de positividade e não de carência, ausência ou alguma incompletude. Neste sentido, este negativismo reúne num só campo os anarquistas de todas as expressões, lançando-os em áreas diferentes quando da elaboração de um pensamento propriamente propositivo⁵¹.

⁵⁰ Várias foram as pesquisas realizadas em torno das experiências educacionais dos anarquistas nas primeiras décadas da República. A pesquisa de doutoramento de Sebastian Sanchez Martin aponta a existência no Brasil de mais de cinquenta escolas fundadas pelos anarquistas. Ver MARTIN, Sebastian S. **La Escuela Moderna en Brasil (1909-1919)**. 1991. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Educação e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação da Universidade Nacional de Educação à Distância, Madrid, Espanha, 1991. Outro estudo sobre o tema foi realizado por Flávio Luizetto em sua tese de doutoramento. Ver LUIZETTO, Flávio. **Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900-1920**. São Carlos, São Paulo: USP, 1984. Um texto mais acessível, porque publicado, abordando este assunto é o livro de Regina Célia Mazoni Jomini. Ver JOMINI, Regina C. M. **Uma Educação para a Solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1990.

⁵¹ Sobre manuais de Política que tratam da constituição de um pensamento político no Brasil ver a coleção, em doze volumes, BARRETO, Vicente (Org.). **Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982. Os comentaristas politólogos que elaboram alguma referência ao anarquismo no movimento operário o fazem lançando mão do cabedal conceitual marxista, utilizando expressões como “socialismo utópico” dentro da idéia de arcaísmo. Ver CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A Influência das Idéias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro – 1890-1922**. São Paulo: Loyola, 1978.

A Antropologia, amplamente divulgada no Brasil no início da República, está relacionada principalmente ao nome de Cesare Lombroso e sua Antropologia Criminal⁵². Prevalencia o procedimento relativo a Frenologia no trato da questão social. A idéia de inatismo no comportamento social perpassava os estudos antropológicos do período. Por sua vez, diversos anarquistas rebatiam com veemência e conhecimento da matéria as idéias lombrosianas que embalavam muitos dos intelectuais nacionalistas do período.

Como demonstração das reflexões elaboradas por anarquistas refutando idéias positivistas e racistas de Lombroso, há o episódio da publicação do livro *A Epilepsia e as Pseudo-Epilepsias* do médico psiquiatra Manoel Bombarda, carioca radicado em Portugal. Bombarda levantou, neste livro, a tese de uma pretensa inferioridade genética da mulher em relação ao homem, pois no seu entendimento, a mulher constituía fator de degenerescência da espécie.

Maria Lacerda de Moura⁵³ dedicou um livro, *A Mulher é uma degenerada*, refutando as idéias e concepções preconceituosas deste psiquiatra mascaradas enquanto ciência. A frase que empresta o título a seu livro a autora retirou do próprio livro de Bombarda, e procedeu a uma devassa nas idéias lombrosianas através da crítica ao autor carioca.

Considerando a Antropologia contemporânea enquanto conjunto de conhecimentos sistematizados em torno da experiência da alteridade, quer em relação ao contato entre agrupamentos sociais distintos quer como enfoque instaurador de uma perspectiva de estranhamento de instituições, costumes e hábitos convencionais da própria sociedade da qual o antropólogo é integrante, há reflexões antropológicas abarcando estas duas perspectivas em vários textos dos anarquistas do período aqui tratado.

⁵² LOMBROSO, César. **O homem delinqüente**. Tradução, atualização de Maristele Bleggi; Oncar Antonio Corbo Garcia. Porto Alegre: Lenz, 2001.

⁵³ MOURA, Maria Lacerda de. "*A Mulher é uma Degenerada*". São Paulo; Typ. Paulista, 1924.

A liberdade no pensamento anarquista é muito mais que objeto de reflexão, análise e estudo para deleite intelectual, muito mais que um recurso de oratória para emoldurar discursos como podem fazer democratas e liberais, os quais esvaziavam-na de seu sentido ao tratarem de liberdade... sempre na condicional: a liberdade deve ser legalizada, regulamentada, emendada, medida, fiscalizada, policiada, tarifada, vendida, comprada, doada, mas nunca inventada com as próprias mãos.

A possibilidade de invenção de modos de vida diferentes caracteriza a espécie humana. Por sua vez, a liberdade no anarquismo consiste na afirmação da legitimidade da existência e autodeterminação dos grupos e indivíduos sem nenhuma ingerência legal, moral, econômica, religiosa ou outras de quaisquer espécies. Nesta direção, os anarquistas, em que pese alguns expressarem uma abordagem das sociedades indígenas matizada no evolucionismo vitoriano, no geral, se referiam aos “selvícolas” ou “índigenas” reconhecendo a legitimidade de seu modo de vida⁵⁴.

Um destes anarquistas, Paul Berthelot (1880-1910), francês radicado no Brasil procurou estabelecer uma comunidade anarquista a partir da observação direta de como viviam alguns dos grupos indígenas, mas não pôde realizar seu intento porque faleceu no interior de Goiás ao adquirir enfermidades endêmicas.

Em Letras e Literatura é vasta a contribuição deixada pelos anarquistas. O primeiro romance social produzido no Brasil foi elaborado pelo médico baiano Fábio Luz. Em 1901 ele escreveu *Novelas* apresentando suas preocupações com a questão social. Abordou em seus romances estas questões numa perspectiva anarquista, a partir de 1903 com a publicação de *Os Ideólogos*, seguindo esta abordagem em todos os seus escritos posteriores. Em 1906 veio a

⁵⁴ Sobre referências de anarquistas aos povos indígenas ver particularmente LEUENROTH, Edgar; NEGRO, Hélio. **O Que é Maximismo ou Bolchevismo**. São Paulo: [s.n.], 1919 e CARVALHO, Florentino de. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo**: solução imediata dos grandes problemas sociais. São Paulo: Ariel, 1932.

público *Os Emancipados*, e em 1908 *Virgem-Mãe*, fora os demais publicados nos anos seguintes. Fábio Luz foi constante colaborador da imprensa anarquista e integrante da “Academia Carioca de Letras”.

Neno Vasco elaborou uma das primeiras propostas de simplificação ortográfica para a “Academia Brasileira de Letras”. Enviou suas propostas, mas não obteve nenhuma resposta desta instituição. Decidiu então elaborar os jornais de que participou estabelecendo a simplificação ortográfica à revelia da academia⁵⁵. Os jornais *A Terra Livre* (1907-1910) *A Voz do Trabalhador* (1908-1913) e a revista *Kultur*, adotaram a simplificação ortográfica por ele proposta.

O meio de comunicação de maior penetração na sociedade em fins do século XIX e início do XX ainda era o jornal. O rádio era um artigo de muito luxo, só encontrado nas famílias financeiramente mais abastadas. Desta maneira talvez seja possível tratar o periódico impresso como o principal meio de comunicação de massas desta época. Os anarquistas tinham consciência da importância de dar uma versão própria aos acontecimentos de seu tempo, como também expressar seus pensamentos e suas reflexões dentro do contexto de discussão acerca da questão social.

Neste sentido, vários jornais apresentam artigos refletindo sobre a atividade do jornalista na manutenção ou subversão do quadro social envolvente. Os governantes também conheciam o alcance dos jornais na sociedade e os possíveis contágios sobre os segmentos dos trabalhadores. Tanto conheciam a possibilidade de insubmissão social que reprimiram o movimento proletário, empastelando jornais, destruindo bibliotecas e arquivos, além de terem perseguido escritores e articulistas dos periódicos operários.

⁵⁵ Sobre Neno Vasco e Fábio Luz ver RODRIGUES, Edgar. **Os Libertários** – José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados, 1993.

As concepções propositivas de reorganização econômica são várias no pensamento anarquista clássico, sendo a dimensão comumente utilizada para a particularização e distinção entre as chamadas escolas do anarquismo. O anarcossindicalismo, por exemplo, constitui desdobramento em torno dos debates entre as propostas mutualista de Proudhon, coletivista de Bakunin, associacionista de Stirner e comunista libertária de Kropotkin, Reclus e Malatesta.

Os anarquistas no Brasil não descuidaram da discussão sobre a conformação econômica posta em prática pelo conjunto da sociedade brasileira e defendida pelas instituições governamentais. Não descuidaram também quanto à reflexão em torno das possibilidades de transformação na ordem econômica de maneira a por fim ao regime de exploração do homem pelo homem. As resoluções dos congressos operários, os jornais e revistas, os livros, registram estas reflexões e discussões.

Um aspecto particular dos jornais e revistas anarquistas reside na prática de prestação de contas de diversas atividades e campanhas levadas a efeito pelos trabalhadores. Festivais, saraus, assinaturas de periódicos, contribuições voluntárias, venda de livros, entre outras atividades, envolvendo uma concepção de economia como também uma gestão de recursos financeiros oriundos de uma prática coletiva, encontram-se estampados em suas colunas. Estas informações constituem elementos abertos a uma análise mais atenta⁵⁶. Entretanto, a elaboração de um pensamento social dada sob condições diferenciadas e específicas, tanto em relação à Europa como aos Estados Unidos, como a um referencial disciplinar e disciplinador comum às

⁵⁶ Sobre estudos que abordam uma história das concepções econômicas geral ver, por exemplo, HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. Para uma abordagem deste tipo focalizando o Brasil ver, entre outros, FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1988. Sobre as idéias econômicas no anarquismo ver a trilogia GUILLÉN, Abraham. *Economia Libertaria: alternativa para un mundo en crisis*. Madrid; Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo: 1988; GUILLÉN, Abraham. **Economía Autogestionaria**: las bases del desarrollo economico de la sociedad libertaria. Madrid, Espanha: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1990a e GUILLÉN, Abraham. **Socialismo Libertario**: ni capitalismo de monopolios, ni comunismo de Estado. Móstoles, Espanha: Madre Tierra, 1990b.

instituições de ensino e pesquisa fundadas pelo Estado brasileiro desde pelo menos os anos trinta do século passado, se coloca enquanto matéria inequívoca.

E é exatamente o que pretendo demonstrar com esta pesquisa em seus aspectos relativos às contribuições da expressão negativista do pensamento social. Com esta pesquisa abordo assuntos relativos ao conhecimento das questões sociais candentes à época, como também em relação ao aporte conceitual e metodológico utilizado por esta tendência do pensamento social. Ao mesmo tempo, considero a relação da forma de produção de subjetividades em atividade nos nossos dias com a elaboração de conhecimento na sociedade vigente.

A propósito do termo negativismo nomeando uma expressão de pensamento e movimento social, convém ponderar em como fôra estabelecido dentro dos debates dos estudos da sociedade. Esta designação fora firmada desde o início da formação e estabelecimento de procedimentos sistematizados dos estudos da questão social, particularmente com a configuração da Sociologia no período da chamada modernidade a partir da contribuição deixada por Augusto Comte.

Comte apresentou seu pensamento social enquanto uma reação vigorosa e decidida de recusa aos eventos ocorridos na França, com desdobramento em toda a Europa, de abolição do antigo regime. Os movimentos de questionamento e extinção da nobreza e do feudalismo apontavam para uma destruição de toda forma de centralização política. Este estado social fora definido, à época de Comte e por ele próprio, como “anarquia”.

Neste mesmo período, alguns pensadores defendiam o retorno ao antigo regime. No entendimento de Comte, contra os conservadores, as instituições feudais deveriam desaparecer para dar lugar a outras norteadas não pela teologia, mas sim pela razão e pela ciência. Isto para evitar a radicalização do projeto aventado pelos revolucionários de extinção das instituições governamentais. Os que buscavam uma radicalização dos movimentos de destruição da ordem teológica foram denominados por Comte de “críticos”, “revolucionários”, “indisciplinados” ou de

“negativistas”. Estes intentavam o estabelecimento da anarquia, significando o caos e a desordem, acusava Comte. Por sua vez ele propugnava uma reflexão e uma atuação social “orgânica” no lugar da “negativista”.

O termo “positivista” procede desta sua rejeição das propostas daqueles que ele designou de “críticos” ou “negativistas”, pois estes desconsideravam, no seu entendimento, a existência de elementos “estáticos” e “dinâmicos” inerentes à sociabilidade humana. O lema de seu sistema filosófico era “o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por finalidade”, de onde os positivistas brasileiros retiraram o “Ordem e Progresso” para estamparem no centro da bandeira da nascente república brasileira.

Assim, a dimensão estática da sociedade diria respeito à hierarquia, este objeto de sacrilégio para os “negativistas”, cuja afirmação aparece em Comte através do conceito “positivismo”, termo que expressa a recusa de Comte quanto à proposta para o estabelecimento de uma sociedade desprovida de governo central.

Por sua vez, a palavra “anarquia” foi usada, pela primeira vez com um sentido positivado, por Pierre-Joseph Proudhon, invertendo a concepção usual de seu tempo. “Anarquia” era compreendida enquanto significando um estado social de ausência de governo central, portanto como estabelecimento do caos, da desordem e mesmo da violência generalizada por toda sociedade. Temas como ordem, progresso, liberdade, autoridade, anarquia, eram matérias privilegiadas dos debates entre os estudiosos da sociedade em sua época. O entendimento convencional destes termos os colocava em campos absolutamente excludentes.

Proudhon, conhecedor da máxima comteana como também da acepção etimológica da palavra “anarquia”, utilizou-a com destaque para o sentido original, evidenciando-o para dar força às idéias de crítica e proposta social de seu pensamento. Do grego temos duas palavras “an”, significando ausência, e “arquia”, significando governo.

Assim em sua época, ordem social entendida como hierarquia, era a condição para a existência do progresso. Por sua vez à ordem era relacionada à presença de autoridade em detrimento da liberdade. Anarquia constituiria, neste entendimento, um estado de sociedade em que prevaleceria o caos e a desordem por causa da ausência de governo central. Estes assuntos também foram matérias de reflexão de Proudhon, que, além de ter proposto a união da ordem com a anarquia e a liberdade enquanto pólo característico da sociabilidade humana chegou a escrever em 1851 um livro intitulado *Filosofia do Progresso*.

Debatendo com sua época e com o referido lema comteano é que Proudhon elaborou uma de suas máximas mais conhecidas: “como o homem busca a justiça na igualdade, a sociedade busca a ordem na anarquia”⁵⁷. Com isto procurou evidenciar um modo de vida avesso ao princípio de autoridade e não um aspecto menor da sociabilidade humana, restrito ao interior de um campo ordenado com suas leis, mesmo que fossem entendidas como as “leis do caos”.

Em suas palavras: “O universo está estabelecido sobre o caos, e a sociedade humana sobre o antagonismo... Mas,... se, neste universo, toda a acção acabar por encontrar uma reacção igual, e se as forças se balanceiam, não se passa o mesmo entre ele e a humanidade, que triunfa incessantemente sobre a fatalidade do seu organismo, e sozinha se constitui soberana...”⁵⁸.

Vale salientar, quanto ao lema proudhoniano, que ele não se voltava para algum tipo de regramento ou normalização desta “anarquia”. Pelo contrário, evidenciou somente a dimensão da sociabilidade humana como recusa a governança, à ordem hierarquizada, ao governo centralizado, dentro de jogo de balanceamento entre os pólos da autoridade e da liberdade. Tratando da relação entre política, liberdade, ordem e anarquia, afirmou Proudhon: “A política é

⁵⁷ PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a Propriedade?** Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 237.

⁵⁸ PROUDHON, Pierre-Joseph. **A Nova Sociedade**. Porto, Portugal: Rés, [197-]. p. 232.

a ciência da liberdade: o governo do homem pelo homem, não importa o nome com que se disfarce, é opressão; a perfeição máxima da sociedade reside na união da ordem e da anarquia”⁵⁹.

Para ele, a liberdade caracteriza o campo da sociabilidade humana que tinha na determinação biológica entre os animais o outro extremo da série: determinação genética dos comportamentos na escala inferior do reino animal e espontaneidade no outro lado desta escala. Isto significa dizer liberdade como base da diversidade no comportamento social dentro da espécie humana. Noutro momento, afirmou Proudhon: “A espontaneidade – do mais baixo grau nos seres inorgânicos, mais elevada nas plantas e nos animais – atinge, sob o nome de *liberdade*, a sua plenitude no homem, que tende a libertar-se sozinho de todo o fatalismo, tanto objectivo como subjectivo, e que efectivamente se liberta dele...”⁶⁰.

A manutenção da centralização do poder necessita recorrer a expedientes violentos da autoridade, do arbítrio e do abuso. Contra esta dinâmica foi que Proudhon, ainda dentro do debate sobre a sociabilidade humana relativa à ordem, afirmou: “A liberdade é anarquia, pois não admite o governo da vontade, apenas a autoridade da lei, isto é, da necessidade”. E em seguida: “A liberdade é variedade infinita, pois respeita todas as vontades nos limites da lei”⁶¹. Ainda insistindo sobre o carácter organizador próprio à liberdade, Proudhon afirmou de maneira taxativa: “A liberdade é essencialmente organizadora”⁶². Noutro momento sentenciou: “A república é uma anarquia positiva... é a liberdade recíproca e não a liberdade limitada; a liberdade, não filha da ordem, mas mãe da ordem”⁶³.

⁵⁹ PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a Propriedade?** Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 245.

⁶⁰ PROUDHON, Pierre-Joseph. **A Nova Sociedade**. Porto, Portugal: Rés, [197-]. p. 231.

⁶¹ PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a Propriedade?** Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 241.

⁶² PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a Propriedade?** Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 243.

⁶³ PROUDHON, Pierre-Joseph. **A Nova Sociedade**. Porto, Portugal: Rés, [197-]. p. 119.

Destas rápidas ponderações assinalo uma aparente aproximação entre positivistas e negativistas. Mas é apenas aparente, pois em seguida é possível constatar a distância e diferença entre ambas. Para positivistas e negativistas, os estudos sobre a sociedade devem sempre ter uma finalidade prática. O deleite intelectual ou o conhecimento pelo conhecimento não tem sustentação. No entanto, esta praticidade não possui o mesmo significado para os dois.

Com os positivistas a prática social é entendida unicamente como intervenção de caráter compulsório dos órgãos dirigentes, com os negativistas a praticidade realiza-se com a ação direta, com a apresentação não com a representação política. Para os positivistas de ontem e de hoje há que se entregar a vida particular para os cuidados do Estado-providência. Esperança, fidelidade, contrição, resignação, adesão, segurança, quietude, eternidade: pontos cardeais ao cristianismo modernizado sob a religião de Estado.

2.2 O movimento anarquista e a questão social no Brasil

Ao lado de reflexões sobre questões sociais, como economia e política, tópicos característicos, comumente avaliados enquanto únicas dimensões válidas nos debates do campo sociológico e do socialismo, no anarquismo existem outras inquietações. Há, dentro do universo das reflexões elaboradas por diversos anarquistas, uma contribuição configurada particularmente em torno de diversos assuntos considerados, no mais das vezes na literatura especializada, temas “menores”⁶⁴. Isto quando não são desprezados até como matéria de reflexão.

⁶⁴ Pensar em minoridade e assuntos desta ordem é pensar com Stirner, Deleuze e Foucault, se considerarmos os estudiosos que provocaram deslocamentos e desassossegos nas vontades. Passetti assinala deslocamentos nesta

No vasto e fecundo campo do anarquismo, para além de abordar como matéria importante de reflexão muitos dos chamados temas “menores”, existe uma inquietação que transpõe o campo do pensamento e da reflexão. Há um desdobramento em significativos esforços na instauração de novas formas de conviviabilidade, em que seus aderentes se empenham na instauração imediata de novos costumes. Argumentando nesta direção e contrapondo o anarquismo a outras escolas do pensamento social, Florentino de Carvalho expôs da seguinte maneira seu pensamento sobre o assunto:

As faculdades intelectuais e morais são também propulsoras da vida social. Sem a expansão e a comunicação do pensamento e do sentimento o homem deixaria de existir.

Cada homem é um mundo de forças espirituais, de dignidades, paixões e idealismos que a Teologia, a Metafísica, o Positivismo e o Materialismo histórico desprezam, e que o Anarquismo reivindica para a causa da liberdade e do progresso.⁶⁵

No pensamento anarquista existe abundante reflexão, não sem um acompanhamento de experimentações, em questões comumente consideradas num plano secundário quando se pensa em política, socialismo e comunismo: as relações entre homens e mulheres, expressando em

mesma série. STIRNER, Max. **Stirner**: Textos Dispersos. Seleção e apresentação J. Bragança de Miranda. Lisboa, Portugal: Via, 1979. STIRNER, Max. **O Falso Princípio de Nossa Educação**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2001. STIRNER, Max. Algumas Observações Provisórias a Respeito do Estado Fundado no Amor. Tradução de José Bragança de Miranda. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 1, maio 2002. STIRNER, Max. Os Mistérios de Paris. Tradução de José Bragança de Miranda. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 3, abril 2003. STIRNER, Max. Arte e Religião. Tradução de José Bragança de Miranda. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 4, out. 2003. STIRNER, Max. **O Único e a sua Propriedade**. Tradução de João Barrento. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. DELEUZE, Gilles . **Crítica e Clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997. FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Ditos e Escritos II). Heterotopias anarquistas. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n.2, out. 2002. PASSETTI, Edson. Rebeldias e Invenções na Anarquia. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 3 , abr. 2003. PASSETTI, Edson. Vivendo e Revirando-se: heterotopias libertárias na sociedade de controle. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 4, out. 2003.

⁶⁵ Ver Capítulo vinte e cinco de CARVALHO, Florentino de. **Da Escravidão à Liberdade**: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social. Porto Alegre: Renascença, 1927.

particular a situação destas no trabalho, no cotidiano da vida doméstica e nas relações sociais tanto na sociedade vigente como também em novas modalidades de sociabilidade; também há uma problematização acerca do amor, da sexualidade e da família; ponderações em torno da importância dos diferentes elementos étnicos e culturais e sua importância na sociedade em geral e na configuração do movimento operário em particular; análises da situação de crianças trabalhadoras submetidas à condição de explorados e de violentados nos lares, nos orfanatos, nas escolas, nas fábricas; há abordagens em torno das letras, das artes em geral e da literatura; também é tópico de discussão e de reflexão as relações do ser humano consigo nas dimensões que abarcam corpo, sociedade, cosmos e natureza.

Estes assuntos, na experiência do movimento aqui considerado, encadeiam dimensões significativas no vasto campo das questões sociais e existenciais. A reflexão sobre os problemas da sociedade não se esgota com uma abordagem em torno dos temas importantes da exploração econômica e/ou da dominação política. Isto porque a gravidade destes dois temas não deve eclipsar a meditação sobre os assuntos acima listados, relacionados a outras esferas, cada uma com sua importância particular, da sociabilidade humana. Uma meditação que, vale salientar, implica em atuação pelos diretamente envolvidos e não na espera por iniciativas dos comumente considerados representantes do povo, a chamada providência política, consciência superior, arremedo da providência divina.

Eleger temas tidos na medida de absolutamente centrais, mais urgentes ou determinantes do dinamismo social humano caracteriza procedimento adotado por escolas sociológicas, filosóficas ou socialistas afinadas com o princípio de autoridade enquanto elemento primordial na sociabilidade humana. O velho refrão positivista afirmando a hierarquia como condicionante da sociabilidade humana é, neste instante, atualizado e posto em atividade. Isto, mesmo que de maneira aparentemente um tanto quanto displicente, repercute nos estudos sobre a sociedade.

As diversas expressões do socialismo estatal, autoritário ou centralista, procedem estabelecendo instâncias determinantes na vida social, operando uma redução da sociabilidade humana a uma, ou a algumas de suas partes. Não adentrarei em detalhes acerca dos pormenores deste procedimento, mas basta para o momento registrar as proveniências religiosas dos métodos de estudo da sociedade que operam com reducionismo através de concepções fundamentadas em algum determinismo, exclusivismo ou centralismo, caracterizando procedimentos que se constituem em movimentos instauradores do absoluto, de universais.

Nesta tese pretendo sustentar que dentro do movimento anarquista desde o período inicial da República no Brasil, já se produzia, de forma incomum e enquanto fruto de iniciativas coletivas, envolvendo contatos entre grupos locais, regionais, nacionais e por todo o planeta, estudos e conhecimentos sobre os mais diversos temas candentes na sociedade brasileira e mundial desta época. Estes, por sua vez, não foram elaborados enquanto cópias de teorias, metodologias e referenciais europeu ou estadunidense, mas antes, empreendimentos autênticos configurados e realizados a partir de vivências instauradas dentro do movimento operário no Brasil. Também há que se considerar ser impossível dissociá-los de ressonâncias internacionais, mesmo porque seria nivelá-los a um nacionalismo autoritário.

Esta experiência histórica se deu em confronto aberto com a perspectiva disciplinar, universalista, problematizando-a e tensionando-a. Isto antes do estabelecimento e difusão no território nacional de instituições de pesquisa e de ensino superior iniciado pelo Estado, em meados da década de 1930. Este processo de elaboração de um saber *indisciplinar* aconteceu de maneira distinta e específica tomando-se os referenciais, disciplinares e disciplinadores, nos estudos da sociedade daquela época como contemporaneamente.

No geral, nos textos *indisciplinados* encontramos conjugados, ciência, poesia, literatura, filosofia, saberes de várias áreas do conhecimento, trajetórias particulares de vida pessoal entre

outros elementos mais, concentrados, por vezes, em estilos de escrita absolutamente únicos; em afronta a formas rígidas e normalizadoras de reflexão sobre o social; em recusas a referenciais hierarquizantes da vida social; em fuga de perspectivas deterministas, centralistas e universalistas; em subversão às fronteiras estabelecidas convencionalmente entre vida e conhecimento, entre áreas de conhecimento, entre povos.

Além disso, coloca-se em andamento uma metodologia conjugando distintas tendências filosóficas e sociológicas quanto à reflexão e, quanto à ação, diversas táticas e estratégias. Enfim, uma forma original de diluir e desonerar rígidos limites disciplinares e hierarquizantes colocados em efeito pelos procedimentos de criação de fronteiras, comumente tidos na medida de naturais na sociedade envolvente. Desrespeitar, desconsiderar, ou simplesmente ignorar tais fronteiras, implica na concepção e realização da vida como aventura existencial única.

Através dos jornais, boletins de congressos operários e escolares, panfletos, manifestos, revistas, livros, os trabalhadores integrantes do movimento anarquista, em suas diferentes expressões, deixaram um legado insubstituível de conhecimento sobre a sociedade de seu período; problematizaram a situação do trabalhador dentro de uma sociedade classista; abordaram a questão da mulher e da criança trabalhadora, em relação às violências a que eram submetidas na fábrica, no lar, na escola; refletiram sobre as diversas doutrinas sociais como positivismo, social-democracia, marxismo, fascismo, liberalismo, socialismo, além de movimentos populares de diversas expressões como feminismo, religião, militarismo, entre outros.

Além destas reflexões, envidaram esforços na instauração de novas formas de sociabilidade através de suas iniciativas educacionais, teatrais e de artes em geral; em associações de trabalhadores; na criação de ateneus, bibliotecas e centros de cultura; na direção de jornais e revistas, etc. Percebo estas iniciativas enquanto ocasiões para intensos experimentos, uma procura de instaurar uma vivência libertária imediata, uma maneira de testar e conhecer os

alcances e limites das idéias defendidas e divulgadas. Em relação à produção de conhecimento, é fácil identificar nestes ensaios pistas apontando para procedimentos avessos à disciplina e, por conseguinte, fora de seu campo orbital.

Portanto, penso ser inadequada, para uma certa compreensão dos acontecimentos relativos à produção destas obras e impressos, como também no que diz respeito às relações intersubjetivas postas em atividade, a utilização das categorias variáveis da disciplina: não cabem na classificação de multidisciplinar, interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar. São, de modo completamente diferente, exemplos inequívocos do exercício de *indisciplina*.

O alinhamento à concepção do princípio de autoridade – estabelecida nos estudos da sociedade pela tradição positivista, bússola do pensamento de diversos estudiosos e de correntes modernas e pós-modernas nas chamadas humanidades – não deixa que seus aderentes, de maneira consciente ou inconsciente, percebam a relação existente entre o estabelecimento de governos ditatoriais de variados matizes no mundo, no período entre e posterior as duas guerras mundiais, e a derrocada do movimento anarquista internacional e de suas lutas.

O marco principal deste acontecimento se deu, como vimos, com a derrota dos revolucionários na Espanha de 1936 a 1939. Este movimento deixou uma vasta contribuição ao pensamento social, cujo destino foi o mesmo para ambos, movimento e pensamento: discurso excluído da ordem dos debates através dos procedimentos de interdição, proibição, rejeição e depois, caso não possa ser ativada nenhuma destas três, passa a ser apresentado e interpretado enquanto um saber falso.⁶⁶

⁶⁶ Estes são procedimentos de controle do discurso que Foucault definiu como externos. FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** – Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

Este acontecimento pôs fim a uma significativa diversidade de experimentos sociais e instauração de sociabilidades libertárias nos mais variados campos da atuação e vivência humana. Nesta direção, traduziu um intenso investimento, por parte dos estratos dominantes, em dinamismos e instituições sociais que privilegiam o estabelecimento de sociabilidades fundadas no princípio de autoridade.

O esforço direcionado por parte das elites sociais – patronato, governantes de plantão, aspirantes a governança e seus orbitais – no apagamento, esquecimento ou ocultamento de importantes eventos e acontecimentos de caráter coletivo, constitui tática suplementar à forte repressão aos movimentos dos trabalhadores em todos os continentes. Ao mesmo tempo em que, por um lado, os governos em todo o mundo intervieram em uníssono, com extrema ou dissimulada força sobre os movimentos sociais e populares, por outro lado, ofereceram, estimularam e cultivaram formas hierarquizantes e verticalizadas de sociabilidade. Este procedimento resultou no estabelecimento de um controle mais intenso e afirmação da eficácia de seu domínio.

O caso particular do movimento anarquista no Brasil é bastante ilustrativo desta assertiva. Aqui, a intensidade da repressão governamental sobre este movimento foi significativa, com evidente apoio e participação dos estratos dominantes. Documentos da época, jornais, manifestos, revistas do período e diversos estudos publicados nos últimos anos, como também estudiosos do próprio período, registram esta ocorrência.

As mais variadas experiências produzidas pelos trabalhadores no campo da educação, com a fundação de escolas, bibliotecas, ateneus, universidades para trabalhadores; na comunicação social através da imprensa operária e de editoras publicando a produção intelectual dos trabalhadores; na arte com música, poesia, literatura e romance social; na questão da mulher

numa sociedade preconceituosa e patriarcal; denunciando a situação das crianças através da criação de comitês formados por trabalhadores para o combate da exploração nas fábricas, como também nos casos de violência sexual e morte por padres em instituições confessionais; no naturismo; na divulgação do esperanto; na pugna contra o militarismo e campanhas de objeção de consciência, como forma de combates às belicosidades locais e às duas grandes conflagrações armadas, foram alvos de tentativas de encobrimento, principalmente, através da violência estatal e de um calculado apagamento nos registros historiográficos.

Quanto aos materiais estudados nesta pesquisa – jornais e revistas impressas – em relação à nossa época, ficou evidente ocupar a imprensa escrita uma posição secundária como o meio de comunicação social de maior visibilidade, e é de longe o tempo em que sua penetração na sociedade foi significativa, quando ela exercia efetivamente importante papel na configuração da sociabilidade.

Atualmente o jornal é caracteristicamente noticioso. Seus temas versam sobre acontecimentos políticos-partidários, policiais, internacionais. Comporta também espaços de entretenimento como expressos em colunas sociais, culturais e esportivas. Isto é tanto mais verdadeiro na proporção em que considerarmos os jornais ou revistas mais populares⁶⁷.

Considerando também algumas de suas características mais significativas, os periódicos contemporâneos se destacam por uma inquietante monotonia relativa aos assuntos abordados e, sobretudo, ao tratamento dado a tais temas: nenhuma problematização a não ser dentro de uma lógica democrática, preponderantemente conservadora.

No mais das vezes, os tópicos publicados, e os preteridos, sugerem a existência como que de um acordo velado entre editores, ou grupos editoriais, permitindo visibilidade social a certos

⁶⁷ Para o conhecimento de estudos sobre jornais diários contemporâneos, ver PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Tradução Sérgio Grossi Porto. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação, v. 2).

acontecimentos enquanto que outros são relegados a uma espécie de ostracismo. Pode existir também um frontal desconhecimento da matéria, negando o princípio do fato como explicação histórica.

Não obstante toda verborragia alardeada pelos ícones das instituições modernas a favor da liberdade de expressão enquanto um dos pilares principais da sociedade democrática, impera, no mais das vezes, de forma dissimulada, mas também explicitamente, uma censura mais intensa e mais medonha do que a existente no usualmente designado “governo forte”. Isto por conta da multiplicidade dos censores, tornando mais intensa e extensa a atividade de controle e repressão cujo exercício é realizado diretamente por considerados segmentos da própria sociedade.

Em relação a este quesito em particular, os estudos de Foucault⁶⁸ sobre o poder e suas ramificações capilares tratam do caráter descendente e ascendente do exercício do poder. Súditos e soberanos encontram-se enredados nas mesmas teias societárias, compartilhando a importância no estabelecimento das relações entre governantes e governados. A formação do súdito e do soberano estão implicadas, em que pese Foucault voltar suas atenções mais para a formação do súdito.

Emma Goldman, tratando de aspectos próprios ao dinamismo de dominação, assinalou a cautela dos segmentos dominantes em criarem maneiras de garantir sua perpetuação. Um destes modos, para além dos mecanismos de repressão, diz respeito ao cultivo de pendores de submissão e obediência no conjunto da sociedade. Para tanto, investem pesadamente na conquista do consentimento social como forma de manutenção das relações de domínio. A educação, neste processo, ocupa lugar privilegiado.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e Escritos IV).

O Estado eclesiástico ou secular, serviu então para dar uma *aparência* de legalidade e de direito aos danos causados por alguns à maioria. Essa aparência de direito era o meio mais cômodo de governar o povo, pois um governo não pode existir sem o *consentimento* do povo, consentimento verdadeiro, tácito ou simulado. O constitucionalismo e a democracia são as formas modernas desse pretense consentimento inoculado pelo que se chama “educação”, autêntico doutrinamento público e privado.

O povo consente porque é persuadido da necessidade da autoridade; inculcamlhe a idéia de que o homem é mau, virulento e demasiado incompetente para saber o que é bom para ele. É a idéia fundamental de todo governo e de toda opressão. Deus e o Estado só existem e são sustentados por causa dessa doutrina.⁶⁹

Contudo, na vasta experiência acumulada por trabalhadores dentro do movimento operário encontradas no período das décadas iniciais da república brasileira, o jornal anarquista publicava o que os trabalhadores cultivavam nas colunas de seus jornais, a análise sociológica e filosófica, o debate de idéias, tornando visível à sociedade questões preteridas. Além disso, registraram episódios do cotidiano expressos nos eventos educacionais, culturais, de entretenimento, viagens de propaganda de periódicos e de idéias, por meio de apontamentos de encontros e congressos operários como também de outros eventos relativos à repressão governamental e patronal. Estas notas eram anunciadas de variadas maneiras: exposição detida, poesias, charges, o debate entre integrantes do coletivo de redatores, com os leitores ou mesmo entre integrantes do grupo editorial com adversários de idéias⁷⁰.

Deixo intencionalmente fora de minhas reflexões outras expressões existentes no movimento operário brasileiro para me referir particularmente à escola negativista. Não me ocupo em abordar outras perspectivas sócio-políticas, como os movimentos reformistas de caráter católico, legalista, nacionalista, militarista ou cooperativista. Também não me ocupo de outras expressões usualmente consideradas co-participantes dentro do campo do revolucionarismo como

⁶⁹ GOLDMAN, Emma. **O indivíduo, a sociedade e o Estado**. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 1998. p. 29.

⁷⁰ A este respeito o debate entre o anarquista Francisco Viotti e o vice-diretor do apostolado positivista no Brasil, Teixeira Mendes, exposto nas colunas da revista *A Vida* é bastante revelador. Analiso este debate mais adiante no terceiro capítulo, relativo aos jornais e revistas.

os socialistas e os comunistas estatais. O recorte adotado se justifica, entre outros motivos, como uma necessidade operacional, uma vez ser imenso o campo da imprensa proletária e anarquista no período considerado.⁷¹

Portanto, uma abordagem comparativa entre as diversas expressões do movimento operário para além da perspectiva que me propus realizar é inexequível. Demandaria esforço e tempo que ultrapassam os limites de um trabalho de pós-graduação. Ademais, é suficiente a escolha temática como o recorte aqui apresentado. Constituem, por si só, tema e sua delimitação, campo bastante largo para uma pesquisa.

2.3 Anarquismo, movimento operário e sindicalismo

Inicialmente, o sindicalismo, seja qual for sua expressão, constitui um enfoque numa das partes de atuação do movimento operário. Este aspecto diz respeito às questões econômicas de melhorias salariais, jornada e condições de trabalho, superexploração, trabalho de crianças e mulheres, entre outros temas relativos à esfera das relações de produção.

Há, também, uma espécie de convenção, usualmente difundida, confundindo movimento dos trabalhadores e sindicalismo, percebido o segundo como sinonímia suficiente do primeiro. Esta forma de perceber o movimento se consagrou entre estudiosos, tornando-se termo de uso corrente ao longo dos anos, a partir, sobretudo, da década de trinta com o aparelhamento das associações de classe pelo Estado. A violenta intervenção de Getúlio Vargas, arremedando

⁷¹ Para uma relação de jornais e revistas publicados pelos anarquistas ao longo das primeiras décadas da experiência republicana brasileira ver RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

Benito Mussolini e sua *Carta del Lavoro*, ao criar a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, constitui mais do que marco deste episódio.

Considerando a história das lutas sociais em sua manifestação moderna, o movimento operário instaurou novas formas de atuação em todas as dimensões da existência social, não se restringindo à ação exclusivista, como a classista. Isto não deve ser visto como uma sub-avaliação ou abandono das questões da exploração econômica e do domínio político na sociedade, mas como um enfoque aberto às demais dimensões e aspectos relacionados à vida social.

No campo educacional, por exemplo, as ações do movimento operário foram diversas. A criação de escolas para filhos dos trabalhadores consiste num dos pontos fortes deste movimento que se preocupou, desde os primeiros congressos operários internacionais, em refletir e atuar nesta direção. Simultaneamente à luta econômica e à esfera política, estes trabalhadores cultivaram bibliotecas, ateneus, universidades populares, tipografias e uma série de atividades articuladas às iniciativas pedagógicas. Na verdade, as atividades abraçadas pelos trabalhadores dentro do movimento operário e, principalmente, entre os anarquistas, possuíam um caráter pedagógico e educacional inegável.

A transformação da sociedade, em suas relações sociais mais diversas, passava necessariamente por uma ação transformadora das pessoas a respeito de seu mundo interior, individualidade e valores. A forma de pensar e de sentir das pessoas era percebida como instâncias basilares na construção social de realidades. A percepção individual das informações e dos estímulos cotidianos consiste num processo seletivo, de atitudes marcadas e atividades de exclusão e inclusão: alguns elementos são destacados como relevantes e outros como seu oposto.

Entre os relevantes, como os não relevantes, a carga significacional, simbólica e valorativa é variada. Aqui, para a compreensão dos meandros destes procedimentos, cabe o

conhecimento não apenas do pensamento, da racionalidade, mas também do sentimento cultivado nas relações sociais através dos hábitos, costumes e instituições de uma sociedade. Desta maneira, atividades de transformação social que desconsideram estes campos estão fadadas ao malogro que se dá, no mais das vezes, com a reinstalação dos mesmos referenciais para a vida social que antes se combatia.

Não se trata de privilegiar as relações do microcosmo social, como apressadamente possa ser entendido. Também não se trata de colocar evidência numa perspectiva macro-sociológica. Noutra perspectiva, à educação, para além de seu entendimento preso a um sentido usual, caberia um papel de destaque por burilar a razão e a emoção, o pensamento e o sentimento. Estendendo e ampliando a concepção de educação para fora das estreitas balizas tecnicistas ou enciclopédicas, às atividades levadas a efeito, coletiva ou individualmente pelos anarquistas aqui referenciados, era emprestada inegável nuança educacional.

Ao envidarem esforços na organização de eventos culturais, científicos relacionados à situação social do trabalhador, como greves, congressos, meetings, manifestações públicas, saraus, bailes, piqueniques, encontros locais, regionais, nacionais e internacionais, teatro; de espaços de atividades diversas como escolas, bibliotecas, ateneus, universidades populares, tipografias, ligas, federações, confederações, associações; de atividades no campo da comunicação social como jornais, revistas, manifestos, panfletos, boletins e outros, os trabalhadores, via de regra, entendiam constituída a ocasião por excelência para experimentos práticos das idéias, para a instauração de vivência dos novos referenciais, libertários, tanto para a vida social como para a individual.

Estas ações constituem indícios do estabelecimento de relações sociais avessas ao princípio de autoridade e afirmativas do princípio de liberdade. Hierarquia e disciplina, desta maneira, consistem em objetos seletivos de esforços para um processo deliberado de

arruinamento. Um exercício de destruição destes dois pilares da autoridade acontecia com a instauração da horizontalidade e da *indisciplina* nas relações entre as pessoas envolvidas.

Em relação às experiências com grupos, no geral, os coletivos editoriais dos jornais anarquistas no período referido parecem expressar, com muita propriedade, esta assertiva. As matérias expostas, a construção argumentativa, a intenção libertária das colunas, os debates entre os redatores, ou mesmo entre adversários de idéias, as charges, as poesias, as leituras recomendadas, tudo isto, e mais outros elementos apresentados nestes periódicos, sugerem a confirmação de uma inclinação para a destruição e desoneração dos referenciais dogmáticos, difundidos na sociedade como forma absoluta para a vida social.

2.4 Correntes libertárias (Anarquistas, Individualistas, Anarcossindicalistas, Comunistas Libertários)

Um elemento desconsiderado, ou por vezes minimizado em sua importância, pela grande maioria dos estudiosos do assunto, diz respeito às diferenças e às diversidades existentes dentro do campo anarquista. Tratar de anarquistas, de forma generalizante, tem produzido incompreensões acerca de aspectos básicos dentro do movimento anarquista tanto no mundo, como no caso de sua experiência no Brasil.

Se em algumas vezes prevalece a má fé nas interpretações uniformizantes, por conta de posicionamentos ideológicos e políticos, há também que se considerar o muito de desconhecimento da matéria. Assim, se os anarquistas se encontram todos igualmente dispostos

no espaço da negação do princípio de autoridade, de abolição da hierarquia, acontece de se distanciarem quando partem para o campo das realizações e de um pensamento propositivo.

A recusa da hierarquia não significa desdobramento em campos idênticos relativos às propostas de vida social. Dá-se mesmo o caso de serem estabelecidas distâncias astronômicas entre as expressões integrantes do movimento e do pensamento anarquista. Desta maneira, seria mais justo tratar sempre de *anarquismos* no plural, evitando o uso do singular por ser generalizante, homogeneizante e, portanto, cego quanto a questões relevantes para um entendimento mais completo da diversidade do movimento em questão⁷². As expressões dos anarquismos são correntezas manifestando vitalidade e fluidez em seus dinamismos e desdobramentos. A perda desta versatilidade leva ao enrijecimento e, portanto, ao dogmatismo.

A disposição para variar e diferenciar, como característica do multiverso anarquista, traduz abertura à existência de singularidades e divergências. Estas podem chegar a limiares de impossibilidade de conciliação. Na opinião de Benjamin Tucker⁷³, quando da elaboração de um balanço das idéias e expressões anarquistas, o anarquismo tinha sua forma possível com o individualismo. Seu posicionamento relativo a esta questão chegou a ponto de recusar ao comunismo libertário a qualidade de pensamento anarquista. Nomeando especificamente Kropotkin como o mais ilustre expoente do comunismo anarquista, afirmou taxativamente não ser o príncipe russo um ácrata.

A longa e fecunda experiência do movimento anarquista no Brasil apresenta contribuições de diversas escolas libertárias através da divulgação e debates em torno do pensamento de Bakunin, Kropotkin, Reclus e Malatesta, mas também de Proudhon e Stirner. Enquanto é de

⁷² Para uma leitura acerca de reflexões em torno da diversidade própria ao campo do anarquismo ver PASSETTI, Edson. **Anarquismos e Sociedade de Controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

⁷³ TUCKER, Benjamin. Socialismo estatal e anarquismo. In: WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Tradução Júlia Tettamanzi, Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981. p. 131-140. (Biblioteca anarquista).

domínio comum o conhecimento da ascendência dos quatro primeiros, estes dois últimos são equivocadamente considerados pensadores que exerceram pouca ou nenhuma ressonância no movimento anarquista no Brasil. A assertiva de desconhecimento do pensamento de Proudhon e Stirner entre os trabalhadores é enganosa, pois em livros e em quase todos os jornais revistas aqui analisadas, há presença, de forma direta ou indireta, do pensamento destes estudiosos.

Nomes como Lima Barreto, Elysio de Carvalho e Maria Lacerda de Moura são os mais expressivos na demonstração individualista de matriz stirneriana. Elysio de Carvalho⁷⁴ na revista *Kultur* (1904), Rio de Janeiro, redigiu um artigo comentando o livro de Stirner. Fábio Luz⁷⁵ em seu testamento libertário registrou os debates provocados por Elysio de Carvalho em torno das idéias de Stirner. A escrita livre, debochada e bem humorada de Lima Barreto lembra o estilo de Stirner. Na revista *Aurora*⁷⁶ há um artigo analisando aspectos relativos à formação do pensamento de Stirner. Maria Lacerda de Moura, de seu lado, afirmou em vários de seus escritos sua condição de individualista.

Outros anarquistas, como Friedrich Kniestedt, Francisco Viotti e Florentino de Carvalho, discutem diversos aspectos do pensamento de Stirner em seus escritos. Estes dois últimos operam em suas análises contagiados em muito pelo cabedal conceitual elaborado por Stirner, sem se restringirem, em suas análises, à tentativa de executarem procedimentos de adesão nem filiação. Tampouco reduzem o anarquismo a este filósofo. Acredito ser esta uma demonstração da compreensão que tiveram acerca de um pensamento que não favorece a existência de algum séquito de seguidores obcecados. Cada um deles elaboraram uma filosofia própria.

⁷⁴ CARVALHO, Elysio de. Combates pelo Indivíduo. **Kultur** – Revista Internacional de Estudos Filosóficos e Questões Sociais. Rio de Janeiro, ano 1, n. 04, p. 31-33, set 1904.

⁷⁵ LUZ, Fábio. Testamento Libertário de Fábio Luz. In: RODRIGUES, Edgar. **Os Libertários** – José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados, 1993. p. 208-214.

⁷⁶ FRONTINI, G. A. As Origens Ideológicas da Doutrina de Max Stirner. **Aurora** – Revista Mensal de Crítica Social e Literária. São Paulo, ano 1, n. 04, maio de 1905.

Relacionando Max Stirner a Friedrich Nietzsche, Friedrich Kniestedt registrou em seu livro autobiográfico ter proferido diversas palestras para os trabalhadores com um mesmo tema: “Stirner ou Nietzsche”. De seu lado, Florentino de Carvalho, em seu primeiro livro, sustenta ter sido Nietzsche influenciado, ainda que relativamente, pelos escritos de Stirner, particularmente pelo seu livro único.

Neno Vasco⁷⁷, que talvez seja, ao lado de Edgar Leuenroth, o nome mais expressivo do anarcossindicalismo no Brasil, expressa domínio e conhecimento do pensamento filosófico de Stirner. Comentando aspectos de um artigo escrito por Elysio de Carvalho sobre os anarquistas no Brasil, Vasco problematizou as definições elaboradas por Carvalho, rejeitando ser etiquetado desta ou daquela maneira. Nesta direção afirmou ser um stirneriano, na medida em que evidenciava o valor da individualidade e contrário a qualquer tirania, mesmo que a tirania de uma assembléia comunal.

Em artigos escritos na imprensa operária há registros de diversos debates acerca das repercussões do pensamento de Stirner no movimento anarquista. Como afirmei mais acima, Francisco Viotti e Florentino de Carvalho apresentam em seus escritos significativos sinais da influência de Stirner. No caso de Florentino de Carvalho aconteceu de se estabelecer, em seus escritos, mudanças de avaliação acerca do valor e da contribuição de Stirner ao pensamento e ao movimento dos trabalhadores.

Num primeiro momento de seus escritos, vinculou Stirner, Mackay⁷⁸ e Nietzsche como exercendo uma influência negativa no movimento operário, afirmando consistir suas filosofias

⁷⁷ VASCO, Neno. Individualismo + Comunismo (Carta d’um classificado). **Kultur** – Revista internacional de Filozofia, Sociologia, Literatura, etc.. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 18-19, [Abril?] 1904. (Germinal de 112).

⁷⁸ Deve-se ao poeta e anarquista Jonh Henry Mackay a retirada de Stirner do ostracismo a que seu tempo o condenou. Em fins do século dezenove Mackay encontrou casualmente o livro de Stirner numa biblioteca na Alemanha, ficando fascinado com a leitura do texto. Direcionou, a partir de então, esforços a fim de levantar dados sobre sua vida e sua obra, tendo escrito a primeira e fundamental biografia de Stirner. Ver WOODCOCK, George. O Homem Egoísta. In: _____. **Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários – A Idéia**. Tradução de

uma espécie de egocentrismo⁷⁹. Num segundo momento, manteve esta crítica em relação a Nietzsche, reconsiderando sua avaliação inicial dos dois primeiros e evidenciando o pensamento de Stirner enquanto contribuição por demais importante ao universo do pensamento anarquista.⁸⁰

Todavia, sobre a relação do pensamento e obra de Nietzsche com os postulados do anarquismo, outros ácratas manifestaram perspectiva contrária a de Florentino de Carvalho. Foi o caso de José Oiticica⁸¹ e Henry Lichtenberge⁸². Ambos analisaram a filosofia nietzscheana enquanto integrante do campo anarquista. Este debate demonstra o conhecimento, por parte dos anarquistas, quanto à existência de uma relação entre o pensamento de Nietzsche com o de Stirner. Nos nossos dias, esta associação foi considerada plausível somente através de algumas pesquisas mais recentes⁸³.

Quanto à influência prática de Proudhon, talvez ela tenha se dado tanto no cooperativismo como junto às associações de beneficência ou mutualidade abundantes em meados para fins do século XIX. Considerando os debates e discussões existentes nos jornais e revistas anarquistas, há que se admitir um conhecimento bastante aprofundado das idéias e conceitos formulados por Proudhon e Stirner.

Individualistas, sindicalistas revolucionários, comunistas libertários e *anarquistas sem adjetivos* são algumas expressões existentes no movimento operário no Brasil que foram, de uma

Alice K. Miyashiro; Heitor Ferreira da Costa; José Antonio Arantes; Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1983. v. 1.

⁷⁹ CARVALHO, Florentino de. Atitude dos Anarquistas ante o Movimento Operário. **Guerra Social**. São Paulo, ano 1, n. 08, 1915.

⁸⁰ Ver capítulo vinte e cinco de CARVALHO, Florentino de. **Da Escravidão à Liberdade**: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social. Porto Alegre: Renascença, 1927.

⁸¹ OITICICA, José. Nietzsche e os bolchevistas. In: _____. **Ação direta, antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira** - meio século de pregação libertária. Seleção, introdução e notas: Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Germinal, 1970. p. 166-169.

⁸² LICHTENBERGER, Henry. Os dois nihilismos. **Kultur** – Revista Internacional de estudos filozoficos e questões sociais. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 5-6, out 1904.

⁸³ A este respeito ver o posfácio à versão em português do livro de Stirner escrito por MIRANDA, José Bragança de. Stirner, o Passageiro Clandestino da História. In: STIRNER, Max. **O Único e a sua Propriedade**. Tradução de João Barrento. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. p. 297-339. PASSETTI, Edson. **Éticas dos Amigos**: invenções libertárias da vida. São Paulo: Imaginário, 2003.

forma direta ou indireta, influenciados pelos escritos do conjunto dos clássicos do anarquismo. Estas designações apontam para estabelecimento de importantes pontos dissidentes entre integrantes do mesmo movimento anarquista. Não obstante quase todos se designarem anarquistas, há que se considerar as suas especificidades.

Os chamados antiorganizacionais expressam um campo de interseção entre o comunismo libertário como e o individualismo. Os primeiros, no que diz respeito às propostas de reorganização social, adotaram as concepções anarco comunista de abolição do Estado, do capitalismo e do equivalente universal. Os produtos seriam intercambiados através de trocas diretas entre as comunas. O eixo do dinamismo da vida social estaria nas mãos da assembléia comunal. Ambas as tendências, individualistas e comunistas libertários, foram designadas antiorganizacionais não por serem absolutamente contrárias a toda forma de organização social. Esta compreensão, vale salientar, caracteriza um mal entendido em torno dos que criticavam o sindicalismo. Esta crítica, por convergir com aspectos do pensamento individualista, deixava por vezes a impressão de antagonismo a qualquer forma de ação solidária.

A qualificação de antiorganizacionais se estabeleceu dentro dos debates entre os integrantes do movimento anarquista acerca do posicionamento a ser adotado diante do movimento dos trabalhadores, particularmente em relação à proposta sindicalista debatida desde a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores. Em relação ao sindicato, alguns setores do movimento dos trabalhadores se encaminharam para propostas de intervenção social em que o sindicato constituía espaço privilegiado para a localização e estratégia das lutas libertárias.

Dentro desta perspectiva o sindicato é tido não apenas como instância de resistência, mas também como meio por demais importante na reorganização da sociedade. Desta maneira, abolido o Estado e extinto o capitalismo, ao sindicato caberia o papel de célula social,

organizando e coordenando todo o dinamismo da vida social. Isto para além da produção e distribuição de produtos e da riqueza social.

A forma para se alcançar estes objetivos seria através da construção da greve geral expropriadora, pela qual o capitalismo e o Estado cairiam. Os antiorganizacionais discordavam radicalmente desta concepção de revolução, elaborando uma crítica aguda ao sindicalismo e rejeitando-o enquanto campo possível de atuação pelos anarquistas. Para eles o capitalismo, dentre seus filhos diletos, tinha no sindicalismo uma de suas formas de expressão mais significativas, constituindo elemento por demais relevante na gestão da sociedade vigente.

Derrubar o Estado e o capitalismo, mantendo o sindicato, consistiria num desígnio equivocado, pois ele por si só é resultado do capital e do Estado. Os antiorganizacionais destacaram no sindicalismo seu papel de auxiliar na gestão da sociedade em benefício do capital e do Estado. A forma de organização dos trabalhadores por especialidade constitui indicativo deste caráter de disciplinamento e controle dos trabalhadores pelo patronato e governantes. O modelo sindicalista reproduz no interior do próprio movimento dos trabalhadores as divisões estabelecidas pela organização capitalista das tarefas.⁸⁴

As críticas ao sindicalismo elaboradas por Malatesta, expostas mais acima, vão nesta direção. Assentar a organização dos trabalhadores sobre uma base justaposta à organização capitalista consistiria no estabelecimento de bases frágeis, para não dizer contraproducentes, para os proletários em suas lutas contra o capitalismo e o estatismo. Tal procedimento apresentava-se favorável ao estabelecimento de outras formas de relações sociais não condizentes com os postulados libertários.

⁸⁴ Sobre a questão específica da divisão de tarefas ver GORZ, André (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

Além do mais, entendiam os antiorganizacionais, a greve geral expropriadora não era instrumento suficiente para extinguir o capitalismo e o Estado. As classes dominantes usariam de todos os expedientes possíveis e inimagináveis para manter seus privilégios. Caso as seduções oferecidas pelo sistema não exercessem efeitos desejados sobre os segmentos sociais resistentes e revoltosos, a violência, via de regra, seria usada, sem o menor requinte de comedimentos.

Os estratos dominantes da sociedade não hesitariam em usar do recurso da violência contra os trabalhadores sublevados, esmagando-os fisicamente, procurando a liquidação das possibilidades de transformação social no sentido do estabelecimento da liberdade e da igualdade social. Esta probabilidade não era considerada pelos sindicalistas revolucionários que entendiam o cruzar dos braços por parte dos trabalhadores como um expediente eficaz e suficiente para desferir golpe mortal contra o Estado e o capital.

Além disso, o sindicato, segundo os antiorganizacionais, possui qualidades inerentes contrárias a todo e qualquer projeto libertário: corporativista, imediatista e economicista são apenas as principais características criticadas do sindicalismo. Corporativista porque a organização do movimento operário, se dando de acordo com a divisão de tarefas estabelecida no capitalismo, coloca de antemão os trabalhadores em oposição entre si, fazendo com que cada segmento tenha em consideração apenas seus interesses contra os de seus companheiros.

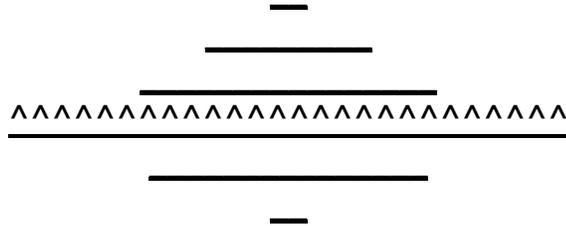
Imediatista por concentrar as energias e atenções aos acontecimentos do instante vivido, sem uma perspectiva mais ampla e mais larga acerca do modelo organizacional vigente. Por fim, economicista por entrar no círculo vicioso da restrita luta por melhorias salariais, descartando o exercício de uma visão crítica sobre as causas e fatores fundamentais da exploração e do domínio dos trabalhadores pelo patronato e governantes.

Por sua vez os *anarquistas sem adjetivos* consideravam como exatas as críticas dos antiorganizacionais ao sindicalismo, reconhecendo ponto por ponto as análises destes quanto aos

limites inerentes ao sindicato. Entretanto deles se distanciavam quando da recusa a atuar dentro das associações de classe. Para eles, toda a conjuntura em vigor à época facultava a ocasião para uma atuação anarquista dentro dos sindicatos de maneira a escapar aos limites próprio do sindicalismo. Isto significa dizer se dar à atuação dos *anarquistas sem adjetivos* dentro dos sindicatos de uma forma absolutamente crítica. Para estes, o momento histórico no qual viviam, possibilitava aos anarquistas atuarem enquanto anarquistas, sem transigir nem afrontar os postulados libertários, dentro das associações de classe.

Além do mais, operavam, em suas reflexões e atividades, distinguindo movimento operário do sindicalismo. A luta anarquista, desta maneira, situava-se tendo na organização do movimento dos trabalhadores um dos fatores explicativos de suas origens. A questão econômica compunha, ao lado de outras, uma das áreas de atuação dos trabalhadores. Os sindicalistas, ao contrário desta perspectiva mais ampla, percebiam o anarquismo como sendo sindicalista por essência. Para os anarquistas, os sindicalistas revolucionários, por vezes, apresentavam uma concepção sindicalista do anarquismo, em que pese afirmarem adotarem o anarquismo enquanto referencial.

Considerando estas reflexões iniciais é que me propus para este momento elaborar estudos visando tratar o tema a partir da análise de alguns jornais e revistas publicados por trabalhadores integrantes da fração anarquista do movimento operário no Brasil dentro da primeira década da república.



*Vocês olham coisas que
já existem e perguntam: por quê?
Eu sonho coisas que não existem
e pergunto: por que não?*

Paula Cristina Barbosa.



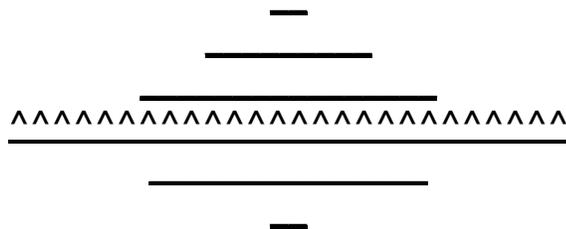
*Não vemos
as coisas como elas são,
mas como nós
somos.*

Anais Nin.



*Hoje é
o amanhã de
ontem.*

Pétala.



3 VIDA COMO EXPERIMENTO: sociabilidades e saberes em periódicos anarquistas

A vida como *experimento* encontra-se reverberando, de diversas formas, nos mais variados registros anarquistas, possibilitando até certo ponto uma abordagem aberta a múltiplos considerandos e variadas reflexões acerca de como as pessoas, integrantes dos coletivos editoriais, viveram suas vidas, num período de tempo relativo ao momento de publicação do periódico e restrito às atividades nestes registradas.

Giovanni Rossi quando planejou, em fins do século XIX, vir ao Brasil junto com outros anarquistas da Itália para fundar a Colônia Cecília⁸⁵, tratou desta iniciativa como um *experimento*. Este intento trazia tanto um sentido de estudo sistemático sobre a exequibilidade das idéias anarquistas, como também com o de ter sido aquele um evento finito, sempre inacabado e, o mais interessante, sem a procura de um destino em eternidade.

A colônia existiu de 1890 a 1894, próxima a Palmeira, pequena cidade do estado brasileiro do Paraná. O documento de cunho histórico escrito por Rossi, após a vivência da colônia, traz no texto e no título, “Comunidade Anarquista Experimental”⁸⁶, manifesta uma concepção de experimentação das idéias anarquistas. Procurava demonstrar para todos a exequibilidade imediata de uma nova forma de sociabilidade, orientada pelas concepções

⁸⁵ Sobre a Colônia Cecília ver SOUZA, Newton Stadler de. **O Anarquismo da Colônia Cecília**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. RODRIGUES, Edgar. **Os Anarquistas, Trabalhadores Italianos no Brasil**. São Paulo: Global, 1984. MELLO NETO, Cândido de. **O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi** (de Poggio el Maré à Colônia Cecília). Ponta Grossa, Paraná: UEPG, 1998. Esta foi uma rica pesquisa sobre a colônia, por alguns considerada a pesquisa de caráter historiográfico definitiva sobre o assunto. A experiência da colônia foi vertida para o teatro. Ver PALLOTTINI, Renata. **Colônia Cecília: um pouco de ideal e de polenta**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

⁸⁶ Ver ROSSI, Giovanni. Comunidade Anarquista Experimental. In: _____. **Colônia Cecília e Outras Utopias**. Tradução e introdução Marzia Terenzi Vincentini, Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. p. 61-89.

anarquistas de liberdade, divulgadas pelo menos desde de meados do século XIX, no interior da própria sociedade burguesa.

Rossi, em sua perspectiva, recusava os etapismos sugeridos pelos socialistas e marxistas em geral para a explicação dos fenômenos sociais humanos. Socialistas e marxistas, em sua abordagem fatalista, reducionista, teleológica e unilinear, adiam para um longínquo amanhã a possibilidade de uma vivência libertária. Adotam estas concepções evolucionistas na reflexão como nas propostas de ação social dirigida, sobretudo aos segmentos populares.

Estes procedimentos defendidos por socialistas e marxistas levam a liberdade de fato a ser negada no momento presente. Esta negação da liberdade seria compensada, segundo seus argumentos, através da promessa e esperança de concretizá-la de forma plena e perfeita... no futuro. Este era (e ainda é) o consolo para convencerem a população e os trabalhadores a adotarem as diretrizes postuladas em sua doutrina social. Por sua vez, a concepção de *experimento* pressupõe a existência de situações de *risco*⁸⁷. Isto implica, desta maneira, em insegurança, desconforto e desassossego. Vê-se ser esta situação instauradora de um dinamismo em direta e franca oposição às situações de busca por segurança, comodidade e quietude.

A primeira situação, de um lado, consiste num contínuo caminhar sobre o fio da navalha, de onde provêm estradas, caminhos e veredas que se distendem em direções variadas, sem seguir unilinearidade alguma. Vários percursos tortuosos num solo arredio, sem facilidades nem garantias relacionadas a alguma previsão do que poderá acontecer depois da próxima curva ou no próximo passo. A segunda situação, de outro lado, traduz o projeto religioso, universalista, messiânico e salvacionista atualizado pelo modo de vida da chamada modernidade. Aqui a disciplina constitui a bússola para a elaboração tanto dos saberes, na sistematização, preparação e

⁸⁷ Reflexões em torno das concepções educacionais no anarquismo encontram-se em GALLO, Silvio. **Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

socialização do conhecimento, quanto no dinamismo societário posto em movimento nas diversas camadas sociais.

Nesta situação, procura-se obsessivamente pela previsão, pelo acerto, pela perfeição, traçando para tanto regras de pretensão universalista, impondo normas homogeneizantes, elaborando códigos e fórmulas fechadas com pretensão de absoluto, na vã tentativa de assegurar o ritmo, forma e seqüência das ocorrências. O controle sobre os acontecimentos e o domínio, como forma de pautar a vida em coletividade, constitui mania e obsessão a imperar neste caso.

O *risco* na caminhada implica na mistura e no contágio de uma por outra, de maneira a não estabelecer idealidades nem purismos em cada um dos campos acima referidos. A intenção manifesta não se traduz na instauração instantânea de sociabilidades de tipo imaculado, seja numa ou noutra situação. Se nas sociabilidades de disciplina se procura atualizar a idéia edênica de perfeição celestial e acabamento definitivo, e se nas sociabilidades de *indisciplina* se enfatiza o presente, o inacabado, a desestabilidade, não há em ambas uma efetivação absoluta desses projetos. Uma está contagiada pela outra de uma ou de outra maneira. Há fissuras e fraturas no rígido edifício disciplinar como há vácuos e enrijecimentos na fluidez dos dinamismos *indisciplinares*.

Na maneira de abordar a vida, depreendida através dos escritos aqui destacados, a noção de *experimento*, no geral, lhe está intimamente relacionada. No recorte espacial e temporal delimitados, os textos anarquistas, como também as experiências deste movimento nestes registradas, documentam explícita e implicitamente tanto a ponderação *sobre* como uma aspiração de efetiva e imediata instauração de novas formas societárias. Vida comporta, para além do convencionalmente considerado, não apenas a duração funcional de órgãos e sistemas biológicos; abarca também, mais ao longe do dinamismo vegetativo dos seres, os sentidos atribuídos, operantes e instaurados no período de duração de sua vitalidade.

É a própria existência humana acontecendo dentro de um conjunto de *relações*, nunca a partir de uma perspectiva filosófica e existencial solitária, como definido na fábula essencialista de Deus, Eva e Adão no mítico Jardim do Éden segundo o texto sacro judaico-cristão, ou ainda, por extensão, no hipotético estado de natureza dos jusnaturalistas. A vivência humana mais que incluir, possui na existência de *outros* a condição para a existência de cada um. Esta perspectiva recusa concepções baseada na noção de algum acidente histórico, fatalidade filosófica, capricho divinal ou algum outro elemento de cunho determinista, teleológico ou utilitarista, apresentado, projetado e percebido, um ou outro, enquanto fator causal primordial.

Desta maneira, importa antes o modo de se colocar *na* e *diante da* invenção da existência, expandindo, incorporando, integrando, dissipando e diluindo a si mesmo num dinamismo estabelecido de maneira avessa a um enfoque baseado em algum insulamento – este que é um procedimento tradutor de uma perspectiva reducionista produzida pela teologia e, na seqüência, por várias escolas filosóficas e sociológicas orientadas por algum universalismo, sinonímia atualizada do princípio de autoridade.

Reduzir a vida a um, ou a alguns de seus aspectos, quer biológico, quer econômico, quer comunicacional ou outro, apenas mascara a matriz religiosa, de procedência judaico-cristã-islâmica, das instituições da chamada civilização ocidental. Tal propriedade é distendida e difundida por entre os diversos ramos do pensamento social. Não obstante, acontece de se estabelecer, entre as personagens consideradas neste estudo, análises e comportamentos diferenciados quando da pretensão de um afastamento e recusa do modelo societário vigente. Há diferentes graus de alheamento dos referenciais transcendentais para a sociabilidade humana, propostos e estabelecidos pelos *anarquismos*, e este aspecto paradoxal também é exposto através de alguns dos textos e em registros de caráter existencial colhidos na imprensa militante.

De um modo geral, há uma procura por um abandono dos referenciais societários vigentes, baseados no princípio de autoridade e na eleição de algum centro para a existência. Entretanto, isto não é necessariamente efetivado quando do estabelecimento das relações sociais e mesmo das reflexões sobre as questões que afetam a sociedade. Passar da sugestão para a vivência de novas formas societárias, para o estabelecimento efetivo nas vidas pessoais e coletivas, constitui um movimento que apresenta algumas surpresas, incluída a negação dos postulados inicialmente propostos.

Subsiste nos escritos analisados, contornos de transcendência-imanência, os dois pólos das concepções em totalidades, sintomas e indicativos de um pulsar de matriz religiosa, orientadora no pensamento ocidental, portanto, de seu modo de vida e de suas instituições. Desta maneira observo nos periódicos pesquisados a presença de algum universalismo quando algumas análises configuram expressões contendo feições salvacionistas, teleológicas, essencialistas e messiânicas; também quando em alguns escritos toma forma alguma expressão de reducionismo para o entendimento da sociabilidade humana, como algum racionalismo e cientificismo, que por vezes aparece como biologismo, economicismo ou a primazia de alguma habilidade humana, como a linguagem, na investigação e no estudo da sociedade.

Mesmo assim, encontro também nestes escritos, com considerável intensidade, iconoclastismo, nomadismo⁸⁸, condição selvagem na existência, antropofagia, indisciplina. Iconoclasta pela posição destruindo ídolos em suas diferentes manifestações; nomádico por transitar sobre fronteiras em atitude de desconhecimento. Os referenciais rígidos dividindo povos e áreas do saber humano, só para ficar nestes dois campos, são ignorados e alvo de desrespeito constante. Há também uma aproximação com uma existência selvagem no sentido de

⁸⁸ Sobre nomadismo ver DELEUZE, Gilles. **Mil Platôs** – capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v.5.

contraposição com a domesticação do processo civilizacional. A abertura para a experiência da alteridade ao mesmo tempo em que aponta esta condição selvagem, indica também a diferença enquanto objeto de nutrição, uma antropofagia.

Os evolucionistas vitorianos definiam a antropofagia com o termo pejorativo “canibalismo”. Uma pretensa incapacidade técnica das sociedades primitivas resultaria, segundo os evolucionistas, em dificuldades para obtenção dos alimentos. Esta insuficiência tecnológica se desdobrava em carência de nutrientes. Os evolucionistas explicavam a antropofagia, neste contexto de pretensa escassez, como um recurso necessário para suprir necessidades biológicas. Estudos posteriores demonstraram a falta de sustentação da tese evolucionista e a antropofagia passou a ser abordada enquanto prática ritualística plena de significados no interior da sociedade⁸⁹.

Os periódicos apresentam características particulares quando penso nos sinais em si manifestos acerca de sua forma de elaboração e nos desdobramentos relativos à sociabilidade instaurada no seu entorno imediato como na que se encontra em processo de feitura no seu raio de alcance. A começar pela confecção dos jornais e revistas, em que a decisão de um grupo em apresentar suas leituras e elucubrações particulares em torno dos acontecimentos tanto pessoais quanto da sociedade envolvente.

A Plebe, ao longo das décadas de sua existência, registrou em notas o seu caráter coletivo. Há diversos chamamentos para reunião, com interessados na publicação do jornal, a fim de discutir questões relativas a sua continuidade. Nestas notas, fica patente o sentido coletivo desta

⁸⁹ CLASTRES, Pierre. **Crônicas dos índios Guayaki**: o que sabem os Ache, caçadores nômades do Paraguai. Tradução Tânia Stolze Lima; Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 e LESTRINGANT, Frank. **O Canibal**: grandeza e decadência. Tradução Mary Del Priore. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1997. PASSETTI, Dorothea Voegeli. Canibal. **VERVE**: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n.6, p.103-126, out. 2004. p. 103-126.

iniciativa: os editores se apressam em assinalar este caráter do jornal, de maneira que sua publicação ficaria na dependência da colaboração de outros companheiros.⁹⁰

Os jornais *Não Matarás!* (1908) do Rio de Janeiro e *A Lanterna* (1ª fase: 1901-1904, 2ª fase: 1909-1916, 3ª fase: 1933-1935), *O Início – Órgão dos Alunos da Escola Moderna Nº 1* (1915), *Boletim da Escola Moderna* (1918-1919), estes de São Paulo, são emblemáticos desta perspectiva. Um grupo de pessoas interessadas em problematizar questões de sua época resolve, através de um periódico impresso, discutir temas específicos. O primeiro jornal abordou o tema da guerra e das armas adotando um posicionamento antimilitarista. Numa época em que militarismo e chauvinismo caracterizavam as inclinações de significativos segmentos sociais, o coletivo editorial encontrou diversas dificuldades na continuidade da publicação deste jornal.

O segundo jornal, de vida mais longa, abordou o tema da igreja e da religião levantando a bandeira do anticlericalismo. Parece-me que, por ser o livre-pensamento discutido e aceito por setores da sociedade, como os liberais e a Maçonaria, *A Lanterna* encontrou aliados de modo a estender sua existência por várias décadas. Não foi o caso do jornal *Não Matarás!*: seu apelo ao fim do militarismo como condição para o fim das guerras e dos exércitos não teve ressonância no conjunto dos segmentos da sociedade: muito pelo contrário, foi alvo de cerceamento por parte dos setores dominantes da sociedade.

Há, contudo, casos em que o jornal resulta de uma decisão acordada nas deliberações de algum congresso, o qual designava habitualmente uma comissão responsável pela publicação do periódico. O primeiro Congresso Operário Brasileiro realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 15 a 22 de abril do ano de 1906 decidiu em assembléia pela criação da Confederação Operária Brasileira, como forma de coordenar as lutas classistas levadas a efeito pelas

⁹⁰ LEUENROTH, Edgar. Ao que vimos – Rumo à Revolução Social. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 09 jun. 1917. GRUPO D'A PLEBE. Grande reunião libertária em São Paulo. **A Plebe**. São Paulo, ano 5, n. 123, p. 1, 25 jun. 1921. A DIREÇÃO de "A PLEBE". **A Plebe**. São Paulo, ano 30, n. 1, p. 7, 01 mai. 1947. (Nova fase).

associações e sindicatos operários em todo o Brasil. Decidiu também pela criação de um veículo de comunicação social, um jornal, cujo título deveria ser *A Voz do Trabalhador*. Logo no primeiro parágrafo do editorial do primeiro número deste jornal, o articulista afirmou peremptoriamente:

“A Voz do Trabalhador”

Iniciamos com o presente número a publicação periódica de *A Voz do Trabalhador*, órgão de uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário, exposto e difundido sempre que se apresentou oportunidade e não faltaram meios.⁹¹

O funcionamento da COB fora planejado para ser concretizado a partir de 1908, portanto dois anos depois do primeiro congresso operário. O início da publicação de *A Voz do Trabalhador* aconteceu junto com o da COB.⁹²

O mesmo desfecho se deu quando do Congresso Anarquista Sul-Americano acontecido entre os dias 18, 19 e 20 de outubro de 1915 no Rio de Janeiro, o qual deliberou pela criação de um jornal com fins de divulgar as idéias anarquistas para o conjunto da população⁹³. A particularidade neste caso foi que os proprietários e editores do jornal *Na Barricada*, Orlando Corrêa Lopes e João Gonçalves da Silva, doaram o jornal como o meio para tal finalidade⁹⁴. Também aqui uma comissão, com cerca de vinte e quatro componentes, ficara encarregada com a publicação deste jornal e por sua adaptação de acordo com os novos fins a que se destinava.

⁹¹ “A VOZ do Trabalhador”. **A Voz do Trabalhador**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1, 01 jul. 1908.

⁹² Para um conhecimento das resoluções e dos temas discutidos no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, como também para ver as associações e sindicatos que dele participaram, ver RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1970. p. 95-127.

⁹³ **Na Barricada**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 21, p. 1, 28 out. 1915. Os temas e as deliberações do Congresso Anarquista Sul-Americano foram publicadas neste mesmo número na página 2.

⁹⁴ **Na Barricada**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 21, p. 1, 28 out. 1915. Neste editorial anunciaram para o número seguinte a instauração da decisão do congresso. Entretanto neste número, o nº 22 – **Na Barricada**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 22, p. 1, 4 nov. 1915. – anunciaram em editorial a impossibilidade de mudança imediata do jornal, o que seria realizado num período de três ou quatro números a sair.

Esta iniciativa coletiva para a publicação de uma revista ou jornal, indica duas características relevantes para a compreensão da especificidade do dinamismo societário envolvendo os anarquistas dessa época. Primeiro, o jornal surge como espaço marcadamente polifônico. A monotonia na abordagem, apresentação, concepção e referenciais conceituais, próprios dos jornais atuais, cede lugar a uma pluralidade, bastante significativa, de vozes. Tanto os coletivos editoriais como os pensamentos e opiniões apresentados nas colunas dos jornais e revistas cultivam uma particularidade dentro de uma vibração coletiva, ausente de centralidade e relacional.

Segundo, no processo de elaboração e socialização de saberes há um dinamismo marcadamente diferenciado do processo baseado na disciplina, esta que constitui marca distintiva nas relações sociais vigentes nas instituições oficiais em geral, como também, em particular, nas de ensino, sejam laicas ou confessionais. Mais que distinto do procedimento disciplinar, há, de modo geral nos impressos anarquistas, a intenção de instauração de uma recusa imediata deste enfoque, procurando atuar em antidisciplina, instaurando *indisciplina*.

Os trabalhadores e anarquistas são convencionalmente considerados, nos estudos recentes sobre o movimento operário, enquanto autodidatas. O autodidatismo surge como a forma explicativa por excelência para a instrução e a educação neste período. Abstraindo alguns anarquistas que tiveram uma formação intelectual em instituições educacionais formais, como foi o caso de José Oiticica, Neno Vasco, Orlando Corrêa Lopes, Francisco Viotti, Fábio Luz, comumente, na literatura especializada, os trabalhadores que não se enquadram na concepção de ensino formal são tratados como autodidatas.

O argumento do autodidatismo ao assinalar o valor da iniciativa individual na elaboração de um pensamento crítico e original, eclipsa outros dinamismos postos em atividade no movimento aqui considerado. É exatamente esta dimensão minimizada que quero ressaltar. O

caráter relacional e coletivo na elaboração e socialização de saberes entre os anarquistas escapa ao conceito de autodidatismo. Havia todo um aporte coletivo sustentando as iniciativas individuais. As associações, centros de cultura, ateneus, bibliotecas, escolas, gráficas e coletivos editoriais ambientavam debates, conversações e polêmicas num ambiente contagiante. Jaime Cubero em entrevista sobre sua trajetória de vida enquanto autodidata, deixa entrever diversas vezes o caráter relacional e coletivista mediando a elaboração de saberes.

Essa experiência de procurar o conhecimento eu vi em todos os militantes anarquistas, que não tinham freqüentado os bancos escolares. Liam os seus livros e sempre que saía um livro novo, estavam sempre estudando e discutindo no Centro de Cultura. [...]

Cada associação, união, liga ou como se chamasse a entidade profissional fundada procurava criar o seu centro, ateneu ou grêmio cultural, transportando para o Brasil a prática do Movimento Libertário europeu e a preocupação permanente dos anarquistas com a educação e a cultura. Criou-se um vasta rede de entidades culturais entre os trabalhadores, com suas bibliotecas, publicações, elencos teatrais, etc. [...]

Consta dos estatutos do Centro de Cultura Social que o mesmo tem por finalidade "... estimular, apoiar e promover nos meios populares e, principalmente entre os trabalhadores, onde as possibilidades de cultura são limitadas por toda espécie de empecilhos, o estudo de todos os problemas que se relacionam com a questão social."⁹⁵

O autodidatismo constitui recurso explicativo, segundo uma tendência geral entre os estudiosos do período e do tema, da existência de uma significativa bagagem de conhecimentos em alguém que não teve formação intelectual em qualquer instituição de ensino oficial. O fato de um trabalhador com formação escolar oficial reduzida, quando muito, ao período inicial do que hoje se denomina primeira fase do ensino fundamental, domine diversas línguas, tanto em sua forma falada como na escrita; conheça os escritos de filósofos clássicos e de seu tempo; discuta com desenvoltura com eruditos da academia acerca de temas de sua especialidade; funde escolas e universidades baseado nas mais avançadas idéias pedagógicas de sua época e em discussão em diversos países do mundo; edite jornais, revistas e livros abordando os problemas sociais de seu

⁹⁵ ROMERA VALVERDE, Antonio José. **Pedagogia libertária e autodidatismo**. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1996. p. 283-285.

tempo, estes fatos são percebidos e só podem ser compreendidos por aqueles de formação disciplinada e disciplinar, dentro do conceito de autodidatismo.

Esta significativa amplitude de atividades só é inteligível através do conceito, pacificador, de autodidatismo... segundo o olhar narcisista inerente à perspectiva disciplinar vigente. Há que se reconhecer os limites desta perspectiva, pois ela percebe apenas espelho. Ao mesmo tempo em que cala inquietações e domestica a imaginação, o conceito de autodidatismo apaga, obsta, anula da percepção possíveis eventos e noções refratários à disciplina. O enfoque instaurado pela disciplina, apesar de ter seus alcances, possui o demérito de ser um verdadeiro leito de Procusto: método de amputação da vítima quando esta ultrapassar os limites de sua cama, ou execução do artifício de puxar e esticá-la se esta for menor que seu leito. Num ou noutro caso, ela finda se encaixando dentro dos limites pré-estabelecidos.

Esta perspectiva mutiladora pode ser constatada, por exemplo, nos estudos contemporâneos que apresentam algum escritor ou pensador como “pré” ou “pós” isto ou aquilo. O dado curioso deste neste enfoque é que sempre é o *outro* que é denominado “pré”: “pré-lógico” o indígena, “pré-capitalista” o artesão, o camponês, “pré-político” o anarquista, “pré-moderno” o refratário à modernidade sem que seja, necessariamente, defensor de algum “El Dorado” pretérito ou porvir.

Reproduz-se, por esta via, a forma de abordagem realizada pelos colonizadores dos séculos XV e XVI quando se referiram etnocentricamente aos povos autóctones sempre por alguma ausência: “sem fé”, “sem rei”, “sem lei”, só para lembrar algumas das incompletudes projetadas sobre o outro pelo olhar eurocêntrico. Até certo ponto isto se aplica ao “pós”. Num e noutro caso não há como deixar de perceber a existência sub-reptícia de uma centralidade, pois nestas classificações há sugerido a existência de uma linearidade pulsando, ressoar de teleologia. Procusto espreita!

Porém, com as publicações dos jornais e revistas, aqui analisadas, nada mais distante de autodidatismo. Os artigos destes periódicos resultaram ora de intensas conversas entre os integrantes do coletivo editorial ora de debates com outros anarquistas não integrantes deste coletivo, ora da confrontação com adversários de idéias. Os debates giravam em torno do entendimento de diferentes concepções conceituais, táticas e estratégicas a serem abraçadas pelos trabalhadores e pelos anarquistas.

Por vezes, a dinâmica dos debates brotava nas colunas dos jornais nos quais os articulistas expunham seu pensamento ao julgamento direto do leitor, o que ocorreu em vários números de *A Voz do Trabalhador* entre o anarcossindicalista Neno Vasco do Rio de Janeiro e o anarquista João Crispim de São Paulo acerca da relação entre anarquismo e sindicalismo; aconteceu também em diversos números de *Guerra Sociale* em que Ângelo Bandoni, anarquista antiorganizacional e o anarquista Florentino de Carvalho, ambos de São Paulo, discutiram o mesmo tema.

Debates com adversários de idéias também aconteceram. Em *Na Barricada* há o registro de um que se estendeu por diversos números entre o anarco-comunista José Oiticica e o jurista liberal Dr. Silva Marques. Este debate fôra iniciado com a publicação do artigo intitulado “A gente odiosa”⁹⁶ do Dr. Silva Marques em que expôs seu pensamento em torno das questões sociais. Oiticica apresentou seus comentários, ponderações e refutações num artigo intitulado “As causas do crime – Carta aberta ao Dr. Silva Marques”⁹⁷. A partir daí se estabeleceu uma seqüência de artigos, expostos em números subseqüentes do jornal, em que os dois travaram um debate vigoroso e amistoso, apresentando, um e outro, o entendimento particular sobre as idéias de seu adversário e a própria leitura em torno da questão social como ao de algumas escolas do pensamento social.

⁹⁶ MARQUES, Silva. Gente odiosa. **Na Barricada**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, p. 1 19 ago. 1915.

⁹⁷ OITICICA, José. As causas do crime – Carta aberta ao Dr. Silva Marques. **Na Barricada**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 13, p. 2, 02 set. 1915.

Oiticica polemizou com diversas figuras de destaque no cenário sócio-político nacional. Rui Barbosa, Maurício de Medeiros, o chefe de polícia Dr. Aurelino Leal, Dr. Augusto de Lima Junior, o senador Irineu Marinho, Evaristo de Moraes e Jackson de Figueiredo foram alguns com quem travou polêmicas através dos jornais anarquistas.⁹⁸

Orlando Corrêa Lopes, integrante do coletivo editorial de *Na Barricada*, chegou a convidar Pedro do Coutto, um liberal “simpatizante do anarquismo” mas também um “simpatizante do positivismo” de Augusto Comte apenas em sua dimensão filosófica, conforme ele próprio declarou, para colaborar sistematicamente neste jornal anarquista. Ele poderia expor, numa seção reservada sob sua exclusiva direção, seu pensamento e sua leitura particular dos acontecimentos da época sem nenhuma restrição. Após o primeiro artigo na sua coluna, que estampava o título “O que penso”⁹⁹, deu-se uma série de debates entre Pedro do Coutto e diversos anarquistas.

Fábio Luz, Orlando Corrêa Lopes, Oiticica, foram alguns dos anarquistas que polemizaram com Pedro do Coutto. Estes artigos vislumbravam o estabelecimento de um caloroso debate quando de seus encontros pessoais, comentando, discordando, emendando, criticando um ou outro aspecto apresentado nos artigos das partes envolvidas. Certamente, os artigos manifestam um dinâmico debate existente anteriormente à idéia de estampá-los e socializá-los pelas colunas de *Na Barricada*.

No número seguinte de *Na Barricada*, os editores do jornal anunciaram uma conferência a ser proferida por Pedro do Coutto. O aviso fora estampado com os seguintes dizeres:

⁹⁸ OITICICA, José. **Ação direta, antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira** - meio século de pregação libertária. Seleção, introdução e notas: Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Gerninal, 1970.

⁹⁹ COUTTO, Pedro do. O que penso. **Na Barricada**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, p. 1, 19 ago. 1915.

Conferência. Amanhã, no Centro de Estudos Sociais, á Praça Tiradentes n. 71, o nosso illustre collaborador dr. Pedro do Coutto fará uma conferência sobre o thema: ‘a noção de pátria e o conceito de governo são inherentes ao homem?’
A conferência terá inicio as 8 horas da noite e a entrada é franca ao publico.¹⁰⁰

No número treze de *Na Barricada* há um relato da conferência de Pedro do Coutto. O articulista registrou a presença maciça da platéia, a longa palestra do convidado, cerca de duas horas e meia, o debate seguinte com a assistência e o convite subsequente, dirigido ao conferencista, para comparecer ao mesmo local, mesma hora, mesmo dia na semana seguinte, para assistir à outra conferência sobre o mesmo tema. Desta vez a palestra seria realizada pelo anarquista e operário Elias da Silva.

Muitos dos escritos de Lima Barreto¹⁰¹ são também configurados dentro desta dinâmica eminentemente relacional de debates e polêmicas. Personalidades de projeção no mundo da literatura e da política institucional são questionados através de sua verve ácida, irônica e divertida. Nestes encontros, choques e fricções, seu pensamento vai sendo mais bem delineado. Os artigos e crônicas publicadas em jornais e revistas espelham com mais propriedade este aspecto particular de seu pensamento. Nestes periódicos, a rapidez dos acontecimentos favorecia a elaboração mais ágil de artigos, emprestando a estes escritos um caráter quase de improvisação, quando comparado aos contos e romances, escritos mais elaborados e de maturação mais longa.

Vários artigos eram concepções diretamente coletivas, sendo por vezes assinados com o seguinte indicativo: “os editores”, “nós”, “grupo de redatores”, “os anarquistas do jornal tal” ou outra indicação semelhante. A tese de autodidatismo, para caracterizar os autores de artigos e livros, mostra-se insuficiente e, mais do que isto, enganosa uma vez desconsiderar uma dinâmica

¹⁰⁰ CONFERENCIA. *Na Barricada*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 12, p. 2, 26 ago. 1915.

¹⁰¹ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. *Toda Crônica*: Lima Barreto. Volume I (1890-1919). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. *Toda Crônica*: Lima Barreto. Volume II (1919-1922). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

particular na confecção e socialização de saberes, que consiste num dinamismo eminentemente coletivo.

Desta maneira, colocava-se em atividade um processo coletivo de caráter *indisciplinar* na elaboração, preparação, maturação e divulgação de conhecimento. Um saber vazando com os esquemas estreitos da disciplina tanto em relação a seu aspecto restritivo a um campo específico como da dimensão relacional da sociabilidade humana. Aqui se manifesta a recusa de dinâmicas hierarquizadas e instauradoras de hierarquias. Assim, as publicações exprimiam uma estreita e intensa vivência entre um grupo editorial, consistindo num veículo para articular as relações entre as subjetividades. Importante evidenciar o caráter polifônico destes periódicos, não existindo nestes o quesito afinidade enquanto critério e condição para a definição da participação na empreitada.

Nos jornais e revistas era onde também se dava um processo de socialização de saberes através da exposição de análises comportando enfoques simultaneamente sociológico, filosófico, político, antropológico, histórico, biológico, físico, químico, literário, entre outros. Esta perspectiva abarcava os conhecimentos e descobertas científicas que lhes eram contemporâneos; considerava também as criações de artistas e poetas, entre outras manifestações do conhecimento e da sociabilidade humana.

No geral os jornais, revistas e impressos como panfletos, folhetos e boletins, buscavam provocar, inquietar, sacudir o leitor, para que ele se dispusesse a agir imediatamente do lugar mesmo onde se encontrava. A intenção era explicitamente provocar o leitor ou interlocutor de maneira a que este abandonasse atitudes passivas passando a gerir sua existência, tomando conta de sua própria vida, fugindo e lutando contra os projetos e modos de vida que postulassem alguma providência, divina ou política, como centro da sociabilidade humana, como totalidade, como outra forma de transcendência.

A livre conversação foi assinalada por Oiticica como instrumento de aferição dos postulados. Ao abordar a questão feminina a partir da energética, referiu-se, dentre outras, à energia social como uma das constituintes do ser humano. Esta energia possui na solidariedade seu móvel mais relevante. Nesta direção, apresentou o diálogo entre pontos de vista diferentes como uma das condições para a inventividade humana, possibilitando testar e verificar a validade das afirmações e recusando o pensamento fechado sobre si mesmo. O dogma constitui numa prática a ser destruída imediatamente quando do exercício de liberdade e quando da preparação dos saberes. Em sua perspectiva, “a solidariedade não comporta a intolerância nem mesmo o antagonismo. Aceita a discussão como instrumento de averiguação da verdade mas proscree os dogmas irreduzíveis.”¹⁰²

Os jornais e revistas anarquistas recusavam o apelo para adesão, conversão e filiação por serem estes expedientes próprios dos mecanismos societários de igrejas, partidos e organizações conspiratórias, de caráter jacobino ou liberal, que almejam a conquista e tomada do poder.

Acompanhamos o povo nas suas reivindicações, salientando-nos quasi sempre pela nossa energia e dedicação, sendo freqüentemente as primeiras vítimas desses movimentos, pagando com a morte, a prisão ou o desterro o nosso entusiasmo pela justiça e pela emancipação dos oprimidos.

Ensinamos ao povo tudo quanto sabemos e, para consegui-lo, tiramos o pão da nossa boca, com o qual sustentamos as escolas os jornais, os folhetos, os livros que com imensos sacrifícios podemos criar, a fim de que o povo se emancipe.

Pela propaganda e pelo exemplo, combatemos todos os vícios, todos artificiosos instintos de malvadez, todos os hábitos grosseiros e estimulamos o amor pelo estudo, pela investigação, pela independência de espírito.¹⁰³

Mesmo jornais anarquistas, como os sindicalistas, que apresentavam o sindicato como a célula da nova sociedade, ou os jornais comunistas libertários que se referiam à comuna como novo centro gravitacional da vida social, ou os individualistas que afirmavam caber esta função à

¹⁰² OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 74, 31 mar. 1915.

¹⁰³ SOARES, Primitivo. Vinganças burguesas. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 01 mai. 1914.

individualidade, mesmo cada um destes, apresentavam concomitantemente artigos, em que a tendência e a proposta para o estabelecimento de alguma unidade definitiva na sociabilidade humana, era recusada.

O procedimento *indisciplinar* se desdobra numa postura *nômade* adotada pelos articulistas na medida em que era estabelecido um livre trânsito por entre áreas diferentes do conhecimento, conjugando, nestes escritos, formas inusitadas como poesias, desenhos, charges, situações. Entram nestes textos acontecimentos pessoais e sociais do momento, depoimentos de caráter memorialista e outros recursos.

Há desrespeitos intencionais, calculados, quanto às fronteiras estabelecidas entre os diferentes campos do conhecimento. Por vezes, acontece de se apresentar conjuntamente no texto de análise social, elementos de Sociologia, Política, Antropologia, Filosofia, Pedagogia, Paleontologia, Biologia, Física, entre outros.

Este procedimento, eminentemente *indisciplinar*, desemboca numa abordagem não unilateral, expressando antes um enfoque multilateral na reflexão como na ação social. A perspectiva *indisciplinar*, utiliza elementos dos diversos campos da ciência, mas também expressões estéticas das artes entre outros da sociabilidade humana. Há textos apresentando aspectos relativos a trajetórias particulares de vida e de diferentes escolas sociológicas e filosóficas, na investigação, na reflexão como na análise social; e em relação à ação dentro do conjunto de relações sociais e intersubjetivas, opera-se com uma performance abolindo verticalidades, não privilegiando um ou alguns meios de intervenção social como o melhor, o único possível ou o mais correto e eficiente.

Contudo, no geral, a utilização ou não numa ou noutra circunstância, de jornais, livros, panfletos, manifestações públicas, ação direta, entre outros meios, justifica-se de acordo com as contingências do momento. Estas, por sua vez, são sempre diferentes, instáveis e *únicas*,

portanto, impossíveis de passar à generalização. Deve ser ressaltado que este se constitui em caminho deveras *arriscado*, no qual há que se considerar a possibilidade de tomadas de direção as mais distintas possíveis. O exercício da liberdade implica instauração da diversidade, estando incluído o risco de ser estabelecida sua própria negação. Foi neste sentido, que o editorial do jornal *O Amigo do Povo* abordou o tema da liberdade como um dos aspectos de significativa relevância para sua existência.

Em frente das causas do actual estado de cousas queremos abolida a propriedade privada da terra, das matérias primas e dos instrumentos de trabalho, para que ninguém possa viver à custa do trabalho alheio e para que todos, dispondo de meios para produzir e viver, sejam independentes e livremente possam associar-se aos outros para o interesse comum e segundo as suas sympathias; queremos abolido o governo, suprimindo todo o poder que faça leis e as imponham aos outros – monarchias, repúblicas parlamentos, exércitos, polícia magistratura, qualquer instituição dotada de meios violentos; [...]

A transformação que desejamos não pode ser obra do indivíduo considerado isoladamente, porque, longe de ser em favor d'um partido, é em proveito de todos os seres humanos; e isto não se obtém pela força mas pelo livre consentimento de todos.

Persuadir, convencer é, pois, a nossa primeira tarefa. Temos de pôr em evidência alguns males de que o homem soffre, a possibilidade de destruí-los; temos de procurar que se forme e se manifeste a livre vontade de todos para a prática do nosso ideal, para a conquista de mais bem estar.

Mas se é absurdo e se contradiz o nosso fim querer impor a liberdade, o amor entre os homens, o desenvolvimento integral de todas as faculdades humanas, por meio da violencia, será igualmente absurdo e contrário ao nosso fim admittir que os que não pensam como nós nos impeçam de realizar a nossa vontade, sempre que ella não lese o seu direito a uma liberdade igual à nossa.¹⁰⁴

Outro jornal anarquista, *A Rebelião*, publicado em São Paulo doze anos depois do *O Amigo do Povo* procedeu com a mesma disposição, afirmando o princípio de liberdade como sendo válido, sem sofisma. Comentando a organização de um congresso operario católico, o articulista afirmou o seguinte: “Segundo a imprensa diária, devia-se realizar nestes ultimos dias

¹⁰⁴ O QUE queremos. *O Amigo do Povo*. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 01 mai. 1902.

um congresso catolico, o que não nos admira, pois reconhecemos o direito de reunião e discussão a todo mundo; não queremos a liberdade só para nós.”¹⁰⁵

Este sentido exposto no trecho acima consiste no tom característico geral depreendido dos periódicos anarquistas aqui analisados: a procura em se mover no campo do princípio de liberdade, reconhecendo no *outro* a condição para a sociabilidade humana. Nesta perspectiva, não caberia nem um ponto de vista definindo uma maldade ou bondade intrínseca ao ser humano, nem alguma centralidade nas relações sociais, nem tampouco o privilegiar de um ou alguns dos atributos humanos como fator explicativo causal ou primordial para o seu dinamismo societário.

Os periódicos analisados servem como demonstração de como os anarquistas aqui considerados abordaram os acontecimentos que lhes eram próximos e distantes, como trataram os assuntos do momento e como expuseram suas críticas e proposições. Demonstam também como alguns se moveram oscilando ora num terreno próprio da disciplinaridade ora em outro *indisciplinar*, ora em uma órbita libertária ora noutra autoritária. Mostram também que alguns foram capturados pelo dinamismo disciplinar que tanto combateram.

Talvez isto tenha se dado por causa das vibrações da autoridade e da disciplina obterem alguma forma de ressonância em seus pensamentos e em seus sentimentos. Parece que, por vezes, estes se cansavam, a ponto de desejarem trégua, repouso ou descanso perene. Passaram a confiar e esperar pelas promessas e pelos consolos oferecidos a todos pelas diversas manifestações de transcendência, quer se apresentassem com formas religiosas, quer científicas ou filosóficas.

Estes impressos apresentam, por fim, alguns anarquistas e coletividades irredutíveis, indomáveis, inflexíveis, quando se trata da referida caminhada sobre o fio da navalha. Estes foram os que não procuravam sossego. Tencionavam antes expandir a si mesmo, o que implicava na ausência de calma e quietude e na presença constante de tormentas imprevisíveis. Com

¹⁰⁵ A IGREJA e o proletariado. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 17 mai. 1914.

estes não havia uma busca de promessas, reciprocidade, recompensa, compensação ou descanso, nem tampouco consolos reconfortantes.

Está em atividade, neste caso, um estilo selvagem, um dinamismo existencial indomável diante da existência. Há uma utilização dos elementos que se lhes apresentam no instante vivido, como faria um *bricoleur*¹⁰⁶, emprestando novos sentidos a conceitos ou situações convencionalmente definidas, num processo evidente de subversão do usual.

Passado e futuro não tem nenhuma serventia; a temporalidade serve para nada além de constituir elemento a compor dentro do novo uso dado em bricolagem. Não havia, com estes anarquistas, saudosismo quanto ao passado nem tampouco nostalgia pelo futuro. Havia sim uma percepção acerca das possibilidades de que o instante se encontra prenhe, além do fato deste ser o único terreno possível de atrair os pés do caminhante indisciplinado, do guerrilheiro nômade, dos bandoleiros selvagens.

Arrancaram suas próprias vidas das mãos de Procusto, mas não ficaram contentes, acomodados e satisfeitos. Sabiam estar o salteador mais adiante sempre à espreita na tentativa de capturar os desavisados. Domingos Ribeiro Filho expressou de um modo poético, visceral e vigoroso, este pensamento de inquietação constante e este sentimento de descontentamento intenso. Para ele “qualquer que seja a conquista social da anarquia, haverá uma outra anarquia para fazer-lhe a crítica e sonhar coisa melhor.”¹⁰⁷

Preferindo a insegurança ao conforto, a inquietação à calma, como consistindo na possibilidade de ir até o fim de si mesmos, de serem a própria culminância. Abdicaram da segurança e da quietude prometidas pelos messias, pelos salvadores, pelos guias; recusaram uma

¹⁰⁶ Contrariando a tese de Lévy-Bruhl de que os povos “primitivos”, possuindo uma mentalidade “pré-lógica”, apresentavam um raciocínio inferior por estarem fora do pensamento cartesiano das sociedades modernas, Lévi-Strauss apresentou o pensamento indígena como sendo provido de lógica. Ver particularmente o primeiro capítulo de LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas; Papirus, 1989.

¹⁰⁷ RIBEIRO FILHO, Domingos. A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista). **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 89, 30 abr. 1915.

existência de esperas e esperanças, procedimentos estes a cultivar pessoas passivas; por fim, agiram com desdém quando das promessas de repouso aventadas por mistagogos.

Buscaram evadir-se do fascínio, da sedução e do encanto presentes no olhar petrificante das Medusas; procuraram desviar-se do encontro com outros salteadores por perceberem seus intentos de enquadramento, ora amputando, ora esticando, mas sempre violentando. Reconheceram o salteador em sua camuflagem porque este entende o dinamismo social unicamente dentro de processos de filiação, adesão e conversão.

Não obstante, no percurso, alguns dos anarquistas do conjunto analisado resvalaram, caíram ou mesmo se jogaram de corpo e alma no campo gravitacional do universal totalizante, do sagrado absoluto, do transcendente princípio de autoridade. Esta consiste numa das possibilidades presente nos riscos de quem vivencia na vibração de *experimentos*. Os maloqueiros selvagens, os inconstantes indisciplinados, os bandoleiros nômades, recusam terminantemente as totalizações, colocando em suas atividades um dinamismo em perspectiva relacional para as suas caminhadas.

3.1 Floreal (1907)¹⁰⁸

Floreal, que estampava o subtítulo *Revista bi-mensal de crítica e literatura*, foi uma pequena revista que passou quase despercebida quando de seu lançamento. No segundo número da revista há o registro, não sem um acentuado tom de frustração, de terem sido vendidos apenas trinta e oito exemplares do primeiro número. Os editores esperavam uma maior repercussão.

¹⁰⁸ Foram publicados desta revista quatro números, dos quais encontrei apenas os dois primeiros. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907.

Pelos menos entre os aficionados em literatura. No entanto, Lima Barreto registrou, quando da publicação em livro de *Recordações do escrívão Isaias Caminha*, a recepção calorosa e entusiasta feita por José Veríssimo à revista. Em sua coluna, “Revistas Literárias”, publicada em nove de dezembro de 1907, no *Jornal do Comércio*, o consagrado escritor teceu efusivos elogios à *Floreal*.

Ai de mim, se fosse a “revistar” aqui quanta revistinha por ai aparece com presunção de literária, artística e científica.

Não teria mãos a medir e descontentaria a quase todos; pois a máxima parte delas me parecem sem o menor valor, por qualquer lado que as encaremos. Abro uma justa exceção, que não desejo fique como precedente, para uma magra brochurazinha que com o nome esperançoso de *Floreal* veio ultimamente a público, e onde li um artigo “Spencerismo e anarquia”, do sr. M. Ribeiro de Almeida, e o começo de uma novela *Recordações do escrívão Isaias Caminha*, pelo sr. Lima Barreto, nos quais creio descobrir alguma coisa. E escritos com uma simplicidade e sobriedade, e já tal qual sentimento de estilo que corroboram essa impressão.¹⁰⁹

Floreal expressou bem a perspectiva *indisciplinar* afirmativa da liberdade, traduzida pelo empenho em não só apresentar a existência de diferenças consideráveis entre os integrantes do coletivo editorial, mas, mais além, em cultivar tais especificidades. Os temas abordados são articulados a outros, fugindo de um enfoque circunscrito ao assunto apresentado. Uma perspectiva *indisciplinada* no tratamento das questões analisadas. O editorial manifestou o estreito campo de contato entre os escritores que decidiram dar vida àquele periódico. Expressou também a recusa de todos componentes em cair no dinamismo característico da esfera do jogo de servilismo e da troca de favores a campear entre jornalistas, diretores de jornais e literatos.

As palavras iniciais de Lima Barreto apresentaram a revista como o resultado da vontade de liberdade, de expansão da própria existência e de potencialização da vida de cada um dos envolvidos com sua publicação.

¹⁰⁹ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Recordações do escrívão Isaias Caminha**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997. p. 32.

Não é sem temor que me vejo á frente desta publicação. Embora não se trate do *Jornal do Comércio* nem da *Gazeta de Pekim*, sei, graças a um tirocínio prolongado em revistas ephemerias e obscuras, que immenso esforço demanda a sua manutenção e que futuro lhe está reservado. Sei também o quanto lhe é desfavorável o público, o nosso público, sábio ou não, letrado ou ignorante. Faltam-lhe os nomes, grandes nomes, desses que enchem o céu e a terra, vibram no ether imponderável, infelizmente não chegando a todos os cantos do Brazil; faltam-lhe desenhos, photogravuras, retumbantes páginas a côres com *chapadas* de vermelho – matéria tão do gosto da intelliglencia economica do leitor habitual; e, sobretudo, o que lhe ha de faltar, será um director capaz, ultra-capaz, maneiroso, dispondo da *sympatia* do jornal todo poderoso, e sabio nas sete sciencias da rua Benjamin Constant e em todas as artes estheticas e technicas.

Desgraçadamente não tenho essa sabedoria excepcional que super-abunda por ahi; e, se alguma cousa justifica a minha directoria, não é com certeza o meu saber.

No nucleo que fundou e pretende manter esta publicação, não sou eu quem mais sabe isto ou aquilo; antes, um sou que menos sabe.

Não foi esse o motivo; talvez fosse por ser eu o mais aparentemente activo e, para empregar uma palavra da moda, o mais ostensivamente lutador, que os meus companheiros me deram tão honrosa incumbencia.

Não que eu o seja de facto. Examinando-me melhor, creio que há em mim um inquieto, a quem a mocidade dá longiquas parecenças de activo e de combatente; e quiçá taes semelhanças tivessem enganado os meus amigos e companheiros, elevando-me á direcção desta pequena revista.

O seu engano não foi total, penso eu; na epocha de vida que atravesso, o inquieto póde bem vir a ser o luctador e o combatente, taes sejam as circumsstancias que o solicitem. Eu as desejo favoráveis a essa util mutação de energia, para poder levar adiante este tentamen de escapar ás injunções dos mandarinatos literarios, aos esconjuros dos preconceitos, ao formulario das regras de toda a sorte, que nos comprimem de modo tão insolito no momento actual.¹¹⁰

Esta iniciativa fora apresentada enquanto campo de experimentos livres, aberto às aventuras, riscos e surpresas a que os integrantes da revista estavam dispostos e disponíveis. No cenário do jornalismo e dos impressos literários, *Floreal* fora apresentada enquanto revista que concretizava a trajetória de vida e de existência tanto dos que instauraram a iniciativa como de outros que poderiam ser por ela contagiados. Os editores manifestaram em seus escritos o quanto estavam contagiados pelos mais diferentes acontecimentos envolventes. Entretanto este contágio não se revelava através de atitudes passivas nem de quem se posiciona enquanto vencido diante dos eventos. Antes há a presença de subjetividades inquietas, ativas, altivas. A apresentação da

¹¹⁰ BARRETO, Lima. Artigo Inicial. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 3-7.

revista, como os artigos escritos pelos componentes do grupo editorial¹¹¹ expressam, de maneira diferente, uma disposição para fazer da própria vida um campo em ebulição, com intensos e contínuos experimentos, em que tudo o que tocava a um ou a outro poderia ser apropriado da maneira mais conveniente por cada um.

Não se trata de uma revista de escola, de uma publicação de *clan* ou malóca literaria. Quando, como nos annos que correm, a critica sacóde e procura abalar sciencias duas e mais vezes miliars, como a geometria, e os dogmas mais arraigados, como o da indestructibilidade da materia, seria paradoxalmente exotico que nós nos apresentassemos unidos por certos theoremas de arte, com seguras theorias de estylo, e marcando um determinado material para nossa inspiração.

Não se destina, pois, a *Floreal* a trazer a publico obras que revelem uma esthetica novissima e apurada; ella não traz senão nomes dispostos a dizer abnegadamente as suas opiniões sobre tudo o que interessar a nossa sociedade, guardando as conveniencias de quem quer ser respeitado.

É uma revista individualista, em que cada um poderá, pelas suas paginas, com a responsabilidade de sua assignatura, manifestar as suas preferências, communciar as sua intuições, dizer os seus julgamentos, quaesquer que sejam.¹¹²

Nada de conveniências nem alinhamento a opiniões consagradas de especialistas. Tampouco postura servil de filiação a algum agrupamento tipo partido ou igreja ou a algumas personalidades tidas na medida de referenciais pretensamente intocáveis ou ainda a alguma pretensa fonte de verdade e de soberania. Qual o limite desta culminância de si mesmo? Ninguém mais, a não ser a própria pessoa, poderia dizer.

Nas palavras de Lima Barreto existe um dinamismo sob efeito de destruição de ídolos, de deuses, se estendendo em campos diversos com uma cadência marcadamente dessacralizante. Pessoas, costumes, instituições, idéias foram alvos de constante e intensa apreciação; nada permaneceria imune à crítica. Tudo deveria ser exposto à análise exaustiva; todas as possibilidades consideradas; o esgotamento da matéria ou da perspectiva adotada era o limite. O

¹¹¹ Compunha o coletivo editorial da revista, além de Lima Barreto, Antonio Noronha Santos, Domingos Ribeiro Filho, Mário Pinto de Souza, M. Ribeiro de Almeida, Carlos de Lara, J. Pereira Barreto e Edmundo Enéas Galvão.

¹¹² BARRETO, Lima. Artigo inicial. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 3-7.

iconoclasmo se apresentava como um dos predicados mais evidentes. Isto porque os escritores instauraram a ocasião para o questionamento em todas as direções possíveis, como também para o exercício de problematização de temas e situações.

Não estão (é preciso dizer) no seu programma as estupidas hostilidades preconcebidas. No julgamento do pensamento que nos precedeu, levaremos em conta as dificuldades que o nosso tem encontrado para se exteriorisar e tomar corpo, e tambem que o antigo se encadeia no novo, o novo no novissimo, e que, quando mesmo isso não se dê, ambos pódem coexistir, por mais antagonicos que sejam, sem que um diminua a grandeza do outro. É lição da Natureza. Os monstruosos *Hippariours* do mioceno lentamente evolveram até á esbelteza do *pur-sang* contemporaneo; ao lado delles, porém, pela superficie da Terra, quasi sem modificações, os mastodontes terciarios ficaram nos nossos elephantes actuaes...

Mas, conquanto as nossas divergências sejam grandes, há entre nós uma razão de completo contacto: é a nossa incapacidade de tentar os meios de publicidade habituaes e o nosso dever de nos publicar.

Este caminho se nos impunha, pois nenhum de nós teve a rara felicidade de nascer de pae livreiro, e pouca gente sabe que, não sendo assim, só há um meio de se chegar ao editor – é o jornal. Pouca gente sabe também que o nosso jornal actual é a cousa mais inintelligente que se possa imaginar. É alguma cousa como um cinematographo, menos que isso, qualquer cousa semelhante a uma *féerie*, a uma espécie de mágica, com encantamentos, alçapões e fogos de bengala, destinada a alcançar, a tocar, a emover o maior número possível de pessoas, donde tudo o que for insufficiente para esse fim deve ser varrido completamente.

Cada um de nós está certo de que seria perfeitamente incapaz de levar emoções aos habitantes respeitáveis de Paracutú ou de atrahir leitores da Rua Presidente Barroso ou de Abrantes; mas, estamos certos também que essa média entre a sensibilidade obstruída de afastados compatriotas, o semi-analfabetismo de uns e a futilidade de outros, actualmente representada pelo jornal diário, não tem direito a distribuir celebridade e a estabelecer uma escala de méritos intellectuaes.

Demais, para se chegar a elles, são exigidas tão vis curvaturas, tantas iniciações humilhantes, que, ao se atingir ás suas columnas, somos outros, perdemos a pouca novidade que trazíamos, para nos fazermos iguaes a todo o mundo. Nós não queremos isso. Burros ou inteligentes, geniaes ou mediócrees, só nos convenceremos de que somos uma ou outra cousa, indo ao fim de nós mesmos, dizendo o que temos a dizer com a mais ampla liberdade de fazel-o.¹¹³

Os artigos subseqüentes, *Diálogo*, de Antonio Noronha dos Santos¹¹⁴ e *Dia de amor*, de Domingos Ribeiro Filho¹¹⁵, tematizaram o problema das relações sexuais e amorosas no contexto

¹¹³ BARRETO, Lima. Artigo inicial. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 3-7.

¹¹⁴ SANTOS, Antonio Noronha dos. *Diálogo*. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 7-10.

¹¹⁵ RIBEIRO FILHO, Domingos. *Dia de amor*. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 12-20.

restritivo e proibicionista de uma sociedade patriarcal, falocêntrica e preconceituosa. No primeiro, Panphilio e Philetas conversam sobre o amor: se é eterno ou efêmero, se é exclusivista ou plural. Também quanto à questão da violência, do assassinato e do ciúme nas relações dos enamorados.

Em *Dia de amor*, o autor explica, em nota de pé-de-página no início do conto, ter publicado anteriormente os dois primeiros capítulos “em duas edições domingueiras do Correio da Manhã que não continuou a publicação por tel-o julgado imoral”. Na mesma nota, o autor comentou a atitude censora dos editores do *Correio da Manhã* dizendo que “sobre Moral, a redacção do poderoso jornal diário tem maiores certezas que o Sr. Poincaré sobre geometria. É um facto notavel que registamos para servir aos que entre nós se dediquem ao estudo experimental da intelligencia.”¹¹⁶

Há uma situação de transgressão em relação aos padrões socialmente aceitos para existência do amor e do sexo entre um homem e uma mulher. Pedro e Vera eram, um e outro, casados e, no entanto, estavam apaixonados. Viviam um recíproco, mas interdito, sentimento. O autor expôs os pensamentos e sentimentos tal qual estes se apresentavam no íntimo dos dois enamorados, objetivando problematizar as normas de conduta estabelecidas socialmente. O diálogo dos dois manifesta a inquietação partilhada por ambos quanto à situação de constrangimento por conta de um sentimento verdadeiro, porém proibido pelas convenções.

O poema intitulado *Ossos*, de Mario Pinto de Souza¹¹⁷, por sua vez manifesta o tema da vivência do amor no âmbito da densa intimidade de alguém que acredita ter superado um sentimento por outra pessoa. Os dilemas e as dúvidas em relação a si mesmo surgem através de

¹¹⁶ RIBEIRO FILHO, Domingos. **Dia de amor**. *Floreal – Revista bi-mensal de crítica e literatura*. Ano I, nº 1, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1907. p. 12.

¹¹⁷ SOUZA, Mario Pinto de. **Ossos**. *Floreal – Revista bi-mensal de crítica e literatura*. Ano I, nº 1, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1907. p. 28.

contornos de um profundo sentimento que reaparece, acionado por alguma casualidade. O autor abordou suas impressões sem delinear o entorno explicativo para aquela situação, prendendo seu foco na ebulição intimista. Estes versos apresentam o mesmo tema na seqüência do conto e do diálogo anteriores. Os desencontros entre sentimentos e convenções sociais foram apresentados a partir de uma perspectiva subjetiva. Esta perspectiva personalista se projeta tanto na leitura do autor sobre o assunto como na forma de vivenciá-los, no caso do conto, também em relação aos conceitos e preconceitos sociais apresentados a partir da conversa entre Panphilio e Philetas.

As ponderações sobre a vivência do amor, dentro de uma perspectiva alheia às injunções da moral, da igreja, da economia, da política, têm sido significativas no pensamento anarquista¹¹⁸. Este é um dos grandes temas *menores* abordados no pensamento e no movimento anarquista. Neste campo, as reflexões abrangem desde posições conservadoras, como a de Proudhon¹¹⁹, até outras liberadas como a de Bakunin¹²⁰. O conservadorismo proudhoniano não deixou de provocar reações entre seus contemporâneos anarquistas. Joseph Déjacque¹²¹, em 1857, escreveu *Do ser humano macho e fêmea, carta a P.J. Proudhon*, numa crítica incisiva ao posicionamento de Proudhon relativo à mulher. A dedicatória do livro único de Stirner expressava: “À minha querida Marie Dänhardt”. Não conheço, dentre os socialistas, quem tenha dedicado livro a alguma companheira¹²².

¹¹⁸ Sobre o amor, num enfoque anarquista, ver ALBERT, Charles. **O amor livre**: uma avaliação anarquista da questão sexual. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. ALBERT, Charles. **O casamento burguês e o amor livre**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. ARMAND, E. **Nova ética sexual**. Rio de Janeiro: Germinal, 1960.

¹¹⁹ Ver o capítulo seis intitulado *Religión, Moral, Educación*, no quarto item (*Condición de la mujer*) de CUVILLIER, Armand. **Proudhon**. Tradución de Ma. Luisa Diez-Canedo. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1986. (Colección Popular). p. 343-349.

¹²⁰ BAKUNIN, Mikhail. **Bakunin por Bakunin (Cartas)**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1987.

¹²¹ DÉJACQUE, Joseph. O ser humano masculino e feminino (Carta a P.J. Proudhon). In: **UTOPIA**. Revista anarquista de cultura e intervenção. Tradução Carolina Magos Jorge Carvalho. Lisboa, Portugal: Associação Cultural A Vida, n. 18, 2004. p. 29-33.

¹²² João Barrento, o tradutor do livro único de Stirner, apresentou Marie Dänhardt, no glossário, com as seguintes palavras: “*Dänhardt*, Marie (1818-1902): segunda mulher de Stirner, a quem é dedicado este livro. Membro da sociedade ‘Os Livres’ em Berlim, herdou uma fortuna considerável (grande parte dela dissipada por Stirner nos três

Outros anarquistas meditaram sobre a questão, problematizando a instituição da monogamia e os costumes de exclusividade no amor. No Brasil, Giovanni Rossi¹²³ foi um dos primeiros anarquistas a tratar da questão a partir de um ponto de vista de liberação. Maria Lacerda de Moura¹²⁴ em diversas publicações, mas especialmente em *Amai e... não vos multipliqueis* e em *Han Ryner e o amor plural*, abordou esta temática, revirando sua própria vida pessoal rumo a uma liberação no amor. Lima Barreto, em diversos artigos, se colocou a favor da multiplicidade dos afetos, especialmente tratando da mulher. Em artigo intitulado *Não as matem*, após abordar casos de assassinato de mulheres por maridos e noivos por conta de infidelidade, encerrou seus dizeres afirmando: “Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus!”¹²⁵ Marques da Costa¹²⁶ escreveu artigos intitulados *A proposito de... vasectomia e castração* nas colunas de *A Plebe*.

Mais recentemente Daniel Guerin e Roberto Freire tratam desta questão. O primeiro agrega, em sua abordagem sobre o amor, o tema da homossexualidade¹²⁷. O segundo – que prefere o termo *amor libertário* a *amor livre* – através de seus livros e da *soma*, a terapia grupal por ele criada, apresenta os obstáculos para uma vivência dos afetos como principal causa da neurose nas sociedades modernas. Na vertente anarquista do *punk* é prática habitual abordar em

anos de casamento) e era conhecida nos meios da boémia berlinense. Emigrou para a Austrália e depois fixou-se em Inglaterra, onde trocou correspondência com John Henry Mackay, o biógrafo de Stirner.” STIRNER, Max. **O Único e a sua Propriedade**. Tradução de João Barrento. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. p. 289.

¹²³ ROSSI, Giovanni. Um caso de amor na Colônia Cecília. In: _____. **Colônia Cecília e Outras Utopias**. Tradução e introdução Marzia Terenzi Vincentini, Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. p. 91-127.

¹²⁴ MOURA, Maria Lacerda de. **Amai e... não vos multipliqueis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932. MOURA, Maria Lacerda de. **Han Ryner e o amor plural**. São Paulo: Unitas, 1933.

¹²⁵ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. Não as matem. In: _____. **Toda Crônica**: Lima Barreto. Volume II (1919-1922). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.1. p. 168-169.

¹²⁶ COSTA, Marques da. A proposito de... vasectomia e castração. **A Plebe**. São Paulo, ano 3, n. 91, p. 3, 22 jun. 1935 (3ª fase).

¹²⁷ GUERIN, Daniel. **Um ensaio sobre a revolução sexual após Reich e Kinsey**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1980. FREIRE, Roberto. **Soma**: uma terapia anarquista. 2 v. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. FREIRE, Roberto; MATA, João da. **Soma, uma terapia anarquista** – Corpo a corpo – A síntese da Soma. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. v.3.

encontros e através das letras das bandas, questões relativas a gênero, sexualidade e homossexualidade. O'Hara¹²⁸ registra o surgimento do *Queercore* a partir do encontro entre movimento *punk* movimento gay.

Um outro escrito de Lima Barreto traz como cabeçalho, no interior de *Floreal, Revista da Quinzena* e não *Revista da Semana*, como indicado no sumário. Novamente surge delineada a verve do autor provocando o leitor, mas, especificamente, um outro coletivo editorial denominado *A Caravana*. Este era um grupo recém fundado de literatos. Segundo o exposto no artigo de Lima, o objetivo de *A Caravana* era a promoção de encontros periódicos entre os interessados pela literatura como também “propugnar pela disseminação do gosto artístico”.¹²⁹ Em seu inconfundível e inimitável estilo irônico, e numa crítica mordaz aos primeiros procedimentos adotados pelos literatos de *A Caravana*, Lima se referiu à nova agremiação da seguinte maneira:

A CARAVANA – De quando em quando, os nossos literatos mais famosos, por suas obras ou pela posição que ocupam na política e na administração, resolvem reunir-se e formar uma sociedade, um club, que dê banquetes congratulatorios e convoque sessões ruidosas, não esquecendo, às vezes, de declarar que o club ou a sociedade tem por fim também animar as letras e as artes e propugnar pela disseminação do gosto artístico.

Convidam este e aquelle, procuram os varios chefes dos bandos litterarios, alluciam alguns Atticos suspeitos de usura na gerencia dos jornaes e dous ou tres Mecenas cheios de duvidas na doutrina das letras dobradas, e dão um nome á agremiação.

Como não possam deixar de ser grandes literatos os nossos grandes jornalistas, são estes também convidados e os poderosos jornaes, *ipso facto*, falam na associação, por intermedio de noticias em que lindos adjectivos cascadeam e rutilam, redigidas a rigor pelos supplentes dos mais celebres mestres, pois sempre os há nas redacções importantes.

Por dous ou tres mezes, o club prende a atenção do publico.¹³⁰

¹²⁸ Ver O'HARA, Craig. **A filosofia do punk**: mais do que barulho. Tradução Paulo Gonçalves. São Paulo: Radical Livros, 2005.

¹²⁹ BARRETO, Lima. Revista da quinzena. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out.1907. p. 29.

¹³⁰ BARRETO, Lima. Revista da quinzena. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out.1907. p. 29.

O articulista prosseguiu fazendo um rápido registro histórico remetendo ao tempo em que, ainda no império, iniciativas semelhantes foram tomadas. A diferença das iniciativas realizadas na república dizia respeito à intenção de estendê-la a toda população. O “gosto artístico” seria algo tido na medida de referencial superior. Esta superioridade de gosto fora assim definida tendo como pólo oposto um gosto popular, entendido como intrinsecamente inferior. Os republicanos procuraram extinguir o “para alguns”, da aristocracia monarquista, com o “para todos” democrático. Esta ocasião apresentara-se enquanto momento privilegiado de problematização deste imperativo democrático como celebração de uma fraternidade liberal... compulsória.

Não acredito absolutamente que a arte possa ser popular, não acredito mesmo que possa interessar sinceramente, não direi já o povo, mais a um grupo social inteiro, uma casta, uma classe; e não acredito também que os nossos literatos amem o povo, interessem-se pela sua sorte, achem nelle poesia, materia prima para as suas obras.

Pelo menos, não se encontram vestígios disso nos seus volumes. Coisa curiosa! Não temos uma aristocracia ou uma burguesia brilhante que se transmita através das gerações – não temos; entretanto, não encontram material para a sua obra senão na roda do Lyrico, nos bondes de Botafogo, nas barcas de Petropolis e nos passeios da Tijuca. É singular! Para o resto, uns velhissimos folhetins á França Junior, palpavelmente errados no tocante á observação.¹³¹

No entendimento de Lima Barreto, à literatura caberia um papel eminentemente relacional: ao mesmo tempo em que demonstrasse as características individuais e coletivas, num movimento de apresentação e esgotamento das singularidades pessoais e grupais, deveria assinalar as particularidades do processo societário envolvente, pois seria neste dinamismo que elas são forjadas. Criticou a literatura convencionalmente aceita e divulgada, por proceder a uma desconexão das especificidades tanto umas em relação às outras como quanto ao fato delas serem possíveis unicamente dentro de um conjunto maior de relações. Portanto, aos literatos faltaria sensibilidade para elaborar uma perspectiva relacional sem, contudo, menosprezar marcas e

¹³¹ BARRETO, Lima. Revista da quinzena. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out.1907. p. 30-31.

características específicas de pessoas e coletividades e ao mesmo tempo assinalando o quanto estão reciprocamente enlaçados, misturados, contagiados. Evidenciar o atributo solidário do dinamismo da sociabilidade humana constitui a função da literatura¹³².

Acantonam-se num ponto só e esquecem uma das maiores funções da literatura, que é de soldar os grupos de um país uns aos outros, revelando a cada um deles as sucessivas maneiras de pensar, de sentir, os sonhos, as aspirações particulares a cada qual, procurando, como mostra Guyau, os sentimentos e sensações de cada indivíduo, de cada grupo, de cada classes.

Referindo-se aos indivíduos que não fazem parte da gente que eles adoram e exageram num romantismo curioso, os nossos literatos, só lhes vendo defeito superficiais, degradam, amesquinham-nos, sem absolutamente descobrir nelles as grandezas que têm, as qualidades que possuem; entretanto – como são as cousas? – para as arvores do Sumaré, para a praia de Copacabana, que, positivamente, não são homens de carne e osso, quanta ternura, quanta palavra bonita!¹³³

Outro aspecto de destaque nestas palavras diz respeito a uma indiferença quanto ao estabelecimento de conceitos que operariam dentro de concepções baseadas na idéia de existência de cultura superior oposta à outra inferior. Este postulado se manifesta através da afirmação, pelos literatos cultos, de uma aristocracia do gosto, reativa a um gosto comum. Está em andamento, neste caso, uma oposição entre cultura erudita e cultura popular entendidas enquanto antípodas. Este processo atualizaria uma dinâmica de eleição e afirmação de centralidades através da instauração de algum modelo, de um padrão e da noção de normal como também de seus reflexos em espelho: esboço, desvio, anormal. Atuando neste diapasão, todo um mecanismo de julgamento, exame e avaliação, implicando na existência da soberania do juiz, de jurados e desdobramentos em prêmio ou castigo, constituiria atualização do tribunal de Deus.

¹³² Sobre a função da literatura na concepção de Lima Barreto ver BARBOSA, Francisco de Assis. **Lima Barreto e a reforma da sociedade**. Recife: Pool, 1986. BEIGUELMAN, Paula. **Por que Lima Barreto**. São Paulo: Brasiliense, 1981 e SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão** – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras: 2003.

¹³³ BARRETO, Lima. Revista da quinzena. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out.1907. p. 31.

Lima Barreto fez questão de afirmar seu descaso quanto a procedimentos que operariam com a noção aristocrática de elementos de distinção entre segmentos sociais. Em sua perspectiva, não deveria existir outro critério para abordar as criações artísticas do que o gosto subjetivo. Qualquer iniciativa de eleição de medida exterior ao gosto pessoal constituiria um arbítrio, um abuso. A própria desenvoltura e expansão dos sentimentos artísticos deveriam ser deixados livres, ao sabor do próprio processo de desenvolvimento de cada um, rejeitando à instauração de referenciais a serem seguidos, modelos a serem copiados, exemplos a serem imitados.

Ao literato caberia uma atitude de inquietude e continuada provocação, diante de quem o leitor não encontrasse a ocasião para adotar a cômoda postura de discípulo. O escritor deveria proporcionar ao leitor uma certa incomodação, um certo desconforto. Nada de enquadramento nem concerto, ao literato caberia instaurar ebulição e desconcerto, problematizando e não doutrinando. Por fim, ao literato competeria ainda questionar e não pedir adesão nem filiação. Sua incumbência deveria ser a de instaurador de inquietações, um insistente agitador e não um pedante condutor das consciências. E, mais que consciência, Lima Barreto evidenciou a relevância e legitimidade das emoções como um dos atributos individuais a nortear o gosto artístico de cada um, de modo a tornar totalmente inócuo qualquer atitude executada a partir da referência a algum modelo ou código de soberania.

Eu julgava que os literatos e jornalistas, que se propõem a levantar a cultura geral do povo, deviam ter, por intermédio de suas obras, revistas e jornais, comunicado aos seus leitores as idéias conductoras para que elles fizessem essa ascensão por si mesmos. Seria mais facil e seria mais difficil. Acho que negam a utilidade de sua obra, appellando para os outros meios que não ella mesma.

A *Caravana*, que se acaba de fundar, parece querer me dar razão, quando organiza um concurso de bandas de musica, cujo fim é extirpar da sensibilidade popular do soldado o gosto pelo tango e pelo maxixe. Porque não lhe mostraram, os literatos e jornalistas da “Caravana”, nos seus livros, nos seus artigos, a hediondez do “Vem cá mulata”? Se uma campanha jornalística ou litteraria era sufficiente, como serão proveitosos alguns concursos semi-officiaes?

Custa-me a comprehender que outra musica que não esta, falle á sensibilidade do nosso soldado, e digo isto sem desdem ou desgosto. Para mim, é tão razoavel e justo

que o n. 125, da 3ª companhia do 10º batalhão de infantaria, se anime ao som do “Feitiço”, como o Commendador Esperidião se entusiasme pela *Tosca* de Puccini. Fóra da sensação de cada um de nós, não há critério seguro para a emoção artística; e, se é possível uma arte superior, devia ella tirar das sensações individuaes e particulares da nossa disparatada população, uma geral, feita daquellas que um genio pudesse harmonizar, proporcionar com a força unificadora de seu talento.

É missão de genio, enquanto não chega elle, mesmo depois de chegar, tanta razão tem o 125 como o Commendador Esperidião.¹³⁴

Na coluna seguinte, intitulada *Revistas e jornaes*, em ordem inversa da exposta no sumário, Antonio Noronha Santos comentou dois artigos: “O Cinematographo” de Remy de Gourmont, publicado no *Mercure de France* em primeiro de setembro do mesmo ano, e “A cultura latina” de Ferrero, publicado no *Jornal do Comércio* em vinte e oito de setembro do mesmo ano. No primeiro, o articulista destacou as análises críticas e festivas elaboradas por Remy de Gourmont quanto à invenção do “cinematographo”. Se muitos recebiam este invento com reservas e mesmo com hostilidade, o autor, que não deixou de registrar os limites e deméritos do “cinematographo”, também considerava as possibilidades positivas e validade de tal invento. Santos questionou se este invento ameaçaria e eclipsaria outras expressões das artes como o teatro e respondeu existir esta probabilidade.

O certo, porém, continuou o autor, é que no “cinematographo” haveria a vantagem de clareza de exposição das idéias. Além do mais, em pouco tempo se poderia conhecer diversas localidades. Com irreverência o autor sustenta que com o “cinematographo” se poderia também assistir peças de Shakespeare e, por ser mudo, não irritaria os tímpanos. Noronha Santos encerrou o seu artigo de louvação ao “cinematographo” com alguns dizeres de Remy de Gourmont.

Considerado sob o ponto de vista científico, o cinematographo é uma das mais curiosas e mesmo uma das mais bellas invenções do nosso tempo. Melhorado, tornar-se-ha um instrumento perfeito e verdadeiramente magico. Não ponho em duvida que nos dê um dia as paysagens com todas as suas côres, os matizes do céu e das florestas.

¹³⁴ BARRETO, Lima. Revista da quinzena. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out.1907. p. 31-32.

Então conheceremos effectivamente a vasta terra até aos seus recantos mais inacessíveis e os costumes diversos dos homens virão se agitar deante de nós como um bando de dançarinas doces. Tiremos proveito delles. Bem tolo ou desprovido de curiosidade será quem desdenhar esses espetaculos.¹³⁵

Estas considerações em torno do “cinematographo” deixam à mostra um campo de evidente oposição existente pelo menos entre dois dos componentes do coletivo editorial: Antonio Noronha Santos, um entusiasta cauteloso do “cinematographo”, e Lima Barreto, um crítico severo deste ícone da modernidade. Este posicionamento, recusando invenções modernas, levou muitos de seus comentadores e estudiosos a alocá-lo na quadrinha do “pré”: pré-político, pré-conceituoso, pré-moderno. Só faltou pré-histórico. Mas isto findou sendo dito por outras vias. Sua crítica à república, cotejando-a com a monarquia e assinalando certa inferioridade da primeira para a segunda, delineia antes um sarcasmo aos sentimentos de superioridade, nutridos por republicanos positivistas e adjacentes, e não uma nostalgia pelo império. Em diversos de seus escritos Lima Barreto assinalou a intensificação da violência contra os segmentos populares perpetrados pelos governantes democráticos.

Em um de seus artigos, Lima Barreto enfeixa um conjunto de questões que informam sobre diversos aspectos do assunto exposto. Sua recusa à república e ao nacionalismo, a figuras proeminentes do republicanismo positivista brasileiro como a certos avanços tecnológicos são abordados em “O nosso cabocismo”. Soltou a fêrula de sua crítica ao general Rondon por ser militar e catequista. Se este era elogiado, inclusive havia anarquistas que admiravam suas iniciativas entre os indígenas, Lima Barreto é implacável em sua crítica a Rondon.

O General Rondon nunca venceu batalhas e não as vencerá, porque o seu talento é telegráfico. Não há general como ele para estender linhas de telégrafo; mas não há também general como ele, para catequizar caboclos.

¹³⁵ SANTOS, Antonio Noronha. Revistas e jornaes. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out.1907. p. 35.

Até hoje, essa missão estava reservada aos religiosos de toda a espécie; mas foi preciso que o Brasil se fizesse republicano para que tal coisa coubesse aos oficiais do Exército.

Rondon catequista é um grande general e o general Rondon é um grande catequista.

Aí não é o sabre que cede lugar à toga; é a batina que se vê vencida pelo sabre.¹³⁶

Lima Barreto em seguida desancou ácido diatriba afirmando que “o que o general Rondon tem de mais admirável, é a sua fisionomia de crueldade. Vê-se nele sua vocação de ditador e ditador mexicano.”

Orlando Corrêa Lopes¹³⁷, por sua vez, manifestou simpatia pelo general Rondon. Entendia que a ação deste general, pelos interiores do país, era uma ação benéfica porque civilizadora. Uma perspectiva próxima à de Lopes, não em relação ao general mas aos indígenas, é apresentada no livro de autoria de Edgar Leuenroth e Hélio Negro¹³⁸. Neste livro, os autores dedicam uma pequena parte para tratar daqueles que denominaram “selvícolas”. Sucinta e rapidamente, os autores, tratando de soluções a serem implementadas numa sociedade libertária, afirmaram uma futura integração das sociedades tribais à sociedade nacional. Esta perspectiva atualiza medidas catequistas e universalistas. Os escritos de Lima vão à direção oposta destes salvacionismos.

Esta posição de crítica quanto à república positivista nascente foi comum entre os anarquistas. O folheto contra a imigração elaborado por Oresti Ristori¹³⁹ denuncia a permanência, nas fazendas de café no interior de São Paulo, dos mesmos expedientes utilizados contra os negros no período da escravidão. Pelourinho, ferros, tortura e assassinato por capatazes ainda

¹³⁶ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. O nosso caboclisto. In: _____. **Toda Crônica**: Lima Barreto. Volume II (1919-1922). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.2. p. 32.

¹³⁷ LOPES, Orlando Corrêa. Uma grande obra. **Na Barricada**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 14-15, 01 mai. 1915.

¹³⁸ LEUENROTH, Edgar; NEGRO, Hélio. **O que é maximismo ou Bolchevismo**. São Paulo: [s.n.], 1919.

¹³⁹ RISTORI, Oresti. **Contra a Imigração**. São Paulo: La Battaglia, 1906.

vigorava em plena República. Graco¹⁴⁰, em artigo publicado no *Germinal!*, denunciou os procedimentos de escravização de indígenas no Brasil central por grandes fazendeiros.

A crítica barretiana ao feminismo sufragista aparece para alguns um indicativo de misoginia. Seu posicionamento crítico do “cinematographo”, da ciência, do futebol, do telefone, dos bancos e do sistema financeiro; também crítico quanto à construção de arranha-céus e monumentos gigantescos no Rio de Janeiro, contra o modo de vida estadunidense, sobretudo no quesito utilitarista e megalomaniaco, se contrapondo ao fascínio dos brasileiros por aquele país, lhe valeram o epíteto “pré-moderno”. Sua posição contrária à derrubada das árvores e ao conjunto da flora da Baía da Guanabara, como com a vida dos animais, apenas acentuou o tom das definições estreitas em torno de seu pensamento.

Estes posicionamentos tinham ressonância com outros anarquistas. Maria Lacerda de Moura¹⁴¹ em seu livro *Civilização – tronco de escravos* criticou a técnica e ciência sob regime clerical do capitalismo e do estatismo. Os avanços da ciência e da tecnologia findam sendo direcionados contra o ser humano e contra a vida no planeta. Até mesmo a saúde física de todos é comprometida por uma série de fatores dentre os quais o depauperamento físico por excesso de trabalho, má alimentação, alimentos adulterados ou envenenados. Estes aspectos do estado doentio dos organismos foram destacados por Oiticica na última parte de seu “Catecismo Anarquista”. Também os jornais *A Obra* e *A Plebe* publicaram artigos abordando temas de saúde física e métodos contraceptivos. O já citado livro *Amai e... não vos multipliqueis* de Maria Lacerda de Moura¹⁴² também aborda esta questão.

¹⁴⁰ GRACO. O triunfo da iniquidade (?) – Os colonos, vencidos, voltam ao trabalho. **Germinal!**. São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, 17 mai. 1913.

¹⁴¹ MOURA, Maria Lacerda de. **Civilização – tronco de escravos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

¹⁴² MOURA, Maria Lacerda de. **Amai e... não vos multipliqueis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

Florentino de Carvalho no início de seu primeiro livro assinalou a incidência de uma atmosfera doentia na civilização moderna atingindo a todos. A convergência de uma série de artifícios da modernidade tinha resultados catastróficos para o ser humano.

Vegetando como sapos á beira dos pantanos, onde se conglomeram todos os detricitos, amalgamando-se nos centros industriaes e commerciaes por obra mágica da centralisação capitalista, não pode o homem, no presente regime, libertar-se dos torvelinhos sociaes, centro de gravidade do vírus infeccioso que enche a atmosphaera e decepa vidas a granel.

Enormes parcellas illustram as estatísticas da mortalidade universal, causada pela tuberculose, pela syphilis e outras doenças de constituição social ou epidemica. E se a esta mortalidade acrescentarmos a produzida pelo serviço nocturno, pelos accidentes de trabalho, pela má qualidade dos alimentos e seu envenenamento, ou pela miséria, a que parcella assombrosa não atingirá o numero de victimas da nossa civilização?

E quão interessante não seria a elaboração de uma estatistica da mortalidade resultante das doenças moraes, da nevrose, que prolifera sob o azorrague da tyrannia, do espesinhamento da dignidade individual, das determinadas pelo fanatismo religioso, pelas consequencias da guerra, das pugnas políticas e da lucta social?

Se sommarmos o número de victimas das enfermidades que têm a sua origem no artifício social, poderemos scientificar-nos de que ultrapassa – tendo em vista a classificação das doenças – o de muitas humanidades.

O doente é o typo normal; o sadio é a excepção.

Já não se trata de saber quantos doentes povôam a Terra – este “grande hospital”, – trata-se de saber quantas doenças soffre cada organismo humano, prematuramente mutilado, degenerado ou decomposto pela virulencia do morbus.¹⁴³

Maria Lacerda de Moura e Lima Barreto novamente convergem na crítica ao “cinematographo”. Através desta arte os sentimentos chauvinistas, belicosos e predatórios da civilização eram cultivados. Neste livro, Maria Lacerda de Moura também condena a ciência que usa animais para experimentos com vivisseção.

No quesito relativo à relação do ser humano com o conjunto da existência, Lima Barreto e Maria Lacerda de Moura, entre outros anarquistas, evidenciaram uma percepção que hoje é denominada ecológica ou naturalista. Florentino de Carvalho apresentou as descobertas de cientistas e filósofos em confronto com as concepções teológicas absolutistas. A religião

¹⁴³ CARVALHO, Florentino de. **Da escravidão à liberdade**: a derrocada burgueza e o advento da igualdade social. Porto Alegre: Renascença, 1927. p. 8-10.

estabelece uma centralidade, Deus, para toda a existência. Esta centralidade cósmica é projetada para as modalidades comportamentais humanas e extra-humana. A negação da centralidade passa antes pelo ateísmo, se desdobrando na igualização dos seres.

Finalmente, as modernas theories da relatividade, da escola de Einstein, rompem os ultimos liames da concepção absolutista.

Em resumo, os novos valores scientificos alicerçam o ateismo e o materialismo sobre bases incommoviveis; naturalizam a concepção anarchista, que colloca o homem no plano de igualdade frente a todos os seres de que se compõe o Cosmos.¹⁴⁴

Alguns críticos não compreenderam Lima como antipolítico porque a negação da hierarquia lhes parece absurda e sem propósito, apenas um capricho de um idealista; intitularam-no antifeminista por não compreenderem sua crítica como restrita ao feminismo burguês. Este feminismo opera com os valores do patriarcalismo e pelas seduções da sociedade vigente, verticalizada e exploradora, elementos estes naturalizados na nossa vida social. Por fim, não compreenderam o desprezo de Lima por certos avanços tecnológicos como uma negação prene em afirmações. O caso de Lima Barreto só vem a corroborar o equívoco, ou insensibilidade, em definir o *outro* como “pré”. Lima recusava a idéia de fatalidade inexorável dos acontecimentos, procurando provocar nos leitores questionamentos e atitudes de insubmissão.

Em seus artigos, ao mesmo tempo em que procurava demonstrar sua percepção particular dos “melhoramentos”, “reformas” e “modernizações” postos em efeito no Brasil e no mundo pela classe dos governantes e pelas elites dominante, buscava também elaborar uma escritura que atingisse profundamente o leitor. Sua intenção era a de contagiá-lo com a lógica argumentativa presente no texto, abalando-o de suas certezas, comodidade e letargia. Este contágio e abalo seriam mais bem sucedidos na medida em que ele pudesse alcançar êxito na clareza da exposição

¹⁴⁴ CARVALHO, Florentino de. **Da escravidão à liberdade**: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social. Porto Alegre: Renascença, 1927. p. 180.

de seus pensamentos e sentimentos. No próximo capítulo voltarei a tratar de outras particularidades de Lima Barreto. Por enquanto prosseguirei analisando outros momentos da revista.

No artigo de Ferrero, Noronha dos Santos evidenciou o sentido contrário à “germanomania” vigente à época e que se deveu à vitória alemã em 1870 contra os franceses. É, sustentou o articulista, da cultura latina em comparação a alemã que tratou Ferrero, que a última encontrava-se, na sua perspectiva, em desvantagem em relação à primeira, afirmando: “A proporção, a harmonia e a synthese!

Eis as tres grandes qualidades que Ferrero descobre no espirito latino, e cuja ausência é notavel no espirito anglo-saxonio-germanico.”¹⁴⁵ A assimilação dos aspectos genuínos da cultura alemã fôra seriamente prejudicada por uma absorção sem critérios de tudo o que fosse germânico a partir da vitória sobre os franceses. O autor cita o próprio Ferrero:

Certo é todavia, que se a 6 de Agosto de 1870, em Wörth e Spicheren – o que não era impossivel – os Francezes tivessem batido os Allemães e a guerra de 1870 tivesse tido um resultado opposto, nós não teriamos assistido áquella especie de germanomania de foram acommettidas todas as nações da Europa, sem exceptuar, em dado momento, a Italia. Teriamos assimilado com maior discernimento tudo – e não é pouco – o que na cultura allemã é digno de ser admirado; não teriamos acreditado que em tudo que é allemão houvesse o germen antigo fructificado a uma superioridade inatingivel; não teriamos prestado a tantas cousas allemãs a homenagem de uma imitação por demais servil e para nós funesta.¹⁴⁶

Ao fim desta citação Santos acrescentou: “Colajanni já dissera alguma coisa semelhante, e a gente lembra-se dos urros cannibaes de Anthéro do Quental, ao lêr as noticias das primeiras victorias prussianas. Era o triunfo pelo canhão, e pelo morticinio, da Cultura e do Pensamento

¹⁴⁵ SANTOS, Antonio Noronha. Revistas e jornaes. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p.. 35.

¹⁴⁶ SANTOS, Antonio Noronha. Revistas e jornaes. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 36.

germanico, sobre a Leviandade e a Frivolidade do espirito francez.”¹⁴⁷ Assinalou logo em seguida, citando novamente a Ferrero:

Ferrero restabelece a verdade: ‘A especialização das sciencias, por exemplo, fez crescer nos últimos annos a influencia das universidades allemães no mundo, ao passo que diminuiu a das universidades francezas. Não se descobriram muitas cousas novas, de importância decisiva, nas universidades allemães durante os últimos trinta annos; se tomardes como exemplo a medicina, vereis que tudo quanto fizeram depois de 1870 os professores allemães não tem a importância do que fizeram sós, Claude Besnard e Pasteur.’¹⁴⁸

Noronha Santos arrematou suas ponderações com as seguintes palavras:

E allude em seguida ao “genio synthetico e creador”; seria o caso de citar-se a resposta de R. Quinton a um inquérito sobre a influencia allemã, onde elle mostra que os creadores da biologia são todos francezes: Cuvier, Lamarck, Geoffroy Saint-Hilaire, Bichat, C. Bernard, e Pasteur, que fundaram successivamente a anatomia comparada e a paleontologia, a zoologia philosophica, a embryogenia, a histologia, physiologia e a microbiologia.¹⁴⁹

Em seguida Santos expôs a simpatia cultivada, também por literatos do Brasil, pelo que denominou “germanomania”, com as seguintes reflexões: “A conferencia de Ferrero foi uma bella conferencia. Emquanto nos lembrarmos delle, não poderemos mais sonhar com a “Chanaam” do Sr. Graça Aranha. Mas não estará por algum tempo inacessivel “por motivo de concertos?”¹⁵⁰

Neste quesito da noção de estética e de proporções, as perspectivas de Lima Barreto e Antonio Noronha Santos convergem. Lima Barreto, comentando a paisagem de Nova York como

¹⁴⁷ SANTOS, Antonio Noronha. Revistas e jornaes. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 36.

¹⁴⁸ SANTOS, Antonio Noronha. Revistas e jornaes. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 36.

¹⁴⁹ SANTOS, Antonio Noronha. Revistas e jornaes. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 36-37.

¹⁵⁰ SANTOS, Antonio Noronha. Revistas e jornaes. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 37.

cenário de enormes edificações, afirma ser este um caso apropriado à topografia local desta cidade e não algo que deva ser copiado no Rio de Janeiro. Apesar disto, não deixa de criticar a existência dos arranha-céus e monumentos gigantescos como um despautério estético e arquitetônico.

Condições particulares de sua topografia obrigaram a cidade de Nova York a apelar para esses estafermos de inúmeros pisos; e não se verificando elas na nossa, antes pelo contrário, não tínhamos necessidade de enfeiar o Rio de Janeiro, com construções que a sua natureza repele.

O fundo do espírito americano é a brutalidade, o monstruoso, o arquigigantesco. Ele não tem o sentimento das proporções que toda a criação humana deve guardar, com o próprio homem. Desde que não sintamos essas proporções; desde que não possamos perceber uma relação oculta conosco e com as nossas forças normais, não sei como se pode achar beleza de um monumento, edifício, enfim, de uma civilização; e o sentimento que ela pode inspirar será de esmagamento e de opressão, sensações muito opostas à de beleza que é suave e macia.¹⁵¹

Por fim, na última seção do primeiro número da revista, intitulada *Echos, &*, há rápidos comentários a aspectos do cotidiano de Santos Dumont, de Lauro Sodré e relativos à reforma da ortografia. Nestas notas fez-se presente um tom irônico e de crítica ao assunto e às figuras em destaque. A irreverência e o sarcasmo em torno de personagens consagradas no cenário nacional, desancando o ar grave e sério como costumeiramente eram reverenciados, fizera cair o sentido de solenidade dirigido a estas personalidades por conta do ridículo em que foram apresentados nas palavras-implosões de Lima Barreto.

Santos Dumont, chamado ironicamente de parisiense, e o Senador Lauro Sodré, com a insistência em que o qualificativo “eminente” lhe fosse exclusivo nos jornais da imprensa comercial, foram objetos de dessacralização através de notas ligeiras. A última nota colocou em discussão elementos evidenciando o caráter relacional da sociabilidade humana.

¹⁵¹ BARRETO, Lima. O nosso “ianquismo”. In: _____. **Um longo sonho do futuro** – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. 1881- 1922. Rio de Janeiro: Graphia, 1993. p. 378-382.

Os argumentos e apelos acerca das relações humanas, centrados em questões exclusivamente de economia, de uma racionalidade pragmática ou alguma outra dimensão do amplo espectro dos atributos humanos, foram arruinados diante de questões postas por aspectos da contingência da vida. Isto significa dizer que a racionalidade expressa no argumento da simplificação ortográfica e da economia que esta medida traria, não possuía validade diante das relações concretas que teimavam em invalidar postulados lógicos de uma racionalidade pretensamente pura ou de algum utilitarismo restritivo. Vejamos a seguir a seção das notas do modo como estão dispostas na revista:

Os reformadores da ortographia acreditaram que pugnavam em prol de uma obra de simplificação e economia.

Não há quem a esse respeito tenha opinião contrária. Ortografia é muito mais simples e gasta menos letras do que ortographia; entretanto, ha um facto que desmente essa proposição, á primeira vista de tão forte evidencia.

Ao tratarmos da impressão desta Revista, o impressor avisou-nos que seria mais cara se usássemos a ortographia academica.

Com isto, não ha quem se opponha, a vantagem da economia levou um golpe profundo, e a de simplificação ficou um tanto abalada, quando nos disse tão sagaz profissional que a revisão na graphia reformada exigia tres, quatro e mais provas.¹⁵²

O primeiro artigo do segundo número, *Spencerismo e anarchia*¹⁵³, apresenta uma análise de caráter teórico comparativo dos postulados anarquistas, de abolição imediata do Estado, com as idéias liberais de Spencer relativas à redução máxima do Estado a uma expressão mínima. O autor elaborou uma exposição do liberalismo de Spencer ao mesmo tempo em que problematizara suas idéias de limitação das funções das instituições estatais através de alguns questionamentos. Ao proceder desta maneira evidenciou a tendência ao monopólio das relações sociais inerentes às instituições governamentais.

¹⁵² ECHOS, & **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 25 out. 1907. p. 37-39.

¹⁵³ ALMEIDA, M. Ribeiro de. Spencerismo e anarchia. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 9-10.

O autor se referiu ao movimento de afastamento da hipótese favorável à existência de uma centralização social com a noção de “forças centrífugas” e o de afirmação desta centralização com a de “forças centrípetas”. O spencerismo persegue um equilíbrio ou uma situação intermediária entre estas duas forças.

O verso de J. Pereira Barreto¹⁵⁴ apresenta as conveniências sociais constringendo a subjetividade de modo a conduzi-la à imitação dos feitos corriqueiros. Há aqui a atuação de uma personalidade ativa, de uma subjetividade insubmissa, subvertendo os lugares comuns. O autor como que instiga o leitor à adoção de comportamento ativo, abandonando a resignação, comiseração e passividade. Há também o sentido de uma provocação nestas palavras, apontando para a instauração imediata de um dinamismo existencial em afirmação da singularidade de si próprio. Estas reflexões afirmam recusas de procedimentos anulando ou suprimindo a si, como postulado por transcendentalismos.

Em seguida há a narrativa intitulada *História triste*¹⁵⁵ em que o autor abordou o dilema de uma moça exposta à violência e exploração pelo seu próprio pai. Uma jovem de quinze anos se encontrava numa situação de ter de se prostituir por conta da contingência de sua miséria e penúria. Lima Barreto, por sua vez, publicou em continuação *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

Antonio Noronha Santos, na seção *Revista da quinzena*, elaborou uma crítica à proposta de estabelecimento do sorteio militar obrigatório, em vias de ser adotada no Brasil. Numa perspectiva antimilitarista e num estilo narrativo jocoso, o articulista discutiu o processo de militarização de toda a sociedade proposto por representantes de estratos dominantes.

¹⁵⁴ BARRETO, J. Pereira. Face a face. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 11.

¹⁵⁵ LARA, Carlos de. História triste. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 12-15.

Esta constituiu uma temática abordada por diversos jornais anarquistas desde que fôra aventada esta proposta. Suas ponderações iniciam com uma explanação acerca da dificuldade no momento histórico da sociedade em se discutir questões relativas ao exército. Tratou também da adesão e defesa deste projeto por parte de literatos de projeção nacional. Esta instituição exercera papel decisivo na derrubada da monarquia e no estabelecimento da república. Daí o porque deste ser um assunto de difícil discussão.

A lei do sorteio – Todo o mundo sabe como é difficil entre nós discutir questões que interessam mais ou menos ao exercito. É memoravel o exemplo de M. e Albuquerque que soffreu uma valente refutação a golpes de espada, ao que elle retrucou com logica cerrada e um guarda-chuva protector, por ter repetido com outras palavras, o que Thomaz Ribeiro dissera no seu poemeto, ‘As novas Conquistas’ (Lisboa, 1864).

mais faz
que espada ou lança, escopro e serra;
mais que mil arsenaes uma officina.

soldado e
general é quem trabalha;
é mais condecorado o que mais faz;

D’ahi a hypocrisia com que foi atacada indirectamente a lei do sorteio, sem que ninguem, a não ser o mesmo escriptor acima citado, em tres artigos admiraveis publicados na ‘A Noticia’ se atrevesse a impugnar a necessidade do serviço militar obrigatorio – com ou sem sorteio, com ou sem insenções!

Ha inegavelmente grandes vantagens em ser brasileiro. Affonso Celso enumerou muitas dellas com louvavel facúndia no seu livro para presente de annos ‘Porque me ufano de meu paiz’. Esqueceu-se de uma das mais solidas, que é precisamente não estar o brasileiro sujeito ao pesado fardo do serviço militar.¹⁵⁶

A crítica do autor prosseguiu, de maneira irônica e debochada, apontando a mania de mimetismo dos segmentos dominantes do Brasil em relação aos procedimentos adotados nos países europeus.

Esta curiosa lei do sorteio pertence á classe das leis panacéas, ultimamente tão em moda, e que tem por fim confessado reconstituir o nosso edificio social. Com as Universidades veríamos reerguer-se o tão abalado ensino publico: tres ou quatro reitores novos, e o Rio de Janeiro, S. Paulo, Bello Horizonte, transformar-se-iam

¹⁵⁶ SANTOS, Antonio Noronha. Revista da Quinzena. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 23.

instantaneamente em Berlim, Iena e Goettingen. Com a simples lei do sorteio, teríamos um poderoso exercito.¹⁵⁷

Santos levantou algumas objeções ao sorteio militar obrigatório no Brasil:

Mas a lei do sorteio tem graves defeitos, que desde logo foram apontados. Não é desnecessario repetil-os: creio que não foram ainda bem apprehendidos. É uma lei que vem ferir profundamente o brasileiro, e isto não póde ser posto em margem n'um paiz em que o elemento nacional está talvez senão seguramente em condições de riqueza inferiores ao elemento estrangeiro. A lei do sorteio viria augmentar este desequilíbrio economico. No interior, já sabemos pelo que se passava no tempo do Imperio, o que será a sua applicação. Recrutamento e sorteio são duas palavras synonymas no nosso vocabulario politico.

[...]

Há um grande engano da parte de muitos espiritos credulos e entusiastas quando suppõem que nos paizes europeus o serviço militar é livremente acceto como um dever de todo bom patriota. É na realidade um peso fatigante, imposto como um mal necessario. Atravéz da ironia de um Courteline, comico profissional, sente-se a revolta contra a absurda disciplina dos quartéis. E mil outros escriptores trazem-nos o seu testemunho.¹⁵⁸

Santos lamentou, em seguida, a fatalidade da adoção da lei do sorteio militar obrigatório sem deixar de manifestar sua recusa a tal medida.

Eu já tive a illusão de que para alguma cousa nos serviria vivermos n'um paiz novo, de pouca cultura e mal civilisado ainda. Teríamos ao lado desta desvantagem positiva, grandes e reaes proveitos.

É uma illusão que se me vae fugindo aos poucos. Estamos fadados a absorver a civilização européa pelos seus lados mais penosos e mais tristes.¹⁵⁹

Estas palavras denotam o sentido, não direi “pré”, mas, muito mais do que isto, “antimodernista” do autor. Da mesma forma que Lima Barreto, Santos recusava os acenos sedutores da modernidade, como os ovacionados processos de sofisticação das técnicas, a

¹⁵⁷ SANTOS, Antonio Noronha. Revista da Quinzena. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 24.

¹⁵⁸ SANTOS, Antonio Noronha. Revista da Quinzena. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 24-25.

¹⁵⁹ SANTOS, Antonio Noronha. Revista da Quinzena. **Floreal** – Revista bi-mensal de crítica e literatura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 12 nov. 1907. p. 26.

crescente estandardização da cultura, etc., manifestando preferir uma existência fora da cultura e da civilização européia, mas que fosse uma ausência prenhe de positividade porque afirmativa das singularidades individuais e coletivas. Criticando a inclinação da sociedade brasileira em reproduzir o modo de vida estadunidense, Lima, em um de seus artigos, escreveu:

Nós não estamos ficando surdos com as cousas americanas, mas estamos ficando cegos; e, na clássica imagem, somos, como as mariposas que a luz atrai, para matá-las.

Não temos o bom senso de repelir os grosseiros e megatéricos ideais americanos e ficar nós mesmos. O mundo não é sempre o mesmo, embora a sua substância possa ser uma e única; e os homens, portanto, não o podem ser e devem variar com ele.

Substituir o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso, por um outro que vai de encontro à nossa mentalidade e ao nosso temperamento é suicidar-nos.¹⁶⁰

Seu entendimento quanto da sociabilidade humana, como estabelecida na modernidade, não se apresentava favorável à livre emergência, cultivo e existência das particularidades, uma vez o espírito de imitação constituir o móvel de maior destaque no dinamismo social instaurado. A ênfase no papel da imitação na sociabilidade humana vem do conhecimento, comum entre os trabalhadores à época, do clássico livro de Gabriel Tarde¹⁶¹ intitulado *As leis da imitação*. A discussão dos inconvenientes da lei do sorteio militar obrigatório evidenciou expedientes miméticos por parte de estratos dominantes da sociedade brasileira, plagiando leis de países europeus e dos Estados Unidos.

¹⁶⁰ BARRETO, Lima. O nosso “ianquismo”. In: _____. **Um longo sonho do futuro** – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. 1881- 1922. Rio de Janeiro: Graphia, 1993. p. 378-382.

¹⁶¹ TARDE, Gabriel. **As leis da imitação**. Tradução de Carlos Fernandes Maia com a colaboração de Maria Manuela Maia. Porto: RÉS, [19--].

3.2 *Germinal!* (1913)

Germinal! é o nome de um jornal anarquista editado em São Paulo no ano de 1913. O título deste semanário, *Germinal!*, constitui uma alusão ao mundialmente conhecido romance social homônimo, escrito por Émile Zola, que trata de um episódio de revolta vivenciado por trabalhadores de minas. Com esta designação foram publicados outros periódicos em diversas localidades do Brasil¹⁶². Dos vinte primeiros números coletados, faltou o oito; além do mais, boa parte dos exemplares adquiridos estavam incompletos, em que pese cada jornal ter apenas quatro páginas. Em compensação existe um suplemento entre a publicação dos números seis e sete. Este suplemento, relativo ao primeiro de maio, fora publicado juntamente com outro jornal, *La Barricata*. Uma associação de associações.

A intenção do coletivo editorial era a de publicar um jornal bilíngüe, português e italiano, sendo quatro páginas escritas em português e duas voltadas para o operariado em italiano. O número de trabalhadores italianos era significativo, principalmente nas fazendas do interior de São Paulo. Contudo, esta intenção foi posteriormente avaliada pelos editores como implicando em diversas dificuldades, mas mesmo assim, vários artigos foram publicados em italiano em todos os números do jornal.

A partir do segundo número o jornal estampa como subtítulo sua definição na imprensa proletária: *jornal anarquista*. A publicação deste semanário fora realizada através da ação conjunta de vários trabalhadores. Rodolfo Felipe, do primeiro ao quarto número, ocupou a função de administração. A partir do quinto número em diante, Florentino de Carvalho dividiu com ele

¹⁶² Ver a este respeito, RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

as tarefas de gerenciamento do jornal, como redator. Pelo menos o anúncio da redação a cargo de Florentino de Carvalho inicia a partir do quinto número. Isto não significa que ele tenha iniciado sua colaboração com o jornal só a partir deste momento, mesmo porque antes deste número não havia a indicação do nome do redator.

A prática estabelecida entre os editores dos jornais operários definia o administrador enquanto responsável pelos assuntos financeiros relativos às assinaturas, vendas e distribuição do jornal. Ao redator cabia coordenar a publicação das matérias, a elaboração de editoriais, anúncios e artigos sem assinatura. Uma espécie de articulador e porta-voz do grupo editorial, uma vez o próprio redator publicar artigos assinados com seu nome ou com pseudônimos.

Entretanto, outros operários estavam, como de costume, juntos neste *experimento*. Em alguns momentos houve cooperação com outro jornal anarquista, *La Barricata*, na publicação de alguns números. Além dos anarquistas citados acima, Hélio Negro, Adelino de Pinho, Gigi Damiani, Miranda Junior, Graco, Solárgeo Livre, Arsênio Bettencourt, Anhangueria, João Crispim, Zeferino Oliva, entre outros, escreveram regularmente neste periódico. Possivelmente o coletivo editorial estava entre estes trabalhadores.

O uso recorrente de pseudônimos dificulta por vezes a identificação destes anarquistas, apesar de alguns serem bastante conhecidos. Hélio Negro é Antonio Candeias Duarte. O estilo marcadamente interrogativo, didático e encadeado dos artigos de Solárgeo Livre, idêntico ao de Adelino de Pinho, sugere ser aquele um outro pseudônimo deste. João Crispim, Anhangueria, X, Florentino de Carvalho, que assina artigos com as abreviaturas F. ou F.C., aparentam ser a mesma pessoa de Primitivo Raymundo Soares. Como era costume nos jornais operários, os artigos não assinados eram de autoria do redator, no caso Florentino de Carvalho. A letra “X” assinando algum artigo pode ser um indicativo da pessoa do redator.

O mais consagrado biógrafo de Lima Barreto, Francisco de Assis Barbosa, afirma ser “João Crispim” um dos pseudônimos usados pelo seu biografado¹⁶³. Em que pese o fato da veracidade da indicação de Francisco de Assis Barbosa, há que se considerar a possibilidade do uso de um mesmo pseudônimo por diferentes autores. Como exemplo desta assertiva, Beatriz Resende, em nota de pé de página à recém-publicada coletânea de crônicas de Lima Barreto, afirma ter ele usado em algumas revistas o pseudônimo “Diabo Coxo”¹⁶⁴, ressaltando ter sido este um pseudônimo também utilizado por outros escritores.

Neste caso alguns elementos apontam para a possibilidade do “João Crispim” do *Germinal!* não se tratar do escritor carioca. Em primeiro lugar, neste mesmo jornal “João Crispim” assina um artigo intitulado *Episodios do Sagrado Coração de Jesus – Recordações de Outrora*¹⁶⁵ em que registra ter estudado quando criança como externo neste colégio. Este registro descarta a atribuição do pseudônimo “João Crispim” do *Germinal!* a Lima Barreto, uma vez ter ele passado sua vida no Rio de Janeiro praticamente sem ter se ausentado desta cidade. Entretanto, foi Primitivo Raymundo Soares quem estudou quando criança neste colégio¹⁶⁶.

Considerando este fato, em segundo lugar, “João Crispim” fez no ano de 1914 algumas viagens a diversas cidades pelo interior de São Paulo representando os jornais *A Rebelião* e *La Propaganda Libertária*. Além destes jornais, representava também a COB e o Centro Libertário. Nestes deslocamentos, denominados por vezes em seus relatos como “excursão de propaganda”, realizou conferências além de articular a formação de grupos de apoio aos jornais e difundir a organização dos trabalhadores junto a COB.

¹⁶³ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto: 1881-1922**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1988. p.226.

¹⁶⁴ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. **Toda Crônica: Lima Barreto**. Volume I (1890-1919). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 48.

¹⁶⁵ CRISPIM, João. Episodios do Sagrado Coração de Jesus – Recordações de outrora. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 4, p. 2, 06 abr. 1913.

¹⁶⁶ Sobre a vida e pensamento de Florentino de Carvalho ver NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. **Florentino de Carvalho** – pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

Em terceiro lugar, consultando a série publicada por Edgar Rodrigues¹⁶⁷ em torno de pequenas anotações de caráter biográfico de diversos anarquistas, não há menção a algum “João Crispim”. Este constitui um indício a ser considerado, uma vez o trabalho levado a efeito nos cinco volumes relatar e registrar episódios da vida e do pensamento de trabalhadores anarquistas de projeção no movimento operário à época.

João Crispim apesar de ter se destacado, escrevendo artigos e polemizando com companheiros como, por exemplo, Neno Vasco quanto ao tema da relação anarquismo e sindicalismo, em vários números do jornal anarcossindicalista *A Voz do Trabalhador*, não foi alvo de registro nesta coleção de Edgar Rodrigues. Tomo este dado como mais um indício para considerá-lo um dos pseudônimos adotados por Primitivo Raymundo Soares.

Por fim, em quarto lugar, a construção analítica e argumentativa esboçada por João Crispim é muito semelhante à elaborada por Primitivo Raymundo Soares. Tomando como exemplo os debates em torno da organização operária e a análise do sindicalismo, os posicionamentos de ambos convergem ponto a ponto. Em rápidas palavras, crítica ao sindicalismo enquanto expressão do capitalismo, portanto devendo também ser abolido quando da liquidação da organização capitalista e estatista da sociedade, é a mesma nos dois autores.

Ademais, a tecitura da escrita incluindo costumeiras referências a filósofos, cientistas e artistas, apresentando um significativo aporte teórico e filosófico para os temas abordados em seus artigos, o encadeamento argumentativo claro e seqüenciado e, por fim, a forma de apresentação de seu pensamento utilizando, de maneira recorrente, da irreverência, da ironia e do deboche, é a mesma. O uso destes recursos estilísticos em seus escritos produzia o efeito de evidenciar o ridículo de aspectos específicos do assunto tratado, quer se tratasse de instituições e

¹⁶⁷ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros* – 3. Florianópolis: Insular, 1997.

de seus representantes, quer se tratasse de postulados de alguma corrente do pensamento social ou de conceitos e posicionamentos de algum pensador em particular.

Florentino de Carvalho¹⁶⁸ escreveu um artigo todo escrito neste estilo chistoso e irônico que serve muito bem como demonstração do uso por ele feito da irreverência, do humor, da ironia e do deboche. O artigo em questão é único dentre os seus escritos publicados na imprensa operária; o uso destes recursos literários geralmente acontecia de maneira pontual a fim de ressaltar, através da irreverência, a nulidade de certos aspectos de seu objeto de análise.

Interessante destacar o tratamento dado pelo autor a uma instituição, a república, que afirmou sua legitimidade em confronto com a monarquia. O governo republicano é apresentado neste seu artigo enquanto mera variação da monarquia, em que pese seus aderentes procederem a todo um alarido afirmando o estabelecimento de uma ruptura entre ambas as formas de governo. Ao mesmo tempo, a instituição do governo central possui proveniências da matriz religiosa cristã.

Anhaguerra, em artigo intitulado *O Brazil corre perigo*, elaborou críticas a dois jornais da grande imprensa da cidade de Santos, cujas matérias defendiam a aplicação imediata e rigorosa da lei de expulsão de estrangeiros. Segundo o articulista, alguns jornalistas incitavam o governo a expulsar todo e qualquer estrangeiro que fizesse a menor reclamação em torno da condição de vida e de trabalho no Brasil. De forma irônica, Anhaguerra sugeriu aos defensores da lei de expulsão, estenderem o alcance desta lei até o parlamento italiano, “onde os deputados ousam sustentar que a vida do trabalhador no Brazil é análoga á do escravo, sem bem estar, sem direitos nem garantias de nenhuma especie!”¹⁶⁹

Em outros trechos de seu artigo, lança mão de uma sutil e fina ironia, como no trecho acima endentado, para criticar a lei de expulsão de estrangeiros, destacando seu caráter absurdo e

¹⁶⁸ CARVALHO, Florentino de. Sua magestade o Governo. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 17, p. 1, 13 jul. 1913.

¹⁶⁹ ANHAGUERRA. O Brazil corre perigo. **Germinal!** São Paulo, ano 1 - nº 1, p. 1, 10 mar. 1913.

sua arbitrariedade. Não quero sustentar, como critério definitivo para afirmação da autoria de textos, o princípio da identidade. Apenas arremato este elemento junto aos demais acima apresentados a fim de tentar desvendar, para melhor compreender, as vicissitudes e os contextos de elaboração, socialização e divulgação de saberes como também quanto à instauração de *experimentos* em sociabilidades libertárias realizadas num período histórico social delimitado na sociedade brasileira.

Esta possibilidade é bastante plausível. Para tanto a compreensão da situação em que se encontrava Primitivo Raymundo Soares diante da repressão policial constitui informações necessárias para este entendimento, auxiliando o esclarecimento desta questão em particular. Pois então vejamos rapidamente a sua condição diante dos olhos atentos das instituições policiais naquele período, que não era das mais confortáveis.

Tendo sido expulso pela segunda vez do Brasil por causa de seu envolvimento com as greves de 1912 no estado de São Paulo, retornou clandestinamente da Europa. A fim de despistar os órgãos de espionagem da polícia, escreveu nas colunas de *Germinal!* artigos com seu verdadeiro nome, acrescentando deliberadamente a informação da localização de origem dos escritos como sendo Lisboa, em Portugal, cidade destino de seu segundo desterro. Ao mesmo tempo, escudava-se em variados pseudônimos para preservar sua integridade física e poder atuar na imprensa e demais atividades realizadas pelos movimentos operário e anarquista.

Um dado interessante a ser evidenciado neste contexto se refere à estratégia de despistamento dos órgãos de repressão. Primitivo Soares fora deportado do Brasil para Lisboa, no ano de 1912. Tendo retornado ao Brasil clandestinamente, adotou a estratégia de atuar no movimento anarquista e nas associações classistas de maneira que sua presença não fosse notada. Pelo menos procurou adiar o máximo possível a percepção de sua presença aos olhos dos governantes.

A imprensa serviu-lhe muito a este propósito de invisibilidade, próprio de estratégias de guerrilha. Nestes instantes, exemplos evidentes de estratégia guerrilheira: camuflagem, despistamento, provocar confusão no adversário, dissimular. Atuando com energia no Brasil, escondeu sua presença aos olhos discricionários dos governantes publicando artigos com seu verdadeiro nome e com a indicação de estar ainda em Portugal. Florentino de Carvalho já era um pseudônimo relativamente conhecido; daí a adoção de outros pseudônimos, através dos quais pôde continuar a colaborar nas colunas dos jornais e revistas operárias entre outras atividades.

Este quarto ponto se aplica ao caso de “Anhaguerra”. Somando um detalhe que poderia ser menosprezado ou passar despercebido. Trata-se do abandono deliberado da designação convencionalmente utilizada para se referir ao território nacional. Ao invés de utilizar a nomenclatura usual e fácil, Brasil, Anhaguerra e Primitivo Raymundo Soares repetidas vezes substituem-na por “terra de Santa Cruz”, “terra de Vera Cruz” e “Cruzeiro do Sul”. Foram os únicos, até onde pude verificar, a se expressarem desta maneira neste particular. Analisando diversos livros, jornais, revistas e outros impressos, nenhum outro anarquista assim procedera. A expressão “vida de relação” evidenciando o caráter relacional no dinamismo societário, assinala um sentido antagonista às concepções essencialistas, substantivistas, deterministas, reducionistas e maniqueístas, caracterizando uma expressão que também só aparece nos escritos de ambos.

De outras cidades, operários enviaram, mais ou menos sistematicamente, suas colaborações. Do Rio de Janeiro José Oiticica, Domingos Ribeiro Filho, Astrogildo Pereira se destacaram. Os dois últimos tanto com seus verdadeiros nomes, como com abreviaturas e sob pseudônimos. Astper e Asper são pseudônimos e abreviaturas de Astrogildo Pereira. Domingos Ribeiro Filho assinou com suas iniciais, D. R. F., ou da seguinte maneira: Dierre Effe. De Porto Alegre, Santos Barbosa enviou artigos de modo menos regular. Também foram publicadas matérias noticiando acontecimentos envolvendo trabalhadores de outros países.

Solargeo Livre¹⁷⁰ apresentou o objetivo do grupo editorial com a publicação de *Germinal!* Seu texto manifesta a intenção provocativa deste *experimento*. Em seu estilo inquiridor, lançou aos anarquistas questionamentos com a finalidade de provocar comportamentos ativos no que se refere à posição pessoal diante dos acontecimentos sociais envolventes.

Um aspecto particular neste assunto diz respeito à relação saber e poder. Neste artigo, como em tantos outros publicados com esta vibração¹⁷¹, os articulistas apresentaram reflexões pudes de ação, simultaneamente assinalando o poder da vontade. O foco destas ponderações, contudo, incita à livre iniciativa e não à filiação. O leitor é instado a agir imediatamente, no local em que está, de maneira a tomar conta de sua própria vida. Nada de representação nem esperas. Antes, muito pelo contrário, apresentação e instauração. Nada de adesão nem discipulado. Antes, muito pelo contrário, associação e singularidade.

Neste artigo, o autor remeteu à imediata desoneração da separação usual, estabelecida entre estudiosos, eruditos e convenções sociais, hierarquizando intelectual e trabalhador que não teve acesso ao aprendizado da escrita. De início, o articulista foge de reafirmar o hábito convencional hierarquizando a ambos. No seu entendimento tanto o intelectual como os trabalhadores não letrados poderiam atuar de forma dinâmica e eficaz na divulgação das idéias como no auxílio à manutenção do jornal.

Um dado interessante deve ser considerado nesta advertência feita pelo autor: ela também fora direcionada a pessoas que não dominavam os processos de leitura alfabética. Uma pergunta

¹⁷⁰ LIVRE, Solargeo. O QUE DEVEMOS FAZER – Aos anarquistas. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 10 mar. 1913.

¹⁷¹ OLIVA, Zeferino. POVO LIBERTATE! **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 4, p. 3, 06 abr. 1913. AURAS. ACORDAI PROLETARIOS! **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 5, p. 2, 13 abr. 1913. CARVALHO, Florentino de. A JORNADA DE HOJE. São Paulo, Edição especial do “Germinal!” e da “Barricada”, p. 1, 01 maio 1913. BUENO, J. M. Rebeldes, não submissos! **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 15, p. 2, 07 jul. 1913. PARA a solução de um problema. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 16, p. 1, 07 jul. 1913. VILA, Tardo. De quem dependem os nossos direitos? **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 16, p. 3, 07 jul. 1913. SOARES, Primitivo. E’ preciso escandalizar. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 18, p. 1, 20 jul. 1913.

se mostra conveniente: de que modo este seu artigo alcançaria o trabalhador não letrado? Da seguinte maneira: os trabalhadores alfabetizados cultivavam o hábito de ler em voz alta jornais e demais impressos para os seus companheiros quando do intervalo para almoço nas fábricas e oficinas. Adelaide Gonçalves e Jorge Silva denominam este processo de “leituras coletivas” e de “leitura ouvida”, assinalando em seguida ter sido esta a ocasião para “o surgimento de novos lugares de sociabilidade operária”.¹⁷²

Este consistiu num dos modos coletivos de elaboração e socialização de saberes produzidos pelos anarquistas daquele período. Novamente, dinamismo *nômade* e instauração de *indisciplina* possuíam a qualidade de arruinar o convencional, este que define a fábrica enquanto espaço unicamente de produção de bens como também a escola enquanto único local possível para a educação.

De autoria do redator¹⁷³, que assinou com a inicial abreviada de seu primeiro nome, veio outra provocação aos anarquistas. A intenção manifesta neste artigo traduz uma vontade de inquietação, de maneira a que estes pudessem incrementar e intensificar suas atuações. O articulista apresentou as possibilidades de variação nas formas de ação que os anarquistas poderiam adotar sem apresentar um manual ou código universalista condicionante de atividades libertárias. Evidenciou, por fim, o caráter coletivo e horizontal a ser instaurado nos grupos, coletivos e associações, de modo a amplificar e potencializar o alcance de suas iniciativas.

Os editores elaboraram, como referido mais acima, uma avaliação da proposta inicial do jornal, concluindo por ser impraticável a continuação nos moldes projetados. Propuseram, em seguida, a mudança no formato do jornal, lançando uma nova proposta e ao mesmo tempo

¹⁷² GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E.. A bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001. p. 14.

¹⁷³ F. Entre as massas. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

submetendo-a a análise dos anarquistas interessados. Solicitaram destes a manifestação da opinião particular a respeito.

Inicialmente estava claro para os editores a necessidade de opor à imprensa burguesa uma imprensa anarquista. Apenas desta maneira seria possível tornar visível à sociedade a perspectiva operária das questões sociais mais candentes, servindo o jornal como contraponto às versões dos acontecimentos divulgadas pela imprensa comercial. Importante assinalar este aspecto particular na intencionalidade dos editores: apresentar outra perspectiva aos acontecimentos sociais. Esta disposição sintetiza o entendimento em perspectiva, comportando diversas leituras quanto aos eventos sociais, procedimento em franco antagonismo com a idéia de relato da verdade do fato.

Encerraram o artigo com uma outra provocação, reafirmando a intenção do coletivo editorial em configurar um caráter coletivo àquela iniciativa jornalística. Desta maneira, a todos caberia a tomada de decisão e um posicionamento veemente nos assuntos referentes à elaboração e demais particularidades da confecção do jornal.

Este apelo fora reforçado no número onze de *Germinal!*. O articulista¹⁷⁴ evidenciou neste momento a intenção do apelo em provocar os anarquistas a fim de que estes abandonassem comportamentos passivos, passando a adotar uma forma ativa para o conjunto de aspectos de suas existências.

A redação registrou, no número seguinte, a resposta de um anarquista de Santos aos apelos lançados. Na matéria intitulada *Respondendo ao nosso apêlo*, o redator teceu alguns comentários evidenciando a sensibilidade dos anarquistas quanto ao assunto proposto e manifestando a intenção de tornar o jornal de semanal para diário. Esta mudança estava condicionada à convergência de esforços dos demais anarquistas interessados. O registro da resposta de outros anarquistas saiu publicado no número dezesseis sob mesmo título.

¹⁷⁴ APÊLO aos camaradas. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 11, p. 1, 31 mai. 1913.

A idéia subjacente ao título do jornal diz respeito à divulgação do pensamento anarquista enquanto fazer semelhante à sementeira, que depende da vontade e da iniciativa pessoal e não de alguma providência superior. A figura do *Germinal* de Zola coloca em efeito o sentido de iniciativa e ousadia necessários à sementeira, nascimento e dissipação das idéias para as transformações sociais. Estas relações estão expostas logo no primeiro número do jornal através da escrita de Hélio Negro¹⁷⁵, cuja intenção é a de provocar especificamente os anarquistas a fim de implementar imediatamente ações de caráter libertário a partir do lugar em que se encontram.

Florentino de Carvalho¹⁷⁶ dirigiu-se aos anarquistas provocando comportamentos iconoclastas e atitudes incisivas e libertárias diante do quadro social envolvente. Fazendo uso de imagens e metáforas, definiu sua concepção de liberdade enquanto realizações constantes, abarcando tanto uma direção das relações sociais mais amplas como também atitudes no cotidiano.

A difusão da liberdade por todo o conjunto da vida social encontra-se, em sua perspectiva, intimamente associada a uma prática libertária imediatamente instaurada nas relações pessoais. Isto significa dizer que a liberdade é um exercício contínuo a ser instaurado na medida das vontades pessoais. O dinamismo proposto, enfim, não exclui, antes liga estreitamente os campos das relações interpessoais, coletivas e de agrupamentos de maiores dimensões.

A luta em si já realizaria o ideal de vida libertária. Ao mesmo tempo, a passividade, a pusilanimidade e a adaptação às convenções socialmente estabelecidas, traduzem a derrota e, por consequência, a confirmação e manutenção do quadro social de dominação e exploração. Por sua vez, uma subversão constante afirma o sentido de combate e de luta pela invenção, alargamento e aprofundamento da liberdade individual e coletiva. Nesta direção, nada de garantias de

¹⁷⁵ NEGRO, Helio. Os anarquistas scepticos. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1913.

¹⁷⁶ CARVALHO, Florentino de. Os cavalheiros do Ideal. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 13, p. 1, 15 jun. 1913.

acomodação e sossego, nada de promessas de quietude e segurança. Antes muito pelo contrário, constante inquietação e contínuo enfrentamento a fim de instaurar, no imediato, desde os campos mais íntimos de cada pessoa, relações libertárias, igualitárias e solidárias. Neste seu escrito conjugou a análise da questão social com uma narrativa poética.

A oposição à imprensa burguesa consistia numa das justificativas esboçadas pelos anarquistas a fim de fundarem e divulgarem jornais e revistas. A imprensa comercial apresentava sistematicamente acontecimentos de conflitos sociais a partir de uma perspectiva expressamente favorável às classes dominantes. A visibilidade da questão social, das condições de vida e de trabalho dos segmentos produtores e das análises e propostas formuladas pelos anarquistas impunha-lhes a criação de seus próprios instrumentos de comunicação social.

Só desta maneira haveria a possibilidade de tornar socialmente perceptíveis as análises e proposituras sociais dos anarquistas. Por sua vez, a imprensa anarquista se constituía ao mesmo tempo num meio de crítica à sociedade, sobre a situação do trabalhador, o combate social, o registro histórico, a orientação de idéias, a expressão e fomentação das artes e, sobretudo, a instauração imediata de um modo de vida libertário, criando, sem espera pelo futuro, novos costumes.

O caráter multilateral destes *experimentos* ficara evidente em um artigo escrito por Florentino de Carvalho, no qual ele delimita o seu entendimento sobre uma imprensa anarquista; e, ao falar sobre as características de uma imprensa anarquista, ele diz muito mais sobre outras questões.

A imprensa anarquista.

Inimigos de todas as leis, de todos os regulamentos, de todos os programas; mente aberta a todas as idéias ou pensamentos elevados, irradiados pela luz do livre exame, não podemos circunscrever-nos a uma estricte concepção encerrada nos moldes de determinada escola filosofica ou sociologica.

Podemos, sim, ter mais simpatia por esta ou aquela tendencia, este ou aquele metodo de luta, mas, tratando-se de investigação e de propaganda, é um disparate seguir o método unilateral. Todos os meios que não estiverem em conflicto com os nossos principios devem ser empregados na luta pela nossa causa.

Entre estes meios alguns ha que, á primeira vista parecem contrarios ao Ideal.

A revolução armada, o atentado, o incendio, o sabotage, a gréve, a manifestação pública, a organização operaria, são meios mais ou menos violentos, antepostos á nossa idéa de paz e de harmonia.

Muitas revoluções e todos os atentados tiveram por fim reprimir monstruosidades praticadas pelo Estado e pelo capitalismo, quando não puderam ir mais longe.[...].

A relativa liberdade que hoje gozamos déve-se a essas revoluções, a esses atentados. O sabotage e as gréves parciais ou gerais, são tambem factores que refreiam o galope burguês, disputando, para o operariado, as melhores condições possíveis de existencia, tanto politica como economicamente.

Para promover as gréves e as revoluções, melhor seria que, em vez das sociedades de classes, se constituíssem numerosos grupos de acção e de propaganda em cada classe; mas, para isso não existe a suficiente preparação revolucionaria entre o operariado. E a organização de sociedades operarias produz-se fatalmente, determinada pelo próprio sistema capitalista. O que se torna necessario, portanto, é orientar as sociedades de forma que preparem os trabalhadores para a formação desses grupos, que são o esboço da sociedade futura.

A manifestação pública, que para muitos representa um ajuntamento de barulhentos, é antes do que o livro, o panfleto e o jornal, o melhor meio de transformação da opinião pública, porque traz ao mesmo tempo a divulgação da idéa e a afirmação pratica, embora relativa, do sentimento que a torna viváz e respeitavel. E nestas manifestações surgem, com freqüencia, grandes movimentos de revolta, que fazem tremer os dirigentes do regime burguês.

[...].

Como os nossos princípios não preconizam *a não resistencia ao mal pela violencia*, somos consequentes com eles, mesmo empregando os meios violentos.

Voltando á questão da organização operaria, direi que se nós não a inspirarmos nas nossas tendencias, ela tomará outro rumo, constituindo-se no mais poderoso obstaculo ás nossas aspirações, como acontece na Alemanha, na Belgica e outros paizes.

Se popularizarmos o nosso ideal e não o praticarmos destruindo moral e materialmente a sociedade presente, ele será sempre uma bela utopia.

Todos esses meios estão concordes com o fim que se persegue, e, em vez de seguirmos exclusivamente a escola de Stirner, de Proudon, de Kropotkine, etc., temos que propagar, com as reservas da propria opinião, as diversas escolas, propagando e afirmando a Anarquia, abreviando a hora da Revolução.

Esta é a orientação que, entendo, deve seguir a imprensa que, sem outros adjetivos se intitula anarquista.¹⁷⁷

Este seu escrito colocou em atividade um intenso dinamismo de contínuo deslocamento das concepções enrijecidas pelas definições absolutistas e dogmáticas que procediam à cristalização do movimento operário e anarquista a uma ou de outra expressão específica do pensamento libertário. A contingência da situação do momento, e não o estabelecido por alguma

¹⁷⁷ CARVALHO, Florentino de. A imprensa anarquista. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 15, p. 1, 29 jun. 1913.

teoria ou pressuposto filosófico, político, religioso, moral, etc., deveria constituir o elemento preponderante para uma definição do método de ação social a ser adotado em cada situação concreta. Esta mesma ausência de princípio absoluto funcionaria também em relação à elaboração de análises dos fenômenos humanos.

Esta disposição de considerar os acontecimentos em sua efemeridade e enquanto condicionantes para a escolha das estratégias de atuação na sociedade, como também na proposta de ausência de filiação teórica ou filosófica, diz muito da sua concepção de “vida de relação” referida inicialmente. Abandona-se deliberadamente, nesta perspectiva, o princípio substantivista ou postulado essencialista como colocado em efeito nas diversas abordagens da questão social a partir da perspectiva disciplinar como por enfoques sistêmicos.

A propósito da crítica à imprensa burguesa, diversos artigos publicados em alguns números do jornal apresentaram variadas perspectivas analíticas destes periódicos. No artigo apresentado a seguir, Astrojildo Pereira teceu reflexões, num tom debochado e sarcástico, quanto ao jornalismo praticado pela grande imprensa. O articulista demonstrou o caráter de porta-voz ministerial do jornalismo da grande imprensa. Em que pese o ar de imparcialidade e transparência presentes no relato de acontecimentos sociais, o jornal burguês cria matérias distorcendo as informações, apresentando versão favorável aos setores dominantes da sociedade.

Humorismo jornalístico-ministerial.

Eu entrego a roupa suja á lavadeira, uma vez por semana. A's sextas-feiras, pela manhã. Por isso, nesse dia aziago, eu costumeo comprar um jornal para embrulhar as minhas escassas camizas. E desde que *O Imparcial* apareceu, eu prefiro comprar *O Imparcial*. A lavadeira foi quem me induziu a essa preferencia:

_ O papel d'*O Imparcial* é mais resistente... não se rasga á toa... Eu aproveito para trazer a roupa lavada...

Era razoavel. Era convincente. Decidi-me a comprar, *O Imparcial*. E toda a sexta-feira o vendedor me deixa um *dreadnought* na janela...

Ora, ante-hontem, ao enrolar a roupa, eu encontrei, na terceira pagina dessa folha, este titulo berrante, cobrindo cinco columnas: *A solução do problema da carestia*

da vida. O meu estomago refletiu: “Muito bem. Aqui está a solução. “E gemeu para a cabeça: “Convem ler isso...” A cabeça concordou: “Sim. Logo eu leio. Agora não tenho tempo...” Arranquei, pois, a terceira pagina. E, á noite, li-a. Com verdadeiro interesse... A vida anda pela hora, da morte. Viver é um dilema difícilimo. O povo, desesperado, já desceu para a rua, disposto a resolvel-o na praça publica... No entanto, ó santa simplicidade, a solução ali estava, em boa letra de fôrma, exposta aos famintos meetingueiros!...

Li em voz alta, para que o estomago escutasse. O estomago ouvia, muito sério. Mas lá do fim da primeira columna em diante, eu notei um certo movimento nas tripas. Ellas se torciam. Já no meio da segunda columna, não aguentaram mais, eu notei um certo movimento nas tripas. Ellas se torciam. Já no meio da segunda columna, não aguentaram mais: rebentaram...Rebentaram ás risadas... Oh! não vos espantei, criaturas que não tivestes oportunidade de saborear tão chistosa solução! Não vos espanteis! Ouvi: eu vos afirmo que as minhas tripas estavam am perfeito juizo... Torceram-se com razão. Riram-se com razão. Porque aquilo constituia uma esquisita peça humorística. Era uma pagina requintada de superior humorismo... Tão esquisita, tão superior e tão requintada, que eu não quero privar aqueles de vós que a não gozaram, duma idéa de tão divertida *solução*... Eu trarei, para aqui, os topicos mais interessantes do curioso documento. E comental-os-emos a caráter, si isto for do vosso agrado.

Preparai, pois, o coz das vossas calças...

[...]

Em certo ponto da entrevista, o espirituoso repórter traz á baila os nomes de Karl Marx, de Kropotkine e de Réclus. E diz que s. ex. o sr, ministro Pedro de Toledo “não deve siquer um olhar de espanto em face de tais monstros.” E’ uma prova de que o sr. de Toledo é um velhote de uma corajem estupenda... E o repórter ajunta: “Uma sombra de tristeza passou-lhe, no entanto, pela face.” Isto é de se advinhar. Está claro que um ministro de Estado não ha de ter explosões de alegria ao ouvir os nomes de “tais monstros...” E o sr. Pedro de Toledo entra a falar de Réclus, de Kropotkine e de Karl Marx. Parece que s. ex. fez uma formidavel refutação a estes “tais monstros”. Eu digo “formidavel” com o sentido de “ministerial...” Uma refutação ministerial em vinte linhas de uma *interview* é, de certo, formidavel. Tanto mais formidavel quanto, em tão pouco espaço, viza destruir as afirmações colhidas durante longos estudos e explanadas nos “capítulos incendiários da Conquista do Pão” e das paginas revolventes da “Evolução e Revolução.” Já é poder de sintheze! O repórter, porém, não se atrapalha, e interrompe o entrevistado, ponderando que os “tais monstros” fazem as suas reclamações “atravez de fogueiras de nitro-glicerina...” Ao que acrescenta o singular sociologo-ministro: “Desgraçadamente é assim! Chegam ao extremo de condemnar o trabalho!” O sr. Pedro de Toledo é incompativel com semelhantes doutrinas. S. ex. tem um trabalho colossal em mandar estudar os meios mais práticos de plantar abóboras e de criar suínos; s. ex. quasi nem tempo tem de contar os magros vencimentos que a pasta lhe proporciona; s. ex. cancã-se, duas vezes por dia, em subir e descer as escadarias do ministerio, s. ex... é um grande trabalhador... Por indole. Por educação. Por convicção. E, sobretudo, por um amor inato ás batatas, e aos repolhos, e ás vacas, e a tudo emfim o que concerne á agricultura e *artes* correlativas... Está visto, pois, que s. ex. não se poderá conformar com tais doutrinas que condemnam o trabalho... o trabalho, que é uma religião de que s. ex. é um dos magnos sacerdotes... Não!... Não, e não, e não! Mil vezes não!...

O repórter, mais uma vez, interrompe s. ex., e qualifica essas doutrinas de “extravagancias literárias”. O sr. de Toledo faz uma frase! “A humanidade só poderá ser remodelada pelo amor que gerou”. Os posteros que tomem nota. A fraze é digna de ser gravada no próvavel monumento que ha de perpetuar a memoria do conspícuo cidadão... S. ex. acha ainda que essas “extravagancias literárias” são exajeros “calcados no odio, que alucina...”

Um pouco adiante, o reporter pergunta:

— V. ex acredita na pureza do sentimento que tem produzido tais incendios literários? S. ex. responde com uma outra frase: — “Os maiores crimes teem sempre uma origem sã...” A frase é cabalística. Mas, ao lado da “extravagancia e incendios literarios” de Kropotkine e Réclus, convenhamos que é duma profundeza filozofica e scientifica incomensuravel...

S. ex. entra, depois, a falar do cooperativismo. O sr. Pedro de Toledo è um ardente propagandista do cooperativismo. A sua preocupação maxima è inundar o Brazil, pelos montes e pelos vales de cooperativas de consumo, de produção e de credito. Na cooperativa está a solução da carestia da vida. A carestia da vida é a logica e natural rezultante da falta de aproximação entre produtores e consumidores, isto é, das dificuldades de comunicações comerciais dificuldades que permitem a multiplicação dos intermediarios”. O remedio para este mal é o seguinte: “Os lavradores e os industriais agricolas, que abastecem um determinado centro (Rio, S. Paulo, Bahia, Pernambuco, etc.), reúnem-se em cooperativas de consumo (cooperativas municipais ou distritais), confederam-se numa cooperativa central com séde em qualquer daqueles centros...” e pronto: está acabada os males existentes e por existir. A cooperativa é o elixir da felicidade...

Comico? Mas para que compreedais bem o espirito dessa historia, é preciso que saibas as leis e os regulamentos que regem as cooperativas propagadas pelo sr. Pedro de Toledo. Ora ouvi... Diz o regulamento dos sindicatos agricolas aprovado pelos decreto n. 6.332 de Jundo de 1907, no seu art. 1.o: “E” permitida a organização de sindicatos agricolas, que para efeitos legais, são as associações formadas entre profissionais da agricultura e industrias rurais de qualquer genero, para a defeza dos interesses de ordem economica, social ou moral, comuns aos associados.” Muito bem. Quereis, agora, quais são os “profissionais da agricultura e industrias rurais”, que devem formar as cooperativas, para “defeza de interesses comuns?” Lêde o art. 4.o do mesmo regulamento: “Consideram-se profissionais para todos os efeitos da lei: — O proprietario, o cultivador, o arrendatario, o parceiro, o criado de gado, o jornaleiro, e quaisquer pessoas empregadas em serviços dos prédios rurais, bem como a pessoa juridica cuja existencia tenha por fim a exploração da agricultura ou outra industria rural.” Esses são os “profissionais de interesses comuns...” Não é de rir? Diante das “extravagancias literárias” de Kropotkine, não há outro partido a tomar. Discutir é inutil. Os ministros, aliás, não discutem: fazem leis... E lei é lei. Tem que ser cumprida. Para os que discordarem, aí estão as baionetas, como argumento supremo...

[...]

ASTROJILDO PEREIRA

*Rio, 2 3-913.*¹⁷⁸

A hilariedade do jornal burguês é sua destacada característica, conclui o autor. Os anarquistas, por sua vez, foram alvos de desqualificação por parte da grande imprensa e o autor rebateu estas assertivas, no sétimo parágrafo do texto acima endentado, sustentando ser o anarquismo resultado de longos e aprofundados estudos da sociedade.

¹⁷⁸ PEREIRA, Astrojildo. Humorismo jornalístico-ministerial. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 16 mar. 1913.

Florentino de Carvalho¹⁷⁹ manifestou sua indignação com os procedimentos adotados pela imprensa burguesa de aberto combate ao movimento dos trabalhadores. Os expedientes utilizados por esta imprensa eram, quando forçada a sair do silêncio quanto à situação precária e miserável do trabalhador, a calúnia, a difamação e a injúria. João Crispim¹⁸⁰ analisou um jornal da grande imprensa santista, destacando o papel levado a efeito por este periódico no que se refere à repressão à federação operária daquela cidade.

A imprensa comercial fora apresentada, em boa parte das análises, como ocupando uma posição de destaque na preparação da população para a instauração de processos arbitrários e violentos dirigidos pelos governantes contra a classe trabalhadora. Helio Negro¹⁸¹ manifestou sua indignação contra governantes e jornalistas da grande imprensa, pois em seu entendimento, a ação conjunta destes dois segmentos tornava eminente a possibilidade de expulsão de trabalhadores.

O editorial do primeiro número de *Germinal!* apresentou, num tom de incontida revolta, o tema da lei de expulsão de estrangeiros, assunto que atravessou todos os números seguintes. Três tópicos foram problematizados pelo articulista neste artigo: a afirmação divulgada pela imprensa burguesa de que todos os anarquistas eram agitadores estrangeiros, a passagem da monarquia para a república realizada na vaga da abolição da escravatura e, por fim, o terceiro afirma a que segmento social o articulista, Miranda Junior, se dirige¹⁸².

Anhanguerra¹⁸³ escreveu artigo logo em seguida ao de Miranda Junior tratando do mesmo tema. A partir de análises de dois jornais da grande imprensa comercial, o autor criticou a

¹⁷⁹ CARVALHO, Florentino de. MACACOS! **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 13 abr. 1913.

¹⁸⁰ CRISPIM, João. O jornalismo dos ladrões, assassinos e incendiários. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 6, p. 1, 20 abr. 1913.

¹⁸¹ NEGRO, Helio. Aos governantes e jornalistas brasileiros – palavras liais. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1913.

¹⁸² MIRANDA JUNIOR. Entendamo=nos. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1913.

¹⁸³ ANHAGUERRA. O Brazil corre perigo. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1913.

violência da lei de expulsão como também o servilismo de jornalistas desta imprensa. Para ele, a grande imprensa estampava, com cortes e distorções, de forma truncada e abundante em má fé, artigos e manifestos elaborados pelos trabalhadores e publicados na imprensa operária.

Além disto, incentivaram o recrudescimento da repressão governamental sobre os trabalhadores com o argumento de que “O Brazil corre perigo” por conta, justificavam, das agitações de estrangeiros tidos como malevolentes. O autor, em certo momento de seu escrito, concordou com a afirmativa expressa por jornalistas do *Correio da Manhã* e do *Diario Popular* de que o Brasil estava em perigo, discordando, porém, de que eram os “estrangeiros anarquistas” as causas deste perigo.

A conferência de Helio Negro¹⁸⁴ destaca o papel da imprensa comercial na apresentação à sociedade dos problemas sociais relativo à crise econômica. O conferencista demonstrou o favorecimento aos políticos e financeiros pelos jornalistas ao procurarem eximi-los de sua responsabilidade diante do quadro social em que os preços dos gêneros de primeira necessidade eram constantemente majorados. O autor criticou jornalistas da grande imprensa que acusavam os trabalhadores de não apresentarem reflexões apontando soluções para a carestia da vida.

No seu entendimento, a monocultura do café prejudicava a oferta dos gêneros alimentícios para a população. O desdobramento disso era o lucro cada vez maior dos fazendeiros e prejuízo tanto dos trabalhadores rurais como dos trabalhadores da cidade. Uns e outros não eram beneficiados neste contexto. Se o preço do café subia, isto não significava aumento dos salários nem redução do preço dos alimentos. Antes pelo contrário, o crescimento dos lucros implicava na diminuição do poder de compra dos trabalhadores.

¹⁸⁴ NEGRO, Helio. A carestia da vida – Financeiros e politiquieiros. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 23 mar. 1913.

Os políticos, por sua vez, somavam com os financeiros e fazendeiros no empenho de intensificar a exploração sobre o trabalhador. As leis impostas visavam não solucionar a questão social de modo favorável ao produtor, mas antes em impor-lhe restrições a seus protestos. Respondendo aos jornalistas, quando afirmaram serem os trabalhadores desprovidos de propostas de solução ao problema da carestia da vida, o articulista rebateu indicando quais soluções dadas pelos trabalhadores; advertiu serem tais propostas inaceitáveis ao patronato e aos governantes. Isto porque resolver o vasto problema da questão social passava necessariamente pela abolição da propriedade privada e extinção do Estado.

O requisito para tais acontecimentos era a organização dos trabalhadores em associações de classe com fins de implementar ações diretas contra o capitalismo e contra o Estado. Só o produtor organizado poderia por termo ao regime de exploração e dominação vigente. Não haveria que esperar por ações beneficentes ao proletariado, através da providência governamental, uma vez estes serem diretamente interessados em que o quadro social baseado na exploração não apenas permanecesse, mas, mais que isso, fosse aprimorado.

O redator¹⁸⁵ elaborou uma síntese das condições de vida do trabalhador no Brasil. Arrematou, num manifesto dirigido aos “povos de todos os países”, acontecimentos relativos à aprovação da lei de expulsão de estrangeiros, a deportação de trabalhadores e anciãos para as regiões inóspitas do Brasil central, a reação violenta dos fazendeiros sobre os colonos somados com o não pagamento devido dos seus salários e o saque de seus pertences, além da escravização de trabalhadores por endividamento.

No final deste manifesto, apresentou algumas reflexões e provocações direcionadas à população trabalhadora a fim de que ela própria pudesse incrementar ações diretas contra a

¹⁸⁵ MANIFESTO aos Povos de todos os países. Em prol dos princípios de humanidade. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 11, p. 3, 31 mai. 1913.

ordem das coisas. Suas palavras de apresentação do manifesto demarcaram suas intenções de provocação ao leitor. Este não deveria entender o texto como apenas uma resenha de fatos aterradores e merecedores de uma repulsa estritamente subjetiva. Este sentimento deveria se desdobrar em atitudes libertárias e solidárias.

Um outro artigo, ainda neste mesmo número, noticiou o efeito na Europa da divulgação de notícias registradas pela imprensa operária relativa à situação do trabalhador no Brasil. O articulista destacou a repercussão naquele continente da circular elaborada pela COB no Brasil e lá distribuída. Registrou também a reação de representantes do governo brasileiro como também de jornalistas da imprensa comercial. Ambos reclamavam da circular e das conferências realizadas na Europa por delegados da COB, afirmando serem exageros que denegriam a imagem do país no exterior. O articulista rebateu estas afirmações, tecendo comentários aos jornalistas como aos representantes do governo brasileiro.¹⁸⁶

Os editores¹⁸⁷, com a preocupação de oferecer maiores subsídios às associações operárias européias acerca da situação dos trabalhadores no Brasil, estamparam no quarto número de *Germinal!* estratos de artigos da imprensa comercial os quais referendavam as notícias e denúncias veiculadas pela imprensa operária no Brasil, pela COB e por conferencistas expulsos do Brasil. Em outro número do jornal, os editores¹⁸⁸ publicaram informações acerca de milhares de mortes de trabalhadores.

Na seqüência destes artigos, os editores¹⁸⁹ publicaram alguns rápidos artigos noticiando alguns episódios de arbitrariedades por parte dos agentes do patronato. Estas narrativas,

¹⁸⁶ AS LIBERDADES no Brazil. Efeitos da Lei de expulsão – “LA BARRICATA” em Paris – Conferencia em Madrid. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 30 mar. 1913.

¹⁸⁷ NOTICIAS alheias – A situação dos trabalhadores no Brasil – A’ imprensa livre da Europa. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 4, p. 1, 06 abr. 1913.

¹⁸⁸ NOTICIAS alheias – A’ imprensa livre da Europa e aos emigrantes – O cemiterio do stralhadores – 16.000 operarios mortos! **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

¹⁸⁹ A COMPANHIA docas e seu pessoal – Uma reclamação. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

descrevendo acontecimentos em diversas localidades, municiaavam as associações operárias na Europa com informações acerca do cotidiano do operariado nacional ou estrangeiro no Brasil. A denúncia da continuação do sistema escravista no Brasil república ganhara formas mais definidas com a divulgação das violências rotineiras e sistemáticas impostas pelos governantes e por uma milícia particular do patronato sobre os trabalhadores.

Os editores¹⁹⁰ publicaram, repetidas vezes, acontecimentos relativos à condição do trabalhador a partir de artigos divulgados na imprensa comercial. Eram informações que, veiculadas através de periódicos ligados aos segmentos dominantes da sociedade, davam conhecimento de eventos de exploração e violência a que, com recorrência, os proletários eram submetidos. Num outro artigo, na seqüência das denúncias acerca das condições de trabalho dos colonos nas fazendas no interior do estado, há o registro de acontecimentos com trabalhadores deportados para regiões inóspitas no Brasil.

OS DEPORTADOS.

Baurú acha-se invadido por uma enorme quantidade de homens e mulheres que, esportados pela policia da Capital, para a Noroeste, da melhor forma possivel regressam a esta cidade e, faltando-lhes por completo todo e qualquer recurso para regressarem a sua procedencia estabelecem suas residências nas ruas e nos prédios em construção, fazendo deste pobre Baurú o teatro das suas exhibições de miserias, de pouca vergonha e embriaguez.

Todos os dias, desde manhã até a noite, de porta em porta aparecem pobres velhos estrangeiros e nacionais, pedindo uma esmola para poderem regressar a S. Paulo ou Santos.

No dia 25, dois generosos passageiros da Noroest, encontraram na estação Presidente Alves, dois velhos, um italiano e outro brasileiro, quasi sucumbindo a fome; condoídos com tão infeliz sorte os dois cidadãos socorrerem os desgraçados e pagaram-lhes as passagens até Baurú.

Quasi diariamente da linha Noroeste chegam noticias de que grupos de vagabundos deportados assaltam as casas das turmas de conserva afim de saciarem a fome.

No Estado de Mato Grosso, a força federal destacada em Tres Lagoas, não admite a entrada destes deportados e elles, abandonadonados pela policia de S. Paulo ficam pela linha, pelos distritos e pelas povoações, vivendo miseravelmente, de esmolos ou de roubos.

¹⁹⁰ HORROROSA escravatura operaria no Estado do Paraná. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 10, p. 1, 24 mai. 1913.

Isto é por enquanto; mais tarde seremos obrigados a publicar factos mais graves, provenientes deste povoamento correcional.¹⁹¹

Os editores registraram também a situação de extrema exploração e violência sob a qual vivia a criança trabalhadora. Em artigo, denunciaram um caso particular em que o patrão de uma fábrica, além da intensa jornada de trabalho a que eram submetidas às crianças trabalhadoras, impõe-lhes a redução do salário quando da mudança do turno noturno para o diurno. Os protestos e as recusas destes pequenos operários foram respondidos com a repressão e arbitrariedades da polícia. O articulista iniciou o artigo marcando diferença do jornalismo feito neste periódico com o da imprensa comercial, afirmando ser o jornal burguês favorável ao patronato enquanto *Germinal!* procurava apresentar a perspectiva dos trabalhadores.

GUERRA SOCIAL.

Gréve na fabrica de tecidos de Nemi Jafet.

Os trabalhadores desta fábrica, situada no Ipiranga, acham-se em gréve.

Porque?

O jornalismo burgues já forneceu as melhores informações favoráveis ao patrão.

Vejam as nossas:

Obrigado pelas circunstancias o patrão resolveu suprimir a turma de meninos que trabalham á noite.

Meninos de 8 anos trabalhavam mais horas de noite do que anos teem de vida: desde as 6 horas da tarde até as 6 horas da manhã, por um formidavel salario de 400 a 600 reis, que seguramente sobra para tomar um coupo de agua.

Esta turma passou a trabalhar de dia mas o patrão achou que os meninos iam fazer a America em pouco tempo e resolveu reduzir-lhe o salario.

Em consequencia os meninos disseram-lhe que nessas condições fize-se ele o serviço.

A negativa dos menores foi tomada pelo burgues como falta de educação e tratioude forçal-os a trabalhar a tiro.

Os operarios calmaram com a sua digna attitude a furira do heroe, pelo que no dia 22 quando voltaram ao trabalho encontraram a fabrica cercada pela policia, a qual não permitia a entrada a nenhum operario e ameaçava a todo o mundo com as suas armas de *boa gente*.

A fabrica não tornaria a abrir-se enquanto os menores não aceitassem as condições patronais.

Em vista disso os opperraios apresentaram uma tabela de salarios exigindo o aumento de 20 ojo sobre os atuais salarios e o horário de 10 horas de trabalho.

¹⁹¹ OS DEPORTADOS. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

A policia, para manter a ordem, espancou, sem motivo, o operario Francisco Trubillano Garcia e outro, que protestou contra o espancamento dos meninos.

No dia 24 os milicianes prenderam e maltrataram brutalmente 3 operarias. Não existe os suplícios que anteriormente se aplicavam aos escravos. Simplesmente os instrumentos de torturas estão modernizados.¹⁹²

Graco, ao elaborar reflexões demolidoras sobre o caráter violento, classista e explorador do Estado e de instituições afins, abordou outras questões relacionadas. Iniciou o artigo demonstrando o papel da imprensa comercial na manutenção e reprodução das relações sociais de domínio e exploração. À imprensa burguesa caberia o papel de formadora da opinião pública, apresentando alguns assuntos de maneira favorável às classes dirigentes e, simultaneamente, relegando ao esquecimento certos assuntos, sempre de acordo com os interesses em jogo.

Abordou também o tema das leis sociais ou protetoras, apresentando-as enquanto instrumentos de controle, manipulação e acomodação dos trabalhadores. Isto porque significaria um campo de esperanças sobre o qual o proletariado, acreditando em sua eficácia e validade, adotaria posturas resignadas, na esperança de uma mudança futura. Enfim, a lição do artigo aponta para a nulidade da lei uma vez que, entre o que ela determina e sua aplicação, existe uma distância astronômica. Apontou, por fim, o papel subserviente da imprensa comercial, para a nocividade do Estado e de instituições convergentes com a intenção de governar a população. Ao mesmo tempo os destinos dos trabalhadores foram afirmados como estando unicamente nas mãos dos próprios trabalhadores.

Conducta do govêrno e do Patronato Agrícola.

A “Gazeta” e outros jornais diarios, andam com olofotes em procura de argumentos para defender a conducta do govêrno e do Patronato Agrícola; e nesse trabalho desempenham-se afanosamente, porque cada aparente composição

¹⁹² GUERRA social – Gréve na fabrica de tecidos de Nemi Jafet. Edição especial do “*Germinal!*” e da “*Barricata*” São Paulo, p. 4, 01 mai. 1913.

declamatoria das virtudes governamentais vale varias libras esterlinas. O serviço é feito por empreitada e, por isso, á falta de argumentos, de cada disparate fazem uma “luminosa” inspiração para o seu postulado, negociado no mercado da consciencia e da dignidade.

Ha muito tempo que o govêrno rouba dinheiro ao pôvô, aos escravos que aqui vegetam e morrem de fome, ou se suicidam por falta de trabalho, e com o fruto desse roubo subvenciona as companhias de navegação, para estimular a negociata, a falcatria, e conduzir para aqui milhares de familias de escravos brancos e entrega-las aos fazendeiros, para que as explorem miseravelmente.

Se os fazendeiros fazem actualmente um pedido de 9000 familias é porque a maioria das que, iludidas, caem nas fazendas, tratam de fugir rapidamente para salvar a pele.

O Patronato Agricola foi creado para favorecer os fazendeiros em suas explorações contra os colonos.

Pouco importa que, pela Lei Federal n. 6.487 de 27 de março de 1907 torna-se privilegiada a dívida proveniente de salarios de operarios rurais, e esta lei e o Decreto Estadual n. 1.299-A, de 27 de dezembro de 1911, traçarem a orbita das diferentes atribuições dessa nova instituição burocrática.

A lei é um pretexto para organizar comanditas de individuos cuja obra é obrigar os pobres a fazer o que convem aos interesses dos ricos.

Os legisladores fazem a lei, e os encarregados de executa-la fazem o que muito bem entendem, ou o que os argentarios lhes mandam fazer.

As leis protectoras são mais um insulto atirado á face dos trabalhadores.

As atribuições do Patronato eram, entre outras, “intentar e patrocinar causas para cobranças de salarios agricolas e para o fiel cumprimento dos contractos segundo a legislação vigente”.

A’ “Gazeta” não lhe consta que em Ribeirão Preto os “lavradores” – que lavradores! – se negassem a retribuir os serviços dos colonos.

Até no Polo Norte se sabe que os 140 colonos ha pouco expatriados, não receberam os seus salarios. Só receberam dos “lavradores” a promessa de que sómente depois da colheita se trataria disso.

A única verdade publicada pela “Gazeta” é que o “Patronato Agricola” se conduziu rigorosamente de acôrdo com as regras extruturais e os moldes genesiácos que presidiram á sua organização.

Esta é a única verdade, porque os contratos são totalmente desfavoraveis aos colonos. O conjunto das bases do contrato resume-se, para os contratados em DEVERES, OBRIGAÇÕES E MULTAS.

Os moldes genesiácos da organização do Patronato são os mesmos do regime capitalista, e teen por fim intensificar a exploração e coagir os trabalhadores rurais, como as sociedades patronais das cidades teem por fim estender a exploração e oprimir os operarios.

Os trabalhadores do campo e nós tambem, temos no Patronato Agricola mais uma instituição escravista a combater e destruir.¹⁹³

Massena, partindo da narração de um episódio em que um juiz proibira a crianças o exercício da profissão de cantores com a justificativa de ser esta atividade exaustiva e de, principalmente, ser uma atividade imoral, teceu críticas a esta postura do magistrado. Nesta direção, problematizou estes posicionamentos apresentando como crítica o fato da existência da

¹⁹³ GRACO. Conducta do govêrno e do Patronato Agricola. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 12, p. 2, 08 jun. 1913.

superexploração do trabalho infantil nas fábricas e oficinas se dar com a total anuência e tolerância das autoridades. Mais que tolerar, as autoridades se empenhavam na conservação da situação de violência e exploração infligida às crianças. Através de um diálogo fictício, o articulista levou aos limites a lógica proibicionista dos magistrados, por ser, de um lado, insensível e, de outro lado, preconceituosa. A moral convencional oferece o material para o estabelecimento destes convencionalismos.

DÚVIDAS.

Tambem nós somos inimigos irreductíveis daqueles que, em proveito próprio, exploram a infância, obrigando a a trabalhos excessivos ou visivelmente imoraes. E assim, o acto do “digno” promotor publico, tentando impedir que duas creanças continuem a cantar no Politeama, mereceria todos os nossos aplausos, si não nos assaltassem algumas dúvidas que desejamos ver esclarecidas pelos competentes:

- Póde a justiça social impedir que *os menores* exerçam uma profissão qualquer, sob o pretexto de que essa profissão é antiigienica, exaustiva e imoral?

- Si, póde, porque deixa a justiça pública que milhares e milhares de menores lentamente se asfixiem e lentamente morram nas fabricas de tecidos, nas oficinas de costura, nas fundições, nas minas, nos armazéns, sob a carga excessiva de um trabalho implacavel?

- Ora, respondereis, essas profissões são *apenas* mortíferas, ao passo que o teatro é imoral! São os precalços da pobreza. Quem mandou nascerem pobres essas crianças? Pouco nos impota que elas morram nas fabricas, contanto que arrebbentem de acordo com as regras de nossa infalivel e respeitabilissima Moral!

- Mas a moral è uma coisa relativa, muda com os logares e com os tempos; qual é pois a medida, qual o critério, qual o codigo da imoralidade? A nosso vêr, por exemplo, a profissão de cantor público nada tem de imoral, como julgais! Ainda hontem vimos no Politeama senhoras e cavalheiros respeitaveis que certamente lá não iriam si a profissão daquellas crianças tivesse alguma cousa de vergonhoso ou desonesto. E, digamos de passagem, achamos mais desonesto, mais dissolvente do carater popular, o pernicioso exemplo do tão aplaudido Geraldo, sujeito robusto, que podia ser util á humanidade e que no emtanto prefere, sem que ninguem profba, viver suavemente cantando cançonetas brejeiras!

- Mas, tal profissão é exaustiva, retrucareis; imagine só isto de ficar uma criança até meia noite sem dormir!

- E' suavissima, dizemos nós, comparada com o duro officio dos tecelões, das lavadeiras, dos pedreiros, dos carregadores e tantos outros.

- Mas è uma exploração dos pais vadios, que não querem trabalhar!

- E tendes certeza de que as outras não o são? E achais que os pais não têm o direito de, aproveitando a aptidão especial, revelada pelos filhos, para uma carreira suave e rendosa, dastina-los desde cedo a esse officio, preparando-lhes um futuro relativamente feliz?

- Fóra da moral não ha felicidade, direis.

- Pois bem, mas acaso o ambiente de uma fabrica é mais moral do que o de um teatro? Parece um paradoxo, lède porém as vivas descrições dos escritores naturalistas,

que procuram representar a vida tal qual ela é, e vereis que a horrível promiscuidade das fabricas, associada à ignorancia das crianças e á brutalidade e estupidez dos homens, gera ali os vícios mais baixos, mais precoces, mais assustadores que a humanidade jamais viu.

Consideramos o jornal como um campo neutro onde todas as opiniões livremente se debatem, para que desse mesmo conflicto possa surgir a rutilante Verdade; e assim não será para extranhar que alguns dos nossos dignos colaboradores manifestem opiniões diametralmente opostas a estas. Mas é bem possível que muitos desses nossos ilustres e amáveis letrados, os quais tão gentilmente se confrangem perante aquelas duas meninas que ganham a vida cantando, tenham passado indiferentes e felizes ao pé das horriveis fabricas, dos perfidos matadouros, onde, não duas, porém milhares de crianças, transformadas em maquinas humanas, se estiolam e arreentam sob o jugo, onde, não duas, porém milhares de crianças, transformadas em maquinas humanas, se estiolam e arreentam sob o jugo de um trabalho assassino!¹⁹⁴

A situação dos trabalhadores das fazendas também era de extrema exploração e violência. Homens, mulheres e crianças viviam sob um domínio tão intenso quanto o da antiga escravidão negra. O tratamento dado aos reclames e protestos dos colonos era o mesmo dispensado aos escravos negros antes da abolição da escravatura. O articulista registrou a continuidade dos hábitos dos antigos negreiros explorando, controlando e punindo, com torturas ou assassinando os trabalhadores. Mesmo o trabalhador dócil e colaborador não escapava aos abusos e arbítrios dos fazendeiros.

GRÉVE DE COLONOS EM RIBEIRÃO PRETO

A revolta vai tomando maiores proporções.

A grève dos colonos de varias fazendas do minicipio de Ribeirão Preto, longe de declinar, estende-se a outras fazendas, tomando um carater geral.

São conhecidas a causas deste movimento: é sabido que os colonos não podem continuar os trabalhos da lavoura, por que as condições em que se encontram não lhes permitem adquirir os alimentos necessarios para poderem trabalhar.

Os fazendeiros, e com eles o Patronato Agricola, dizem que os colonos estão em melhores condições do que ha cinco ou seis meses, quando assinaram os contratos, visto que a carestia da vida lhes é favoravel, pois podem vender a carne de porco, o milho, o feijão e outros legumes, por preços mais elevados.

E' sabido que, em contratos escritos ou verbais, os fazendeiros prometeram ceder uma pequena parte de terra para o cultivo do milho, feijão, legumes, etc.

Ainda que estas promessas ou contratos fossem cumpridos, os colonos ver-se-iam mal para adquirirem os primeiros elementos; mas o certo é que estas promessas ou

¹⁹⁴ MASSENA, J. DÚVIDAS. Edição especial do “**Germinal!**” e da “**Barricata**” São Paulo, p. 3, 01 mai. 1913.

contratos falharam por completo, porque os fazendeiros não permitem que os colonos disponham de um palmo de terra, para o seu uso particular.

Por tanto, o toucinho, o milho, o feijão e outros cereais ou legumes, que estes haviam de vender, para ganharem alguma cousa, são obrigados a compra-los nos armazéns dos fazendeiros, a preços impossíveis.

[...]

Os fazendeiros, secundados pelo Patronato, não querem saber dos compromissos contraídos com os colonos.

Um correspondente burguês, nada suspeito de agitador, afirma que o aumento de salario reclamado pelos colonos não compensaria as perdas que eles tiveram com as plantações. Outra fonte de receita, ou de roubo descarado, é a das multas. Só na fazenda de Valdemiro Pinto Alves, foi um colono multado em 150 mil reis, por ter hospedado, em sua casa, durante uma noite, um seu irmão que havia tomado parte em uma gréve, no mes de maio do ano passado.

Por qualquer pretexto, os administradores, por ordem dos patrões, impõe multas a granel, extorsionando miseravelmente o esforço, o trabalho sobrehumano, até das crianças de 7 ou 10 anos, que trabalham sob o sol ardente e sob a fria chuva ou a geada, desde a madrugada até a noite.

Para os fazendeiros a vida dos colonos não é digna da menor atenção. O mercado humano é abundante. Por isso, e apoiados pelo Patronato Agrícola, afirmam que não devem ceder, e resolveram, em uma reunião realizada no 1.º de Maio, em R. Preto, não atender absolutamente nada ás reclamações dos que, para eles trabalham, e constituir uma liga de resistencia, que terá por fim influir sobre o governo para reprimir todas as reivindicações dos colonos, estabelecer condições peiores para os seus escravos brancos, e bases vexatorias, como por exemplo a de que nenhuma fazendeiro aceitará colono algum que não haja terminado o trabalho na fazenda que tenha abandonado; devendo este apresentar uma caderneta de filiação e conducta, como se fosse um criminoso.

Como os patrões temessem uma revanche dos colonos, tratados a chicote como nos tempos do tronco, e com a propósito de provocar um incidente que dêsse ensejo a um massacre, mandaram ocupar as fazendas militarmente e insultar os grévistas.

Ao menos isto é o que se desprende do resultado das diligencias policiaes. A imprensa tem cumprido o seu dever de defender os fazendeiros e atacar os colonos, o que não nos admira, porque já o fazia antes, defendendo o brutal regime de escravatura que terminou em 13 de Maio de 1888.¹⁹⁵

Uma “Nota interessante” fôra publicada logo em seguida ao artigo sobre as greves de trabalhadores rurais. Nesta nota o articulista focalizou a incidência de uma extremada violência e exploração sobre o trabalhador dócil. Não apenas o trabalhador insubmisso, contestador e rebelde, mas todos, mesmo os que se esforçavam em colaborar com o patrão e seus administradores, viviam a mercê das arbitrariedades e dos abusos.

¹⁹⁵ GRACO. Gréve de colonos em Ribeirão Preto. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 7, p. 1, 10 mai. 1913.

Nota interessante.

Para que todo o mundo se científique da bela forma em que são tratados os colonos, mesmo os de procedimento exemplar... e para que sirva de exemplo aos que tratam de conquistar a simpatia dos administradores e patrões, apresentamos ao colono Giuseppe Capelini, trabalhador na fazenda do sr. Soletic Arruda na zona de Bebedouro.

Este colono presenteava o administrador com a metade da sua colheita particular, para conquistar-lhe a simpatia.

Este ano, porém, a colheita foi quasi nula e não lhe foi possível repartir com o administrador.

Como consequência viu-se, ele e a sua família, perseguidos pelo administrador: A sua horta foi arrasada pelos “camaradas”.

Queixou-se ao agente consular italiano e recebeu como resposta algumas verdades: que o fazendeiro e o administrador tinham o direito e podiam espancar e matar, tanto a ele como a sua família, por que a lei estava da parte deles.

Reclamou ao chefe de polícia, Sampaio Vidal, 15 dias de trabalho, sem resultado.

Tentou embarcar para queixar-se ao cônsul em S. Paulo e na estação foi preso, estando dois dias na cadeia, sem comer.

Ao mesmo tempo, a sua família estava encarcerada na própria casa, cercada por capangas armados.

O administrador entrou na sua residência e seqüestrou-lhe o contrato.

Finalmente fugiu e apresentou-se ao Patronato “qualquer coisa”, e este mandou-o voltar para a fazenda.

Entregou 200 mil reis a um advogado para que tomasse a sua defesa, e não viu mais nem a defesa e muito menos os 200 mil reis.

Agora encontra-se sem dinheiro e com a família seqüestrada.

Só falta que lhe seja aplicada a lei de expulsão por rebelde e agitador exaltado.

Melhor lição não a pode dar nenhum mestre.¹⁹⁶

Em dois artigos os redatores trataram da derrota dos trabalhadores rurais. No editorial ao nono número de *Germinal!*, os editores documentaram a derrota da greve dos trabalhadores rurais. Esta foi uma ocasião para análise do evento, procurando retirar-lhe as lições. Há neste texto uma outra denúncia. Trata-se da existência escravização sistemática de indígenas por fazendeiros em plena república. O articulista descreveu as estratégias utilizadas por fazendeiros para conseguir prender e escravizar índios no Alto do Rio Doce: distribuição gratuita de bebidas alcoólicas entre os indígenas e, após estarem embriagados, fácil aprisionamento e escravização.

¹⁹⁶ NOTA interessante. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 7, p. 1, 10 mai. 1913.

O triunfo da iniquidade (?).

Os colonos, vencidos, voltaram ao trabalho.

O ipopõtamo capitalista triunfou mais uma vez sobre a resistencia proletaria.

Os fazendeiros, cavalheiros distintos e “humanitários”, viram com gâudio como os colonos declinaram o seu talante subversivo e retomaram pacificamente o trabalho, trabalho fecundo que produz o rico cereal, fonte de riqueza e de progresso da agricultura, do “bem estar” e “da prosperidade da Nação”.

Os senhores LAVRADORES estavam no seu direito zelar pelo -----¹⁹⁷ dos trabalhos agricolas, e a justiça estava de sua parte, reconhecida pelos proprios colonos; tanto é assim que voltaram ao trabalho, “arrepellidos” de haverem-se rebelado contra os seus benemèritos patrões e protectores, que lhes facilitaram pão (pàu) e trabalho.

A coaligão de todas as forças da burguesia, envolveu os camponezes grevistas num circulo de ferro.

A represália dos fazendeiros, a campanha da imprensa, os atropelos e ameaças da policia, o auxilio prestado pelo governo aos patrões, e os conselhos de calma se passividade com os representantes régios gelaram as energias dos revoltados, foi superior á inteligencia e à força dos vencidos.

[...]

Quem ler a imprensa mercenaria, em sua maioria ou em grande parte escrita por adventicios, pensará que os burgueses, que tanto maltratam os trabalhadores estrangeiros, guardam todas as suas amabilidades para os filhos desta terra; não saberá que o patriotico govêrno prende, deporta e massacra trabalhadores brasileiros para defender a exploração e os interesses de empresas italianas, francesas, inglesas, ect., e que protege os selvicolas fusilando-os e tomando posse das suas terras, reduzindo-os depois a escravidão.

Veja-se este botão de amostra, que extraímos dos jornais do dia 14 do corrente.

“Uma pessoa chegada do Alto Rio Doce informa que alguns fazendeiros daquela localidade, não dispondo de colonos e trabalhadores para as suas roças, obrigam os índios a trabalhar.

Para atrair os indigenas, esses fazendeiros colocam perto das “malocas”, varios objectos de quinquilharias; em seguida fornecem cachaça aos indios, prendendo-os quando estes se acham completamente embriagados.

Nas fazendas, os indios são obrigados a trabalhos excessivos e castigados rudemente como nos tempos da escravidão.

A mesma pessoa disse ainda que tanto as quinquilharias como a cachaça são pagas pelo Ministerio da Agricultura, ao qual são apresentadas contas sobre essas despesas”.¹⁹⁸

O artigo é finalizado com um chamamento a que os trabalhadores incrementassem as suas associações, engrossando o movimento reivindicativo e contestador. Todas as conquistas sociais, assinalou o articulista, se deve à organização dos trabalhadores e não a algum pendor humanista ou filantrópico dos patrões e governantes. Numa breve nota, o redator¹⁹⁹ registrou o resultado da

¹⁹⁷ Palavras ilegíveis.

¹⁹⁸ GRACO. O triunfo da iniquidade (?) – Os colonos, vencidos, voltam ao trabalho. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, 17 mai. 1913.

¹⁹⁹ EFEITOS da greve de colonos de Ribeirão Preto. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 10, p. 1, 24 mai. 1913.

derrota sofrida pelos colonos no movimento paredista: a vingança dos fazendeiros, promovendo a expulsão de muitos trabalhadores rurais.

Sobre a lei de expulsão de estrangeiro, os editores tiveram o cuidado de tornar público o texto desta legislação. Além de estamparem trechos de artigos publicados na imprensa comercial e artigos noticiando acontecimentos em diversas localidades denunciando as arbitrariedades das forças da ordem sobre os segmentos populares, os editores disponibilizaram os artigos e parágrafos normatizadores da deportação. A divulgação do conteúdo da lei era endereçada tanto à sociedade nacional, em particular aos trabalhadores e classes populares, como à sociedade européia, sobretudo às associações operárias.

Os editores também publicaram, ao longo de alguns números do jornal, a legislação regulamentando a entrada de imigrantes no país. Desta série de artigos, encontrei apenas dois²⁰⁰. Os editores procederam a uma apresentação dos artigos da lei, acrescentando-lhe rápidos comentários, reforçando a interpretação estampada desde o título do artigo: a imigração de trabalhadores brancos da Europa enquanto novo mecanismo para uma nova escravidão. Processo este, os editores faziam questão de enfatizar, gestado, promovido e sustentado pelas instituições democráticas e liberais da recém fundada república brasileira.

Escravidão Moderna.

Regulamento de trafico de escravos para a Estado de São Paulo.

Art. 82 – Cumprido o control (*contados como carneiros*) e recebido as respectivas bagagens o diretor da Hospedaria atestará a exatidão da entrega dos emigrantes e das suas bagagens, mencionando as faltas constatadas, entregando o atestado ao representante dos introdutores (*para que receba do governo a importancia da venda dos escravos caçados na Europa*).

Art. 43 – O governo, quando julgar conveniente para fomentar a emigração (*a trata de brancos*) concederá subvenções ás companhias de navegação que facilitem

²⁰⁰ ESCRAVIDÃO moderna. Regulamento de trafico de escravos para o Estado de São Paulo. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 5, p. 2, 13 abr. 1913. ESCRAVIDÃO moderna. Regulamento de trafico de escravos para o Estado de São Paulo. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, 17 mai. 1913.

bilhetes *de atração*, de passagem a preços reduzidos; aos emigrantes que se dirigirem a este Estado e desembarquem no porto de Santos.

Art. 72 – O governo poderá emitir, mediante acordo com as companhias de navegação, bônus para bilhetes de chamada de imigrantes para os trabalhos (*mortíferos*) agrícolas assalariados, (*que em vez de salario receberão vexames e violencias*) ou para núcleos coloniais (*peiores do que as fazendas*) em conformidade com as disposições do presente regulamento.

Art. 8 – A's empresas *de (expolição)* agrícolas ou de colonização como também aos particulares que introduzem a sua espensa neste Estado, emigrantes aptos par o trabalho agrícola, seja como assalariados, ou como concessionários de lotes coloniais, poderá o governo retituir em parte ou em total, a importancia dispendida na aquisição de (*escravos*) bilhetes de passagem de 3ª classe, desde o porto de embarque a Santos, sempre que sejam observadas as disposições do presente regulamento.

Quer dizer que se antes de 13 de Maio de 1888 os fazendeiros tinham que comprar á sua custa, os escravos que precisassem para o serviço da sua lavoura, ou trabalho da empresa, hoje adquirem gratuitamente o rebanho humano, para toda classe de trabalho.

Já é progresso.

CONCLUSÃO.²⁰¹

Os temas privilegiados de *Germinal!* foram dois: a lei de expulsão de estrangeiros, proposta pelo deputado paulista Adolfo Gordo, e a alta do custo de vida naquele período. A lei de expulsão de estrangeiros fora aprovada no ano de 1907, um ano depois do primeiro Congresso Operário Brasileiro e sofrera alterações de conformidade com o crescimento das agitações operárias seguidas aos dois congressos seguintes. Nos anos de 1913 e 1919 realizaram-se, no Rio de Janeiro, o segundo e terceiro congressos respectivamente, ao que o movimento operário sentia recrudescer a reação governamental através, simultaneamente, da intensificação das leis anti-anarquistas e do aprofundamento da repressão policial.

O argumento basilar manifestado pelos defensores da referida lei, com a finalidade de facilitar sua aceitação por maiores segmentos da sociedade, era de que as agitações sociais deviam-se à atuação exclusiva de estrangeiros anarquistas. A máxima do presidente Washington Luis, proclamando a questão social como sendo simplesmente uma questão de polícia, sintetizou

²⁰¹ ESCRAVIDÃO moderna. Regulamento de trafico de escravos para o Estado de São Paulo. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, 17 mai. 1913.

com muita propriedade a disposição dos estratos dominantes em relação às classes populares sob a chamada primeira república.

As comoções sociais, segundo a percepção da classe dirigente, deviam-se à ação de alguns dos imigrantes europeus. Na perspectiva da elite econômica e governante, os agitadores estrangeiros trouxeram para o Brasil idéias exóticas, inadequadas à realidade social vigente. O resultado da infiltração do que denominavam “planta exótica” era o estabelecimento de diversos tumultos envolvendo o trabalhador nacional. Este, por sua vez, era percebido enquanto possuidor de uma índole naturalmente dócil e ordeira, portanto avessa às manifestações de descontentamento e a subversões. O anarquismo, nesta perspectiva, consistia em exotismo estrangeiro, inadequado, prejudicial e perigoso à realidade social brasileira.

O questionamento da lei Adolfo Gordo, como feita pelos anarquistas, demonstrava o caráter eminentemente arbitrário desta e, por extensão, de todas as leis. Os articulistas associavam, em suas análises da lei de expulsão e da carestia, temas correlatos como monarquia, república, socialismo, anarquismo, sindicalismo, evidenciando a violência das leis.

No número especial de *Germinal!*, dedicado ao primeiro de maio, os editores estamparam umas poucas palavras de um dos condenados à pena capital quando dos acontecimentos de Chicago que dera origem à data simbólica de luto e de lutas dos trabalhadores no mundo contra o capitalismo e o Estado. Antes de sua execução, Samuel Fieldem, da mesma forma que os demais condenados²⁰², pronunciou-se acerca da sentença e de sua luta. Os editores destacaram um trecho em que ele desnuda o caráter classista e violento da lei.

²⁰² Os discursos dos mártires de Chicago foram publicados recentemente no Brasil com um texto introdutório de Ricardo Mella. Ver MELLA, Ricardo. **Primeiro de maio, dia de luto e luta** – A tragédia de Chicago. Tradução Sérgio Luiz M. Mesquita, Ione Moura Moreira. Rio de Janeiro: SINDSPREV/RJ; SIDSCOPE; ACHIAMÉ, 2005.

A LEGISLAÇÃO.

“Suprimi a lei”. Eu pronunciei estas palavras tomando-as de um discurso de Mr. Foran no Congresso. E se é verdade que, como ele diz, nada se pode fazer pela legislação, que se supõe favorável aos interesses comunais, nada mais logico do que aquela frase. Não se pode legislar sem ferir os interesses de alguns; necessariamente a lei ha de favorecer uns interesses e prejudicar outros. Se, pois, nada se pode conseguir mediante a legislação, e centenas de homens recebem um soldo anual por fazer leis, é logico e natural que a grande maioria que não recebe nenhum favor da lei prescindia de tais legisladores.²⁰³

Fazendo uma resenha dos acontecimentos internacionais de solidariedade aos trabalhadores no Brasil, Florentino de Carvalho²⁰⁴, ao contextualizar a situação despótica infligida aos proletários no Brasil, remeteu ao absurdo da lei de expulsão. Neste contexto assinalou a nulidade da lei em si mesma, particularmente no que diz respeito ao dinamismo da vida social. No seu entendimento, pairava um abismo separando uma e outra.

Astrojildo Pereira enviou do Rio de Janeiro um artigo em que afirma a nulidade das leis. Seu texto intitulado *Palavras subversivas* inicia enfocando a violência característica das leis, desrespeitando as especificidades culturais e as singularidades pessoais. Com a lei procura-se impor um universalismo, nivelando a tudo e a todos a partir de um modelo. Criticou a idéia de igualdade perante a lei, apresentada pelos democratas, enquanto homogeneização. Diferenciou esta igualdade da preconizada no pensamento anarquista.

Palavras subversivas.

A igualdade perante a lei é uma *blague* monstruosa. Quando menos... Argumento?... Ora, ouvi!... O Brasil é um grande país. Com efeito: cêrca de de nove milhões de quilómetros quadrados, que se esparramam por aí além e habitados por vinte e cinco milhões de cidadãos, cálculo bruto. Perfeito. Agora, racionai... A vida desses vinte e cinco milhões de cidadãos é regulada pelo mesmo dispositivo das mesmíssimas leis. Não importa que sejam cidadãos de costumes diferentes, de tendencias diferentes, de temperamentos diferentes... Não importa. Eles que amoldem os seus temperamentos,

²⁰³ FIELDEM, Samuel. A legislação. Edição especial do “*Germinal!*” e da “*Barricata*” ESCRAVIDÃO moderna. Regulamento de trafico de escravos para o Estado de São Paulo. **Germinal!** São Paulo, p. 1, 01 mai. 1913.

²⁰⁴ CARVALHO, Florentino de. Agitação do proletariado internacional contra o desportismo deste país. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 9, p. 1, 17 mai. 1913.

as suas tendências, os seus gostos e os seus costumes pela fôrma de tais artigos e quais paràgrafos.

Quando um anarquista fala da igualdade, que ideamos, entre os homens da sociedade futura, o larpa do borguês rebate logo, importante:

- Oh! isso é muito bonito... não ha dúvida... muito bonito... Mas é impossível... a igualdade é impossível... Não ha cousa no mundo igual a outra!...Veja bem... Sem os ricos, como poderiam os pobres viver?... Não è possível... Sim... as suas teorias são muito bonitas... eu compreendo... A igualdade!... Ahn! ahn!... Olhe, menino: isso è pura metafisica!...

E o burguêses imbecil supõe esmagar-nos com palavras tais... Ora, o burro do burguês!

Eu comparo a “igualdade de condições” que pregamos, a uma composição musical. Vede porque... Toda a composição musical é formada de notas com “valores diferentes”. A harmonia se consegue com o “apoio mútuo” entre essas notas deslocamento de qualquer delas produz a desarmonia. São diferentes, mas de-outras... mas juntas, ajudando-se, auxiliando-se, combinadas para um mesmo fim conseguem este fim, que é a harmonia. E’ bem o concêrto de valores desiguais, altos e baixos... E me parece uma imagem perfeita da “harmonia social”, que sonhamos: efeito da “composição” de uma sociedade em que os homens, desiguais entre si, serão todavia iguais nas condições da vida: de cada um segundo as suas forças; a cada um segundo as suas necessidades. E’ o programa lapidar.

Imaginai, porém, uma pela musical composta de notas iguais perante a “lei” do som... Imaginai uma sêrie de “dós”... ou de “fàs”... ou de “rés”... Seria a desarmonia. E é a imagem exata de “desarmonia social”, que o bêsta do burgues defende: efeito da “composição” de uma sociedade de homes “iguais perante a lei”...

O burguês, entretanto, faz questão de não compreender estas cousas. Porque o burguês é sempre um sujeito que não sonha. Um sujeito de idéas positivas. Idéas praticas... Pois tanto peor... não é verdade?... tanto peor... para o burguês! Porque um dia ele serà queimado na fogueira dos códigos e das leis que pretendem regular a vida da humanidade. Metafisicamente queimado...²⁰⁵

B. ²⁰⁶, em artigo intitulado “A liberdade”, elaborou reflexões sobre a ontologia da lei, problematizando a perspectiva convencional definindo-a enquanto garantia tanto da própria liberdade como da sociabilidade humana. Em sua análise diferenciou a existência das leis da natureza das pretendidas leis sociais, questionando a necessidade destas. Das leis da natureza não podemos escapar. As leis sociais, por sua vez, não são fatais nem irrevogáveis. São convenções sociais estabelecidas com a intenção, manifesta ou velada, de preservar relações de domínio e

²⁰⁵ PEREIRA, Astrojildo. Palavras subversivas. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 10, p. 1, 24 mai. 1913.

²⁰⁶ B. A liberdade. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 14, p. 2, 22 jun. 1913.

exploração. Outro atributo da lei diz respeito ao processo de fetichização, tornando-se para as relações sociais uma outra forma de transcendência.

O articulista comparou o que chamou “superstições indígenas” com os adoradores de leis nas chamadas sociedades modernas. Deu destaque à desvantagem destes para aqueles ao afirmar que “a divindade dos índios destroi corpos, a lei destroi energias e macula as almas”. Por fim, apresentou a liberdade enquanto resultado do poder criador do ser humano. A liberdade não se encontra nem na natureza, nem nas providências política ou divina. O autor assinalou a liberdade enquanto invenção humana, que, para existir num grau cada vez mais profundo, depende de ações cotidianas.

Gráco desferiu um golpe duro contra a concepção democrática de existência da igualdade de todos perante a lei. A partir da problematização da criação de uma lei especial para reprimir trabalhadores rebeldes, anarquistas, cáftens, ladrões e vagabundos, procedeu a um desmonte na lógica de sustentação da defesa da lei de expulsão.

A lei de excepção.

Mentem os que dizem que vivemos sob o manto protector da igualdade perante a lei.

Se a lei de expulsão fosse aplicada igualitariamente, teriam sido expulsos todos os habitantes do Brasil. E era a melhor garantia de paz e tranquilidade em todo o país.

[...]

As sciencias jurídicas preconizam, que antes que punir o crime, á preciso evita-ló. Antes de reprimir a perturbação da ordem é um dever previni-la. Assim, pois, sendo a propensão natural da humanidade a rebeldia contra todas as leis, contra todos os privilegios e todas as prepotências, é infalível que todos os homens estão mais ou menos predispostos a perturbar o sossego dos satisfeitos.

Se admitimos a escola positivista italiana, com Lombroso e Ferri na vanguarda, teremos que confessar que todos os homens são criminosos natos.

[...]

Os capitalistas e os seus ajudantes, os homens de Estado, são os primeiros a promover estas anomalias ou desordens.

[...]

Como se vê, não existe igualdade perante a lei. A lei de que tratamos é uma excepção, uma lei especial para os trabalhadores rebeldes, para os anarquistas, para os caftens, vagabundos, ou larapios de meia tigela e para todo aquele que com motivo ou sem ele, fôr seguro pela policia.

A lei de expulsão foi feita pelos déspotas, para defenderem-se dos rebeldes e dos anarquistas; pelos caftens, vagabundos e larapios por atacado, pará defenderem-se dos caftens, vagabundos ou larapios a varejo.²⁰⁷

A primeira frase de seu artigo é demolidora: “Mentem os que dizem que vivemos sob o manto protector da igualdade perante a lei”. Não poderia ser mais direto. Daí em diante passou a destrinchar mais detalhadamente sua crítica mordaz, numa perspectiva ampla, à lei em si e, numa perspectiva mais restrita, à lei de expulsão de estrangeiros. Finalizou seu escrito incitando o leitor a, numa comoção social, abolir o capitalismo e o estatismo, expulsando exploradores e governantes “da forma que melhor entender”.

Com a notícia da libertação de um anarquista, chamado Joubert, o redator apresentou um breve depoimento pessoal do ex-prisioneiro relatando os horrores das celas policiais e as torturas a que fora submetido. Apresentou também algumas rápidas reflexões acerca da distância astronômica da letra da lei com a vida cotidiana dos trabalhadores. As instituições democráticas, liberais e republicanas, com todo o alarido racionalista, laico e de liberalidade, procederam a instaurar o terror na vida dos trabalhadores.

Joubert em liberdade.

Finalmente, depois de quatro mezes de carcere, foi o nosso camarada Joseph Joubert posto em liberdade.

O “egrégio” Tribunal de Justiça do Estado pode enfim respirar, satisfeito: a pena foi cumprida e, portanto, desagravado está o “crime” de que foi vítima o inocente bacharel Otavio Moreira Guimarães.

Joubert foi solto no dia 11 á 1 hora da tarde.

Estivemos com ele. Conversámos. E vamos transmitir aos leitores, rapidamente, o que ele nos contou da sua permanencia na prisão.

- No dia seguinte ao da minha prisão em Sorocaba, cheguei aqui e fui recolhido aos subterraneos da Central, e incomunicavel, como sabem. Aí estive 18 dias sem poder deitar-me. E não podia deitar-me pelo seguinte; durante os 18 dias, pela manhã e pela tarde, despejam agua com creolina no assoalho, humedecendo o, impedindo-me, pois, de estender-me para dormir. Cochilava, de pé, encostado á parede. E o resultado disso não é dificil de imaginar: adoeci, atacado de artritismo. Apoz essa tortura de 18 dias, fui transferido para a Penitenciaria, onde estive até hoje. Encerraram-me num cubiculo

²⁰⁷ GRÁCO. **A lei de excepção.** *Germinal!* Ano 1 – nº 17 – página 1 – São Paulo – 13-07-1913.

estreitissimo, em que mal cabia a cama. Esse cubiculo é o peor da Penitenciaria: é o ultimo do corredor, junto a solitária, humido e escuro. Aí passei até hoje, sem falar, sem ler e tambem sem dar as duas passadas que a célula permitia, porque essas passadas faziam barulho, segundo os motivos que me expuseram ao proibirem mas. E mais ainda: não queriam permitir que eu escarrasse. Tive então de recorrer ao medico, o qual, vendo-me doente, atacado da garganta, fez cessar tal proibição.²⁰⁸

O relato de Joubert, sobre as arbitrariedades sofridas nos cárceres, corroborou as críticas anarquistas quanto à república e à democracia enquanto nova tirania. O articulista se referiu à minuciosa regulamentação da vida social e individual como expedientes violentos, arbitrários e despóticos, reveladores da natureza do governo, mesmo que definidos pelo rótulo de democratas, liberais e republicanos.

E aí está, singelamente reproduzido, o que nos contou o camarada Joubert do seu passado nas hospedarias do governo.

Cabe observar agora, que essas infamias praticadas com a pessoa de Joseph Joubert nem ao menos são legais. Ele era um condenado ao regime celular, que tem um regulamento; este regulamento permite aos presos trabalho e recreio fora da célula. Mas Joubert, para os torquemadas da policia paulista, é um homem perigoso, diferente dos outros, para o qual, portanto, as curtas regalias da lei nada valem.

Aliás, são sempre assim, os tais cães mantenedores das leis e executores da justiça: a lei é muito bonita escrita no papel: na pratica a coisa é outra – só valem a vontade e o capricho dos potentados.

O sacripanta bacharel Otavio é que deve estar satisfeito. Mas engana se, o bacharel Otavio; Joubert é o mesmo homem, como o mesmo sacripanta continua sendo a insignificante pessoinha de Otavio Moreira Guimarães.²⁰⁹

Arcenio Belencour²¹⁰ refutou a idéia de que os anarquistas eram os “inimigos do Brazil”. Apresentou a lei de expulsão enquanto recurso favorável à manutenção da dominação de alguns segmentos da sociedade sobre outros, desnudando seu caráter eminentemente classista.

No editorial do terceiro e quarto números de *Germinal!* o redator relacionou os temas lei de expulsão de estrangeiros e o alto custo dos produtos, sobretudo os de primeira necessidade,

²⁰⁸ JOUBERT em liberdade. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 20, p. 2, 17 ago. 1913.

²⁰⁹ JOUBERT em liberdade. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 20, p. 2, 17 ago. 1913.

²¹⁰ BELENCOUR, Arcenio. Inimigos do Brazil? **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 4, p. 3, 06 abr. 1913.

enquanto motivo das manifestações de descontentamento por parte dos trabalhadores. O redator elaborou uma série de artigos com esta perspectiva²¹¹.

Em editorial do quarto número de *Germinal!* o articulista²¹² evidenciou o uso arbitrário da lei de expulsão pelos governantes e elite econômica como uma forma de procurar reprimir e disciplinar a população. Esta ocasião serviu novamente para a crítica à lei em geral. O autor criticou a lei em si mesma por projetar uma concepção de sociabilidade humana estagnada, homogênea e nivelada a partir de algum modelo universal ou de algum padrão absoluto. O dinamismo societário humano é, desta forma, negado a partir da naturalização do comportamento social.

Neste mesmo número fora noticiado à realização de comícios e manifestações públicas em várias cidades do Brasil. Das manifestações no Brasil foram aprovadas algumas moções relativas à carestia de vida e à lei de expulsão. O articulista²¹³ delineou o cotidiano do trabalhador, destacando o valor do salário, a extensa jornada de trabalho, o custo dos gêneros de primeira necessidade, as condições de moradia entre outros aspectos. Destacou também a violência sobre os trabalhadores, sobretudo com a vigência inconstitucional da lei de expulsão de estrangeiros. No quinto número do jornal, o redator²¹⁴ anunciou novamente a realização conjunta de diversos comícios em diferentes estados do Brasil.

No número seis, publicado no dia dos comícios, os editores convocaram a participação de todos, noticiando aos trabalhadores a realização de manifestações públicas em várias cidades do Brasil. Nesta nota o redator estampou horários e locais dos diversos eventos a se realizar em São

²¹¹ CARVALHO, Florentino de. Revolta popular contra a carestia da vida e a lei de expulsão. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 30 mar. 1913.

²¹² CARVALHO, Florentino de. Revolta popular contra a lei de expulsão e a carestia da vida. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 4, p. 1, 06 abr. 1913.

²¹³ NO RIO. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 30 mar. 1913.

²¹⁴ REVOLTA popular contra a carestia da vida e a lei de expulsão. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 13 abr. 1913.

Paulo. Destes eventos nos bairros saíam colunas de manifestantes confluindo, em hora combinada, para a reunião de todos os trabalhadores num “comício monstro” no centro da cidade.

Neste mesmo número fora publicado, além da matéria assinada por Primitivo Soares²¹⁵, uma outra dando notícias das manifestações em Lisboa e da campanha anti-imigratória naquela cidade. Registrou o sucesso da campanha de boicote aos produtos brasileiros solicitada pelos trabalhadores no Brasil às associações operárias européias. Destacou este acontecimento em relação ao café, o maior produto de exportação do Brasil.

Tratou também do efeito das circulares da COB e da Federação Operária de Santos distribuídas em cidades da Europa. Produziu rápida análise comparativa da situação do trabalhador no Brasil e na Argentina, uma vez o governo de ambos os países terem adotado as chamadas leis celeradas, tentando compreender o porquê da campanha anti-emigratória ter sido bem sucedida no caso brasileiro e ter sido inexpressiva na Argentina.

Fora no primeiro número de *Germinal!* que os editores lançaram apelo aos trabalhadores do mundo, solicitando o imediato boicote aos produtos brasileiros. Como forma de solidariedade aos trabalhadores no Brasil, de maneira a aumentar a pressão do proletariado internacional sobre o governo brasileiro, esta iniciativa visava amplificar o alcance da campanha contra a lei de expulsão brasileira. Os editores apelaram aos trabalhadores europeus para que não descarregassem navios com produtos brasileiros nem os produtos de navios que levassem operários deportados²¹⁶.

Notícias da repercussão na Europa da campanha contra a migração de trabalhadores europeus para o Brasil fora estampada em outro artigo escrito por Florentino de Carvalho²¹⁷. Em

²¹⁵ SOARES, Primitivo. Cartas de Lisboa. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

²¹⁶ AO OPERARIADO internacional. UM APELO. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 10 mar. 1913.

²¹⁷ CARVALHO, Florentino de. Agitação internacional contra a lei de expulsão brasileira – A victoria de nossa causa é iminente. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 7, p. 1, 10 mai. 1913.

tom bastante otimista, relatou as manifestações públicas organizadas por diversas associações operárias em vários países europeus. Destacou a imediata resposta dada pelos trabalhadores na Europa ao apelo dos trabalhadores no Brasil pedindo solidariedade a campanha de boicote a produtos brasileiros como mais uma forma de pressionar os governantes brasileiros a por termo à lei de expulsão de estrangeiros.

O autor problematizou o debate em torno da afirmação de uma identidade nacional em contraposição ao estrangeiro. Esta dualidade, nacional/estrangeiro, fora posta em atividade em discursos nativistas na tentativa tanto de consolidar uma feição identitária às instituições e costumes sociais após a proclamação da república, como também enquanto mecanismo de domínio, disciplinamento e liquidação de comoções sociais. Por sua vez o articulista evidenciou o fato das leis de repressão aos trabalhadores terem sido plagiadas de outras leis de repressão contra o proletariado elaboradas em outros países.

A campanha contra a carestia da vida corria o risco de resvalar para um caráter meramente reivindicatório, passando de eventos de cunho contestador e de subversão para simples procura por melhorias nas condições de trabalho e na situação econômica. Caso enveredasse por este caminho, a campanha emprestaria uma perspectiva imediatista ao movimento operário. Oiticica, em carta para o coletivo editorial de *Germinal!*, expressou seu entendimento acerca do assunto, desmentindo esta interpretação. Afirmando a sua disposição em colaborar com artigos para o jornal de São Paulo, elaborou algumas reflexões sobre a campanha contra a carestia da vida. Apresentou esta iniciativa enquanto válida não apenas pela conquista efetiva de melhorias econômicas para o proletariado, mas pelo que ela significava em termos de aprendizado de exercício de liberdade e prática de solidariedade entre os trabalhadores.

Discordou ainda mais Oiticica dos que entendiam ter fracassado a campanha contra a carestia da vida organizada pelos trabalhadores no Rio de Janeiro, por não ter resultado em

imediate baixa nos preços e aumento do bem-estar do proletariado local. Para ele estava claro que algum processo de melhora relativa das condições de vida do proletariado, dentro dos limites do capitalismo e do estatismo, significaria apenas o deslocamento da superexploração de um segmento dos trabalhadores para outros.

No caso, as localidades em que os trabalhadores estivessem menos organizados seriam inevitavelmente os alvos da transferência dos processos agudos de exploração. Conquistas desta natureza, implicando no sacrifício de segmentos dos trabalhadores para benefício de outros, consistia em flagrante logro imposto ao movimento dos trabalhadores. Suas reflexões visavam, entre outras, advertir os próprios trabalhadores da armadilha que eram as melhorias econômicas sem a abolição do capitalismo e do Estado.

CARTA DO RIO

4-4-913

Camaradas,

Hão de perdoar-me a falta, alias por mim prevista, de remessa de artigos para *Germinal!* Os meus inúmeros afazeres de professorado e de propaganda, a expectativa de um concurso neste mez de Abril impossibilitaram-me quasi de arranjar tempo, alguns minutos para ler jornais, alguma hora para lhes escrever.

[...]

Sendo assim, falar-lhes-ei da *greve de inquilinos* que vamos, com grande esforço, levando avante.

Sabem como aqui se alastrou, por iniciativa unica e excluziva dos nossos camaradas da Federação Operaria, a campanha contra a carestia da vida. Foi uma rude tarefa de propaganda com algumas prizões, muito discurso, mas resultado moral ínapreciavel.

Alguns acham improdutiva esta luta, porque ela não se traduziu em diminuição do preço dos generos alimenticios, ou medidas protetoras do governo.

Em penso ao contrario. Si o resultado fosse uma sensivel melhora ou si o governo se mostrasse zeloso do operariado, abaixasse as tarifas, ativasse a fundação de cooperativas de consumo, etc., poderiamos considerar falhas ou contraproducentes as nossas tentativas. O nosso intuito capital não é reduzirmos o preço do feijão ou do assucar, é abrir os olhos aos cegos, mostrar, ao operariado não vidente, o processo de exploração que os arruina, que os escraviza e que eles não percebem.

[...]

A melhora que desejamos não é essa melhora relativa é a melhora absoluta, a melhora da *propria organização social*.

E' preciso que todos se compenetrem de uma verdade.

A melhora das condições de uma classe operaria so se opera com o prejuizo de outra classe operaria. Si a uns operarios se concedem vantajens, a outros se arrancam essas vantagens.

Isso porque o parasita não desferra os dentes de um braço que sacode sem haver certeza de os ferrar noutro braço imovel.

Portanto, de nada vale a melhora de condições do povo do Rio de Janeiro, si o povo do interior vai pagar as custas.

Suponhamos que o comerciante que recebe os productos dos lavradores e, organizado em *trust*, os impõe ao consumidor do Rio por um preço elevado, diante do nosso movimento e para finjir liberdade, abate um tanto por cento nos preços de venda. Julgais que ele sofreu, realmente, uma redução no lucro calculado? Engano.

Ele perde na venda para reganhar na compra futura ao lavrador, porque, não estando este organizado em sindicato e dependendo dos comissários, pelo dinheiro adiantado, é a vitima espiatoria do sugador sem escrupulo.

Logo, quem paga o regalo de uma classe de proletarios é outra classe de proletarios.

Quando o governo aqui ofereceu a operarios as celebres *vilas*, eu me indignei contra os promotores dessa torpeza e mormente contra os inconscientes produtores que aceitaram esse presente de gregos.

Esqueceram-se os contemplados com a munificencia governamental de que a vantagem que lhes advinha de um aluguel barato era mantida a custa de extorsões feitas aos outros operarios desprotejidos.

Porque, aprendamos bem isto, os parasitas, si hoje vivem com cem querem amanhã mil e não se conformam, sob nenhum pretesto, a viverem com dez.

[...]

Sempre amigo
J. ORTICICA²¹⁸

Domingos Ribeiro Filho²¹⁹, sob pseudônimo Dierre Effe, problematizou, em dois artigos, as instituições punitivas vigentes. Suas reflexões apresentam convergências com a crítica atual do abolicionismo penal sobre a sociedade punitiva²²⁰. Questionando os fundamentos históricos, filosóficos e culturais da punição, o autor abordou a disposição dos processos de julgamento e de sentença dos atos anti-sociais vazados em suas próprias justificativas. O autor partiu da situação do processo de julgamento, estabelecendo uma perspectiva de estranhamento da situação: “os homens julgados pelos homens”.

²¹⁸ ORTICICA, José. CARTA DO RIO. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 13 abr. 1913.

²¹⁹ DIERRE EFFE. Em torno do direito de vida e morte. O juri e os jurados. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 9, p. 2, 17 mai. 1913. DIERRE EFFE. Em torno do direito de vida e morte – O juri e os jurados. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 10, p. 2, 24 mai. 1913.

²²⁰ Sobre o abolicionismo penal ver PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da (Org.). **Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva**. São Paulo: IBCCrim, 1997. PASSETTI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003. Consultar também o site www.nu-sol.org

Apontou o autor para o liberalismo inglês, os “estatutos políticos da Revolução francesa” e o Direito Romano enquanto, respectivamente, origem, fundamento e doutrina, para o estabelecimento do júri. Estes são, nas palavras do autor, os “tres fundamentos extemporaneos, contraditórios e inarmônicos” do júri. As pretensões à universalidade dos códigos e das leis foram apresentadas enquanto absurdos uma vez desconsiderarem, por exemplo, os acontecimentos mais amplos de caráter social em que tais atos se configuram. Desconsideravam também a opinião dos diretamente enredados nas dinâmicas do evento. O direito, numa sociedade baseada em interesses conflitantes, não escapa às injunções da conjuntura envolvente, findando por ser um instrumento favorável à manutenção das causas dos atos anti-sociais.

Na seqüência destas ponderações, evidenciou não ter a concepção de justiça nada que ver com o direito. Antes pelo contrário, lhe é oposta, pois o direito finda legitimando a revanche e a vingança, muito comum nos estabelecimentos do chamado “tribunal popular”. Por sua vez, o “linchamento” encontra nos processos e legislação normalizadoras uma forma mascarada de ser exercido.

Em torno do direito de vida e morte. O júri e os jurados.

O espirito das leis modernas se traduz em fórmulas de acomodações das quais o caracter provisório, além de dificultar a necessidade da evolução, implica sempre num retrocesso inaceitável sob qualquer ponto de vista em que se considere.

O nosso liberalismo è paleontológico, ou, pelo menos, a sua tendencia é para a fossilização. Quasi que não mais se o compreende; quasi que é um contrassenso, se não se traduz mais claramente por absurdo.

O espirito liberal dos homens e das suas instituições é, em última análise, negativo, porque, se alarga os limites das conquistas sociais, se eleva cada vez mais longe as muralhas da China, fa-las cada vez mais altas, mais difíceis de acesso e de demolição.

[...]

Antes de tudo, devo chamar a atenção para esse caso de incompetencia moral: “os homens julgados pelos homens” – questão muito vasta, que ficará para os que amam as retaliações, e que procurarei resumir.

Eu cometo um crime, isto é, eu violo uma convenção ou eu trago prejuizo e dano a alguém ou a moitos.

Quem me julgará? eu mesmo? Si eu proprio, me absolvo, isto é: concluo que só não fiz nenhum crime, como até fiz um beneficio a mim mesmo.

Julgar-me ha um outro homem? Por que? E' ele o prejudicado? Mas ai desaparece o sentimento da justiça para surgir o interesse. Se ele não é o prejudicado, é um estranho ao facto e não pode julgar, por isso que o faria por dois principios: ou substituindo-se a mim (inocência) ou substituindo-se á victima, e seria o caso de transformar a parte em juiz (absurdo).

Ainda o caso de outrem julgar do meu delicto, não mais em virtude de uma justiça pessoal, mas por força da convenção que eu violei. A convenção é ainda um caso remoto da parcialidade; foi feita por mim e pelo meu juiz, limitou ou ampliou o nosso interesse, acatou ou violou a esfera da nossa atividade social e humana. Violando a convenção, fi-lo pelo meu poder, pela minha liberdade, a mesma liberdade invocada para sancional-a.

Se em aceitar a convenção, abdiquei da minha liberdade, estabeleci a violencia, e sob a pressão da violencia o meu delicto obedeceu à legima defeza.

O meu julgador está em caso absolutamente identico ao meu, e, se invoca a violencia da convenção para me sentenciar, exerce uma dupla violencia. Mais ainda; apoiado na convenção, o juiz faz apelo ao seu interesse ou á sua escravidão; interessado em manter a convenção, não saberá ser justo; escravizado a ela, não poderá fazer justiça.

Quem me fará estão justiça? Será necessario busca-lo fóra da humanidade? Poderá haver quem reúna em si poderes sobre umanos capazes de preparar uma justiça ideal?

Mas uma justiça fóra da terra e fóra do homem não seria justiça, não seria mesmo nem outra cousa análoga que pudessemos definir e compreender.

Estretanto, a impossibilidade de fazer uma justiça singular atenúa-se, fazendo a plural. Não mais um só juiz, muitos juizes. Havia o caso da humanidade ou o caso da divergencia.

Unánimes que fossem em condenar-me, farme-iam uma violencia, um acto de força tanto mais inaceitavel quando mais irresponsavel.

Unánimes em me absolver, violariam a convenção em nome da qual me julgaram; caso ligeiramente pessoal em que se supõe que cada um dos juizes, colocado na minha situação anterior, seria delinquente. E isso é inaceitavel pela parcialidade em que incide.

Dá-se, porém, o caso de divergencia ou possibilidade de divergencia; o recurso é a eleição de um juiz dos juizes, e este estaria na situação singular e pessoal que estudei a principio – parcialidade, interesse.

Como se vê, a justiça é mais difficil do que se pensa, se não é absurda ou impossivel.

O juri é uma instituição do liberalismo social que não discute essa cousa. Resiste ele a uma análise menos filosofica e mais social e mais pratica?

A sua origem historica é mais antiga que o mais antigo dos codigos politicos que o sancionaram.

Esses códigos, pesando sobre a consciencia humana, estão fundados socialmente sobre principios evolutivos que não comportam mais paradas em nenhum destino da moral ou dos costumes humanos. Fundados sobre conquistas recentes (abstrai o número de anos) eles consagram em certos pontos as velhas, as velhissimas concepções romanas sobre justiça e direito, e as aplicam á instituição do juri.

Temos assim para o juri tres fundamentos extemporaneos, contraditórios e inarmônicos.

Orgem: - "O liberalismos inglés".

Fundamento: - "Estatutos politicos da Revolução Francesa".

Doutrina: - "O direito Romano".

Espanta-me saber em como a sociedade burguesa ainda lhe adiciona o espirito canónico e as sombras teologicas e metafisicas, sem achar nada mais perfeito socialmente, como contradição e como absurdo.

Mas a organização pratica do juri no nosso país é assombrosamente ridícula, além do que lhe compete como imensamente odiosa.

Um juiz de direito que não julga do facto.

Sete juizes de facto que não julgam do direito;

Um acusado cheio de direito e de factos;

Um acusador que nada tem absolutamente com o direito nem com o facto;

Um defensor que sistematicamente falsifica os factos e os direitos.

E' um apelo solene, abertamente estúpido, gloriosamente irresponsavel.

E, nem pela irresponsabilidade pessoal de toda essa gente, se supõe que o crime paire na serena região dos princípios; não: é crassa, vulgar, despresivelmente ignára.²²¹

No número seguinte o autor conclui suas reflexões.

Em torno do direito de vida e morte.

O júri e os jurados.

Ínsito ainda sobre o gravissimo caso de suspeição: “os homens julgados pelos homens”. Si este caso repugna ás inteligencias livres tomado como tema de méra especulação, os sentimentos bem formados não o aceitariam incondicionalmente, e daí o caso da eterna revolta do justicado contra o justicador.

[...]

O juri é uma má, uma detestavel instituição; mas os juizes podem ser bons, humanos e tolerantes ou rétos. E' uma hipotese simplesmente possibilista. Quais os elementos de sua probabilidade, porém? Em tese, todos os homens são bons, como são máus.

Os jurados estariam encerrados estreitamente dentro dessas duas teses. A sociedade sabe disso e a lei se fez em torno dessa concepção alternante quando, alargando o círculo de ferro das leis criminaes, delegou para uma justiça prática a alçada de uma justiça teorica, quando tirou de codigos arbitrariamente divinos a *força* para delega-la ás consciencias humanas.

A lei não fez mais do que irresponsabilizar o *linchamento*.

O jurado e o juiz do facto, é o tribunal popular, é a justiça da praça pública. O que tem o *linchamento* de logico em face do fundamento liberal do juri, tem este de ilogico em frente do elevado espirito de justiça. O juiz de facto devia julgar o crime *sur le champ*; mas como isso daria a o *linchamento* um carácter de ferocidade que todas as leis monopolizaram mas que negam em virtude do ideal moralístico, a mesma lei se deslocou no espaço e no tempo e deferiu para um acto solene a *vindicta* infalivel.

Os juizes de facto exercerão sem responsabilidade pessoal e sem outro fundamento que não a consciencia e a paixão, a vingança contra o delicto de que foram testemunhas. Esta é que é a *moral* da lei que organizou os tribunais populares. Mas é preciso saber si se mantém ao menos no terreno fluctuante da honestidade o criterio organizador dos juizes de facto.

Serão mesmo os jurados os juizes de facto que vão julgar?

Se fossem, o *linchamento* é que seria o direito do vencedor, e si não são, ainda o *linchamento* estaria apenas odiado, modificado pelo liberalismo moderno, mas nunca revogado.

De facto, porém, os jurados não o são; foi um estratagemma legal, uma mascarada da lei de Loyola, a lei mais socialmente lógica que eu conheço.

²²¹ DIERRE EFFE. Em torno do direito de vida e morte. O juri e os jurados. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 9, p. 2, 17 mai. 1913.

O jurado passou a ser, não o individuo que testemunhou o delito, mas o que não o presenciou, isto é, aquele que tem a mesma consciencia da testemunha mas não tem a sua paixão.

E' irrisorio. Primeiro porque a paixão è um caso de consciencia, e tanto esta como aquela, tanto o geral como o particular só se podém despertar com o testemunho fisiológico dos nossos sentidos. E depois porque é preciso admitir uma consciencia uniforme e universal que pelo simples enunciado, é manifestamente impossivel.

Ora, a lei reconheceu isso, e para não a confessar, iludiu a dificuldade. Começou a escolha, correr todas as classes sociais, investigou todos os recantos das consciencias, mirou todos os niveis da inteligencia e da moralidade humanas.

Onde achar o jurado? Quem se prestará a sustentar a mentira do liberalismo e da infalibilidade canonica das leis? Os pobres? Mas estes pelo seu estado de miséria social só poderiam julgar com parcialidade, paixão e espirito de revolta e vingança.

Os ricos? Mas a esses não escapam as questões de humanidade e justiça, como a lei encara, como privilegiados e individuos que a fortuna colocou entre os deuses e os homens.

Os ignorantes? os sabios? os menores? os adultosas mulheres? Nada disso. Dous criterios então escolheu a lei: a capacidade provavel e o servilismo recompensado. Ou aquele que dispõe de um tanto de rendas, ou aquele que está na domesticidade do poder. Contribuintes do fisco e parasitas do fisco, eis a gente ideal, imparcial, virtuosa, que tem a verdadeira posição média no eterno desequilíbrio social.

Por uma consequencia absolutamente inevitavel, os jurados do nosso juri são quasi exclusivamente escolhidos entre os empregados públicos, isto é, na classe dos eunucos, dos palafreneiros, dos domésticos do poder. Ora, ao funcionario público falta absolutamente a condição de inteligencia, cultura e liberdade que supõe necessaria a quem se arroga ou a quem se delega a função do justo e do justiceiro.

Demais, logicamente estão eles afastados da luta pela vida, que é o fundamento animal de todos os actos que a lei qualifica arbitrariamente de delitos; porque são seqüestrados pela autoridade parasitaria da actividade humana e ficam submissos a essa mesma autoridade - - -²²² assalariando-os, impõe-lhes a sua moral, as suas tradições e os seus processos.

E ainda é preciso não esquecer de que o funcionario público, no melhor sentido em que se o encara, é o proprio poder público, é o membro desse deus búdico e impossivel que é O Governo.

A concluir:

O jurado não é o juiz do facto; e, como não o è, não pode julgar.

O jurado não é o juiz imparcial; não é independente; não tem consciencia, não tem moralidade; falta-lhe a sciencia, falta-lhe o carácter; não póde, pois, julgar.

Quando os jurados reunissem as condições do justo, eles seriam os *linchadores* perfeitos e executariam legalmente e liberalmente a *vindicta social* assim chamada por Pedro Kropotkine a justiça. E é o que eles fazem; juizes parciais, membros do Governo que pune.²²³

As críticas às instituições governamentais foram matérias abordadas em diversos artigos.

Orlando Corrêa Lopes²²⁴ tratou da falência dos principais órgãos democráticos de controle e

²²² Palavra ilegível.

²²³ DIERRE EFFE. Em torno do direito de vida e morte – O juri e os jurados. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 10, p. 2, 24 mai. 1913.

²²⁴ LOPES, Orlando Corrêa. O desmoronamento das instituições sociais. Edição especial do "**Germinal!**" e da "**Barricata**" São Paulo, p. 3, 01 mai. 1913.

administração social. Em sua perspectiva, as mais destacadas instituições da sociedade resultavam em oneração, sobrecarga, exploração e domínio enquanto dinamismo societário posto em atividade. Propôs a revolução social no lugar das habituais revoluções políticas como forma de solucionar os problemas sociais.

Francisco Viotti²²⁵ destacou, em sua crítica às instituições democráticas, o efeito produzido pela violência governamental sobre a população trabalhadora: o roubo garantido pela brutalidade estatal. Neste escrito, como em outras análises propostas por outros anarquistas, os resultados das ações do governo sobre os trabalhadores eram os mesmos, não importava qual a forma das instituições governamentais: dominação e exploração. Monarquia ou república não traduz em mudanças significativas relativas à intervenção governamental sobre os diversos segmentos sociais.

Florentino de Carvalho²²⁶ demonstrou em editorial do número doze de *Germinal!* o caráter violento da recém fundada república brasileira. Os trabalhadores eram aqui tratados como cidadãos de categoria menor, sofrendo intensamente as conseqüências das desigualdades sociais e econômicas. À questão social, apresentada pelos protestos do nascente movimento operário no Brasil, o tratamento dado pelas autoridades brasileiras era a repressão e a força policial.

Num outro artigo, o redator transcreveu um momento de uma sessão na Câmara Federal com o intuito de tornar evidente o absurdo das instituições governamentais. O aspecto de divindade emprestado aos integrantes das instituições do Estado escondia, no seu entendimento, as arbitrariedades e explorações efetivadas na rotina de administração da vida social pelos governos. No encerramento do artigo, relacionou a carestia da vida com a existência da dispendiosa máquina governamental.

²²⁵ VIOTTI, Francisco de Magalhães. A Cleptocracia Brasileira. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 11, p. 2, 31 mai. 1913.

²²⁶ CARVALHO, Florentino de. A República do Chanfalho. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 12, p. 1, 08 jul. 1913.

PSICOLOGIA da democracia brasileira.

Máta-se, expulsa-se ou prende-se e anatematiza-se aos que criticam ou combatem as autoridades, notadamente aos legisladores, afirmando-se categoricamente que os parlamentos, os deputados e os senadores são entes sagrados, sinceros, honrados, honoráveis, sábios imaculados, que mantem a ordem e fazem a felicidade da patria.

Sem os governantes, que com o exemplo, com a inteligencia, com um verdadeiro mar de virtudes liberais, civicas e democráticas, e os seus extremecimentos de amor pelo povo, pela patria e pela republica... ou outro qualquer regime estadual, tudo se precipitaria para a dissolução, para a violencia e para a ruina; todas as paixões e instintos perversos da humanidade se descandeariam numa desordem caotica de crimes e de violencias.

Vejamos de perto estes homens divinos.

Numa das ultimas sessões da Camara Federal fazem-se mutuamente a psicologia, uns dos outros, e dos governos e partidos que representam a Republica, sem excluírem o proprio presidente.

Atenção:

“O sr. Mauricio de Lacerda – Quizeram fazer até o presidente da Republica chefe de partido! (Protestos).

O sr. Fonseca Hermes. – Fizeram os governadores dos Estados, chefes de partidos tambem.

O Orador. – E’ perigosa e odiosa a derrubada que está fazendo o presidente da Republica.

O sr. Mario de Paula. – O sr. Rivadavia Corrêa é um galopim eleitoral.

O sr. Fonseca Hermes. – Só tem sido demitidos os funcionarios que não contam com a confiança do governo. Não se pode confiar em adversarios.

O sr. Mauricio de Lacerda – Os funcionarios dos Telégrafos são de confiança do governo, porque, por meio deles, se pode saber da correspondencia trocada com os adversarios. (Trocam-se apartes, sôam os timpanos. Tumulto).

O sr. presidente – Atenção! atenção!

O sr. Joaquim Osório – A Coligação não se revoltou contra o bombardeio da Baía, logo, não tem direito de falar contra a demissão de empregados públicos. (Continuam os gritos, sôam os timpanos).

O sr. Joaquim Osorio – O sr. Seabra é responsavel pelo bombardeio da Baía.

O sr. Mauricio de Lacerda – ... e o sr. Pinheiro, pelo bombardeio de Manaus. (apartes).

O sr. Mauricio de Lacerda – O bombardeio de Manaus foi até pago pelos cofres do Estado do Amazonas.

Os srs. Aurelio Amorim e Antonio Nogueira – (Gritando) – Protestamos, o sr. Pinheiro Machado não póde ser accusado de haver praticado tal acto.

O sr. Mauricio de Lacerda – (Secundado pelo sr. Mario de Paula) – O sr. Pinheiro Machado é responsável pelo bombardeio de Manaus. (Sôam os timpanos, o tumulto augmenta).

O sr. presidente – Peço silencio, assim não é possivel o orador proseguir nas suas considerações.

O sr. Joaquim Osorio – O sr. Rivadavia Corrêa só é accusado pela coligação, porque não é instrumento desta.

O sr. Nicanor do Nascimento – Na Baía, com a subida do sr. Seabra ao poder, até a imprensa foi demitida.

O sr. Mauricio de Lacerda – ... Mas, não foi comprada, como está sendo aqui, na Capital Federal. Posso até citar, o preço por que são comprados os jornais. Precisamos ter a coragem para ver estas cousas.

O sr. Nicanor do Nascimento. E’ bom nomear.

O sr. Mauricio de Lacerda – Pois não. A “Notícia”, a “Gazeta de Notícia” !! (sensação).

O orador continua o seu discurso condenando a acção do presidente, que pretende escolher o seu sucessor.

O sr. Joaquim Osorio – E’ este o principio da Coligação. Porque tres dos seus leaders foram se entender com o sr. presidente da Republica sobre a escolha do seu sucessor?

O sr. Arlindo Leonel – ...refere-se ao leader do governo.

O sr. Fonseca Hermes – leader do governo, não; leader da maioria.

(Protestos dos coligados e apoiados dos pinheiristas).

O orador declara-se cançado e pede ao presidente permissão para descançar por dois minutos. Senta-se dizendo que se os seus colegas continuarem no proposito de o apartear insistentemente, fazendo a algazarra que se notava há pouco, deixará de proseguir o seu discurso, pois não desejava ver a sua saúde comprometida.

O sr Fonseca Hermes – Deste modo, é melhor falar no cemiterio. (Protestos).

O sr. Muniz Sodré – E’ o leader do governo que manda um deputado falar no cemiterio?”

Com este documento certamente não será preciso muito trabalho para descobirmos os verdadeiros perturbadores e criminosos, que mantem o terror entre a população, e os ladrões que arruinam o pais.

Não é preciso um microscopio.

E cada um deles, para estar no poder a fazer das suas, custa ao povo mais de cem mil réis por dia produzindo... a carestia da vida.²²⁷

O redator transcreveu um artigo de um jornal da imprensa comercial cujo assunto dizia respeito a abusos e violências sexuais contra mulheres. Soldados de um quartel emboscaram um grupo de mulheres que se dirigia ao local de trabalho de seus maridos, como fazia todo dia, levando o almoço em marmitas. O redator acrescentou, como comentário ao artigo do jornal burguês, ser este o resultado próprio do militarismo, afirmando existir na vida de caserna uma cultura da violência a se espriar em todas as direções. Além do mais o articulista relacionou a violência militar ao patriotismo e ao gosto pelas armas, alertando a todos que as próprias escolas oficiais, públicas ou particulares, também foram afetadas por esta cultura chauvinista e belicosa²²⁸.

Santos Barbosa²²⁹ teceu críticas ao militarismo a partir da apresentação de um texto dialogado. Neste escrito, o militarismo é delineado enquanto modo de vida em que se cultivava a

²²⁷ PSICOLOGIA da democracia brasileira. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 18, p. 1, 20 jul. 1913.

²²⁸ GLORIAS do militarismo. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 20 abr. 1913.

²²⁹ BARBOSA, Santos. O EX-SOLDADO. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 7, p. 2, 10 mai. 1913.

possibilidade de uns viverem à custa do trabalho e do esforço de outros. A mendicidade fora o destino de uma pessoa oriunda dos estratos populares da sociedade que enveredou nas fileiras do militarismo. Evidenciou, com a narrativa desta situação, o sentimento autodepreciativo e derrotista afligindo um ex-soldado. O pano de fundo crítico, ou referencial anunciado em toda a cena, são as idéias anarquistas, negando a hierarquia e a exploração.

João Crispim²³⁰ apresentou uma análise particular acerca da preparação, da propagação e do envolvimento das nações na conflagração da primeira guerra mundial. A perspectiva apresentada por técnicos e pelos governos afirmando ser aquele fenômeno guerreiro sem maiores desdobramentos na vida social das nações, portanto transitório e perto de seu fim, fora severamente criticada pelo articulista. A seu ver, a guerra respondia a interesses específicos das camadas dominantes da sociedade, acontecendo, por isso mesmo, evidente prejuízo dos trabalhadores.

Quer pelo fato do direcionamento das riquezas sociais para alimentar a guerra em si, quer para sustentar segmentos sociais diversos como magistrados e o clero, quer obstando os trabalhadores ao acesso livre dos meios de produção e consumo, a situação social estabelecida conspirava contra os proletários. Sobre estes, os tributos necessários para a guerra recaíam. Tributos estes oriundos tanto das privações, da não satisfação das necessidades básicas, como de seu sangue e vida enquanto soldados.

Em sua leitura dos acontecimentos, percebia desenhado, ao contrário do enfoque convencional, o prolongamento e aprofundamento não só da guerra em si como também outros fatores geradores da crise econômica. Tanto é assim que denominou aquele período histórico, em certo momento de seu escrito, como sendo do estabelecimento no mundo de uma “nova inquisição militarista”.

²³⁰ CRISPIM, João. DO MOMENTO. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 19, p. 1, 03 ago. 1913.

No editorial do segundo número de *Germinal!*, o redator abordou notícias veiculadas na imprensa comercial em torno de violências sexuais cometidas por sacerdotes católicos do *Colégio Sagrado Coração de Jesus*. Solargeo Livre²³¹, por sua vez, referiu-se aos posicionamentos timoratos dos jornais burgueses que anunciaram o estupro da criança e foram em seguida evoluindo suas matérias de modo a negarem suas colocações iniciais. A finalidade do articulista fora ressaltar as causas das violências sobre as crianças, como também a cumplicidade dos pais com acontecimentos deste tipo.

A propósito deste editorial, João Crispim²³² escreveu no quarto número de *Germinal!* um depoimento confessional, sem nenhum trocadilho, corroborando as denúncias contras os clérigos. Neste relato, registrou suas impressões acerca das atitudes dos sacerdotes católicos do *Colégio do Sagrado Coração de Jesus* a partir de suas lembranças dos tempos em que fora aluno, quando criança, nesta instituição.

Em relação à igreja, Astrojildo Pereira²³³ enviou do Rio de Janeiro um artigo comentando o recente interesse desta instituição pela questão social, em particular no âmbito da ação do movimento operário. Com sua escrita coloquial, racionalista e raivosa, evidenciou o recente interesse da igreja pelos trabalhadores como uma tentativa de obstar o crescimento vertiginoso deste movimento, ao mesmo tempo em que percebia, com preocupação, a perda crescente de fiéis. Esta perda estava diretamente associada ao surgimento e difusão das associações proletárias nos segmentos populares.

Percebeu a investida eclesial sobre o movimento operário como possuindo ressonâncias em integrantes do movimento social. Neste momento do seu escrito, aludiu, com sua maneira

²³¹ LIVRE, Solargeo. Mais um escândalo clerical. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 23 mar. 1913.

²³² CRISPIM, João. Episódios do Sagrado Coração de Jesus – Recordações de outrora. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 4, p. 2, 06 abr. 1913.

²³³ PEREIRA, Astrojildo. A Igreja e a questão social. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 4, p. 2, 06 abr. 1913.

irada característica, a quem, dentro do movimento operário, afirmasse ter sido Jesus Cristo um socialista e mesmo um anarquista²³⁴.

A Igreja e a questão social.

..... o amigo Tristão me respondeu:

- Ha, de facto, um perigo clerical. A Igreja trabalha activamente por intrometer-se no movimento operario. A Igreja pretende resolver a questão social... Ah! aqui tambem! Talvez principalmente aqui... Leste os extractos dos estatutos da “União Operaria de Petropolis”, por mim publicados na “Voz do Trabalhador? Pois bem. Lê agora esta revista.

Esta a “Revista Social”, vol. V, ano V. Publica-se no Rio. Diz-se “orgão da mocidade” e é de “acção social”. Editora: a “União Catolica Brasileira”. E’ uma revista de belo aspécto, com 24 pajinas de exelente papel. Folheio-a... Reparai nestes titulos: “O Socialismo – A solução catolica da questão social – Meios praticos de propaganda entre o operariado do Rio de Janeiro”. E’ o tema de um relatorio lido na sessão da “União” em I de novembro ultimo. Segue-se o artigo: “Sindicalismo catolico”, traduzido de I. Garriguet (L’Evolution actuelle du Socialisme en France). Não é revelador? Bem me disia o Tristão:

- Ha, de facto, um perigo clerical...

A decadencia na Igreja não é cousa que se discuta mais. O poderio politico do Vaticano está hoje muito limitado. Já não é mais aquela força incontrastável dos tempos idos... E essa decadencia se acentua de dia para dia... Ora, precisamente por isso, a Igreja congrega as ultimas energias, que lhe restam, e tenta, num esforço extremo, recuperar a situação perdida. Sem duvida, é um esforço inutil. A sua quéda, como a de todas as outras igrejas e relijiões, é fatal. Porque a base de todas elas, a divindade, foi já ferida de morte. E’ uma questão de tempo... E aqui é que está o perigo. Perigo real. Examinemo-lo rapidamente.

Para a Igreja, todos os meios de acção são bons. Escrupulo e coerencia, para ela, são palavras vacias. Serve-se de tudo. Mesmo a custo de transigencias de momento... Assim, diante da questão social. A questão social é inevitavel. Empolga todos os espiritos. A Igreja, naturalmente, sai tambem a campo, pretendendo resolvel-a. E nisto, o Vaticano sofre ainda a concorrencia das outras seitas. O protestantismo, o espiritismo, o ocultismo, etc., cada qual supõe ter a chave do problema. Ha o socialismo catolico. Ha o socialismo protestante. Ha o socialismo espirita... Ha até, entre nós, alguns tolos que chamam o hipotetico Jesus de socialista, de anarquista... Ora, bem. Nós sabemos a grande porcentagem de ignorancia que existe no povo, na massa trabalhadora. Sabemos mais, que aqui na America do Sul, essa porcentagem atinje proporções esmagadoras. No Brasil, mais de noventa por cento da população é composta de analfabetos. (Digo analfabeto no sentido rigoroso. Saber só o *a b c* e as quatro operações não é deixar de ser analfabeto...) E sabemos tambem que é justamente no meio dessa massa enorme de

²³⁴ Dois livros escritos por militantes operários levantam a tese do anarquismo de Jesus Cristo. Everardo Dias, um pouco antes de compor o núcleo fundador do Partido Comunista Brasileiro, elaborou e desenvolveu a assertiva de ter sido Jesus um anarquista. Ver DIAS, Everardo. **Jesus Cristo era anarquista**. São Paulo: A Plebe, 1920. O professor Aníbal Vaz Melo foi um pouco mais além, afirmando ter sido Jesus o maior anarquista. Este seu livro teve duas edições, a primeira em 1950 e a segunda em 1956.. Ver MELO, Aníbal Vaz. **Cristo, o maior dos anarquistas**. São Paulo: [s.n.], 1950

ignorantes que o clero exerce maior influencia. Daí, uma conclusão: a necessidade da propaganda anticlerical, da propaganda antireligioza.²³⁵

No sétimo número do jornal, João Crispim²³⁶ escreveu um artigo refletindo sobre *O livre pensamento*. O articulista evidenciou a dificuldade das pessoas em se livrarem dos prejuízos religiosos. Mesmo sábios e cientistas, advertiu, se encontravam enredados nas malhas do que denominou “peste religiosa”. Esta designação faz referência a um escrito homônimo de Jonh Most²³⁷ muito divulgado naquele período entre os trabalhadores em geral e entre livre pensadores em particular.

Um aspecto a ser destacado no escrito de Crispim, diz respeito à análise apresentada do período denominado “modernidade”. O autor evidenciou ser este período considerado, por cientistas e filósofos, como o do predomínio da razão em detrimento da revelação. Esta concepção implicaria na ruptura com o medievo, período em que a igreja ocupava o centro de gravidade do dinamismo da vida social. Segundo esta perspectiva, o fim da Idade Média significou senão o fim definitivo do domínio teológico, pelo menos uma crescente perda de campo. Tal processo de fenecimento da religião apontaria, acreditavam tais pensadores, para a liquidação definitiva da igreja e da religião. Desta leitura não compartilhava João Crispim. A hierarquia, o princípio de autoridade e conseqüente relação mando-obediência provêm da religião. Há que se considerar também o fato dele circunscrever a noção de religião estritamente à experiência histórica do cristianismo com todas as suas variações.

Logo no início de suas análises, Crispim evidenciou o fato do dinamismo social vigente ser contagiado por postulados religiosos. As dimensões jurídica, familiar, econômica e outras

²³⁵ PEREIRA, Astrojildo. A Igreja e a questão social. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 4, p. 2, 06 abr. 1913.

²³⁶ CRISPIM, João. **O livre pensamento**. *Germinal!* Ano 1 – nº 7 – página 2 – São Paulo – 10-05-1913.

²³⁷ O livro de Jonh Most foi beneficiado com três edições portuguesas nos anos de 1895, 1904 e 1923. No Brasil este livro foi publicado no ano de 1907. No entanto como os contatos entre os trabalhadores de Portugal e do Brasil era bastante intenso, muito provavelmente as edições portuguesas circularam entre os trabalhadores no Brasil. Ver MOST, Jonh. **A peste religiosa**. São Paulo: Grupo Libertário Germinal, 1907.

mais são atravessadas por relações de mando-obediência, cuja matriz é a concepção religiosa da existência, estabelecendo alguma divindade enquanto centralidade na existência e, como desdobramento, na vida social. A percepção profundamente crítica da modernidade, enquanto período histórico em continuidade com as práticas de conquistas dos tempos dos impérios, perpetrando carnificinas e conflagrações bélicas entre as nações, foram comuns a diversos anarquistas. O redator referiu-se aos países europeus, ícones da sociedade moderna, como “açougues modernos”.

AÇOUGUES MODERNOS.

NOS BALCANS

A guerra entre a Grecia , a Servia e a Rumania contra a Bulgária, foi iniciada com tanta ou mais violencia do que a dos aliados contra a Turquia.

Apenas romperam as hostilidades e já se contam mais de 30.0000 homens mortos e 50.000 feridos.

Varias cidades teem sido saqueadas e devoradas pelo incendio.

Estre estas cidades conta se a de Ceres que, segundo um telegrama, foi incendiada pelo irregulares gregos. Empenhados em completar a sua obra patriotica, os irregulares gregos massacraram 200 soldados bulgaros e grande numero de velhos, mulheres e crianças.

Atenas vai em progresso. Em lustros não remotos, quando cultivou as letras, as artes, as sciencias e a filosofia, brilhou pela sua civilização; nos lustros contemporaneos em que cultiva o civismo e a moral do Estado, brilha pela sua barbarie.

NA CIRENAICA

O canhão papalino não cessou de anunciar a civilização cristã nos áridos campos da Cirenaica.

Os exercitos italianos continuam a avançar exterminando os habitantes do pais.

As ultimas noticias dizem que uma coluna italiana travou combate com um grupo de beduinos, o qual durou tres horas.

Houve grande numero de mortos e feridos, de ambos os lados.

Outra coluna atacou “El Gaffe” bombardeando o campo beduino.

Tudo se explica, menos a participação da mocidade italiana nessa empresa de morte, de desolação e extermínio, onde os proletarios vão sacrificar a sua vida ou saude, representando o papel de assassinos, para beneficiar os financeiros da peninsula.

EM MARROCOS

As legiões francesa e espenhola em Marrocos tambem não perdem tempo. Os capitalistas como Montero Rios, Romanones e outros, que são a honra e gloria nacional, vêem aumentados os seus capitais e possessões, ao passo que as familias dos soldados andam errantes e com faces cadavéricas, pedindo de porta em porta um pedaço de pão.

Uns morrem na guerra de pilhagem e outros, desamparados, morrem por falta dos seus unicos sustentáculos que vão expor a vida em defeza da patria... São assim os açougues modernos.²³⁸

Fábio Luz²³⁹ em seu opúsculo *A internacional negra* teceu reflexões nesta mesma linha de raciocínio. Em suas ponderações, a igreja católica se voltou à questão social rendida pelos protestos e organização dos trabalhadores. Visando opor-se às tendências revolucionárias do movimento operário, a igreja inicia uma abordagem da questão social visando manter domínio. Fábio Luz sustentou que a religiosidade deveria ser livre. Contudo, o objetivo da igreja católica é reestabelecer um império mundial tendo na figura do papa um novo imperador. Com este objetivo, ela se transmuta em diversas formas de acordo com a situação para alcançar suas finalidades. É assim que compôs com os poderes governamentais e, ao mesmo tempo, procurou intervir no movimento dos trabalhadores, procurando disseminar postulados de resignação, obediência e esperança.

Dentro desta temática crítica da religião, José Martins²⁴⁰ escreveu rebatendo a idéia propagada por alguns religiosos resumindo a questão social a uma questão religiosa. Neste seu escrito assinalou a proveniência religiosa das soluções apresentadas por governantes, como de pretendentes à governança. Abarcou, nesta sua crítica à religião, as mais diversas correntes doutrinárias e espiritualistas: maçonaria, espiritismo, budismo, confucionismo, catolicismo, protestantismo.

Em seu modo de ver, nenhuma destas expressões espiritualistas tocou no tema da desigualdade social. Suas ponderações em torno dos problemas sociais excluía qualquer questionamento em torno da exploração do trabalhador pelas classes dominantes. No geral, estas

²³⁸ AÇOUGUES MODERNOS. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 18, p. 2, 20 jul. 1913.

²³⁹ LUZ, Fábio. **A internacional negra** – Distribuição gratuita da Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Revista Comercial, 1919.

²⁴⁰ MARTINS, José. A questão social e o anarquismo. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 15, p. 2, 07 jul. 1913.

correntes espiritualistas procuravam estabelecer uma harmonia entre trabalhadores e o patronato, algo que lhe parecia totalmente inócuo. Na conclusão deste escrito, José Martins procurou refletir acerca do princípio de autoridade. Dentro de uma preocupação comum a muitos estudiosos do período, buscou traçar uma trajetória deste princípio partindo de sua suposta origem histórica, ulteriores desdobramentos e, por fim, seu natural fenecimento.

A Questão Social e o Anarquismo.*

II (CONCLUSÃO)

SUMARIO: *Historia do principio de autoridade: sua origem, desenvolvimento histórico, decadencia e desaparecimento final, – Algumas objeções ao Anarquismo. – Refutação.*

E' lei universalmente e geralmente hoje admitida por todos os que se entregam a estudos sérios, como sejam biologia, fisiologia, psicologia e demais acabadas em "gia", que as mesmas causas produzem sempre idénticos efeitos. Ora, partindo desse principio, claro está que desde o momento em que se elimine uma causa, não ha a menor duvida de que o efeito desaparecerá.

Apliquemos esse axioma ao tēma que vimos desenvolvendo.

Desde a formação das primeiras sociedades humanas, vemos que a Humanidade vem sofrendo de uma dupla tirania politico-religiosa; mas como não tem consciencia das verdadeiras causas que lhe produzem o sofrimento, e crendo, por outro lado, que a culpa é dos homens e não das instituições, ela derruba imperios, desmembra reinos, depõe e assassina satrapas, troca de deuses e de amos, muda de bonzos, forma monarquias constitucionais, que ao dia seguinte as substitue por repúblicas, derrama emfim sangue a torrentes, e quando acaba reconhece por fim que gira num circulo vicioso, do qual urge sair.

Hoje, que já têm alguma consciencia de si mesma, ainda pergunta-se indignada entre o mêdo do futuro e as desilusões do passado.

– “Mas de que me serviram todas as formas governamentais por mim adoptadas? de que todas as religiões a que dei crédito e todas as filosofias que abracei?

De nada, absolutamente!

Actualmente, trabalhada e dividida, a Humanidade vive aturdida por mil seitas politicas, religiosas e filosoficas, que constantemente lhe gritam:

– “Vem, que eu te salvo, – diz-lhe uma, – mas tem que obedecer-me.”

“Vem, que eu te farei feliz, – inculca-lhe uma segunda; – mas has de respeitar-me.”

“Vem, que eu farei cessar todos os teus sofrimentos, – insinua-lhe uma terceira; – mas preciso é que faças tudo o que eu te ordenar.”

E assim, todas essas seitas teem por principio a astucia, por meio a exploração e por fim – e isto é o mais importante – a salvaguarda do capital e do principio de autoridade – os dois melhores instrumentos de dominio. (1).

- - - - -, ²⁴¹ o escopo principal de todas as seitas políticas e religiosas é manter a Humanidade sempre agrilhoadada aos pés da autoridade e obediente aos possuidores do dinheiro; dividida em mandões e mandados, ricos e pobres, ladrões e roubados; e como está demonstrado por uma experiência de mais de 30 séculos, que enquanto houver governos e governados, ricos e pobres, amos e escravos jamais reinará a paz entre os homens, conclui-se daí logicamente que para resolver a Questão Social, que toda consiste nisso, todos os esforços reunidos de todas as seitas religiosas ou políticas serão baldados.

Gerando as desigualdades sociais, os privilégios e as castas, bases de todo o mal estar que acabrunha a Humanidade, fica claramente estabelecido que o princípio da autoridade é o mal de todos os males.

Mas, como apareceu tal princípio?

Difícil, na verdade, é determiná-lo.

Mas, à luz dos documentos históricos que possuímos vamos tentá-lo.

*

* * *

“Provavelmente – diz Pellicer – a autoridade se implantou nas primeiras agrupações humanas à maneira como rege nas espécies símias, cujas hordas são governadas pelos indivíduos *mais fortes* (o grifo é cá do gasto). Demais, si se observam essas tribos africanas e australianas ainda subsistentes, a probabilidade converte-se em realidade.” (*Análisis de la Questión de la Vida ó Conferencias Populares de Sociología*, pag. 54 e seg.)

Cantú, referindo-se às tribos e ao princípio de autoridade, diz o que se segue: – “Algumas vezes (as tribos) brigavam: a que vencida dominava as outras e apoiava *na força a desigualdade de direitos*.” (*Hist. Univ.*, tom. 1, liv. II, pag. 475) (2).

Emfim, escutemos o que ensina Faure acerca do mesmo assunto.

– “... Da guerra com os animais ferozes e com outros grupos humanos, surgiu em cada tribo ou colônia a autoridade absoluta que *os mais fortes* se atribuíram com o nome de *chefes*, os quais se arrogaram o direito de mandar e de fazer trabalhar aos mais deves em proveito exclusivamente deles; com a cumplicidade, pois, dos legisladores e sacerdotes, estes *chefes* foram consolidando pouco a pouco o seu poder e supremacia com leis e preceitos religiosos.” (*El Dolor Universal*, ed. hesp. de Sempere y C., tomo II, pag. 6)

Posteriormente, o princípio de autoridade alcançou tal onipotência, que os reis e imperadores foram considerados deuses ou semi-deuses.

Cerca de três séculos e meio antes da nossa era, Alexandre Magno já se havia feito passar, entre os gregos, por um semi-deus, filho de uma mulher que permanecêra virgem depois de dá-lo à luz; muitos dos imperadores romanos, mesmo em vida, também fizeram-se adorar como deuses, o que também não impediu que muitos d’eles fôsem violentamente mortos pelas sublevações das tropas; mas, quem indubitavelmente mais consolidou o princípio de autoridade, impondo aos povos como um princípio verdadeiramente divino, foi o cristianismo.

Esta religião atroz e sanguinária ensinou aos povos que desobedecer à autoridade era resistir ao próprio Deus. Dinastias europeias, cujos primeiros ascendentes foram ladrões, assassinos ou magarefes (3), foram impostas aos povos como de origem divina.

– “Os soberanos – diz Faure – são seres sobrenaturais com certa aureola de divindade. Os indivíduos lhes pertencem como as suas próprias riquezas. Por cima das cabeças coroadas, o sucessor de S. Pedro distribúe as suas bênçãos ou anatemas. A Igreja fala arrogantemente aos monarcas e estes curvam as cabeças. Seus ministros vestem sotaninãs; os tribunais compõem-se de frades; o crime mais abominável é o cisma ou a heresia, e as fogueiras acendem-se para o atrevido que duvidar ou negar.

“Mas para que tal estado de cousas se mantenha o mais tempo possível, – conclui Faure, – é preciso que a base não seja discutida; por conseguinte, é proibido pensar, reflexionar, discutir ou criticar. Não obstante, apesar de tudo isso, a

²⁴¹ Palavra ilegível.

Humanidade prôcura o seu caminho; a necessidade de -----
-----²⁴² inventa a imprensa, multiplica os livros, vulgarisa as idéas novas; emfim, produz-se um movimento de opinião tão colossal, que arrasta o mundo baseado no direito divino.” (*Obr. Cit.*, tom. II, pag. 11-12).

Com efeito, no século XII, o principio de autoridade havia alcançado o seu maior apogeu nas pessoas dos papas; mas o desacato feito a Bonifácio VIII, esbofeteado pelos representantes de Filipe o Belo, no começo do século XIV, mostrou aos reis e aos povos que os papas não eram delegados de Deus na Terra.

Desde esse momento, o principio de autoridade começa a perder terreno. Lutero e Calvino vibram formidáveis golpes na autoridade semi-divina dos papas; proclama-se o livre exame; investigam-se as origens do papismo e da realeza, dando em resultado que o primeiro teve por base a astúcia e a violencia. Elabora-se a *Enciclopedia*, difundem-se as luzes, faz-se a Revolução, e a cabeça de um déspota – Luis XVI – rola por terra! (4).

Então aprendem os povos que os reis não são de direito divino nem invioláveis, mas simples homens como os outros! Entretanto, a Revolução prosegue, invadindo a Europa e fazendo ruir tronos, sem exceptuar o do proprio representante de Deus na Terra; os reis, tremendo de medo, fazem concessões; delegam os seus outrora absolutos poderes em câmaras ou parlamentos; alguns desaparecem, como os da França, do Mexico, do Brasil e de Portugal; outros estão prestes a isso; emfim, em toda a parte evidencia-se claramente que á medida que a liberdade avança um passo, a autoridade recua outro, e assim, ora recuando, ora vergonhosamente fugindo á aproximação da liberdade, a autoridade caminha a passos agigantados para as bordas do abismo que em dias não longinquos ha de fatalmente traga-la.

[...]

(*) No artigo passado escaparam alguns erros de composição.

(1) Allan Kardek, ao terminar o seu *Resumo do Ensino dos Espiritos*, inserto na *Memoria Historias do Espiritismo*, edic. da F. C. B. do Rio de Janeiro, exclama – “Incredulos! Dizei se uma doutrina que ensina semelhantes cousas é irrosoria...!”

Encarando-a *unicamente* sob o ponto de vista da ordem social, dizei se es homens que a praticassem seriam felizes ou desgraçados, melhores ou peiores!” (*Mem. Hit. do Espir.*, p. 102).

Este burguês hipócrita compreendia a necessidade de manter o povo na obediencia aos bandidos como eles e para prolongar o dominio da autoridade e do dinheiro, forjou ou codificou uma nova superstição: o Espiritismo.

Assaltado pelos temores de uma reivindicação social do proletariado, o mesmo diz o não menos hipócrita e burguês *espírita* J. Bouvirg. Veja o seu livro *El Espiritismo y la Anarquia*. (cap. XV).

(2) Nosso companheiro e mestre P. Kropotki ao nega abertamente a teoria ou hipotese de Pollicer, Faure e Cantú relativa ás tribus primitivas em guerras entre si, e todavia fala de “minorias guerreiras” (*La Ciência Moderna y el Anarquismo*, p. 75). Respeitando as idéas do mestre a outra ordem de factos posteriormente desenrolados, declaramos por nossa parte que aceitamos inteiramente as teorias expostas por aqueles eruditos escritores, porque sem estas não se poderia explicar a origem das desigualdades entre os homens e menos ainda a escravidão.

(3) “Hugo Capeto, o fundador da dinastia dos Capetos, em França, cujo ultimo descendente foi Luis XVI; - Hugo Capeto foi aprendiz de magarefe; os Hapsburgos, dinastia austríaca são descendentes de um espadachim; e os Romanoff, da Russia, até nem é bom falar, porque o historiador mais perspicaz jámais poderá dizer quem foi o pai de qualquer dos filhos de Catarina II.” (Max Nordeau, *Mentiras Convencionais*, tom. 1, fgs. 101-102).

(4) Cumpre-nos advertir que, 140 anos antes da Revolução Francesa, os ingleses já haviam feito a *sua*, si bem que com caracter religioso. As comunas declararam que o officio de rei era inutil e perigoso para a liberdade, e em consequencia disso, Carlos I, foi sentenciado e seguidamente decapitado (30 de janeiro de 1649) (Cantú, *Hist. Univ.*, vol. XV, pgs. 247-48.)²⁴³

²⁴² Palavras ilegíveis.

²⁴³ MARTINS, José. A Questão Social e o Anarquismo - II. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 17, p. 2, 13 jul. 1913.

Em que pese às limitações próprias da abordagem evolucionista adotada pelo autor, destacando a necessidade de se conhecer as origens históricas dos fenômenos ou instituições sociais como condição para seu entendimento contemporâneo, o seu mérito reside no fato de ter assinalado a dominação na configuração da questão social. A exploração econômica surge, nesta perspectiva, enquanto resultado da hierarquia, do domínio, sagrado, de alguns segmentos sociais sobre os produtores.

Outra constatação radical do autor diz respeito à proveniência religiosa do princípio de autoridade. Mesmo existindo em diversos agrupamentos humanos, o dinamismo societário fundado na relação mando-obediência, tomou com o cristianismo contornos nunca antes existido, evidenciando a realização de um processo social estabelecendo nas individualidades a naturalização de relações sociais reprodutoras e legitimadoras da hierarquia.

No encerramento deste escrito refutou, como objeção apresentada ao anarquismo, a concepção de homem lobo do homem. Esta objeção às idéias anarquistas de abolição do princípio de autoridade, condiciona existência social à autoridade, submetendo a primeira à segunda. Esta objeção consiste numa atualização da concepção cristã de queda, do pecado original.

A Questão Social e o Anarquismo.*

II (CONCLUSÃO)

[...]

“E então? – perguntam os últimos bastardos da actual desordem e despotismo agonizantes com ares de triunfo: - que ha de ser da Humanidade sem governo e sem leis estabelecidas?

Jà prevemos – continuam – que *nos comeremos uns aos outros*; porque não havendo um *superior* a quem respeitar nem *leis* a que obedecer, o mundo seria fatalmente uma desordem.”

Tão esfarrapados argumentos nem sequer merecem a honra de refutação seria. Ora, partindo do princípio de que a existencia de uma cousa implica ordem nessa mesma cousa, segue-se logicamente que, destruidos os mandarins e continuando a existir a Humanidade, a bem da sua propria existencia, *ha de ser forçosamente ordeira*, por que a destruição da autoridade não implica a da Humanidade. Ora bem. Se observarmos, por outro lado, os conflictos sociais, vemos que *todos* são derivados do antagonismo de interesses. Harmonizados estes, e dando-se a cada homem segundo as

suas necessidades em troca de um labor conforme as suas aptidões e forças, suprimem-se dum só golpe todos os conflictos sociais, que, como acima afirmamos, todos teem a sua *causa directa* no antagonismo de interesses; demais, um homem, bem instruido, bem alimentado e com vestuários e casa garantidos, que necessidade teria de ser ladrão, assassino ou vicioso?

Em suma: um homem em tais condições, não teria interesse, não seria capaz de fazer mal algum aos seus semelhantes; e por isso concluímos, que o Anarquismo, garantindo a *todos* pão, liberdade, instrução e trabalho, è em verdade uma doutrina filosofica e humanitaria e o seu triunfo impõem-se para o bem da Humanidade.

Trabalhadores: a vós compete realiza-lo!²⁴⁴

O autor, além de ter apontado a procedência cristã desta concepção de natureza humana má, comum a religiosos e governantes, desdenhou de sua validade por fácil demonstração de sua nulidade. Sustentou, finalmente, ser a existência de todo e qualquer fenômeno social uma evidência por si da existência de ordem e que, portanto, o fim da autoridade não implica no fim da humanidade, pois os fenômenos humanos são históricos.

A organização do movimento operário fora tema de debate em diversos artigos e questão da organização sindical frente ao anarquismo orientou muitos destes escritos. Na edição especial de *Germinal!*, alusiva ao primeiro de maio, Primitivo Soares²⁴⁵ publicou artigo apresentando suas reflexões em torno da questão do neutralismo sindical contido no sindicalismo francês.

Soares analisou os princípios da C.G.T. francesa em comparação aos da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores. Para ele, as orientações dadas pela C.G.T. francesa, sobretudo no quesito da neutralidade das associações operárias, resultaram em evidente retrocesso para o movimento dos trabalhadores. Em seu entendimento, há que se assumir os postulados, fundamentos e intenções anarquistas no sindicato. Isso não apresentava nenhuma contradição com o movimento operário.

²⁴⁴ MARTINS, José. A Questão Social e o Anarquismo - II. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 17, p. 2, 13 jul. 1913.

²⁴⁵ SOARES, Primitivo. Orientação proletária. Edição especial do “**Germinal!**” e da “**Barricada**”. São Paulo, p. 4, 01 mai. 1913.

O artigo escrito por Lucas Másculo²⁴⁶ colocou em evidência a situação de faccionamento no movimento dos trabalhadores, particularmente dentro da expressão assumidamente revolucionária. Advertiu a todos os revolucionários para minimizarem a importância dada às divergências, privilegiando os pontos comuns para então poder configurar uma ação coletiva mais poderosa. O próprio título do artigo – *Conciliação* – anunciava de antemão as intenções do autor: apesar das diferenças existentes entre os revolucionários, estes deveriam evidenciar, em suas relações, em suas atuações e intervenções sociais, os aspectos que lhes fossem comuns e próximos, emprestando um valor menor às divergências.

As opiniões manifestas neste artigo delineiam posições dentro das propostas anarcossindicalista ou sindicalista revolucionária, caracterizadas, grosso modo, pelo enfoque racionalista e cientificista, pela concepção de organização dos trabalhadores por sindicatos de categorias e pelo estabelecimento do sindicato como centro de gravidade das relações sociais numa futura sociedade libertária. Também outra característica das propostas anarcossindicalistas diz respeito, de um lado, ao enfoque baseado numa linearidade temporal, e de outro, no estabelecimento da sociedade libertária enquanto projeto edênico, dissolvendo os conflitos sociais em prol de uma sociabilidade harmônica.

João Crispim criticou severamente o neutralismo sindical, apresentando o anarquismo enquanto fator de liberdade dentro das associações dos trabalhadores. O entendimento dos aderentes da neutralidade nas associações dos trabalhadores defendia o posicionamento segundo o qual não se poderia falar de anarquismo nos sindicatos sob pena de violentar a liberdade de pensamento e de expressão dos operários. Esta perspectiva se apresentava, na visão do articulista, como absolutamente insustentável.

²⁴⁶ MÁSCULO, Lucas. CONCILIAÇÃO. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 10, p. 2, 25 mai. 1913.

Luta proletaria.

Métodos e tendencias.

A causa que determina o proletario a rebelar-se contra o patrão, contra a autoridade, que se interpõe na luta em favor do explorador, é a sua natural tendencia, o seu sentimento e aspiração de liberdade, quer no terreno económico quer no terreno social. Ao associar-se ele leva ao seio do sindicato, logar onde mais facilmente pode desafogar-se da sua indignação, um caudal de energia, expondo aos seus companheiros tudo quanto sente e pensa, indicando os males que ele e os seus camaradas padecem, e os meios que julga melhores para remedia-os.

Em nome de quem e com que direito se pode proibir nos sindicatos a liberdade de pensamento?

Se os trabalhadores, oprimidos pelo patronato, por todas as instituições sociais, vão ao sindicato ou sociedade operaria e não podem alí gozar da liberdade individual: o que é que vão ali fazer?

A conquistar um pedaço de pão em troca de uma nova tirania creada por eles mesmo, a tirania sindical?

A sociedade operaria que institue em seu seio a escravidão da consciencia, declarando a inutilidade ou nocividade da inteligencia humana, não é um elemento de opressão peor do que as instituições coercitivas da burguesia, posto que fere mais de perto e com mais eficacia a expansão dos seus componentes e o movimento evolutivo do operariado em geral?²⁴⁷

As associações que negavam a liberdade de pensamento ao trabalhador, agiam como nova tirania. O anarquismo, para Crispim, consite na efetivação da possibilidade do estabelecimento de um vasto campo de liberdade para os trabalhadores e não, como davam a entender os partidários da neutralidade sindical, na sua negação. O autor afirmou não se interessar em saber, como uns e outros afirmavam, ser devido à orientação extremamente individualista ou estritamente sindical a razão para a falta de liberdade de pensamento e expressão em alguns sindicatos em nome de alguma neutralidade das associações. Para ele, a orientação anarquista nos sindicatos estava na dependência das atitudes dos próprios associados. Estes seriam os que poderiam efetivamente dar forma anárquica aos sindicatos.

²⁴⁷ CRISPIM, João. Luta proletaria – Métodos e tendencias. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 11, p. 1, 31 mai. 1913.

Luta proletaria.

Métodos e tendencias.

[...]

Conheço muitas sociedades operarias onde só se aprende a idolatrar individuos, a servir de apoio aos politikeiros, e empregam a sua actividade em impedir a marcha do proletariado.

Sem ir mais longe, aí temos no Rio, a Federação Operaria impossibilitada de realizar um movimento sério e de organização neste sentido as classes que para isso melhor poderiam contribuir, porque estão organizadas, em sociedades conservadoras que cristalizam a acção dos trabalhadores, e pode-se afirmar que não ha policia nem leis capazes de fazer outro tanto.

As associações desta indole não só impedem a propaganda emancipadora dentro dos seu seio senão que agem contra os individuos que entre as classes fazem a sua propaganda, naturalmente contraria a orientação dessas associações, e, em muitos casos, este despotismo tem produzido grandes conflictos entre os trabalhadores.

Os anarquistas estão, por tanto, no seu terreno e no seu dever de combater todas as instituições, todos os elementos que se oponham á liberdade individual.

Aqui, a discrepancia no elemento operario foi proveniente, dizem uns, da exagerada tendencia individualista de notavel número de lutadores e a extricta concepção sindicalista, dizem outros, dada ás organizações.

Não me interessa muito saber isto com certeza; quero somente dizer que nos logares onde a organização operaria teve e tem uma tendencia francamente libertaria essas discrepâncias ou lutas entres organizadores e individualistas, salvo raras excepções, não tem sido notavel; cada um luta auxiliando-se mútuamente, expecialmente nos momentos dificeis.

Tenho quasi a certeza de que se entre nós a organização operaria tomasse uma tendencia anarquista, os libertarios, mesmo os excepticos respeito a organização, pretar-lhe iam o seu apoio e a maior parte se constituiriam em seus entusiastas propagandistas.

E, desde que os militantes, os mais activos nas organizações operarias, são anarquistas ou simpatizantes da Anarquia, não vejo motivo para - - - - conciliação proposta pelo companheiro Lucas não tenha o efeito desejado, e necessario para a luta emancipadora no Brasil.

Dar a tendencia anarquista á organização operaria não é obrigar a todos a seguir esta tendencia, é dar a todos a mais ampla liberdade, que só pode encontrar-se nas entidades que seguem essa orientação.

E', alem disso, a forma única de livrar o movimento operario de todas as mistificações, iluminando-o com todas as claridades das sciencias sociológicas.²⁴⁸

Em outro artigo João Crispim²⁴⁹ evidenciou as diferenças entre o anarcossindicalismo, ou sindicalismo revolucionário, do sindicalismo de orientação anarquista. No Brasil forte fora a influencia dos sindicalistas franceses no movimento operário. É do movimento tributário do referencial francês que João Crispim tratou neste artigo.

²⁴⁸ CRISPIM, João. Luta proletaria – Métodos e tendencias. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 11, p. 1, 31 mai. 1913.

²⁴⁹ CRISPIM, João. Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 13, p. 2, 15 jun. 1913.

Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista.

Uma equívoca tendencia das gerações humanas vale por um período de retrocesso na sua propria evolução.

Os acontecimentos que se sucederam durante todos os séculos confirmam esta asserção.

[...]

A classe trabalhadora, revoltada contra as classes detentoras da riqueza e do poder, estimulada pela consciencia, despertada por essas projecções, iniciou um movimento de resistencia e de luta em defesa de seus direitos.

A partir da segunda metade do século passado foi quando este movimento tomou um carater respeitavel.

A Internacional dos Trabalhadores reuniu em seu seio milhares de homens de muitos paises e de todas as tendencias.

Mas, para que Bacunine e os demais companheiros não difundissem as suas idéas e não perturbassem a dictadura de Marx, comandante em chefe do exército proletário, foram expulsos da Federação e delatados á policia pelos membros influentes dessa entidade operaria.

Hoje, a Confederação Geral do Trabalho da França que, por ser francêza seve de modelo a muitas organizações operarias de não poucas nações, segue as pegadas das instituições reaccionarias impondo silencio aos seus componentes.

A fama, porem, é tudo.

O povo francês tomou a Bastilha e proclamou a Comuna.

Isto impede reconhecer que outros fôram mais longe:

que em Jerêz fez-se uma tentativa revolucionaria anarquista;

que os camponeses russos assaltam os domínios dos ricos, não reconhecendo o direito de propriedade, e que os revolucionarios mexicanos, em grande parte semi-civilizados, tomam as cidades por assalto e fazem uma limpeza geral de quanto representa as instituições e classes, ao grito de “Terra e Liberdade!”

“Julgando a Confederação tal como se oferece a vista do observador, não representa nem é no fundo outra cousa que uma organização de resistencia ao capital, não oferecendo um ideal politico claro, concreto definido e muito menos uma solução economica.

Fica por tanto reduzida à categoria de simples meio, e ainda assim considerada não pode ser mais deficiente.

Das tendencias que no seu seio se manifestam com mais força, note-se que falamos da realidade da vida sindical e não dos congressos – uma é inimiga franca da violencia por que tem confiança absoluta na acção parlamentar.

A outra entende que em vez da *grande revolução* que reputa impossivel porque ouviu dizer que a natureza não procede por saltos, pensa – alternando com a luta politica numa serie ininterrompida de grèves de classe mais ou menos revolucionarias.

Como se vê, as duas fundemse num mesmo absurdo, e nenhuma delas fala em nome da emancipação total, senão no melhoramento económico da classe trabalhadora”.

(Eusebio C. Carbó)

Encerrada nesta elíptica, a organização operaria constituída nos moldes da C. G. T., isto é no puro sindicalismo, fechou as portas a todas as ideas de organização social que substitua o regime actual, e a todos os principios, resultando ser mais conservadora do que os partidos democraticos ou liberaes.

[...]

Nas sociedades exclusivamente sindicalistas cada trabalhador, quando está no sindicato, tem na boca uma mordação e deante dos seus olhos um regulamento que lhe diz: – *você não pode falar aqui!*

Para saber-se quais as formas que pode tomar o sindicalismo, haja vista aos grandes sindicatos operarios norte-americanos, onde os rebeldes, os inovadores, estão

boicotados pelos componentes dessas associações, que fazem um monopólio do trabalho, obrigando os outros trabalhadores a uma desocupação definitiva ou emigrarem, pois não admitem mais socios do que os necessarios para o trabalho.

Cognominar de revolucionario o sindicalismo moderno pouco influe em beneficio dessa organização.

Os partidos reaccionarios ou liberais conquistavam o poder com revoluções insurreccionais e as cousas continuaram como antes ou peor.²⁵⁰

Uma diferença por demais importante entre estes dois tipos de sindicalismo, a ser destacada do texto do articulador, diz respeito à extinção da organização sindical juntamente com a abolição do capitalismo e do Estado. A nova face da sociedade estaria nas mãos das pessoas e grupos interessados. Estes agiriam a partir do agrupamento de coletividades federadas e confederadas com o fim de resolução dos mais diversos problemas. Uma outra diferença diz respeito à questão dos regulamentos e dos códigos. No sindicalismo de orientação anarquista nada de legislação. Crispim acusou no sindicalismo revolucionário a intenção de estabelecer novas formas de tiranias ao procurar uma nova regulamentação para as relações sociais.

Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista.

[...]

Supondo, e seria muito supôr, que o sindicalismo revolucionario triunfasse sobre a classe capitalista: que faria depois?

Estabelecer um nôvô govêrno, nôvos regulamentos ou leis.

No maior avanço sociologico que lhe é proprio, poderia fazer com que os proprios sindicatos confederados tomasem a direcção da producção e do consumo, um nôvô Estado, o mais déspota e temível de todos os Estados; o govêrno das maiorias.

A revolução ficaria, como as passadas revoluções, limitada ao papel de insurreição, mais danosa nos seus fins do que nos seus meios.

E' um facto que, nos sindicatos em questão, as directorias ou conselhos exercem sobre os demais associados certa influencia autoritaria, impondo-lhe o estricto cumprimento dos regulamentos sindicais e as resoluções tomadas em assembleias ou conselhos.

No sindicalismo anarquista, o unico verdadeiramente revolucionario, o operario não tem nada a temer.

Nestes sindicatos não ha regulamentos, não ha ordens que limitem a integridade individual.

Não se obriga a estar associado ao companheiro que, não se encontrando satisfeito no sindicato, luta como melhor entende pela emancipação comum.

²⁵⁰ CRISPIM, João. Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 13, p. 2, 15 jun. 1913.

Se não se podem abolir certas deficiências, como por exemplo a decisão das maiorias, é porque elas são inevitáveis dentro de tal organização, mas, assim mesmo, quando a não observância dessas decisões não prejudica gravemente as classes, os componentes dos sindicatos que não as cumprem não sofrem nada por isso.

Como finalidade, o sindicalismo anarquista não aspira a organizar a nova sociedade em sindicatos de produção e de consumo.

Uma vez feita a revolução os sindicatos se fragmentarão em grupos que desempenharão essas funções, constituindo, para o melhor desempenho, quantas federações julgarem necessárias, baseando a sua completa autonomia no livre acordo.

E' preciso encarar seriamente a questão, tomando como ponto de partida a mais completa liberdade, a Anarquia, para não ficarmos outra vez, encerrados num nôvo despotismo, seja ele burguês ou operário, e cháme-se como se chame.²⁵¹

A questão do imediatismo sindical fora objeto de discussão em outro artigo. Críticos do sindicalismo destacaram suas características intrínsecas como neutralidade, corporativismo, imediatismo e economicismo. Para eles, estas características constituíam sua própria natureza, motivo pelo qual execravam a participação em associações de classe. No texto em questão, o autor²⁵² evidenciou a perspectiva anarquista segundo a qual a noção de neutralidade sindical, o espírito de corpo das associações classistas, a luta voltada exclusivamente para assuntos do momento e a redução da questão social à economia, foram veementemente rejeitadas em sua totalidade.

Graco produziu reflexões analisando alguns aspectos particulares do movimento operário relativos à orientação de idéias a adotar. Tomando como tema privilegiado a independência individual e das organizações operárias, o articulista meditou principalmente sobre as influências de concepções sindicalistas e individualistas sobre o movimento dos trabalhadores. Ao tratar dos sindicalistas revolucionários, alude ao artigo de Lucas Másculo²⁵³ publicado anteriormente, conclamando os trabalhadores a se conciliarem. Considerou esta atitude como pusilânime diante da certeza de que sofreriam perseguições policiais. Os sindicalistas “esperam pelo ditoso dia em

²⁵¹ CRISPIM, João. Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 13, p. 2, 15 jun. 1913.

²⁵² A EMANCIPAÇÃO integral. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 17, p. 2, 13 jul. 1913.

²⁵³ MÁSCULO, Lucas. CONCILIAÇÃO. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 10, p. 2, 25 mai. 1913.

que alguma fada venha unir e determinar as classes proletárias á organização e á luta.” A pusilanimidade destes desembocava em manutenção do *status quo*.

Quanto ao individualismo, circunscreveu a influência de Nietzsche sobre alguns segmentos operários. Sob o campo gravitacional nietzschiano, estes trabalhadores desconsideravam as associações operárias, descartando uma atuação nos sindicatos, como também os métodos coletivos de luta. Agindo desta maneira, limitavam o grau da própria liberdade, colaborando para a manutenção da ordem das coisas.

A verdadeira independência.

[...]

Uma resolução dos escravos organizados em grupos libertários e em sociedades de classe, baseados nos princípios acráticos, é capaz de virar tudo de pernas para o ar.

O proletariado tem nas suas mãos os seus próprios destinos. Ele pode fazer o que lhe aprouver do patronato; dos governos, das leis e de todas as instituições que o oprimem.

Assim o entenderam Vailant, Angiolilo, Artal, Regis, Virella e tantos outros; e neste sentido actuaram os trabalhadores que realizaram os colossais movimentos de Milão, S. Petersburgo, Barcelona, Buenos Aires, Chicago, etc.

Não se compreende, no entanto, a moderna vida dos discípulos de Zaratustra, que cantam no deserto inos á sua musa individualista.

Para conservarem a sua independência mantiveram-se longe das agitações proletárias e se separaram das agrupações anarquistas. São completamente livres; fazem o que querem; ninguém os toca; nada influe sobre a sua vida, são superiores a tudo, mas, a cada passo, encontram um lacaio de espada á cinta, disposto a retalhar-lhes a cabeça, e em cada esquina, meia dúzia de cães, prontos a deitarem-lhes as garras, mesmo para justificarem a necessidade dos seus serviços e do seu ganha pão.

Em todas partes onde teem que desenvolver as suas actividades para atender a subsistência diária, estão envolvidos por uma escolta composta de trabalhadores *distinguidos*, feitores, administradores, chefes e proprietários, pelos quaes são permanentemente explorados e vilipendiados.

Logo de madrugada, batem-lhes á porta o senhorio que lhes exige o pagamento do aluguel da casa, quando não lhes atira os trastes á rua; o padeiro, que ameaça suspender o pão; o negociante, que ameaça não fiar mais e entender-se com o patrão para obriga-los a pagarem, ou despedi-los do trabalho. Na rua andam tímidos, desconfiados, examinando os viandantes, procurando descobrir o alfaiate, o sapateiro, o logista a prestações, para dobrarem na primeira esquina, ou fazerem uma porção de caretas de bons pagadores com o fim de evitarem que o café seja muito carregado.

Frente a essa chuva de mandões e de credores, encontram-se infalivelmente numa posição inferior, passiva, deprimente, e coagidos, escarnecidos, desprezados, e, muitas vezes, entram com o corpo em obra.

Estas são as realidades libertárias que os super-omens gozam no ambiente estatuido, *onde não existe o Estado, nem a lei, e a Sociedade é um mito*.

Nada querem saber destas violencias que os esmagam, e esforçam-se por distrairem se nas ilusões e fantasias supremas dos Himalaias idealisticos.

Para eles, a única coacção existente é a da luta juntamente com os outros ilotas, para o triunfo da liberdade.

Há, independentemente de qualquer grupo ou associação, muitos meios de vulgarizar as ideias e de combater os inimigos da justiça.

A conferencia, o discurso em publico, a propaganda individual, a distribuição de jornais, livros, manifestos, a rebeldia contra os patrões e as autoridades, o sabotage e a revolução, são meios necessarios mas para chegar-se á vitoria da Acracia.

Entendem, no entanto, que essa luta não reverte em seu favor e não estão dispostos a lutar pela massa; e assim a massa continúa irredenta, e eles tambem, como ela, sofrem a tirania e a iniquidade que reinam, soberanas, destruindo a vida de todos, indistintamente.²⁵⁴

Arrematando a crítica às duas tendências, Graco sustentou não compreender porque razão eles se sujeitavam à situação de explorados e violentados “a gozarem com o estrilo e a impotencia dos patrões e dos mandatários, á saborearem uma maior independencia e respeito, á custa de arriscarem algumas vezes o emprego, ou fazerem certas visitas aos postos policiais.” A seu ver, “já que não podem escapar a coacção, ao menos que seja por algum motivo. E esse motivo é o principio da verdadeira independencia.”

O assédio às organizações operárias vinha de diversas frentes. Além dos partidos políticos, dos candidatos socialistas e de pessoas outrora militantes do movimento operário, alguns representantes de instituições governamentais acenavam vez ou outra às classes proletárias com manifestações de apreço, tencionando uma aproximação com fins de estabelecer relações de cordialidade, de harmonia e de cooperação entre ambas.

João Crispim²⁵⁵ comentou uma circular de um secretário do governo paulista em que este senhor sinalizava aos operários com termos de simpatia à causa dos trabalhadores e às suas associações. Repudiou a possibilidade de aproximação entre governo e organizações sindicais, sustentando o caráter eminentemente antagônico dos interesses dos trabalhadores e do governo.

²⁵⁴ GRACO. A verdadeira independencia. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 16, p. 2, 07 jul. 1913.

²⁵⁵ CRISPIM, João. A MEDICINA LEGAL – UMA CONSULTA. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 18, p. 1, 20 jul. 1913.

Nesta direção, iniciou o artigo demonstrando a nulidade das leis sociais uma vez a atuação do governo ser, de forma sistemática, através do uso de expedientes violentos contra as manifestações dos trabalhadores. A utilização de métodos de força e a prática de arbitrariedades contra as classes proletárias aconteciam rotineiramente, em que pese as manifestações, protestos e reivindicações realizadas pelos operários se darem estritamente dentro das garantias da lei.

Pettinato²⁵⁶ também apresentou crítica à proposta de adoção, por parte dos trabalhadores, da representação parlamentar apresentada num jornal da cidade paulista de Jaú por um certo senhor A. G.. Este senhor teria criticado os métodos de ação direta, em particular os comícios populares e as manifestações públicas, apresentando-os enquanto equivocados e inócuos.

A justificativa para esta assertiva do senhor A. G. apoiava-se na desigualdade das forças em atrito, uma vez o governo contar ao seu favor com o uso dos contingentes policiais contra as multidões de manifestantes. O autor recusou esta leitura, afirmando serem as conquistas sociais fruto da ação direta dos interessados e não dádivas dos segmentos dominantes. A favor deste seu contra-argumento, remeteu o leitor para observar na história os exemplos das atitudes e ações governamentais em relação ao proletariado. Os governos, neste sentido, têm agido sempre com violência e extorsões sobre as classes trabalhadoras e nunca em seu benefício.

Através das colunas do *Germinal!* surgiram diversas críticas aos socialistas legalitários como a seus partidos. As organizações partidárias eram apresentadas pelos socialistas aos trabalhadores como os únicos instrumentos possíveis de defesa dos seus interesses dentro da sociedade capitalista. Por sua vez, os anarquistas procuravam imprimir ao movimento operário uma orientação estritamente libertária. Nesta direção, elaboraram análises e reflexões em que tanto as concepções como os acontecimentos envolvendo os partidos operários e seus candidatos foram objetos privilegiados de crítica. Também seus programas e declarações foram alvos

²⁵⁶ PETTINATO, J. Algumas palavras sobre a Questão Social. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 18, p. 2, 20 jul. 1913.

constantes de problematização. Por vezes alguns anarquistas compareciam às conferências nas quais socialistas discorreriam sobre seus programas e candidaturas, alimentando debates fervorosos.

Isto se deu tanto em relação aos socialistas no Brasil como também fora do país²⁵⁷. Foi o caso do curto artigo publicado no terceiro número de *Germinal!* como também em breves notas publicadas no sexto número deste jornal. Estes escritos objetivavam apresentar aos trabalhadores como eminentemente insustentáveis, por ridículas, contraproducentes e contraditórias, as proposituras, concepções e atitudes dos partidos socialistas como de seus principais expoentes.

Em breves notas, abordando as estratégias e pretensões de socialistas belgas e espanhóis em conquistarem o parlamento, o redator²⁵⁸ denunciou um oportunismo velado. Também neste caso, destacou a habilidade dos socialistas na busca de agradar a gregos e troianos, sem deixar de advertir os trabalhadores acerca de suas intenções de mando.

Graco²⁵⁹, num escrito contundente, denunciou aos trabalhadores a prática recorrente de colaboração dos socialistas com as instituições governamentais de controle e repressão social. Referendando-se numa declaração feita por um estadista burguês da Inglaterra, como também em acontecimentos recentes em algumas cidades do Brasil em que manifestações e organizações operárias sofreram reveses da repressão policial, o articulista assinalou o significativo papel de delatores executado repetidas vezes por socialistas.

Os caês da política.

.....

Pelos relevantes serviços a que são destinados os agentes policiais o público batizou-os com o nome *caês*.

²⁵⁷ OS MAUS pastores. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 03, p. 1, 30 mar. 1913.

²⁵⁸ CRISOL de crítica. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 06, p. 2, 20 abr. 1913.

²⁵⁹ GRACO. Os caês da política. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 06, p. 1, 20 abr. 1913.

Para a mesma ocupação os estadistas empregam verdadeiros cachorros de raça, escolhida com o mesmo fim, completando os elementos policiais, e fazendo-os aptos para o grande mister de profilaxia e moralização social.

Na politica, esto é, nos partidos policos, sentiu-se a necessidade de certa pulimentação, de uma corporação policial, e esta pareceu...

Um estadista ingles, de pura massa burguesa, afirmou em pleno parlamento, que os socialistas são os melhores policias.

Esta afirmação não era uma novidade para os operarios e expecialmente para os anarquistas.

Em todos os movimentos operarios eles oficiaram ou trataram de officiar de directores, enforçando-se por fracassarem as gréves e outros procedimentos de acção directa, para convencerem os operarios que somente pela luta politica, colaborando com os partidos burgueses nas câmaras legislativas, è que poderiam conquistar os seus direitos.

Quando a seu lado surgiram os trabalhadores conscientes, quando os anarquistas trataram de orientar as massas pela rôta dos procedimentos revolucionarios, explicando ao povo que, a não ser com o seu esforço nada conseguiria, os socialistas politicos serviram gratuitamente de confidentes policiais, acusando perante as autoridades os que não comunicaram com as suas ambições, fornecendo todas ás dados para que a policia pude-se agir com facilidade nas suas repressões, livrando os socialistas desses elementos adversos, contrarios aos seus interesses.

Aqui no Brasil já se fez sentir essa brigada de confidentes, que constituíram o Partido Operario Brasileiro, do qual se destacam Antonio Augusto Pinto Machado, que ha pouco arranjou com a policia a prisão de varios comaradas, entre eles Cecílio Vilar Pedro Matera, membros de instituições que seguem a orientação da Confederação Operaria Brasileira.

Alem de Pinto Machado, destaca-se o dr. Demetrio Justo Seabra, um “vivo” que se naturalisou brasileiro para conseguir, com o voto dos operarios, uma posição folgada e rendosa nas altas esferas da representação municipal ou estadual, e, quem sabe, talvez sonhe com ser presidente da Republica.

Este politico policial, em conversa com varios companheiros de Santos, jactou-se de ter desviado o operariado de Sorocaba da “perigosa” tendencia da acção directa, e dissé-lhes, com gesto de sábio e de mestre, que se em Santos o movimento não tivesse seguido a orientação revolucionaria e anárquica, não teria dado logar ás deportações e outros procedimentos de repressão policial.

Se os operarios de Santos tivessem organizado um partido politico as coisas correriam às mil maravilhas, e a estas horas, os que foram presos e deportados não estariam sofrendo as consequencias dessa luta violenta.

Miseravel!

[...]

Alerta! camaradas, com a propaganda do chamado “Partido Operario” e dos cães politicos, que respondem ao chamado de Antonio Augusto Pinto Machado e Demetrio Justo Seabra.²⁶⁰

Com este seu escrito revoltado, o autor intentou advertir aos proletários quanto às pretensões de chefia do movimento operário pelos partidos ditos socialistas. Para ele, o máximo que estas figuras poderiam acrescentar aos trabalhadores seria, em compensação da menor

²⁶⁰ GRACO. Os cães da politica. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 06, p. 1, 20 abr. 1913.

repressão policial com a promessa de fim das prisões e deportações, o estabelecimento nas associações proletárias de pequenos tiranos.

O redator²⁶¹, noutra momento, teceu crítica bastante ácida ao partido operário do Rio de Janeiro. Fazendo a resenha das investidas de instituições centralizadoras e sistemas econômicos de exploração dos trabalhadores, advertiu os trabalhadores quanto à caducidade tanto do parlamentarismo como das formas de governo socialistas. O partido operário ficara conhecido por ter se alinhado publicamente ao chamado congresso operário governista de Hermes da Fonseca, legitimando toda a repressão deste governo sobre os trabalhadores.

Este congresso foi denominado pelos trabalhadores como o congresso pelego. O autor finalizou dirigindo a trabalhadores e a anarquistas uma provocação para instauração imediata de uma ação direta libertária. Aos primeiros incitou, “com o concurso de todos que se sentem explorados e oprimidos e aspiram a lutar pela sua emancipação”, a conquista de seus direitos sem esperar por partidos. Aos segundos apelou para a intensificação da luta antipolítica, contra a carestia de vida e pela abolição da lei de expulsão de estrangeiros.

Graco elaborou também críticas ao partido socialista quando da ocasião da apresentação da candidatura de Ulisses Martins, anunciado enquanto candidato ligado aos trabalhadores. Rejeitando a proposta de união entre anarquistas e socialistas partidários, estendeu sua crítica ao partido socialista por entender ser esta instituição favorável não aos proletários, mas antes ao governo Hermes da Fonseca. O partido socialista fora apresentado pelo autor como uma sucursal do governo, uma organização a serviço das instituições governamentais, particularmente, colaborando com órgãos policiais.

²⁶¹ X. Tocando a rebato. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 4, p. 4, 06 abr. 1913.

O MEU VOTO.

A desmantelada máquina do Estado dá, em diversas épocas, muito trabalho á gente da cavação.

[...]

A evolução politico-legalitaria está aqui em estado preistorico e, por isso, os partidos politicos atendem menos aos principios e programmas do que as componendas oligárquicas.

O que tambem não importa é o nome; qualquer partido pode tomar o primeiro que lhe pare, sem comprometer os seus propósitos.

Ulisses Martins, um politiqueiro infeliz e desequilibrado, a quem o operariado consciente voltou as costas, acha que o operariado pode organizar um partido socialista e, ao mesmo tempo, ajudar o governo do marechal Hermes... a sustentar a lei de expulsão, prender e assassinar trabalhadores, bombardear cidades, massacrar marinheiros rebeldes e aplaudir o Mario, que ha pouco, na Camara, votou em favor da restricção da liberdade de imprensa.

O mais engraçado é que Ulisses sonha com uma conciliação entre os anarquistas e os *socialistas...* do Hermes.

Se tomássemos a questão a sério diriamos que os socialistas legalitarios e os anarquistas estão em dois polos opostos: o polo autoritario e o polo anárquico, e são, portanto, inimigos irreconciliaveis.

Os bebês lá de casa sabem isto, e o Ulisses tambem não o ignora.

Mas o campo anarquista é algo árido, requer dos militantes certo espirito de abnegação e sacrificio, sem outra recompensa do que o progresso da propria obra.

Porisso, os que chegam a este campo com ambições pessoais, ou julgando que é um mar de rosas, estão chamados ao fracasso, e, muitos, arrastados pelas decepções, degeneram-se e deixam-se ir a mercê de todas as baixezas e vilanias.

Neste caso encontra-se o infeliz Ulisses, que, iludido com a sua apócrifa intelectualidade, aspira a ser um dirigente dos povos, um legislador.

Ele está sciente de que a politica é a ressaca da depravação moral da sociedade.

O Capital, o militarismo, a religião são males de pouca importancia, comparados com a politica.

O politico é a personificação do tipo enciclopedico em todas as habilidades da mentira, da calunia e da infamia.

A carreira politica é a maior carreira de depravação.

Enriquecer em pouco tempo com o que se rouba á Nação e depois fazer-se aplaudir por ela, é demonstrar habilidade.

Quem não sabe fazer isso não é politico, é um bobo condenado a morrer de fome.

Cada aspirante ao parlamento é um aspirante á exploração e ao mando, um carrasco do povo, em miniatura.

Como os que estão no poleiro, quer votar leis, impostos, orçamentos, para sustentar a magistratura, o exército, a policia... com o fim de defender o capitalismo e as outras instituições, que consomem o que o povo produz e só ao povo negam o direito de consumidor.

Com o Ulisses não se pode tomar nada a serio, porque esse *propagandista* é o cúmulo das incosciencias e das mistificações, é um extraviado que, por sua perturbação psicologica e a intenção manifesta de desbaratar o movimento operario no Rio, foi-lhe caçada a sua credencial de delegado ao Comité Confederal da Confederação Operaria Brasileira.

Do *partido que surgiu das deliberações do chamado 4º Congresso Operario*, só se pode dizer que é normal e que, se existe, é uma filial do partido do marechal Hermes, uma cáfila de confidentes policiais, como já foi provado mais de uma vez.

Façam os politiqueiros o que ententrem, no intuito de viverem sem trabalhar e conquistarem medalhas, como os negros de Madagacar; estão no seu papel. Mas o

povo, as classes laboriosas devem estar de atalaia contra esses bandidos de cara meiga e alegre que auxiliam a burguesia na arte de governar, oprimir e explorar o proletariado.

Essa ralé não merece ser ouvida; ela não atende a razões, a argumentos, o seu fim é triunfar por todos os meios, os mais vis e infames.

Ela compõe-se de larapios e de caftens, de vampiros, que só podem ser recebidos a pontapés.²⁶²

Francis²⁶³ atacou os partidos políticos por ver nestes um estratagema para melhor controlar a população trabalhadora. Todos os seus argumentos e reflexões estão resumidos já na primeira frase de seu artigo: “Os financeiros converteram as camaras em instrumentos doces às suas vontades”.

Ao lado dos partidos e da igreja católica, outras organizações como a maçonaria e, sobretudo, a imprensa comercial, funcionariam enquanto peças auxiliares importantes no processo de estabelecimento e manutenção do domínio, controle e subordinação dos segmentos sociais. O autor sustentou que este dinamismo de governabilidade dirigia-se, sobretudo, ao disciplinamento das classes trabalhadoras. Destacou ainda nos partidos políticos uma particular habilidade em criar programas contraditórios. Os partidos ditos socialistas apresentavam um único programa objetivando atender as mais antagônicas demandas das diferentes classes sociais. Bastaria uma leitura mais atenta do conteúdo de seus programas para que o trabalhador pudesse discernir estes elementos contraditórios. Feito isto, ficaria fácil para o produtor conhecer os propósitos dos partidos socialistas, para além de sua oratória.

Com seu inconfundível estilo irônico, debochado e raivoso de escrita, Astrojildo Pereira²⁶⁴, assinando com o pseudônimo Asper, fez a crítica a Rui Barbosa. Este tinha sido apresentado enquanto candidato à presidência por ser considerado entre os políticos possuidor de

²⁶² GRACO. O MEU VOTO. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 14, p. 1, 22 jun. 1913.

²⁶³ FRANCIS. Os partidos políticos. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 16, p. 1, 07 jul. 1913.

²⁶⁴ ASPER. O SALVADOR. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 19, p. 1, 03 ago. 1913.

altos dotes de inteligência e genialidade. Exatamente este particular, a tão propalada genialidade de Rui Barbosa, fora o objeto privilegiado da crítica mordaz, incisiva e irônica de Astrojildo.

O título do artigo manifesta um intencional deboche em relação aos postulados dos partidos socialistas. Desta maneira, Asper apresentou o ridículo das organizações partidárias através do destaque à forma convencional pela qual o referido candidato, como também, todas as candidaturas são comumente tratadas: única, definitiva e suficiente solução da questão social. Evidenciou, nas iniciativas partidárias, uma disposição messiânica e salvacionista, uma prática catequista e intervencionista.

Os partidos políticos operários tinham ascendência ideológica no pensamento de Karl Marx. Todavia, só depois da revolução russa é que passam a adotarem mais ostensivamente o epíteto de marxistas. O jornal *Spartacus* (1919-1920) publicado no Rio de Janeiro registra em suas colunas um debate entre anarquistas em torno de uma possível convergência entre anarquismo e marxismo. Neste período, alguns anarquistas ficaram balançados com o marxismo e outros passaram para o marxismo fundando o Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Entretanto, outros combateram energicamente as idéias marxistas.

Florentino de Carvalho combateu ardorosamente o marxismo mesmo antes de 1917 e continuou este enfrentamento nos anos seguintes. Na revista *A Vida* no ano de 1914 há um artigo seu em que tece críticas a Marx. Estas críticas se repetem no jornal *Guerra Sociale* em 1916 e seus dois livros contêm capítulos dedicados à análise do pensamento de Marx e de seus mais reconhecidos expoentes. Ele foi um dos primeiros a advertirem os trabalhadores quanto aos acontecimentos da Rússia bolchevique.

Maria Lacerda de Moura também critica o marxismo. Sua crítica ao feminismo não se restringe à expressão sufragistas das burguesas, democráticas e religiosas. A versão marxista do feminismo também foi alvo de duras críticas. Domingos Passos e a União dos Operários da

Construção Civil do Rio de Janeiro ofereceram resistência tenaz às tentativas de conquista dos sindicatos pelos partidários de Marx.

Os anarquistas encontravam-se na condição de lidarem com o imaginário social delineando sua figura enquanto pessoa amoral, dinamitadora e assassina. Este imaginário do anarquista como um monstro carniceiro, pronto a disparar revólveres contra autoridades, jogar bombas em cafés e enterrar punhais em reis e presidentes, era recorrente em escritos e em periódicos de grande circulação. Os governos se basearam em Lombroso e Ferri, com sua Antropologia Criminal, para disseminar este estigma²⁶⁵.

O redator²⁶⁶, num curto artigo, registrou e comentou acidamente a “autopsia da Anarquia” feita pelo professor Alfredo de Paiva, cuja reflexão definiu o anarquismo nos termos de monstruosidade. Este rápido apontamento do redator se desdobrou em artigos escritos por José Martins que elaborou, em números seguintes de *Germinal!*, críticas mais demoradas às análises do senhor Paiva.

José Martins²⁶⁷ apresentou suas reflexões sobre o assunto em dois artigos. Registrou no primeiro, ter lido o artigo do redator em número anterior do jornal, se dispondo a apresentar sua análise particular. Nesta direção, o autor iniciou rebatendo a iniciativa do professor Paiva. Acusou no professor um flagrante desconhecimento da matéria que se propôs abordar e, ao mesmo tempo, sustentou conhecer muito bem a maçonaria, de cuja organização o professor participava.

Em seu texto, discorreu acerca de particularidades da maçonaria, outrora caluniada e perseguida e que assumia naqueles tempos o papel de caluniadora e perseguidora dos que não se

²⁶⁵ LOMBROSO, César. **O homem delinquente**. Tradução, atualização, notas e comentários. Maristele Bleggi e Oncar Antonio Corbo Garcia. Porto Alegre: Lenz, 2001.

²⁶⁶ AUTOPSIA da Anarquia. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 09, p. 2, 17 mai. 1913.

²⁶⁷ MARTINS, José. Um Paiva que não é Couceiro ou os detractores da Anarquia. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 12, p. 2-3, 08 jun. 1913.

alinhavam com o *status quo* nem com os postulados daquela organização. Apontou ainda mais incoerência na maçonaria por, num momento anterior, ter saudado com satisfação algumas manifestações atéias e anarquistas e, num momento seguinte, através das palavras do professor Paiva, rejeitar e criticar com veemência os postulados libertários e de fraternidade humana difundidos pelos ácratas.

Na parte conclusiva de seu artigo, José Martins²⁶⁸ definiu seu entendimento de anarquismo e anarquia. A especificidade do anarquismo diz respeito à negação do princípio de autoridade sintetizado na sociedade vigente pelo Estado e pelas instituições que lhe dão sustentação. O contraste registrado pelo autor se daria entre os postulados libertários, igualitários e de caráter solidário das idéias anarquistas diante todas as correntes do pensamento, partidos e religiões defensoras das instituições governamentais.

O coletivo editorial de *Germinal!* abordou diversos temas através de suas colunas. Como visto inicialmente, este periódico tinha penetração em diversos países europeus. Apresentava em suas colunas, notícias de acontecimentos recentes em diversas cidades européias, registrando manifestações operárias e aspectos da questão social em países como Bulgária, Suíça, Inglaterra, entre outros.

Em rápida nota o redator²⁶⁹ denunciou a perseguição feita, pelas mesmas autoridades que assassinaram Ferrer, a um cientista rebelado contra atitudes preconceituosas de médicos com pacientes tuberculosos que tinham o corpo tatuado. Apesar do reconhecimento da contribuição e desprendimento do doutor Qeraló, ele sofrera diversos processos, tendo sido finalmente desterrado por conta da insistência em permanecer atuando na questão social.

²⁶⁸ MARTINS, José. Un Paiva que não é Couceiro ou os detractores da Anarquia. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 13, p. 1-2, 15 jun. 1913.

²⁶⁹ A CIENCIA no exílio. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 05, p. 1, 13 abr. 1913.

Não apenas notícias de acontecimentos da Europa os editores de *Germinal!* publicaram. Nos números onze e quinze o redator estampou notícias da revolução mexicana, esta que fora a primeira revolução social do século XX. Destacou o fato de ter se passado três anos de uma revolução social de caráter anarquista que se espalhava em todo o território mexicano.

A questão feminina também fora tratada nas páginas de *Germinal!*. Os editores publicaram a conferência inédita pronunciada por José Oiticica tratando da condição da mulher na sociedade vigente. Em sua perspectiva analítica partiu da abordagem da questão social a partir da energética, associando nesta análise áreas de conhecimentos distintas. O título da série de artigos publicados era “O desperdício da energia feminina”. Este estudo fora publicado sequencialmente a partir do décimo número do jornal, seguindo até o décimo segundo e retornando a partir do décimo sexto até o vigésimo número.

Esta série de artigos fora publicado dois anos depois em texto definitivo na revista anarquista do Rio de Janeiro *A Vida*. Nesta publicação, há de acréscimo uma parte conclusiva não existente em *Germinal!*, talvez por ter sido interrompida a publicação do jornal no vigésimo número ou talvez por não ter sido encontrado o número seguinte.

Ao longo dos números de *A Vida*, Oiticica publicou este estudo sobre a mulher com algumas alterações circunscritas apenas à disposição das partes e uma reorganização das seções do texto, com subtração de dados ultrapassados e acréscimos de informações. Mudou também o estilo coloquial da primeira publicação, próprio para a conferência. Analisarei mais demoradamente este estudo adiante, no seu texto definitivo publicado em *A Vida* cuja análise será apresentada no último item deste capítulo.

Mortillet²⁷⁰ produziu extenso artigo refletindo detidamente sobre a educação sob ponto de vista anarquista. Este seu escrito comporta a proposta de conjugação do conhecimento de diversas áreas do saber com fins de melhor discernimento das forças nas quais a sociedade tem enredado indivíduos e coletividades. A escola exerce sob o aprendiz péssima influência quando regida pela religião e por filósofos contagiados pelo cristianismo. Os métodos aqui são os de inculcação de dogmas e castração da liberdade.

Esta perspectiva crítica da escola oficial, seja confessional, privada ou pública, enquanto instrumento de disciplinamento da população, fora partilhada pelos anarquistas. Mais acima, João Crispim aludiu à instrução nas mãos do Estado como um processo de “domesticação pública”.²⁷¹

Mortillet evidenciou as contribuições da Antropologia por colocar o ser humano dentro da escala zoológica, um integrante da natureza. Este enfoque possui como interlocutor os dogmas teológicos, uma vez estes definirem o ser humano como oriundo diretamente das mãos divinas, possuindo um só modo de vida possível e tendo sido criado com o objetivo de salvação ou danação eterna. Numa sociedade marcadamente religiosa, as contribuições de diversos estudos científicos, tratando especificamente da origem animal do ser humano, ainda constituía objeto de resistência. Sobretudo, as camadas populares, impregnadas por idéias e crenças da igreja católica, eram resistentes aos novos conhecimentos disponibilizados pelas pesquisas científicas.

A escola de ensino pretensamente laico e gratuito nas mãos do Estado em nada mudaria as disposições catequistas, salvacionistas e messiânicas atribuídas unicamente, e de maneira equivocada, à escola confessional. A metodologia, guardadas as diferenças de grau, é a mesma: inculcação e repetição de sentenças apresentadas como verdades prontas e acabadas. Nada de

²⁷⁰ MORTILLET, G. de. O que deve ser a educação. Edição especial do “*Germinal!*” e da “*Barricata*”. São Paulo, p. 3, 01 mai. 1913.

²⁷¹ CRISPIM, João. DO MOMENTO. *Germinal!* São Paulo, ano 1, n. 19, p. 1, 03 ago. 1913.

liberdade de observação, exame e experimentação. Nesta escola permanecem inalterados os processos, de proveniência divina, punindo ou premiando os alunos.

Adelino de Pinho²⁷², professor da Escola Moderna n. 2 em São Paulo, realizou uma conferência nos idos de 1908, em Campinas, em que apresentou suas concepções educacionais. Sua palestra iniciou com uma explicação aos pais e interessados do porquê da não existência de exames e provas na escola. Em seu texto, assinalou o absurdo da premiação e punição estabelecidas nas escolas, evidenciando os efeitos anti-sociais nos alunos. Tanto os punidos como os premiados findam incrementando em suas vidas sociabilidades submissas ou arrogantes. O conferencista apresentou outros pontos de sua concepção educacional. Destaco, em particular, o dinamismo envolvendo pais e interessados com o processo educacional da criança de maneira que finda instaurando a abolição da escola. Sem afirmar taxativamente querer o fim da escola, tal como fez Ivan ILLich²⁷³ mais contemporaneamente, Pinho procurou dissipá-la, diluí-la na vida.

Max dos Vasconcelos²⁷⁴ recitou, conforme registrado em *Germinal!*, um verso sobre a data de treze de maio num evento de mesma data, no Rio de Janeiro. Esta poesia fora publicada no jornal em seu número onze em trinta e um de maio. Esta foi a única poesia que encontrei nos vinte números deste periódico. Talvez, isto se deva ao fato de ter encontrado alguns de seus exemplares, como registrei no início, incompletos.

Para finalizar esta parte, gostaria de destacar rapidamente outros aspectos relativos à sociabilidade manifestas nas páginas de *Germinal!*. Diversas campanhas em favor de companheiros presos, em benefício de periódicos como o próprio *Germinal!* além de outros, foram alavancadas pelos anarquistas. Mesmo uma campanha, anunciada no primeiro número do

²⁷² PINHO, Adelino de. **Pela educação e pelo trabalho** – Conferencia lida na LIGA OPERARIA DE CAMPINAS, a 13 de Dezembro de 1908. Porto: Typographia Peninsular, 1909.

²⁷³ ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. 3 ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1976.

²⁷⁴ VASCONCELOS, Max dos. 13 DE MAIO. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 11, p. 1, 31 mai. 1913.

jornal, em favor de Kropotkin fora realizada, sendo os recursos enviados para o conhecido expoente do anarquismo mundial.

Através de suas colunas, os editores promoveram festas em que arrecadavam recursos para associações operárias, para grupos de afinidade e para meios de comunicação dos trabalhadores. Anúncios de viagens de algum integrante do coletivo editorial pelo interior do estado, recados a colaboradores do jornal de diferentes cidades, cobrança dos atrasos de assinantes, balancetes e prestação de contas dos recursos financeiros adquiridos com eventos, assinaturas dos jornais e campanhas específicas foram estampados nas colunas do periódico.

Os leitores dispunham também da relação de livros disponíveis para aquisição. Estes livros eram escritos em português ou espanhol. Os editores apresentavam a relação dos disponíveis com os respectivos preços. A “Biblioteca do Germinal!”, como foi denominada a seção no jornal, era de um inquestionável ecletismo. Os autores recomendados para a leitura escreviam nas mais diversas áreas do conhecimento.

Mesmo dentro da abordagem da questão social, os editores não se limitavam a pensadores anarquistas. Destaco, como amostra, apenas alguns dos nomes apresentados pelos editores na referida seção: Hamon, Bakunin, Büchner, Darwin, Engels, Marx, Nordau, Fabri, Faure, Leone, Gorki, Stirner, Nietzsche, Proudhon, Merlino, Reclus, Michelet. Além de recomendarem a leitura de diversos autores, colocando a disposição do trabalhador obras com preços acessíveis, os editores publicavam regularmente artigos ou estratos de obras ou conferências de pensadores e militantes anarquistas consagrados. Deste modo artigos de Luigi Fabri, Merlino, Eça de Queiroz, Reclus, Kropotkin, Tolstoi, entre outros, foram sistematicamente estampados no jornal.

3.3 Rebelião (A) [1914]

A Rebelião foi um semanário anarquista de curta existência publicado na cidade de São Paulo, no ano de 1914. Com quatro páginas, dele saíram apenas seis números. Assim indicam os arquivos pesquisados. Nestes arquivos, consegui encontrar os números um, dois, três, cinco e seis. No primeiro número do jornal fora anunciado a programação e a organização, por parte de um grupo de anarquistas do Centro Libertário, de dois festivais: um em benefício de *A Rebelião* e outro de *La Propaganda Libertaria*²⁷⁵.

Apesar da brevidade do jornal, os trabalhadores²⁷⁶ associados neste *experimento* estavam, há muito tempo, cooperando em outras iniciativas, inclusive na edição de outros periódicos. Alguns destes ácratas vinham, desde fins do século dezenove, envolvidos na experimentação e divulgação das idéias anarcas. Muitos outros foram se achegando ao movimento ao longo das primeiras décadas do século XX. Continuaram associados, atuando em outros periódicos como também em outras atividades. No primeiro parágrafo do editorial do primeiro número do jornal há esta indicação retrospectiva.

Não há, estampada na revista, uma apresentação dos integrantes do coletivo editorial. A intensa perseguição policial aos trabalhadores mais ativos impunha-lhes adotar certas medidas de estratégia e cautela nas atividades anarquistas. Uma destas estratégias consistia numa prática guerrilheira da dissimulação, da camuflagem, efetivada através da não divulgação dos verdadeiros nomes de alguns envolvidos com a iniciativa e a utilizarem freqüentemente, quando da escrita de artigos, ora de pseudônimos, ora das iniciais de seus nomes ou dos pseudônimos.

²⁷⁵ PRO “A REBELIÃO”. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 mai. 1914.

²⁷⁶ CARVALHO, Florentino de. A’ postos! **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 mai. 1914.

A primeira república brasileira, através de seus sucessivos governantes, fôra pródiga no uso do poder discricionário, da força policial e da violência sistemática, particularmente sobre os segmentos populares. Ainda mais quando, durante o período imediatamente anterior à primeira guerra mundial, e quando de sua eclosão, recrudescera a repressão aos grupos considerados subversivos. Os aliados operavam com uma variação da máxima que anuncia: “caso não esteja conosco está contra nós”.

Os próprios integrantes do coletivo editorial escreviam boa parcela dos artigos e seções dos jornais e revistas. No caso, Florentino de Carvalho, João Penteado, Rodolfo Felipe, Adelino de Pinho, Galiléio Sanchez, Demócrito, Ausonio Semita, João Crispim, Helio Mortiço, Solargeo Livre, Pedro Esteve, Luigi Dal Col., Francisco Aroca e João Vosgos são alguns assinantes de artigos, atuantes, ao que tudo indica, na cidade de São Paulo. Alguns destes são pseudônimos.

Florentino de Carvalho era um dos pseudônimos de Primitivo Raymundo Soares. João Crispim provavelmente era outro pseudônimo seu, como já disse anteriormente. Adelino Tavares de Pinho assinava seus artigos na imprensa operária como Adelino de Pinho, Pinho de Riga, P., Tavares, P. de R., T., ou Pinho. Edgar Leuenroth assinou como Demócrito. Talvez Luigi Dal Col. trate-se na verdade de Gigi Damiani, egresso da Colônia Cecília, cuja colaboração em grupos de anarquistas, em São Paulo, vinha desde 1908. No ano de 1919 fora deportado pela polícia paulistana para a Itália.

Os anarquistas atuantes em São Paulo que assinaram com seus nomes verdadeiros, ou com suas iniciais, foram João Penteado, Rodolfo Felipe, Galileo Sanchez e Francisco Aroca. Os demais, sem considerar os artigos de outras localidades, talvez sejam pseudônimos de alguns destes ou de outros trabalhadores.

Os dísticos, ladeando o título do jornal, anunciam a tendência anarquista do coletivo editorial. Ao longo dos números publicados os editores estamparam os seguintes: *A renovação é*

a lei primordial da vida e Sangue de rebeldes sementes de revolucionarios no primeiro número; O verdadeiro socialismo é o Socialismo Anárquico e A transformação social só é possível pela Revolução no segundo número; Anárquico é o pensamento e para anarquia caminha a historia e Cada um segundo as suas forças, e a cada um segundo suas necessidades no terceiro, quinto e sexto números. A partir do segundo número os editores imprimiram, como subtítulo do jornal, a seguinte frase: Semanario de propaganda socialista-anarquista – Escrito por trabalhadores e para os trabalhadores.

Neste jornal colaboraram anarquistas de São Paulo e de cidades do interior do estado, de outras regiões e até de outros países. Há colaborações em forma de artigos como também notícias de diversas cidades. Belém do Pará, Rio de Janeiro, Petrópolis, cidades adjacentes a São Paulo como Santos, Ribeirão Pires, Campinas, entre outras, foram algumas. De fora do Brasil foram publicados versos de Pietro Gori, artigos e notícias da Espanha, da Itália e de Portugal.

O jornal, além de ter sido distribuído em outros países, fora escrito em três línguas: português, espanhol e italiano. Havia uma seção para notícias em italiano e outra para notícias em espanhol. A seção italiana deixou de ser publicada nos dois últimos números. Apesar disto, no último número o artigo editorial intitula-se “Os factos da Italia” dando notícias de acontecimentos então recentes agitando o operariado italiano.

Os editores publicaram uma nota curta dirigida “aos camaradas do interior e dos outros estados do Brazil” solicitando a todos os interessados na propaganda anarquista a indicação de alguém para exercer a função de agente do jornal na localidade e outra pessoa para ser correspondente. Com o representante do jornal as pessoas do lugar poderiam tratar de assuntos relativos à assinatura e compras em pacote ou avulsas. Ao correspondente caberia informar particularidades do movimento operário local, enviar artigos e elaborar relatos de eventos e acontecimentos locais relativos à questão social.

A Rebelião.

Aos camaradas do interior e dos outros estados do Brazil.

Todos os companheiros que queiram fazer alguma coisa em beneficio da propaganda podem fazel-o, nas proprias localidades onde se encontram reunindo-se e indicando um camarada que desempenhe o cargo de agente administrativo deste jornal, e um correspondente que procure enviar-nos informações de todos os factos importantes relativos ás condições em que se encontra o elemento operario, esemplo ossalario, a jornada de trabalho, regulamentos, abusos patronaes, como tambem dos movimentos de resistencia, como reclamações protestos, greves, acção anarquista, etc.

Podem tambem constituir grupos para melhor auxiliar o jornal, tanto na fase material como informativa.

Fazemos extenso este estenso este pedido ás sociedade operarias e grupos ou centros libertarios.²⁷⁷

Através de nota brevíssima, de conteúdo semelhante à nota acima, os editores estenderam aos anarquistas, no exterior, a solicitação para envio de artigos e matérias relatando a situação do movimento em seus países e localidades. Estas solicitações foram publicadas nos três primeiros números do jornal.

Aos anarquistas de todos os paizes,

Com o fim de que esta publicação potsa tee aos sens leitores ao corrente do movimento social internacional pedimos a todos os camaradas nos enviem trabalhos relativos a este assunto.²⁷⁸

Artigos foram publicados dando notícias do movimento operário e anarquista em outros países. Além das seções em italiano e em espanhol, outros artigos davam conta de acontecimentos envolvendo trabalhadores na Itália, Espanha e Portugal. Devem ser considerados também os artigos que tratam da primeira guerra. Eles abordavam assuntos relativos às nações diretamente envolvidas com o conflito como Alemanha e Inglaterra e, conseqüentemente,

²⁷⁷ A REBELIÃO. **A Rebelião.** São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 mai. 1914.

²⁷⁸ AOS ANARQUISTAS de todos os paizes. **A Rebelião.** São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 mai. 1914.

elaboraram por vezes ponderações, observações e questionamentos dirigidos ao proletariado destas localidades.

Os contatos com anarquistas europeus apareceram de diversas maneiras ao longo dos números do jornal. No segundo número, há uma pequena nota convidando aos “simpatizantes” da Escola Moderna para assistirem a algumas fitas de cinema enviadas por anarquistas franceses.

Escola Moderna.

Convite.

O Comité Pro Escola Moderna convida a todos os simpatizantes a comparecer á reunião que terá logar na segunda feira, 11 do corrente, ás 19 horas no local da *Legha dela Democrazzia* á rua José Bonifacio N. 39, para tratar de adquirir algumas das fitas cinamotograficas que um grupo de camaradas parisienses está preparando com o fim de extender e intensificar a obra de emancipação social.

Que ninguem falte.²⁷⁹

Na publicação do célebre discurso de Miguel Schwab²⁸⁰, um dos oito condenados à pena capital e um dos cinco assassinados, quando do histórico primeiro de maio de 1886, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, há evidência da sintonia do coletivo editorial com os marcos histórico-sociais importantes das lutas de caráter supranacional realizadas pelos trabalhadores em outros continentes. Todo o mundo proletário realizava eventos no primeiro de maio, remetendo sempre aos acontecimentos de Chicago e aos pronunciamentos dos trabalhadores assassinados.

Atendendo ao apelo lançado pelos editores do jornal, diversas narrativas davam conta do aspecto geral e particular do movimento dos trabalhadores em diferentes localidades. Em todos os números do jornal fora publicado uma seção denominada “Pelo Brasil”, noticiando acontecimentos relativos às condições dos trabalhadores, às lutas operárias e anarquistas ocorridas em várias cidades do interior do Estado de São Paulo.

²⁷⁹ ESCOLA Moderna. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 09 mai. 1914.

²⁸⁰ SCHWAB, Miguel. O processo da Anarquia – Discurso de Miguel Schwab perante os tribunaes de Chicago – 1886. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 mai. 1914.

Por vezes, estas notícias eram apresentadas em forma de artigos, oferecendo ao leitor uma perspectiva analítica elaborada pelo articulista sobre os acontecimentos narrados. Além do registro histórico contendo a denúncia de violências policiais, a convivência com estas situações por parte das autoridades governamentais e clericais, a forma de reação adotada pelos trabalhadores envolvidos, a posição dos anarquistas diante dos acontecimentos, nestes artigos conjugam-se considerações sociológicas, filosóficas, educacionais, culturais e subjetivas.

Os articulistas expunham, à apreciação do leitor, pensamentos e sentimentos particulares, pessoais, relativos ao assunto abordado. Não se escondiam por trás de algum expediente metodológico, mesmo que fosse uma “sólida verdade científica”, não se escudando em algum preconceito político, mesmo que fosse algum pretense interesse geral, ou ainda num certo desígnio oculto revelado a uns poucos por alguma soberania, quer uma entidade divina quer alguma pretendida lei social tida na qualidade de determinante do dinamismo social.

O artigo intitulado *Vinganças burguesas*, escrito por Primitivo Soares²⁸¹, traduz bem a idéia de elaboração de artigos convergindo análise e intencionalidade emotiva. Neste escrito há uma descrição da então recente invasão à Federação Operária de Santos pela polícia. Desta ação policial resultou a prisão e deportação de Antonio Vieites e Manuel Gonçalves. O autor tratou também do jornalismo comercial como prática policialesca servindo aos propósitos de segmentos políticos e patronais. Jornalistas da grande imprensa publicavam artigos a partir das informações colhidas pelos policiais, sem nenhuma preocupação de investigar a sua veracidade. Depois disto, em rápida nota, registrou a deportação de Antonio Vieites e Manuel Gonçalves após a ação policial em Santos, manifestando sentimento de intensa indignação com o absurdo da situação.

²⁸¹ SOARES, Primitivo. *Vinganças burguesas*. A **Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 01 mai. 1914.

Consumou-se mais uma infamia – Expulsão de Antonio Vieites e Manuel Gonçalves.

Já o publico deve estar sciente da prisão em Santos, dos operarios Antonio Vieites e Manuel Gonçalves, para cumprirem, segundo noticias da imprensa, a pena de 3 annos de prisão por terem violado o decreto de expulsão quando por ocasião da ultima grève dos trabalhadores das Docas daquela cidade, foram deportados para Lisboa.

A prova de que tal decreto existe somente na imaginação dos jornalistas ao serviço da burguesia, é que, na sexta feira passada foram embarcados em Santos, com destino a Genova, antes que fosse despachado o habeas-corpus que em seu favor havia sido impetrado.

A deportação anterior e a presente não sofreram nenhum tramite legal: os directores da companhia Docas e União de transportes entenderam-se com o Secretario da Segurança publica para que fossem seqüestrados e embarcados clandestinamente.

Digam agora os patriotas, os legalistas, onde estão as garantias constitucionaes; onde se encontram as liberdades públicas e para que servem as leis do pais.

Que vem a ser uma republica onde a liberdade e a vida dos cidadãos estão a mercê dos directores das empresas de exploração e dos matões policiaes?

Verdade que isto da vontade de fazer qualquer coisa?

Não é necessario que o povo se arregimente e se arme atè os dentes e receba á bala as hordas policiaes, para garantir as suas liberdades?²⁸²

A associação de trabalhadores, como de coletividades com fins diversos, surgiu enquanto prática comum no movimento operário. Quanto à expressão particularmente libertária deste movimento, esta prática associativa tomou proporções bastantes características. Isto porque todos as vertentes ácratas se encontram unânimes apenas no que diz respeito à negação da hierarquia. A criação de jornais e revistas era realizada por trabalhadores integrantes simultaneamente de outras associações com objetivos distintos.

No caso de *A Rebelião*, e nos demais periódicos aqui analisados, escreveram em suas colunas anarquistas envolvidos, para além da confecção do jornal, com escolas, bibliotecas, atividades artísticas em geral, conferências, excursão de divulgação dos jornais, sindicatos, encontros, teatro, entre outras atividades. Fazer sair a público um jornal implica pelo menos atividades de administração e redação. Estas iniciativas se dirigiam, como visto mais acima, tanto à localidade na qual residiam, como também transpunham as linhas imaginárias que separam

²⁸² CONSUMOU-SE mais uma infamia – Expulsão de Antonio Vieites e Manuel Gonçalves. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 mai. 1914.

povos, as chamadas fronteiras nacionais. O convite para a manifestação do primeiro de maio e o relato de como este transcorreu, é emblemático desta assertiva. Vejamos primeiro o convite e, em seguida, o relato da manifestação.

1.º DE MAIO
Ao proletariado de S. Paulo.

Trabalhadores:

Aproveitando a data tradicionalmente consagrada ao protesto universal dos oprimidos e dos expoliados contra a tirania dos potentados e a exploração dos açambarcadores dos bens sociaes, as associações populares de São Paulo resolveram realizar um

Grande comicio no dia 1.º de Maio, ás 9 horas da manhã no largo da Sé

ao qual deveis comparecer em massa, Vós todos sobre quem verdadeiramente pesam as horríveis consequencias da actual situação de angustias e de miserias.

Não falteis, pois! Que os poucos operarios que ainda trabalham deixem as oficinas nesse dia e, incorporados á multidão imensa dos desocupados, venham conclamar contra a ganancia insaciavel dos argentarios que provocaram a carestia da vida e a cessação do trabalho, afirmando ao mesmo tempo o seu direito a uma vida mais equa e a sua aspiração a uma sociedade em que o bem-estar e a liberdade – hoje gosados por uma minoria privilegiada – sejam patrimonio de todos e de cada um dos membros da comunidade humana.

Todos ao comicio!

Viva o 1.º de Maio²⁸³

O relato contém uma descrição da formação do evento e apresentação de moções aprovadas pelos trabalhadores.

Comemoração do 1.º de Maio – Grande comicio de protesto.

Organizado pelas sociedades liberaes e operarias, realizou-se no Largo da Sé um grande comicio popular de protesto contra a carestia da vida, contra a desocupação e contra as arbitrariedades massacres e vandalismos praticados pelos governos de todos os países contra as classes populares, especialmente contra os homens que mais se distinguem pela sua inteligencia, entusiasmo e tenacidade na luta contra a exploração e a tirania.

A's 10 horas da manhã, apesar da chuva incessante, uns 7.000 manifestantes enchiam o largo da

²⁸³ 1º DE MAIO. Ao proletariado de S. Paulo. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 mai. 1914.

Sé, exteriorizando a sua indignação em face da revoltante situação em que o povo se encontra.

Depois de haverem falado diversos oradores, um camarada deu leitura às seguintes emoões que foram aprovadas por unanimidade:

“Os proletários de S. Paulo, reunidos em comicio, hoje, 1 de Maio de 1914, reafirmando as suas aspirações de bem estar geral e seus ideaes de fraternidade e de justiça humana, e:

considerando que as suas habituaes e tristes condições de salarizados peoraram nestes ultimos tempos devido ao encarecimento dos generos de primeira necessidade e dos alugueis de casas que as valorizações ficticias e torpes especulações fizeram subir a um custo insustentavel;

considerando que é progressiva a suspensão das obras publicas e particulares, a paralização das industrias e augmento das horas de trabalho e a diminuição dos salarios;

considerando que ante as suas condições são desesperadoras, a braço com a fome e a miseria mais negra, não dispõem de outros meios de defesa que aqueles que lhes podem sugerir a união e o recíproco apoio,

Protestam contra a organização burgueza, contra a complicidade do Estado com os monopolizadores da riqueza produzida pelos trabalhadores, e

Deliberaram proseguir e intensificar a agitação contra o actual estado de coisas, atentatorio ao sacro direito á vida.”

“Os trabalhadores de S. Paulo, reunidos em comicio para, comemorando o 1º de Maio, manifestar se contra a exploração e a tirania burguezas e afirmar os seus ideaes de redenção humana, tomando conhecimento da inominavel, violencia que vem de ser praticada contra os operarios Antonio Filgueira Vieites e Manoel Gonçalves, expulsos ha poucos dias do paiz com o desrespeito ás mais elementares formalidades legaes, pois que esses homens do trabalho viviam ha longos anos no Brasil, onde nasceram seus filhos, e

considerando que esse acto das autoridades denuncia evidentemente o intuito de impedir o livre desenvolvimento das organizações proletarias e embaraçar a propaganda dos principios de renovação social das quaes esses trabalhadores eram propagadores;

considerando tambem que a lei de expulsão de estrangeiros com a qual se pretende justificar actos desta natureza constitue o mais frisante atentado á liberdade, ao socego e aos direitos dos trabalhadores para aqui atraídos pelas promessas liberaes,

lançam o seu veemente protesto contra essa violência e convidam o proletariado de todo o Brazil, assim como todos os homens de consciencia emancipada a iniciarem um activo e enérgico movimento contra essa brutalidade.”

Em seguida o povo percorreu em coluna, as ruas centraes da cidade e voltou a reunir se no lardo da Sé, de onde numerosos grupos se dirigiram para os respectivos bairros, dando vivas á Revolução Social.

A policia não passou sem fazer das suas. Quando um numeroso grupo de manifestantes passava pela rua do Carmo em direcção ao Braz, uma companhia de guarda cívicos tentou empregar a violência para dividir a coluna, mas a resistencia oposta pelo povo inutilizou em parte a brutalidade dos esbirros.²⁸⁴

As atividades, por sua vez, caracterizavam-se pela multilateralidade. Os editores do periódico, ao mesmo tempo em que tinham objetivos de aproximar e estreitar os relacionamentos dos trabalhadores entre si; de elaborar e projetar para a sociedade uma perspectiva anarquista dos acontecimentos do momento; de promover a intensificação dos contatos entre pessoas e coletividades, procuravam também instaurar dinamismos educacionais e de militância operária

²⁸⁴ COMEMORAÇÃO do 1º de Maio – Grande comicio de protesto. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 4, 09 mai. 1914.

como o exposto no convite para o comício do primeiro de maio logo acima. Realizavam o registro historiográfico, orientação de idéias, debates sobre temas do momento, divulgação de livros, jornais, revistas e campanhas de solidariedade a trabalhadores. Tudo isto tendo ocorrido tanto através de interlocuções com adversários como com anarquistas. O jornal estampou, em que pese o fato de ter sido apenas em seu primeiro número, dois poemas. Um em italiano e o outro em português²⁸⁵.

Os editores anunciaram, a partir do segundo número do jornal até o sexto, o funcionamento de escolas administradas por anarquistas como também, de maneira esporádica, atividades promovidas pelas escolas e franqueadas aos trabalhadores e demais interessados. Estas atividades consistiam em estratégias de envolvimento da família, e pessoas próximas ao aluno, no seu processo educacional. A idéia subjacente às atividades era contagiá-los com os temas, as discussões, as experimentações da escola, instaurando um nomadismo, de contínua e intensa diluição da fronteira separando vida e escola, existência e saber.

Nos anúncios de divulgação das escolas modernas número 1 e número 2, os editores expuseram as matérias e programas de ensino, local e horas de funcionamento entre outras informações. Os dois anúncios apresentam ambas as escolas com objetivos e metodologias em aberto confronto com o ensino oficial, patriótico e militarista, confessional ou público: união de meninos e meninas numa mesma sala de aula num período em que, segundo o ensino convencional, esta medida consistia num sintoma de perversão moral; valorização da especificidade de cada criança como elemento por demais importante no processo educacional; aprendizado do infante a partir de suas inquietações, questionamentos e reflexões, gestadas a

²⁸⁵ GORI, Pietro. - - -esta di Maggio. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 mai. 1914. DEMORDES, J. Verso Novo. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 mai. 1914.

partir de uma observação direta sobre os fenômenos que o envolviam e da possibilidade dele experimentar livremente; passeios educativos com as crianças, entre outros métodos.

Um aspecto interessante, aparentemente irrelevante, numa leitura do jornal, diz respeito ao endereço de funcionamento da Escola Moderna Número 2. A redação e administração de *A Rebelião* funcionava no mesmo local da referida escola. Além do funcionamento de escola e jornal, neste mesmo local, os trabalhadores realizavam conferências, recitativos de poesias e outros eventos culturais, recreativos e científicos.

Este fato constitui um indicativo do direcionamento destas atividades desonerando linhas divisórias e os limites estreitos da especialização. Trata-se de limiaridades e interstícios num movimento de arruinamento constante das divisórias consagradas pela lei, pelo costume, pelos hábitos e convenções. Utilizavam os campos de conhecimento especializados, como ciências naturais, física, história, filosofia, conjugadas a diferentes atividades: jornalismo, viagens de propaganda, conferências, manifestações públicas, como formas de se colocarem ativa e libertariamente na existência.

Além do mais, o dinamismo escolar sendo acionado a partir não de algum programa pré-estabelecido, de algum código normalizador, mas dos passeios, das observações diretas e das experimentações dos próprios alunos, constitui no estabelecimento de um fazer educacional *indisciplinare*. Considerando outros aspectos educacionais, colocados em ação pelo ensino racionalista, como a co-educação dos sexos e das classes sociais, a abolição de exames, notas e de punição e premiação, este sentido indisciplinar na produção, elaboração e socialização do saber toma formas mais definidas.

Em uma nota breve, os editores anunciaram uma das atividades promovidas pela Escola Moderna nº 2.

Escola Moderna nº 2.

Domingo, pelas 2 horas da tarde haverá na sede desta escola, á rua Miller, 74, uma pequena reunião que constará de recitativos e conferencia e para a qual ficam convidados ás familias dos alunos e todos quantos se interessam pelo desenvolvimento da *Escola Moderna*.²⁸⁶

A valorização das artes, enquanto meio de intervenção social e de manifestação estética, surge não só no cotidiano escolar, como anunciado nos textos que tratam dos programas das escolas modernas e no anúncio da reunião a convite da Escola moderna nº 2.

Ainda no interior da questão educacional, Fábio Luz²⁸⁷ publicou um artigo no primeiro número do jornal apresentando algumas reflexões acerca da instrução numa perspectiva anarquista. Neste seu escrito delineou uma crítica mordaz à concepção pragmática e utilitarista de educação cultivada nas instituições oficiais, afirmando que a educação constitui mero instrumento de formação bacharelesca e militarista.

Os preconceitos nativistas encontravam na educação oficial o terreno propício para serem alaistrados na juventude, ao mesmo tempo em que o sentido social da educação era escamoteado. Por sua vez, o favorecimento de um processo educacional com o objetivo de uma elevação intelectual não alcançava a realidade de vida do trabalhador, pois as suas energias, dentro do quadro social vigente, encontravam-se voltadas exclusivamente para a obtenção do alimento cotidiano.

As freqüentes viagens de divulgação dos periódicos, realizadas por integrantes do coletivo editorial, traduzem o significado de uma atividade de carácter multilateral. No segundo número, os editores anunciaram uma viagem de propaganda a ser realizada por um dos integrantes do grupo editorial. No número seguinte, os editores estamparam outra mensagem com conteúdo quase idêntico confirmando datas e percurso anteriormente divulgados.

²⁸⁶ A REBELIÃO. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 07 jun. 1914.

²⁸⁷ LUZ, Fabio. O direito á instrucção. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 mai. 1914.

Excursão de propaganda.

Amanhã, 10 do corrente, seguirá em excursão de propaganda sociologica, pelo interior do Estado, o camarada João Crispim, representando o jornal 'A Rebelião' e a Confederação Operaria Brasileira.

A excursão obedecerá ao seguinte itinerario: Jundiáí, Campinas, Casa Branca, Cravinhos, Ribeirão Preto, Pontal, Vassoura, Sertãozinho, Batataes, Franca, Rifaina, Uberaba, Araguari, Jardinopolis, Sta. Rita do Paraíso, Vila Bomfim, S. Simão, S. José do Rio Pardo, Mococa, S. João da Boa Vista, Poços de Calda, Espirito Santo do Pinhal, Mogiguassú, Mogimirim, Itapira, Amparo, Socorro, Serra Negra, etc.

A's sociedades operarias, grupos e camaradas em geral, fazemos esta comunicação para que organizem comícios, conferencias, assembleias ou festivaes de propaganda, e mantenham com o grupo editor d'A Rebelião, ou com o camarada Crispim uma activa correspondencia; afim de se combinar o dia de chegada a cada localidade.

O companheiro excursionista estará o dia 10 em Jundiáí, e o dia 12 ou 13, em Campinas, o 14 ou 15 em Casa Branca, e o 16 ou 17 em Cravinhos.

De todos os camaradas depende o bom éxito desta excursão, e de todos esperamos o valioso concurso que puderem prestar.²⁸⁸

Nos outros números foram publicados breves relatos do viajante, descrevendo os acontecimentos em cada localidade por onde passou, vislumbrando o caleidoscópico e compondo os sentidos atribuídos e em atividade a partir da iniciativa da propaganda. A "propaganda" findava sendo, no fim das contas, um mero pretexto buscando instaurando vivências libertárias, a depender da forma de reação local às provocações feitas pelo viajante da anarquia.

Neste anúncio, fica evidente a intenção e disposição em emprestar à iniciativa de divulgação do jornal um caráter plural, variado, para além da simples propaganda dos periódicos. O encarregado em levar o jornal às diversas cidades do interior do estado não só divulgava os referidos periódicos, mas também o Centro Libertário e a COB. Procurava simultaneamente instigar a formação, em cada localidade visitada, de grupos de apoio aos jornais, levantar mais

²⁸⁸ EXCURSÃO de propaganda. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 4, 09 mai. 1914.

assinantes para os periódicos, agrupar trabalhadores dispostos a estabelecer a organização de sindicatos, apoiar experiências com escolas entre outras atividades²⁸⁹.

Em certa parte do relato da viagem, publicado no quinto número do jornal, o articulista²⁹⁰ deixou, no momento final do escrito, subentendido que João Crispim, além de exercer as funções de representante de *A Rebelião* e da COB, acumulava a de representante do jornal anarquista de São Paulo *La Propaganda Libertária*. Ambos os jornais eram dirigidos por anarquistas do Centro Libertário. Crispim auxiliou os interessados de algumas das localidades na fundação de agrupamentos com a mesma designação e concepção associacionista libertária do centro que integrava. Esta associação agrupava diversos anarquistas com o objetivo de potencializar as forças individuais, aumentando o raio de alcance das atividades realizadas como das intervenções sociais, sempre numa perspectiva anarquista.

Pinho de Riga²⁹¹, abordando, em breve artigo, a situação de violência governamental sobre os trabalhadores no Brasil e em Portugal, criticou tenazmente as iniciativas de construção das vilas operárias. Para ele, estas moradias consistiam, no fim das contas, em mais uma outra ordem de violência incidindo sobre as classes trabalhadoras. Estas vilas constituíam em mais uma forma de segregação, separando fisicamente as pessoas com base em referenciais classistas de caráter eminentemente preconceituoso.

Desnudou, ainda em começos do século XX, a segregação física de extratos populacionais como uma tecnologia de controle das camadas dominantes sobre segmentos populares; prática esta, vale salientar, aperfeiçoada nos sucessivos governos republicanos no Brasil. As críticas do articulista denunciavam a caridade dos governantes como baseada na idéia de pureza e de

²⁸⁹ CRISPIM, João. Crónica da nossa Excursão de Propaganda. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1-2, 07 jun. 1914.

²⁹⁰ CRISPIM, João. Crónica da nossa Excursão de Propaganda. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1-2, 07 jun. 1914.

²⁹¹ RIGA, Pinho de. Cá e lá.... **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 09 mai. 1914.

higienização social e relacionavam estes procedimentos aos executados por racistas. Denunciou, nas ações governamentais, o estabelecimento de estigmas manifestados de diversas maneiras sob as aparências de “filantropia”.

No artigo intitulado *O 1.º de Maio no Rio e em Petrópolis. Violencias policiais – Necessidade de uma agitação de protesto*²⁹², o articulista descreveu a prisão de anarquistas no Rio de Janeiro e em Petrópolis. Os anarquistas Zenon de Almeida, Sperduto, Aquino e João Gonçalves tinham sido presos na Federação Operária do Rio de Janeiro. Antonio Moreira, presidente do *Centro 1.º de Maio*, e outro trabalhador, não identificado pelo articulista, foram presos em Petrópolis. Estas prisões se deram por conta da possibilidade das manifestações do primeiro de maio favorecerem rebeliões.

Várias foram às iniciativas visando auxiliar financeiramente a publicação do jornal. Uma delas, registrada nas colunas deste periódico, tratou do anúncio do sorteio, entre os assinantes dos jornais, de um terreno doado. O objetivo do sorteio era de que sua venda fosse revertida para a manutenção de três jornais anarquistas, dois de São Paulo, *A Rebelião* e *La Propaganda Libertária*, e um outro, *Aurora*, da cidade de Porto em Portugal²⁹³.

O anúncio do sorteio fôra publicado novamente no quinto número do jornal. O articulista acrescentou a informação da data de extração da loteria para contemplação do ganhador. Outra forma de arrecadar fundos aconteceu com a divulgação da venda de uma “estampa” com alusão ao primeiro de maio. Este desenho representava, segundo a descrição do articulista, uma figura feminina segurando um facho incandescente e passando sobre as ruínas de figuras simbólicas do estatismo e do capitalismo.

²⁹² O 1.º DE MAIO no Rio e em Petrópolis. Violencias policiais – Necessidade de uma agitação de protesto. *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 09 mai. 1914.

²⁹³ UMA BOA INICIATIVA. *A Rebelião*. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 4, 17 mai. 1914.

Fôra inserido nesta estampa fotos de personalidades anarquistas de projeção mundial. A confecção destes quadros deveu-se, registra o articulista, ao jornal anarquista de Santos *A Revolta*²⁹⁴. O anúncio tratava divertidamente o jornal santista de “nosso colega” por conta da proximidade de idéias como de sua designação com *A Rebelião*.

A seção denominada *Correspondencia* demonstrou ter existido uma vasta rede de contatos estabelecidos com trabalhadores e anarquistas de várias cidades. Esta rede fora ampliada com a articulação de agentes representantes do jornal em várias cidades²⁹⁵. Em todos os números, esta seção fora publicada com recados e respostas às cartas recebidas e endereçada aos agentes do jornal. No quinto e sexto números há uma seção intitulada *Nossos agentes*, registrando o aumento de pessoas envolvidas com a divulgação do jornal²⁹⁶. Alguns destes agentes também colaboraram com artigos e com narrativas de acontecimentos de suas localidades relativos à questão social.

No segundo número do jornal, os editores²⁹⁷ publicaram um “balancete” sobre entradas e saídas do primeiro número do jornal. A esta prestação de contas somam-se os outros indícios acerca do amplo leque de pessoas contatadas pelo coletivo editorial. Este balancete constitui uma oportunidade para o conhecimento de alguns aspectos de uma economia autogestionária praticada no interior de uma sociedade heterogestionária. Mas esta empreitada não cabe ser realizada neste momento. Fica o registro.

Os editoriais de *A Rebelião* tematizaram diversos aspectos da questão social. Abordando assuntos relativos, ora a acontecimentos do instante ora a temas históricos ou de organização e combate proletário, o signatário ou o grupo editorial, elaboraram diversas reflexões sobre vários

²⁹⁴ ALEGORIA social. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 3, 17 mai. 1914.

²⁹⁵ CORRESPONDENCIA. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 mai. 1914.

²⁹⁶ NOSSOS AGENTES. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 4, 07 jun. 1914. NOSSOS AGENTES. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 4, 17 jun. 1914.

²⁹⁷ BALANCETE do n. 1. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 4, 09 mai. 1914.

assuntos. Ocasão para a emergência, na narrativa elaborada, da linha de expressão anarquista do articulista e presente naquele instante.

O artigo editorial²⁹⁸ do primeiro número do jornal anunciou a direção e conteúdo das críticas apresentadas em suas páginas como também o significado do jornal no cenário social no qual o movimento operário e anarquista se encontrava. A iconoclastia fora propagada enquanto perspectiva adotada pelos editores, de modo a propiciar o estabelecimento de uma vibração demolidora das escravidões, orientando as atividades e iniciativas do grupo editorial.

O entendimento de escravidão que emergiu no artigo desconsiderava o uso comum dado a esta prática de exploração. O enfoque proposto transcendia os convencionalismos que procediam a uma compreensão da escravidão como algo relativo apenas aos negros e, sobretudo, como técnica espoliadora passada a história. Segundo o articulista, muito pelo contrário, a antiga escravidão do período da monarquia não fôra abolida com a lei Áurea, mas antes atualizada, ampliada e aprofundada em sua intensidade e eficácia pelos republicanos.

Em outro artigo, publicado neste mesmo número, Florentino de Carvalho²⁹⁹, assinando com seu nome verdadeiro, expressou este entendimento do que vinha a ser a república, a monarquia e a escravidão. O episódio de sua deportação, juntamente com outros trabalhadores, constituiu ato de explícito arbítrio praticado pela polícia uma vez ter acontecido sumariamente, sem nenhum julgamento.

Desta maneira, interpretou os procedimentos governamentais dos democratas republicanos sobre a população trabalhadora, e diante da insatisfação popular, como sendo o mesmo adotado por monarcas e imperadores. As leis sociais do período republicano de nada adiantavam uma vez persistir, na democrática república brasileira, expedientes em que era

²⁹⁸ CARVALHO, Florentino de. A' postos! **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 mai. 1914.

²⁹⁹ SOARES, Primitivo. Vinganças burguesas. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 01 mai. 1914.

costumeiro o arbítrio da força pública através da violência policial sobre os segmentos populares. A perspectiva adotada pelo articulista evidenciou a identidade entre monarquia e república.

A concepção de evolução posta em atividade no artigo editorial do primeiro número do jornal dizia respeito ao caráter transitório dos fenômenos humanos. Nada em comum com os evolucionistas vitorianos. Estes eram teleológicos, fatalistas e, sobretudo, entendiam os agrupamentos humanos como dispostos num mesmo caminho evolucionário natural, constituída de estágios, cada um deles divididos em fases sucessivas. Esta concepção apresentava a evolução como sendo unilinear, fatal e irreversível.

Compenetrados do valor das naturaes leis de evolução não podemos consentir e o estagnamento e a cristalização das cousas existentes. A sociedade presente está desbotada, suja e rota. A velhice tornou-a caduca, fria, triste, mística e nostálgica.³⁰⁰

A sociedade vigente aparecia, nas ponderações elaboradas pelo articulista, enquanto tributária do cristianismo. Não havia, desta maneira, como entendê-la instaurada num dinamismo laico ou ateísta como sustentavam filósofos e cientistas sociais afeitos ao liberalismo ou ao materialismo histórico. Desta maneira, o modelo civilizacional operante definitivamente não escapara ao dinamismo religioso do medievo. Houve antes disto, uma sofisticação dos métodos teológicos medievais com o estabelecimento da modernidade.

Higiene e estética constituíam balizas fundamentais para a elaboração do que denominou “novos costumes”. Delineia-se aqui novamente a crítica elaborada ao modelo civilizacional em voga, tomando forma uma decidida recusa das instituições disciplinares, atualizadoras de concepções transcendentais em seus intentos de domínio. Este regime de soberania fora constituído através de diversos procedimentos preventivos e da prática da premiação e punição.

³⁰⁰ CARVALHO, Florentino de. A' postos! **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 mai. 1914.

Estas ponderações caracterizaram não o anarquismo como pré-moderno. Se é verdade que há um campo abarcando expressões modernas, como aqui expostas, entre os anarquismos, também é verdade existir um outro campo contemplando a existência de um anarquismo antimoderno. Neste anarquismo, a civilização fora percebida enquanto meio de reprodução de sociabilidades amestradoras, produzindo subjetividades domesticadas, susceptíveis ao dinamismo social de controle-submissão. Emerge destas reflexões um anarquismo mais afinado com a condição existencial do nômade selvagem das sociedades antropofágicas.

E nós queremos, segundo os preceitos da higiene e da estética, envergar indumentaria nova, queremos ver a humanidade embelesada com novos hábitos, novos costumes, novas e inflamantes instituições.

A sociedade das instituições de caridade, de beneficência, de socorros mútuos, a sociedade dos hospitais, dos asilos, dos orfanatos, a sociedade dos doentes, dos ladrões e dos mendigos, vergonha da nossa era de progresso e de civilização, deve desaparecer a bem da saúde pública, a bem da equidade e da razão.³⁰¹

No quesito relativo à organização dos trabalhadores, este aspecto de crítica e recusa ao modelo civilizacional vigente é reafirmado. Considerável estrato deste movimento operacionalizou uma forma de organização dos trabalhadores em franca sintonia com a divisão das tarefas estabelecidas pela perspectiva disciplinar capitalista. A distribuição ordeira dos trabalhadores em sindicatos por profissão reproduzia a divisão do trabalho sob o capitalismo, resultando numa conservação da disposição corporativa favorável à exploração e, portanto, à manutenção da relação dominação-obediência.

Uma organização social avessa à disciplina teria que inventar outras formas societárias em confronto com as vigentes. A organização dos trabalhadores deveria quebrar imediatamente com o dinamismo corporativista, associando simultaneamente trabalhadores de diversas

³⁰¹ CARVALHO, Florentino de. A' postos! **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 01 mai. 1914.

profissões. Esta fôra a sugestão elaborada com ênfase por João Crispim, em uma das localidades que passou, quando de suas viagens de propaganda.

Frisei bastante a necessidade de organizar nesta localidade uma liga operaria, á qual se filiassem não somente os operarios mas tambem os colonos para melhor se resistir ao brutal sistema de violencias que o proletariado sofre, e iniciar o povo nas lutas pelas reivindicações sociaes.³⁰²

A modernidade fôra apresentada, em seus contornos relativos à instauração da sociabilidade humana, como sendo eminentemente hierarquizante e predatória. Se, de um lado, à escravidão antiga correspondiam gestores antigos, a escravidão moderna, por outro lado, possui, de modo similar, os seus próprios “negreiros modernos”. O articulista expressou uma concepção de igualdade social não como algum tipo de nivelamento por baixo, alguma homogeneização nas formas ou padronização das práticas sociais. Igualdade, para ele, significava simplesmente eqüidade nas “condições economicas, politicas e sociaes”.

Crispim compreendeu a sociabilidade humana como sendo composta de elementos da ordem do intelecto e da ordem do sentimento. A estagnação destas duas, ou de uma destas dimensões societárias humanas, constitui o resultado da ação da religião, da moral estabelecida, da escola, do patriotismo e do militarismo. A formação das subjetividades sob a influência destas instituições, que procuram o estancamento das desenvolvções individuais, produziria escravidões em diversas ordens.

Dáí o porquê da necessidade de uma revolução social envolvendo todos estes campos, uma vez vir da junção destas dimensões da sociabilidade o móvel das atitudes e dos comportamentos das pessoas. Desta maneira, não só o pensamento livre bastaria. Também era

³⁰² CRISPIM, João. Crónica da nossa Excursão de Propaganda. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 17 jun. 1914.

necessário o estabelecimento imediato de uma vontade livre. Desta liberdade resultaria não algum ponto final, alguma estação de chegada.

Ele definiu, noutro momento, com maior precisão, sua compreensão do que denominou mais acima “igualdade de condições económicas, políticas e sociais”. Igualdade consistia no nivelamento por cima, de maneira a favorecer a extinção de hierarquias. Este estado de equidade resultaria numa melhoria na saúde coletiva e individual, cujo desdobramento se observaria com “o otimismo, o entusiasmo e a alegria” envolvendo os trabalhadores.

O trabalho, neste contexto, perderia seu carácter torturante, penoso e sofrível, passando a ser concebido enquanto exercício de uma “ginástica”, ocupando lugar relevante no processo de reativação e realimentação das energias individuais. Ao mesmo tempo, esta “ginástica” seria enriquecida e ampliada em sua concepção por incorporar, quando de sua concretização e enquanto elemento relevante, apreciações de ordem estética. Esta forma de compreensão desonera os conceitos utilitaristas definindo o que seja “trabalho”.

Nesta compreensão, Crispim e Adelino de Pinho³⁰³ convergem. Ao invés de opor trabalho e não-trabalho, as reflexões de ambos resultam na abolição do trabalho sob capitalismo. Assinalam uma intencionalidade em desonerar a fronteira separando atividades produtivas da vida. O esforço produtivo deveria ser livre, encarado como uma arte, ginástica e entretenimento. Nesta direção, Pinho tratou de reconciliar também o trabalho intelectual com o trabalho manual. Aquele que é apenas intelectual deve exercitar alguma atividade manual e o trabalhador manual deve ter acesso ao estudo.

Nada a esperar dos políticos qualquer que fosse a tendência, advertiu Crispim no relato. Sugeriu em seguida ao leitor, uma reflexão em torno dos acontecimentos registrados na história,

³⁰³ PINHO, Adelino de. **Pela educação e pelo trabalho** – Conferencia lida na LIGA OPERARIA DE CAMPINAS, a 13 de Dezembro de 1908. Porto: Typographia Peninsular, 1909 e PINHO, Adelino de. **Quem não trabalha não come**. São Paulo: Cooperativa Graphica Popular, 1920.

procedendo, depois disso, a uma análise “da essência e funcionamento dos poderes governamentais” como forma de favorecer o abandono da fé nos representantes do povo. O domínio político estava, em sua perspectiva, intimamente relacionado ao econômico na mesma proporção em que este àquele³⁰⁴.

A fim de garantir estes monopólios, o governo intervinha nas relações sociais de maneira compulsória, procurando impor e manter o seu domínio através do controle em diversas dimensões da vida social. Como uma das estratégias de domínio sobre os segmentos da população, o governo buscava fabricar um consenso na sociedade, na intenção explícita de prevenir sublevações. Noam Chomsky³⁰⁵ estudou os mecanismos e formas utilizadas sistematicamente pelos governos democráticos para a construção do consenso na população. Tratando particularmente da experiência dos sucessivos governos dos Estados Unidos, Chomsky analisou com pormenores o sistema de “propaganda ideológica” realizado pelo governo estadunidense. Para os governantes, a manufatura do consenso social é mais importante do que os mecanismos violentos de repressão.

Finalizando o editorial, o articulista se dirigiu ao leitor concitando-o diretamente ao imediato exercício de uma rebelião que fosse contínua. Seu chamamento não incitava o leitor para aderir a algum programa de partido nem para se filiar a algum grupo conspiratório nem tampouco para aceitar algum sistema de crenças. Suas palavras instigavam para a ação direta de individualidades rebeladas contra o domínio, contra a hierarquia e a favor da liberdade social.

Esta perspectiva estimulava o leitor a tomar conta de sua própria vida, não lhe oferecendo qualquer repouso, segurança ou apoio para a caminhada, mas antes o imediato abandono da

³⁰⁴ Sobre o tema o Estado na história, ver LEVAL, Gastón. **El Estado em la história**. Madrid: CNT-AIT, Cali: Asociación Artística “La Cuchilla”, 1978.

³⁰⁵ CHOMSKY, Noam. **Propaganda ideológica e controle do juízo público**. Tradução de Danielle Mendes Sales. Rio de Janeiro: Achiamé, [2004?].

cômoda posição de espectador, paciente e representado na vida. O próprio articulista fez questão de definir sua posição, neste processo, enquanto um rebelde ladeado e ladeando outros rebeldes. Nada de vanguardas nem tampouco retaguardas.

Nesta ordem discursiva, Adelino de Pinho elaborou algumas reflexões apresentando o quadro social de dominação enquanto constituído por uma dinâmica eminentemente relacional. A situação de crise social e econômica que atingia a sociedade brasileira, em seu tempo, devia-se não a alguma crônica malevolência dos segmentos sociais dominantes. Devia-se antes a um conjunto de fatores em que a resignação e passividade dos trabalhadores desempenhavam papel fundamental.

O quadro social de exploração e dominação resultava, portanto, da ação em conjunto de todas as camadas da sociedade e não acontecendo de uma forma unidirecional. O poder centralizado, ainda que beneficiando política e economicamente alguns poucos extratos sociais, não era estabelecido a partir de uma ação exclusivamente dominadora de alguns segmentos sociais sobre o conjunto de passivos dominados. Daí o porquê do autor ressentir-se mais pela cooperação dos trabalhadores com a situação de explorados, através da recorrente omissão diante do estado das coisas, do que da ação espoliadora dos governantes. Tanto assim que o articulista encerrou o artigo incitando os trabalhadores à ação direta.

Sem título.

O actual momento da vida economica, moral e politica do Brasil presta-se ás mais eloquentes considerações sob qualquer ponto de vista que se o encare, quer pelos desatinos, violencias e arbitrariedades dos de cima, dos caciques, mandões e governantes de qualquer rotulo ou partido, quer pela já agora cordeiresca submissão, passividade e resignação dum operariado abastardado e incoerente que abandona a luta de todos os dias, fiado nas palhaçadas e promessas dos seus exploradores, não divizando esta verdade: *que só pela aspiração perene, lucta continua e estudo permanente das questões que o affectam, conseguirá a sua emancipação.*

Emquanto os caciques locais e nacionais se degladiam mutuamente na conquista do que chamam direcção dos altos destinos do país; enquanto assaltam o tesouro publico e esbanjam nababescamente o suposto patrimonio nacional em viajatas é

Europa e em subvenções a uma imprensa mercenaria que lhes justifica os gestos e lhes aplaude as arbitrariedades e fanfarrônicas, ‘o povo – esse jumento que no dizer conciso de Junqueiro – assiste calado, quieto e pacato a essa abjecta farça sem sequer balbuciar um basta! tremendo e comovedor que denotasse ao menos não ser um mito a sua existencia.

[...]

Vejam, por outro lado, a vida moral do país, o que tem sido.

Não vale a pena enumerar o que está na memoria e á vista de todos.

Mas, no meio de tudo isto que constitue o descalabro e a ruína moral e economica do povo, o que nos entristece não é tanto as violencias e atentados á liberdade e vida dos cidadãos mas sim a cobardia que eles manifestam desinteressando-se das conquistas que deveriam constituir o seu maximo orgulho, como é a liberdade de pensamento, de reunião e de associação.

*

* * *

Um movimento anarquista que desabrochou e que feneceu sem fructificar; um movimento associativo e revolucionario que não deixou tradições; grupos e individuos que se evaporaram, que resta desse movimento outr’ora tão brilhante que se desenvolvia especialmente no E. de S. Paulo?

Será tempo de reunir os elementos dispersos, de chamar a cerrar fileiras todos os que pensam que esta vida è a péor das vidas, de fazer uma propaganda sistematica das ideias que acalentamos e que julgamos trazer solução ao problema da miseria em que a humanidade vegeta?

E’ o nosso desejo.³⁰⁶

Solargeo Livre³⁰⁷, ao apresentar na seção *Comentarios* algumas rápidas ponderações em torno da situação conflituosa, imperando entre os políticos republicanos em suas disputas pelo poder logo em seguida à derrocada da monarquia, expressou a mesma insatisfação apresentada por Adelino de Pinho. De suas palavras de análise da situação política, econômica e social do Brasil emergem reclames relativos à letargia e à falta de atitude corajosa e detida reflexão da população trabalhadora.

No quinto número do jornal, Adelino de Pinho³⁰⁸ retomou a crítica aos políticos de todas as cores a partir da problematização de eventos relativos à política colonialista da Espanha sobre o Marrocos.

Bingi, muito provavelmente o pseudônimo de algum trabalhador, em tom profundamente revoltado analisou os governos a partir da sua prerrogativa intervencionista na sociedade. Num

³⁰⁶ PINHO. Sem título. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2, 01 mai. 1914.

³⁰⁷ LIVRE, Solargeo. Comentários – A politicagem. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 7 mai. 1914.

³⁰⁸ TAVARES. Zaragata parlamentar. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 07 jun. 1914.

texto curto e ácido, apresentou a arte de governar como sendo homicida em seus princípios e efeitos sobre a sociedade. Esta assertiva independia da classificação do governo de plantão, em qualquer taxonomia política.

Os assassinos.

Todos os governos são iguais. Do absoluto ao constitucional, do imperial ao monárquico e ao republicano, do reacionário ao democrático a única aspiração de qualquer governo é esfomear e sangrar o povo. Aquele povo que trabalha compreende-se.

O rei é o farol das instituições: nele se apóiam os invertebrados; a ele pedem luzes os mandatários do povo.

Cada rei tem o seu *Beccaris*.

O mais humano é aquele que tem menos vítimas; todos as tem.

O democrático rei da Itália não quer ficar atrás do seu colega o Czar.

Ambos tem o seu povo e ambos amam o seu povo; mas com a condição que este permaneça imóvel e fossilizado.

Deve trabalhar para o rei que é o magnífico, o pai da pátria, o rei bom e democrático.

O rei é sagrado; ai de quem lhe tocar!

As instituições que lhes necessitam são invioláveis. Tudo isso não é a favor do rei, mas para o povo deste rei.

Quem ousa aspirar a uma vida que não seja e bruto, é um inconsciente, um criminoso.

Quem se sente roubado e pede a restituição daquilo que produz e precisa, é perigoso para a ordem pública. E, para bem do povo, o rei manda-lo-á fuzilar. Fuzilando o revolucionário, o rei livra do incubo do terror a nação. O chumbo real que ceifa vidas nas ruas públicas é o tônico que restituirá saúde, força e paz.

Assassino é o que mata de fome. Quem massacra para esfomear e fazer escravos é um herói, um bemfeitor a quem a humanidade deve reconhecimento.³⁰⁹

O editorial do segundo número do jornal, a partir das comemorações da abolição da escravidão programadas por fazendeiros e governantes, ampliou o enfoque sobre o tema da antiga escravidão negra e da situação dos negros na sociedade republicana. O autor iniciou o editorial apresentando a naturalização da concepção hierárquica da sociabilidade humana cultivada por legalistas.

³⁰⁹ BINGI. Os assassinos. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 1, 17 jun. 1914.

13 de Maio.

Quatro dias faltam para que os o governo e os fazendeiros, juntamente com a multidão dos homens de côr, comemorem o fausto acontecimento da abolição da escravatura no Brasil.

Os partidarios da legislação e da jurisprudencia, que afirmam ser uma necessidade o ordenamento social sob o ferrete de uma direcção arbitraria, porque o povo é incapaz de ter e de afirmar as suas aspirações de liberdade e de conceber ideaes de tendencias anarquistas, vêm nesta comemoração um ensinamento hostile a essas afirmações inspiradas por interesses que os apresentam como individuos perniciosos á sociedade.³¹⁰

O articulista evidenciou o ridículo das sentenças e das verdades consideradas em seu tempo enquanto verdades científicas inquestionáveis, definindo preconceituosamente o negro como ser inferior. Imperava, naquele período, uma perspectiva evolucionista e racista que tinha em Gobineau e em Lombroso os seus mais expressivos representantes. Além da ciência, o cristianismo, negando aos povos negros a condição de ser humano, servia aos estratos dominantes da sociedade justificando a escravização destes agrupamentos humanos.

No entender do articulista, a situação de miséria e violência sobre os negros explicava a sua condição de ignorância em relação aos assuntos científicos e filosóficos. Ao contrário do afirmado por uma discursividade aportada numa ciência dogmática e racista, fatores genéticos nada tinham que ver com esta situação. Para o autor, o negro já tinha dado sobejas e inquestionáveis provas de inteligência apenas pelo fato de não aceitar a condição de escravo, lutando incessantemente pela própria liberdade mesmo com o risco de ser torturado ou assassinado pelos escravocratas.

As hostilidades do negro em relação ao branco vêm da consciência do abuso e das injustiças sofridas nas mãos dos negreiros e fazendeiros. Esta aversão dos negros aos brancos constituiu, para o articulista, noutra prova de sua inteligência. A situação de violência sobre os negros permanecera inalterada na era republicana.

³¹⁰ CRISPIM, João. 13 de Maio. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1, 09 mai. 1914.

As comemorações do treze de maio foram perdendo, paulatinamente, para a população negra, o sentido. Isto por conta da intensificação da exploração com o estabelecimento de uma escravidão moderna. O fim da escravidão negra, como realizado por monarquistas, republicanos, democratas e fazendeiros, visava não à emancipação dos negros, mas antes a expansão do sistema escravista aos negros, brancos, amarelos e vermelhos, para benefício do que o autor denominou ora de “negreiros modernos” ora de “escravocratas modernos”.

A liberdade prometida pelos republicanos democratas consistia em um logro lançado sobre o conjunto da população. A análise crítica do articulista apresentara o empenho do partido republicano, quando nos tempos da monarquia, em incentivar e apoiar associações abolicionistas, enquanto estratégia velada de majorar os lucros dos fazendeiros. O regime do assalariamento, na verdade, libertou o fazendeiro que deixou de custear os cuidados com a vida do escravo, ao mesmo tempo em que a abundância de mão-de-obra disponível baixava o valor da remuneração.

A concepção de modernidade elaborada por Crispim, enquanto uma nova escravidão, justifica sua recusa em aumentar o coro dos apologistas da sociedade envolvente. A situação social do trabalhador, na República, em nada avançou relativamente às conquistas de liberdade e emancipação individual e coletiva. Antes, pelo contrário, recrudescer a razão da força em detrimento da força da razão, renovando, ampliando e intensificando a escravidão.

Com a chegada da república não só negros foram escravizados. Agora a potência do sistema escravista vigente, sob a aura da modernidade, tornou-se mais eficiente, mais intensa e mais extensa. Considerando estas ponderações, encerrou o editorial dirigindo algumas provocações ao leitor. Ao desnudar a situação infligida ao trabalhador assalariado, na modernidade, como sendo muito pior do que na antiga escravidão negra, favoreceu a criação, particularmente entre os trabalhadores, de uma sensação de desconforto. Isto porque, para quem entendia ser livre sob o sistema de salariado, este sistema econômico perdia sua aragem de

generosidade com a qual segmentos dominantes o apresentavam. Desta situação poderiam desembocar inquietações, insubmissões, rebeldias.

Esta compreensão – de renovação, ampliação e intensificação da escravidão com o estabelecimento do trabalho assalariado pelos republicanos – integrara o conjunto das matérias de uma das conferências de João Crispim³¹¹, na sua viagem de propaganda. Em seu relato de parte do trecho percorrido, registrou uma situação de polêmica e de tensão com algumas pessoas na platéia por ter feito esta afirmação.

Pinho de Riga³¹² escreveu um artigo intitulado *Escravidão moderna* em que expõe sua compreensão da escravatura negra tendo sido, a partir da lei áurea, extensiva a brancos e amarelos. O trabalho assalariado consistiu em uma nova forma de escravidão mascarada com a idéia de abolição da escravidão negra, advertiu.

Helio Mortião³¹³ descreveu, na seção intitulada *Cómentarios*, a abolição da escravidão negra como parte de um processo de luta devida aos próprios negros e não a uma pretensa generosidade dos monarquistas. A escravidão, quando da proclamação da lei Áurea em 1888, já estava de fato abolida pela ação rebelde e transgressora, realizada, sobretudo, pelos próprios negros.

O editorial do terceiro número do jornal abordou a relação da igreja com a questão social. Comentando as iniciativas do clero católico em torno de diversos aspectos relativos à condição do trabalhador numa sociedade hierarquizada, o articulista tensionou e problematizou o assunto. Seu objetivo era o de colaborar, com sua reflexão, para a compreensão do recente interesse da igreja pelo trabalhador.

³¹¹ CRISPIM, João. Crónica da nossa Excursão de Propaganda. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 2, 17 jun. 1914.

³¹² RIGA, Pinho de. A escravidão moderna. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 2, 17 mai. 1914.

³¹³ MORTIÃO, Helio. Comentários – o 13 de Maio e a Acção Directa. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 2, 17 mai. 1914.

Suas palavras iniciais, defendendo intransigentemente liberdade para todos, indicavam ser o endereço de suas reflexões não a assembléia legislativa, a fim de criação de alguma lei proibitiva ou impositiva. Estas suas palavras manifestaram antes a intenção da adoção, por parte dos trabalhadores, de um comportamento ativo com base numa ação direta libertária. Apresentou as investidas da igreja junto ao operariado como reação natural à diminuição dos fiéis em seus templos. A igreja procurava remediar a perda de campo para as associações de resistência, adotando medidas sociais de caráter filantrópico. A criação de círculos operários católicos, de escolas confessionais, de ação caritativa, fez parte de uma estratégia da igreja em retomar o espaço perdido, no meio popular, para o sindicato combativo.

No movimento operário a entrada da igreja favoreceu o estabelecimento de uma tendência, designada pelos trabalhadores da época, de “crumiro”, nomeando as práticas sistemáticas de furar as greves. Este tipo de sindicalismo também era denominado de “sindicalismo amarelo”, por defender a concepção de harmonia e colaboração entre as classes sociais.

O articulista, procurando dar maior força aos seus argumentos, finalizou o editorial chamando a atenção do leitor para não esquecer de considerar a história recente da igreja, particularmente na questão do trabalho escravo. Neste quesito, o clero católico legitimou a condição de escravo do negro, afirmando taxativamente sua animalidade, um ser desprovido de alma, enquanto justificativa válida para sua dominação e exploração. O autor desafiou os católicos a se posicionarem comentando este aspecto específico da história recente da igreja. Na seqüência destas ponderações, traçou um paralelo deste procedimento racista do clero católico com as recentes medidas adotadas pela mesma igreja em que ela parece intentar alguma forma de favorecimento e de proteção para o trabalhador.

A igreja e o proletariado.

Segundo a imprensa diaria, devia-se realizar nestes ultimos dias um congresso catolico, o que não nos admira, pois reconhecemos o direito de reunião e discussão a todo mundo; não queremos a liberdade só para nós. Mas o que nos faz pasmar, o que nos faz sair do serio, e chamar a atençãa dos interessados para o assunto, é os snrs. catolicos quererem inmiscuir-se nos negocios dos operarios, sendo a questão operaria um dos temas mais largamente a desenvolver no dito congresso.

De facto, se não soubessemos o imperio que a igreja ainda desfructa sobre a pobre gente que vai ajudar o carnicheiro que a ha-de esfolar; se não soubessemos tambem por experiencia propria, que uma grande parte dos incautos se deixam levar pelo canto da sereia, devido a falta de preparo intelectual e estreiteza de entendimento; que incapazes de raciocinar, comparar e tirar conclusões se deixam engodar e se tornam victimas inesperientes dos maus e torpes exploradores e charlatães polotiqueiros, levariamos a cousa para o ridiculo e um encolher de ombros seria o único gesto digno da obra dos padrecas e comparsas. Desgraçadamente, por isto mesmo, temos que lançar o grito de alarme e prevenir o operariado da armadilha que a igreja lhe prepara, para com o seu opoio perpetuar seu iniquo dominio.

[...]

Mas a prova provadissima de que ela não procede honestamente, nesta questão, como nunca lealmente procedeu em questão alguma, é que sempre esteve ao serviço de todos os tiranos, e exerceu por sua vez a maior das tiranias contra os desgraçados. Basta dizer-se que _____³¹⁴ justificou no Brasil a escravidão.

E chegados aqui cabe formular, para fechar, a pergunta irreverente e formidavel que desde o principio nos estava a cair do bico da pena. Porque a igreja durante um dominio indiscutivel de dois mil anos não resolveu a questão do pão para todos. Porque não estabeleceu o nivelamento social na época da crença fervorosa e intensa, quando ninguem se escapolia ao seu poder, nem os proprios reis! numa epoca em que os raios da escomunhão levavam a Roma, lançando-se de rojos aos pés do papa os mais poderosos monarcas da terra?

Respondam a isto snrs. catolicos, sejam francos, ao menos uma vez na vida! E então agora, quanto sentem o seu poder periclitar, quando percebem que o seu dominio está acabado, quando os seus gestos e procissões são recebidos e corridos as gargalhadas e assobios universaes, é que querem interessar-se pelos operarios?

Criem vergonha e pundonor e apareçam!³¹⁵

O tema igreja, religiosidade e crenças fôra objeto de reflexões. Apesar da crítica contundente às crenças em fenômenos tidos na medida desobrenaturais e à religião, houve o caso do estabelecimento de grandes comoções sociais como também de eventos revolucionários provocados por crédulos e por movimentos de caráter religioso. Num destes artigos, o articulista destacou alguns eventos históricos de rebelião da multidão trabalhadora em que fora relevante a participação de alguma expressão do cristianismo.

³¹⁴ Palavra ilegível. Presumo, pelo contexto imediato, que se refira à igreja.

³¹⁵ A IGREJA e o proletariado. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 17 mai. 1914.

Pelo Ideal

[...]

A luta em prol do bem estar para todos é a verdadeira historia da humanidade.

Não ha guerra que conte maior numero de combatentes, de vítimas e martires.

O senso comum e com ele o pensamento dos filosofos mais notaveis defendem e propagam a todo transe este princípio, que é a base de toda a justiça, de toda a moral.

Ele é o esteio de todas as seitas, de todos partidos, porque representa a aspiração colectiva.

“O povo judeu, muito antes da duvidosa existencia de Cristo, professava ideias de emancipação. Os profetas de Israel são, segundo Benan, fogosos publicistas dos princípios que hoje chamariamos socialistas e anarquistas.

O cristianismo, no seu primeiro estágio é fortemente impregnado da tendencia popular daquela epoca, é essencialmente comunista e anarquista.

Por seu intermedio chegam até nós entre outras, as célebres maximas: *a cada um segundo as suas necessidades* e *“amarás o próximo como a ti mesmo”*.

Varios apóstolos são predecessores de Proudhon.

S. Paulo diz que o rico é um parasita; que o individuo que não trabalha não deve comer.

S. Jeronimo declara que a opulencia é o produto do roubo.

Segundo São Clemente, a propriedade privada é filha da iniquidade.

No ano 374 o filosofo Manes foi esfolado vivo por propror a igualdade. Os seus discipulos foram perseguidos. Não reconheciam nenhuma autoridade civil ou religiosa.

Na Italia os Irmãos e Irmans do Livre Espirito combatem a propriedade a autoridade, assaltando as casas dos ricos e destruindo os titulos de propriedade.

Na Inglaterra os padres Jão Wicleff e João Ball tomam parte saliente nas agitações comunistas. Pouco depois rebenta a revolução dos Lllards. Mais de cem mil proletarios tomaram parte neste grandioso movimento, queimando os castelos e assaltando a propriedade.

Em 1498, o doutor Tomás Munzer sofre martirios e perseguições por lutar pelos oprimidos. Afirma que “todos os senhores são uns bandidos, inimigos do povo, aos quaes é preciso estrangular o mais depressa possível”.

Os trabalhadores aderentes ás sociedades de resistência consideram os indiferentes como “membros mortos da sociedade”.

Jacquel e Hoffman põem-se em destaque pela sua actividade nas rebeliões dos proletarios contra os patrões e são queimados vivos pelas hordas da burguesia.

Munzer é torturado barbaramente e decapitado, depois de ter, com os seus companheiros, feito um excelente ensaio comunista em Mulhausen.

Os camponeses (anabatistas) continuam a rebelar-se contra a exploração desmedida e a tirania implacavel dos senhores e, uma vez vencidos, são aos milhares, afogados, queimados ou decapitados.

Na Inglaterra produz-se uma nova rebelião comunista-anarquista, que é a tendencia geral da época.

Os rebeldes Winstanley e Everard são perseguidos e encarcerados.

É preciso, diziam, abolir os ricos e suprimir a moeda.

O cura e grande filosofo Meslier, que morreu de fome e de indignação ante as iniquidades sociais, gritou “que todos os grandes da terra e os nobres se vejam enforcados”.

“Ricos, frades, padres, gente da policia, são uns miseraveis. É necessario rebelar-se”.³¹⁶

³¹⁶ CARVALHO, Florentino de. Pelo ideal. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 09 mai. 1914.

A estratégia colocada em ação no texto é evidente: mostrar aos cristãos a existência de pensadores cristãos que defendiam ardorosamente postulados libertários e igualitários; evidenciar a existência, na história do cristianismo, de rasgados eventos de insatisfação popular nos quais rebentaram movimentos de insurreição, desobediência e destruição dos poderosos; delimitar a importância das rebeliões religiosas na configuração das reivindicações recentes postas pelo movimento operário. As primeiras sublevações dos trabalhadores tiveram participação decisiva de espiritualistas como de consideráveis segmentos religiosos.

Dentro de uma perspectiva de crítica à religião, M. publicou um pensamento abordando o tema numa perspectiva atéia.

DEUS.

Se a crença e amar um Deus fosse uma coisa natural e lógico, como apregoam todos os vivedores de religiões, esse amar e crença não necessitariam de ser impostos pela força bruta ou marteladas em pequenos cerebros de crianças, – nasceriam com o individuo, por serem indispensáveis á conservação da alma, da mesma forma que, para a conservação do corpo, o individuo nasce com nariz, olhos, boca, estomago ele, sem o que, não poderia viver.³¹⁷

João Penteado³¹⁸ questionou os cristãos pelo apoio prestado às iniciativas guerreiras através da aprovação do militarismo. A estratégia argumentativa do autor foi partir de alguns postulados doutrinários do cristianismo, sem levantar objeção a eles, para cobrar dos cristãos uma coerência de suas atitudes com sua doutrina e fé. Referiu-se diretamente a Tolstoi, defensor que era de métodos mais radicais que o simples pacifismo como o manifestado em sua concepção de “não resistência ao mal”.

³¹⁷ M. DEUS. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 3, 17 mai. 1914.

³¹⁸ PENTEADO, João. O militarismo e sua nefasta influencia. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 1, 17 jun. 1914.

O editorial³¹⁹ do quinto número do jornal noticiou a organização de um congresso anarquista que seria realizado na cidade inglesa de Londres. O artigo evidenciou a importância deste evento tanto para a divulgação do anarquismo como para a sedimentação dos grupos existentes e criação de novos. Eventos desta natureza favoreceriam o contato direto entre pessoas de locais, línguas e culturas diferentes possibilitando um maior conhecimento de outras experiências.

Desta maneira, diversas lições poderiam ser aprendidas com esta vivência de alteridade: a discussão em torno de questões de método e tática revolucionária, a reflexão sobre aspectos particulares do pensamento social envolvendo assuntos filosóficos e conceituais, afora o próprio evento poder servir enquanto um experimento libertário de abolição de fronteiras.

O autor destacou a mobilização existente em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, através da execução de diversas atividades com a finalidade não só de apoiar o evento, mas também com o envio de congressistas para Londres. Também se dirigiu aos anarquistas no Brasil, anunciando uma assembléia e o planejamento para realização de outras atividades para o envio de delegados.

No primeiro número do jornal, os editores divulgaram uma circular dirigida aos trabalhadores e anarquistas convocando a todos os interessados para participarem na organização do evento, no levantamento de informações e registros históricos, de dados de estatísticas como através de outras iniciativas a serem planejadas. Nesta circular, os editores solicitaram a colaboração dos anarquistas nas localidades em que às notícias do congresso chegasse. Esta colaboração, sobretudo poderia ser feita a partir da elaboração de relatos descrevendo a natureza e as características do movimento anarquista local. As questões levantadas possibilitariam o

³¹⁹ CONGRESSO Anarquista Internacional. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 1, 07 jun. 1914.

delineamento do perfil da expressão anarquista em cada localidade como também o grau de penetração de idéias anarquistas em outras camadas da sociedade, como as dos intelectuais³²⁰.

No segundo número do jornal, a nota sobre o congresso oferecia mais elementos para a compreensão dos propósitos do evento. Apresentava também a maneira pela qual ele fora idealizado por anarquistas alemães, franceses e ingleses. Os editores anunciaram concomitantemente o propósito de organizar um outro congresso de anarquistas no Brasil³²¹.

Duas notas curtas, publicadas no terceiro número do jornal, informaram das possibilidades do jornal ante o congresso e sobre a organização de eventos em benefício de sua organização. Na segunda nota, os editores iniciaram uma campanha de arrecadação de fundos com vistas de auxiliar na organização do congresso internacional³²².

No número seis do jornal, os editores publicaram uma nota sobre o congresso descrevendo a reunião havida no dia 14. Relataram também a adesão de diversos grupos anarquistas e a decisão da assembléia em enviar delegado próprio para o evento. A assembléia formou uma comissão para levar adiante as atividades necessárias na organização da participação de grupos anarquistas no Brasil.

O último editorial³²³ registrou aspectos então recentes que dizem respeito aos conflitos entre operários italianos e classes dirigentes. À repressão policial em torno da organização de uma manifestação pública sucedeu a eclosão de uma greve geral. Este movimento paredista se alastrou por toda a Itália. O articulista lamentou a demora da reação proletária como também dos trabalhadores não terem radicalizado sua intervenção, vinda de uma maneira tardia. Apesar disto, encerrou o artigo celebrando a atitude ousada e enérgica dos trabalhadores na Itália e hipotecando

³²⁰ A PROPOSITO do Congresso Anarquista Internacional. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 4, 01 mai. 1914.

³²¹ CONGRESSO Anarquista Internacional. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 3-4, 09 mai. 1914.

³²² IMPORTANTE. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 2, 17 mai. 1914. CONGRESSO anarquista. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 4, 17 mai. 1914.

³²³ OS FACTOS da Italia. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 1, 17 jun. 1914.

sua solidariedade e apoio aos propósitos revolucionários simbolizados na luta por eles empreendida.

Os editores publicaram artigos abordando outras dimensões da vida social. A condição feminina na sociedade vigente, o militarismo, o patriotismo e as guerras, jogos de azar, a questão educacional, a organização dos trabalhadores, polêmicas com políticos profissionais, fome e miséria atingindo os segmentos populares da sociedade brasileira foram alguns dos assuntos abordados. Estes temas, de um modo ou de outro, se atravessam, se interpenetram.

Os assuntos estão contagiados uns pelos outros, dependendo da construção argumentativa do articulista, a forma de abordagem destes assuntos e de como eles foram encadeados em sua estratégia dissertativa. Os autores procederam à instauração de um nomadismo quando do enfoque dado às matérias apresentadas, transitando entre as áreas do conhecimento com desrespeito e desconhecimento no que diz respeito às suas fronteiras.

João Crispim elaborou artigo, no primeiro número do jornal, analisando as “Modalidades do sindicalismo”. Neste artigo há o empenho em orientar o pensamento social dos trabalhadores. Apresentou suas reflexões objetivando a configuração de uma certa dinâmica de conviviabilidade dentro do movimento do proletariado. Iniciou o artigo apresentando uma definição do que vinha a ser o sindicalismo. Ao mesmo tempo evidenciou a existência de um considerável leque de diversidade de organizações sindicais. Enfatizou seu interesse particular em torno do conjunto dos sindicatos operários de orientação revolucionária.

Modalidades de sindicalismo.

Sindicato é a organização de uma ou varias classes que exploram ou trabalham em determinados ramos da industria ou profissão.

Existem numerosos sindicatos de capitalistas, não somente para exercitarem o monopólio, mas também com o fim de resistirem com maior vantagem, às reivindicações do operariado.

Numerosos são, já, os sindicatos operários católicos organizados pelos padres, com o escopo da *beneficencia* e da oração, isto é, tomar xaropes e papar hostias.

Depois vêm os sindicatos operários amarelos, organizados pelos patrões. Estes sindicatos têm por fim o mutualismo e o cooperativismo.

Tanto os sindicatos operários católicos como os amarelos, são criados em oposição à organização genuinamente operária de resistência, principalmente para servirem de arma de defesa do capitalismo, substituindo os trabalhadores que se declaram em greve, ou negando-se a abandonar o trabalho quando resolvem paralisa-lo.

Temos ainda os sindicatos operários que obedecem às orientações dos partidos monárquicos e republicanos, dos quais não vale a pena falar.

Os que mais de perto nos interessam são os sindicatos operários propriamente ditos, que estão envolvidos mais ou menos na luta social.³²⁴

O autor distinguiu, neste sindicalismo, três variedades diferentes: o sindicalismo de resistência, o sindicalismo legalitário ou socialista e, por fim, o sindicalismo revolucionário. O sindicalismo de resistência fora caracterizado como eminentemente economicista, isto é, voltado para as questões imediatas de melhorias salariais, melhorias de condição de trabalho além de outros aspectos a ele relacionados.

O sindicalismo legalitário também ficara conhecido por suas relações estreitas com os partidos socialistas. Defendia a ação indireta por parte da população trabalhadora, além de cultivar uma intensa ojeriza à ação direta. Este sindicalismo investiu fortemente na divulgação do sufrágio universal, procurando eleger os chamados representantes do povo através dos processos legais de ação. Esta ação indireta era concebida enquanto única arma do trabalhador na luta por melhorias nas condições de trabalho e vida.

Em seguida, o articulista evidenciou, de maneira irônica, o vácuo de significação do sindicalismo no que se referia a algum benefício para os trabalhadores. A sua aplicação era por demais elástica, agregando as mais diversas e contraditórias intenções e interesses. Por sua vez, o sindicalismo revolucionário surgiu, nas reflexões do autor, enquanto uma tentativa de trabalhadores em diferenciar o sindicalismo operário dos sindicalismos católico, amarelo, político e de resistência.

³²⁴ CRISPIM, João. Modalidades do sindicalismo. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2-3, 01 mai. 1914.

No entanto sua crítica não poupava este sindicalismo apenas por ter sido adjetivado com a palavra “revolucionário”. Condenou veementemente o automatismo sindical segundo o qual as conquistas econômicas trariam imediatamente e por si só a transformação social, em direção do fim do capitalismo e do estatismo. Criticou também a noção de neutralidade sindical defendido pelos aderentes do sindicalismo revolucionário. Em nome desta neutralidade justificavam a retirada das associações de classe acerca de qualquer questionamento ou posicionamento crítico diante das instituições sociais e políticas estabelecidas.

Segundo esta expressão do sindicalismo, aos trabalhadores seria mais que indiferente, seria contraproducente tomar alguma posição ideológica definida dentro dos embates entre as diferentes expressões do pensamento social existentes. Seria mesmo preferível, na perspectiva do sindicalismo revolucionário, não adotar alguma tendência do pensamento social, sobretudo a anarquista, por acreditar ser possível uma efetiva imparcialidade nas relações sociais.

Crispim evidenciou diversas federações operárias que tendo este entendimento das questões sociais e dos limites do sindicalismo, se manifestaram abertamente anarquistas em suas finalidades. Tomando como referência as experiências de diversas federações operárias, reiterou a necessidade de liberdade dentro dos sindicatos de maneira a que as idéias de emancipação social fossem neles divulgadas.

O autor recrudescer sua crítica aos aderentes do sindicalismo revolucionário focalizando sua apreciação, particularmente, em três aspectos de postulados do sindicalismo: concebiam o sindicato como meio e como fim das lutas proletárias; entendiam o sindicato enquanto espaço unicamente de defesa e reivindicações da ordem de melhorias econômicas e de condição de trabalho; por fim, sustentaram ser o sindicato o eixo gravitacional do dinamismo societário numa sociedade libertária.

O sindicato era concebido pelos sindicalistas revolucionários enquanto célula básica da nova sociedade. Desta maneira, delimitaram antecipadamente uma instituição chamada a desempenhar um papel de nova centralidade, na nova sociedade do porvir. Esta definição apriorística constituía o estabelecimento de uma outra forma de Estado dirigindo, dominando, limitando, portanto negando, as liberdades individuais.

Voltou a evidenciar o fato de diversas federações operárias, inclusive a COB, terem receado o estabelecimento de confusões entre os trabalhadores, por conta das diferentes correntes dentro do sindicalismo. Este temor levou a que os trabalhadores procurassem evitar o alastramento de concepções ecléticas em seus princípios, afirmando as finalidades anarquistas das associações proletárias.

Modalidades de sindicalismo.

[...]

Finalmente, outras organizações foram mais longe na clareza dos seus princípios, declarando o Comunismo Anarquista como finalidade das suas reivindicações. Entre estas contam-se a Federação Operaria R. Argentina, a Federação Operaria do Paraguai, a Federação Operaria de Santos, etc. A Confederação Operaria Brasileira, estabeleceu as mesmas finalidades, declarando a necessidade da destruição do Estado, e a organização de uma sociedade de productores, livre de qualquer organismo centralizador ou autoritario.

Poderíamos também citar muitas outras organizações operarias, como por exemplo a Federação Operaria do Uruguai e da Espanha, as quaes fazem uma obra abertamente anarquista.³²⁵

Advertiu os trabalhadores, no quesito relativo à resolução dos congressos da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, excluindo a política partidária de suas finalidades. Esta iniciativa visava diminuir, senão anular, a influência dos políticos partidários dentro do movimento operário. Isto não significava, entende o articulista, a anulação das discussões em

³²⁵ CRISPIM, João. Modalidades do sindicalismo. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 2-3, 01 mai. 1914.

torno de questões ideológicas no meio operário, nem tampouco o combate à propaganda das finalidades diretamente anarquista pelos sindicatos.

Finalizando o artigo, Crispim apresentou sua concepção do sindicalismo anarquista: abolição de dogmas, leis e hierarquias no meio dos trabalhadores; o sindicato como um espaço privilegiado de aprendizado de liberdade e solidariedade entre os trabalhadores; associação dos trabalhadores desprovida de programas pré-estabelecidos para ser aplicado em novas formas societárias, por fim, como de alguma dimensão central definindo e impondo a todos as formas de convivibilidade; caberia às coletividades e às individualidades envolvidas a definição da organização, do modo como souber e como puder, das novas formas societárias; efetivação da sociedade dos produtores livres; destruição dos poderes, instituições e organizações obstacularizadoras das liberdades sociais ou que visam impor algum sistema social; liberdade para individualidades e coletividades a fim de que pudessem experimentar livre e independentemente formas societárias diferentes.

João Penteado³²⁶ dirigiu aos ferroviários de todo o Brasil “Algumas palavras” em torno da necessidade da organização sindical. O sindicato fora apresentado, em seu texto, como a forma de organização e arma por excelência para as lutas sociais travadas pelos trabalhadores a favor de melhorias em suas condições de vida. Seu escrito fora elaborado num dinamismo didático, à maneira de um professor lecionar a fim de chamar a atenção para a importância e gravidade de um assunto a uma platéia um tanto quanto displicente com o tópico em questão.

A utilização pelo autor da apresentação de uma série de questionamentos dirigidos ao leitor configurou um interessante recurso provocativo. O encerramento deste artigo apresenta ao leitor a ação direta como instrumento através do qual cada um pode tomar conta de sua própria

³²⁶ PENTEADO, João. Algumas palavras. A propósito da organização sindicalista. Aos ferro-viários do Brasil. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 2, 17 mai. 1914.

vida, não depositando esperanças em nenhum tipo de providência externa e sim na potência proveniente da organização dos trabalhadores.

O curto artigo de Miguel Sanz³²⁷ objetivou chamar a atenção dos trabalhadores em geral, mas, sobretudo, dos que eram reativos ou simplesmente negligentes às idéias de associação proletária, à organização operária como sendo a forma por excelência dos trabalhadores conquistarem melhorias nas suas condições de existência.

Utilizando a mesma estratégia expositiva delineada no seu outro artigo, João Penteado³²⁸ abordou a questão do nacionalismo enquanto fator decisivo na eclosão das guerras e dos morticínios verificados entre as nações. Tratou deste tema exatamente no período da primeira conflagração bélica mundial. No seu entender, impunha-se a eliminação do sentimento patriótico dos corações e mentes das pessoas, caso se pretendesse por fim aos assassinatos coletivos implementados pelos interesses econômicos e políticos dos segmentos dominantes no cenário político internacional. Para atingir esta finalidade, a criação e difusão da escola racionalista consistiam num imperativo condicionante.

Outro artigo, escrito sob assinatura abreviada, M.³²⁹ apresentou “os crimes do militarismo” a partir do episódio do assassinato de um major por um soldado em Portugal. Apresentou o telegrama de Portugal noticiando o acontecido, evidenciando as lacunas de informação calculadamente deixadas pelo remetente, jornalista da grande imprensa comercial. Apresentou as informações negligenciadas pelo jornalista. Contextualizou a vida do soldado assassino com a finalidade de oferecer mais elementos a fim de que o próprio leitor pudesse tirar conclusões por si mesmo acerca do ato homicida do soldado.

³²⁷ SANZ, Miguel. Para los que no piensan. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, 17 jun. 1914.

³²⁸ PENTEADO, João. A Pátria e as guerras. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 09 mai. 1914.

³²⁹ M. Os crimes do militarismo. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, 17 mai. 1914.

O autor não se eximiu do desafio por ele lançado ao leitor. Ele mesmo defendeu a ação do soldado, propondo que fosse deixado, em última instância, ao próprio soldado o julgamento de seus atos. Isto porque apenas ele e mais ninguém poderia conhecer em proporções mais justas os motivos de sua atitude.

O autor concluiu ter sido deflagrada uma série de crimes a partir da retirada violenta de um camponês de sua vida simples e calma em sua aldeia, expondo-o a abusos, arbitrariedades e humilhações, para torná-lo um soldado. O corolário desse processo de violências sistemáticas fora dado com o episódio do abuso perpetrado pelo major sobre o soldado ao que este apenas reagiu contra o tirano que o oprimia.

A crítica ao Estado, enquanto instituição disseminadora de violências no conjunto das relações sociais, consiste em ponto recorrente na literatura anarquista. Os artigos aqui apresentados, sempre que tratam do Estado, do governo e dos setores dominantes, enfatizam o caráter essencialmente violento, velado ou manifesto, de suas iniciativas. O estado existe para intervir; a forma desta ação é através de proibições e restrições ou obrigações e compulsórios, em que ele é a medida para impor, fiscalizar e aplicar sanções.

As críticas às leis, elaboradas em diversas passagens de vários artigos analisados, traduzem com muita propriedade a ojeriza dos anarquistas quanto ao Estado como um cultivador de dinamismos societários referenciados em recorrentes violências. As leis por si só possuem um caráter impositivo e universalista, consistindo num desrespeito, opressão, repressão e negação da diversidade cultural e das particularidades individuais³³⁰.

Uma conferência, realizada por socialistas partidários, ofereceu a ocasião para o estabelecimento de um debate destes com alguns anarquistas. Os editores registraram este

³³⁰ CALDERON, Alfredo. El Estado es homicida. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 07 jun. 1914.

episódio simultaneamente através de uma nota, um relato do acontecimento e um artigo polemizando com o referido socialista. A pequena nota apresenta a ocasião em tom jocoso.

Necropole socialista.

Numa passagem da *brilhante conferencia* realizada no 1.º de Maio na Lapa, pelo ilustre sr. Dr. Demetrio Justo Seabra, o conferencista, indicando o com índice a cabeça um velhote gordo, um verdadeiro Sancho Pansa, que se encontrava sentado a seu lado disse com voz embargada pela emoção: *cidadãos, aqui jaz o presidente do Partido socialista.*

Coisas do Sé... abra.³³¹

O relato descreveu o cenário no qual os atores sociais realizaram a conferência, numa irreverente perspectiva própria à iconoclastia. Descreveu também a tentativa dos socialistas em obstar as intervenções do grupo anarquista presente e como estes forçaram a participação. Por fim, o articulista apresentou o efeito positivo na assistência quando das ponderações realizadas por alguns dos anarquistas presentes. A partir desta intervenção dos anarquistas, a platéia deslanchou em vaias no representante do socialismo parlamentar³³².

Galileo Sanchez³³³ publicou artigo no mesmo número do jornal, apresentando sua crítica a pontos centrais do pensamento socialista. Privilegiando a concepção socialista de sociedade, definiu enquanto erro primário a compreensão da sociedade fundida e confundida à noção de Estado. Sociedade e Estado constituiriam, segundo o seu entendimento, não apenas concepções diferentes, mas sim opostas. Enquanto a primeira tem como princípio a liberdade, a segunda tem na autoridade, na hierarquia, o seu.

³³¹ NECROPOLE socialista. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 09 mai. 1914.

³³² A CONFERENCIA socialistas na Lapa – Mascaras abaixo. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 4, 09 mai. 1914.

³³³ SANCHEZ, Galileo. O Estado e a Sociedade – para o dr. Justo Seabra. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 09 mai. 1914.

M.³³⁴, em artigo publicado no mesmo número do jornal em que Galileo Sanchez publicou polemizando com socialistas, apresentou algumas reflexões de caráter histórico e antropológico com o objetivo de demonstrar no que consiste o governo. Iniciando pelos aspectos políticos das sociedades tribais, prosseguiu avançando na história, e, através de diversas culturas, apresentando as vicissitudes da arte de governar.

Em seguida, descreveu o feudalismo como tendo sido o período em que as revoltas populares contra os senhores feudais foram tomando proporções crescentes até quando a queda da Bastilha, em 1789, trouxe a promessa do fim de uma era. Lamentou o fato deste acontecimento não ter conseguido, por causa de incertezas e tibiezas das multidões insubmissas, exterminar o governo. A queda do senhor feudal trouxe o burguês como novo senhorio. Suas palavras finais foram de provocação dirigidas ao trabalhador para a abolição do domínio burguês através da ação direta.

Finalizo a análise deste jornal sem ter esgotado os temas e assuntos nele tratados. Como último tema, apresento reflexões em torno da questão da condição feminina na sociedade hierarquizada. O faço a partir da perspectiva de Juan que, numa série de três cartas dirigidas a uma personagem denominada Susana, meditou sobre o assunto. Como as cartas foram publicadas a partir do quarto número do jornal, número este não presente nos arquivos consultados, apenas as duas últimas serão analisadas a seguir. Nestas o autor apresenta o problema da mulher como estando estreitamente relacionado ao domínio, envolvendo homens e mulheres neste processo.

Por sua vez Susana surge delineada em seu escrito como uma trabalhadora um tanto alheia às questões sociais, em que pese o articulista possibilitar conhecer dela alguns lampejos de inquietação ocasional, no que diz respeito à condição social desvantajosa da mulher na sociedade vigente. O autor lhe escreveu demonstrando grande interesse pelo assunto, ao mesmo tempo em

³³⁴ M. Que são os governos? **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 2, 09 mai. 1914.

que prosseguiu didaticamente abordando diversos aspectos relacionados ao tema. Iniciou esta segunda carta delimitando o feminismo enquanto tema privilegiado de sua época e do qual se dispõe tratar com mais vagar.

Cartas a Susana.

II

Mujer ideal, mujer única.

Querida mia:

Como prometi en mi anterior, te hablaré hoy de feminismo.

Ya supongo que no escapará a tu penetración o árduo de esta tarea. La audacia lo disculpa todo. Soy fiel partidario de aquel pensamiento de Dantón que en pleno periodo álgido de la revolución del 93 constituyo un aforismo: audacia, audacia y siempre audacia.

El feminismo es en todos los momentos la cuestión de palpitante actualidad. Tu entiendes desto lo bastante, hasta para enmendarme la plana.³³⁵

Juan apresentou suas reflexões numa narrativa aconchegante, afável, personalizada. Seu carinho por Susana é evidente. Mas nem por isso deixou de ser contundente em suas ponderações. Tanto é assim que nas duas cartas a mulher não aparece enquanto frágil vítima exposta à sanha voraz de um macho dominador. Juan entendia que libertação da mulher passava necessariamente por sua própria liberação. Pelo que ele demonstrou em certas passagens da carta, Susana apreciava boa parte da analítica elaborada por Juan, sensibilizando-se com a condição humilhante da mulher na sociedade. Apesar disto Juan sugeriu ser ela um tanto quanto refratária às implicações e conclusões de suas análises.

³³⁵ JUAN. Cartas a Susana - II. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 07 jun. 1914.

Cartas a Susana.

II

Mujer ideal, mujer única.

[...].

Esplotada e despreciada por todos, negadas sus condiciones de progresión intelectual, la mujer ha sido considerada unicamente como esclava y como propiedad del hombre. Aun hoy hay quien afirma la inferioridad mental de la mujer, sin querer considerar como una causa influyente de esa inferioridad el atavismo secular ea que se ha desarrollado. Se la quiere cosiderar como punto de partida, causa inicial en su tipo actual y no en su evolución a través de la raza.

A la mujer no se la da mas importancia que a un objeto qualquiera. Sus defectos son considerados como irremediables, excusandose de corregirlos e inclinar sus disposiciones hacia un camino que podria emanciparla. Pero en todo hay una causa que responde a un interesse social. Si la mujer se emancipace de tutela religiosa, comprendiendo los sofismas y las patrañas que está defendiendo con su ignorancia, la sociedade correria un gravissimo peligro. La mujer es el puntal de la sociedad. La gran educadora aun esta por educar. ¡Pueden dormir tranquilo los que predicán la calma, los que niegan una eficacia bienechora a la violencia, si siguiendo sus consejos, nos inclináramos por un Sendero evolutivo y esperásemos la completa liberación de la mujer para trasformar la sociedad!

La mujer es el puntal de la sociedade actual. Él reinado de las bayonetas descansa soqre el atarismo del bellosexo. Si emancipación es obra aun de mucho tiempo. Por eso no debemos esperar que se liberte por completo para seguir una ruta de transformación. No podemos deternos en nuestro camino y tenderle la mano, no podemos esperarla a que no iguale para marchar unidos del brazo hacia el horizonte de la libertad integral. Hay obligarla a dar un salto, a que atraviase el abismo de negruras que la detiene en el umbral del ideal.

Pero, querida mia, tu dirás que me estoy desviando, que equivoqué el camino. Volvamos atrás.

El feminismo es una cuestión vieja, encajada en un molde nuevo. Constituye la novedad del siglo, como si este problema no hubiese sido de todo los tiempos y no hubiese retardado la ignorancia de la mujer el advienimiento de una sociedad sin amos ni tiranos. Es el caballo de batalla de los que queieren adquirir popularidad en la cruenta lucha por la vida. Representa la síntesis perfeccionamiento de los programas politicos que buscan horizontes nuevos para suplir las deficiencias de una democracia fracasada por falta de ambiente en que abonarse. Es el feminismo una novedad amanerada, una novedad de subastá que sale a relucir para deslumbrar a los poco versado en la elasticidad de las reformas.

El feminismo ha venido a ser lo que podriamos llamar la pedra del escándalo de la actualidad. La violencia praticada desde la oposición por las partidarias del feminismo viene a desvirtuar aquella creencia mais vieja que luna la que aplica el sambenito del terrorismo como patrimonio de los anarquistas. Claro que registrando la historia vemos a todos los partidos politicos usar esos argumentos como médio, sin tener escrúpulos para condenarlos cuando ocupan el machito del poder que les proporciona todas las comodidades deseables.

El feminismo como teoria politica, o como cuerpo de doctriná, ha fracasado por incompleto. Su base se bambolea por falta de un apoyo sólido en que descansar.

Pero... aun no he dicho nada y ya llené no se cuantas carillas. En outra seguiré hablándole de lo mismo.

Fraternalmente.³³⁶

³³⁶ JUAN. Cartas a Susana - II. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 07 jun. 1914.

Evidenciou a questão feminina enquanto assunto compreensivo apenas numa perspectiva social. O problema da mulher na sociedade não era específico do gênero feminino ou de causa unicamente legislativa ou política. A mulher encontrava-se em sociedade agindo e recebendo influências outras. Juan se ressentia da falta desta perspectiva nas “escuelas políticas y todos los dogmas religiosos”, uma vez abordarem inevitavelmente a questão feminina.

Desenhou o quadro mais amplo em que a mulher, em geral, está situada na sociedade. O descaso quanto as suas particularidades, a exploração a que é constantemente submetida e a humilhante redução ao estado de objeto de deleite masculino foram relacionadas, pelo autor, enquanto conseqüências particularmente das influências religiosas sobre as atitudes culturais quanto à mulher. O autor aludiu a escritos de sua época, tidos na medida de matérias científicas, afirmando incisivamente a condição genética, portanto natural, de uma pretensa inferioridade intelectual da mulher diante do homem. Estas assertivas depreciadoras da mulher escondiam, afirma o autor, interesses econômicos e políticos bastante definidos.

A questão feminina era tida na conta de uma das mais importantes para Juan. Tanto assim entende a temática que concebera a libertação feminina como o início da ruína de toda a sociedade vigente, como expresso na segunda carta. O autor relacionou emancipação e libertação da mulher com sua imediata liberação, apontando para a amplitude da luta pela liberdade feminina. Neste entendimento, recusou o feminismo sufragista e legalitário por postularem o nivelamento por baixo para homem e mulher. Pretender estender à mulher a condição atual do homem não avançaria em nada a questão da mulher. Pelo contrário, emprestaria um maior fôlego à sociedade exploradora e espoliadora, pois a própria história tem demonstrado o engodo das liberdades democráticas.

Cartas a Susana.

III

Mujer ideal, mujer única.

Querida mía:

No creo en la influencia de Nietzsche como pensador. Es decir, como pensador que en la humanidad haya tenido una influencia bienhechora. Es el hombre de las sentencias y también de los sofismas. Gran estético, sublime artista, no ha dictado cánones como tantos otros que por ahí han conquistado menos fama que él. Tiene una sentencia que ha llegado a ser famoso entre los que tienen la práctica de la formalidad como un mito; dice así: *No hay que hacerse esclavo de la palabra*. Por eso yo, nada partidario del autor de *El caso Wagner*, seguiré escribiéndote contra lo que tú crees. Ciertamente que los vaivenes de la lucha me hacen muchas veces pesimista, y entonces soy hombre al agua, pero otras en cambio soy el soñador emperdenido que todo lo juzga a través del cristal de la ilusión. No creo que nadie, absolutamente nadie, escape a ese fatal determinismo que impone la sociedad en este siglo de neurastenia.

Está pues, sosegada. Ningún poder será capaz de obligarme a dejarte de escribir. Soy oportunista, – en el buen sentido de la palabra – pero por filosofía, por convicción. Procuro llevar a feliz término todo lo que me propongo, a través de tumbos y contrariedades.

Sentado esto, para tu tranquilidad, vamos a seguir lo que en la otra carta dejamos en suspenso.

Todos los males de la humanidad tienen un origen económico. Todas las luchas en que los hombres se debaten, aunque estén embellecidas por sublimes ideales, tienen la misma causa. La transformación económica de la sociedad es la base de todas las teorías que han sentado precedentes en la historia de los pueblos.

Y la esclavitud moral de la mujer, siguiendo esta lógica correlación de hechos, tiene también un origen económico. Tan es así, que en la misma sociedad actual se encuentran mujeres que gozan de una relativa independencia, al igual que el hombre, por hallarse en circunstancias económicas independientes de la voluntad del hombre. Podría citarte algunos ejemplos: en París las mujeres no dependen casi de la influencia del macho. Creadas en un ambiente de intensa lucha intelectual, han sabido librarse de la tutela del bruto-hombre mediante el ejercicio de profesiones liberales. Hasta en Paraguay, país exótico y casi desconocido, gozan de esta libertad del hogar impuesto por las leyes. Es una libertad primitiva, fuera de los refinamientos sociales, inconsciente, pero al fin es libertad siempre, y por tanto digna de apreciarse por lo mucho que vale. ¡No todas las mujeres podrían decir lo mismo!

El ingreso de la mujer en los trabajos hasta ahora acaparados por el hombre, ha venido a intensificar la desocupación de brazos y a dar una mayor ganancia a la voracidad siempre creciente del burgués miserable. Ha venido a hacer más cruenta, si cabe, la situación actual, pero también con ello la mujer que posee alguna aspiración ha logrado una mayor libertad. Muchos me objetarían que la mujer no debería trabajar. Ciertamente, la mujer, alma sensible, todo amor y delicadeza, flor eterna de la vida, no debería ocupar otros trabajos que aquellos que son propios a su sexo y a su temperamento. Pero la sociedad actual, con mano férrea, con férula odiosa de tirano, le ha impuesto una doble tiranía: la del hombre ya la de la sociedad misma. Si en algo puede librarse de una, hace muy bien. Por más que esa libertad casi desaparece envuelta entre el conjunto de tiranía que abarca todos los órdenes de la vida.

Además, la mujer, sintiéndose débil, es la gran hipócrita. Finge en todos los momentos, y hasta con los más allegados. Sintiendo supeditada a la voluntad y el capricho de un hombre, procura darle todos los gustos, aunque sea contra sus naturales inclinaciones. Por eso te decía en mi anterior carta que las religiones han moldeado el carácter de la mujer. Esta fase que te explico responde perfectamente a las máximas eunucas de los fariseos de la sociedad: *Reconocerás en tu esposo un dueño. No levantarás la vista...*

De esos deseos de emancipación política ha nacido casi una teoría. Algunas mujeres, con el anhelo de hacer machar al mundo, cumpliendo deseos hondamente sentidos, se han atrevido a nombrar derechos, aspiraciones, libertades, en fin, feminismo. Pero han equivocado el camino. Han seguido las huellas de todas las escuelas políticas que tienen su base en la democracia. Piden simplemente unas reformas que no reforman nada. Piden unos derechos de sufragio y unas libertades adquiridas por los hombres há muchos años, que la experiencia y la razón nos demuestran que no dan ningún resultado. Abdicar la voluntad, el derecho, en un representante, no es una fórmula que solucione un problema tan importante como la emancipación de la mujer.

Además que esos derechos que piden las mujeres es que pretenden sentar una teoría, están fuera de la órbita de nuestro ciclo de evolución. El sufragismo pasó a la historia como trasto inservible.

Solo puede buscarse la emancipación de la mujer en la completa desaparición del absurdo actual sistema de cosas. A la libertad política o social, debe acompañar la libertad económica.

No debe buscarse la claridad en una cosa ambigua. Defender un derecho y apoyarse para ello en un sofisma, es lo mismo que pretender dormir despierto. Eso hacen las feministas del presente, buscan su emancipación en un remedio que a los hombres no ha proporcionado más que tiranía.

Solo con la consecución de la Anarquía lograrán las mujeres libertarse de todos los prejuicios que las agobian. Con la realización de ese ideal, sin amos ni tiranos, sin causas generadoras de una horrible desigualdad social, la sociedad gozará de libertades y dichas. El fardo atávico de los siglos de opresión desaparecerá para no volver más...

Un abrazo.³³⁷

Juan passou a tratar especificamente do feminismo. Criticou-lhe o legalismo por reduzir a questão feminina a conveniências da sociedade, não questionando nem tocando nas causas das desigualdades sociais. O feminismo procedia, desta maneira, a um processo de reprodução, portanto, de conservação do *status quo*. Juan retomou o assunto na última carta, acrescentando novas perspectivas, evidenciando também alguns aspectos deixados em segundo plano na segunda carta.

Os comentários feitos à segunda carta servem como modo de apresentação das ponderações do autor no que diz respeito tanto especificamente à questão da mulher na sociedade envolvente como, num enfoque mais amplo, de sua concepção de anarquia. Entretanto, pelo menos um aspecto desta terceira carta pode ser destacado. Trata-se da crítica do autor ao feminismo sufragista.

³³⁷ JUAN. Cartas a Susana - III. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, 17 jun. 1914.

A delimitação da questão feminina apenas à conquista dentro da ordem política ou social não são, para o autor, suficientes. Haveria que se proceder a uma mudança tanto na ordem política como na social e na econômica. Isto significava uma transformação radical na forma societária vigente. Além do mais, ao tomar o estado atual do mundo masculino como referência, as feministas sufragistas desconsideraram a vigência de sociabilidades autoritárias.

Cartas a Susana.

III

Mujer ideal, mujer única.

Querida mia:

No creo en la influencia de Nietzsche como pensador. Es decir, como pensador que en la humanidad haya tenido una influencia bienhechora. Es el hombre de las sentencias y también de los sofismas. Gran estético, sublime artista, no ha dictado cánones como tantos otros que por ahí han conquistado menos fama que él. Tiene una sentencia que ha llegado a ser famoso entre los que tienen la práctica de la formalidad como un mito; dice así: *No hay que hacerse esclavo de la palabra*. Por eso yo, nada partidario del autor de *El caso Wagner*, seguiré escribiéndote contra lo que tú crees. Ciertamente que los vaivenes de la lucha me hacen muchas veces pesimista, y entonces soy hombre al agua, pero otras en cambio soy el soñador emperdenado que todo lo juzga a través del cristal de la ilusión. No creo que nadie, absolutamente nadie, escape a ese fatal determinismo que impone la sociedad en este siglo de neurastenia.

[...]

El ingreso de la mujer en los trabajos hasta ahora acaparados por el hombre, ha venido a intensificar la desocupación de brazos y a dar una mayor ganancia a la varicia siempre creciente del burgués miserable. Ha venido a hacer más cruenta, si cabe, la situación actual, pero también con ello la mujer que posee alguna aspiración ha logrado una mayor libertad. Muchos me objetarían que la mujer no debería trabajar. Ciertamente, la mujer, alma sensible, todo amor y delicadeza, flor eterna de la vida, no debería ocupar otros trabajos que aquellos que son propios a su sexo y a su temperamento. Pero la sociedad actual, con mano férrea, con férula odiosa de tirano, le ha impuesto una doble tiranía: la del hombre y la de la sociedad misma. Si en algo puede librarse de una, hace muy bien. Por más que esa libertad casi desaparece envuelta entre el conjunto de tiranía que abarca todos los órdenes de la vida.

Además, la mujer, sintiéndose débil, es la gran hipócrita. Finge en todos los momentos, y hasta con los más allegados. Sintiendo supeditada a la voluntad y el capricho de un hombre, procura darle todos los gustos, aunque sea contra sus naturales inclinaciones. Por eso te decía en mi anterior carta que las religiones han moldeado el carácter de la mujer. Esta fase que te explico responde perfectamente a las máximas eunucos de los fariseos de la sociedad: *Reconocerás en tu esposo un dueño. No levantarás la vista...*

De esos deseos de emancipación política ha nacido casi una teoría. Algunas mujeres, con el anhelo de hacer machar al mundo, cumpliendo deseos hondamente sentidos, se han atrevido a nombrar derechos, aspiraciones, libertades, en fin, feminismo. Pero han equivocado el camino. Han seguido las huellas de todas las escuelas políticas que tienen su base en la democracia. Piden simplemente unas reformas que no reforman nada. Piden unos derechos de sufragio y unas libertades

adquiridas por los hombres há muchos años, que la experiencia y la razón nos demuestran que no dan nignun resultado. Abdicar la voluntad, el derecho, en un representante, no es uma fórmula que solucione un problema tan importante como la emancipación de la mujer.³³⁸

O resultado da luta feminista atrelada a meras conquistas dentro da ordem estabelecida seria catastrófico para a própria mulher, que aumentaria sobre si mesma o peso do domínio e da exploração. A sugestão do missivista para a solução da questão da mulher passa pela abolição da possibilidade de domínio e de exploração enquanto dinamismo das relações sociais. Homens e mulheres, enredados em autoritarismos, teriam de por termo a todo o processo em andamento das relações sociais, criando formas libertárias e igualitárias de relacionamento social para então ser possível a existência da solidariedade entre as pessoas. A liberdade da mulher passa, na visão do articulista, pela instauração da anarquia, que significa dizer, pelo fim do capitalismo e do estatismo.

Cartas a Susana.

III

Mujer ideal, mujer única.

[...]

Además que esos derechos que piden las mujer es que pretenden sentar una teoria, están fuera de la órbita de nuestro ciclo de evolución. El sufragismo pasó a la historia como trasto inservible.

Solo puede buscarse la emancipación de la mujer en la completa desaparición del absurdo actual sistema de cosas. A la libertad política o social, debe acompañar la libertad económica.

No debe buscarse la claridad en una cosa ambigua. Defender un derecho y apoyarse para ello en un sofisma, es lo mismo que pretender dormir despierto. Eso hacen las feministas del presente, buscan su emancipación en un remedio que a los hombres no ha proporcionado mas que tirania.

Solo con la consecución de la Anarquia lograrán las mujeres libertarse de todos los prejuicios que las agobian. Con la realización de ese ideal, sin amos ni tiranos, sin causas generadoras de una horrible desigualdad social, la sociedad gozará de libertades y dichas. El fardo atávico de los siglos de opresión desaparecerá para no volver mas...

Un abrazo.³³⁹

³³⁸ JUAN. Cartas a Susana - III. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, 17 jun. 1914.

³³⁹ JUAN. Cartas a Susana - III. **A Rebelião**. São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, 17 jun. 1914.

Adelino de Pinho evidenciou a importância feminina na transformação social. Particularmente, na subjetivação de valores novos nas crianças, à mulher caberia um papel de destaque. Não só à escola, que tem um papel mais secundário na construção do universo interior da criança, mas a mulher. Seu contato mais prolongado com a criança, abrigando-a desde sua concepção, e mesmo por conta das condições de vida do proletariado em que o homem trabalhava dez, doze, quatorze horas ou mais, voltando para casa exaurido, sem energias para dedicar aos filhos, à mulher cabia a formação de subjetividades curiosas, alegres e estimuladas.

Lá diz o rifão: – “o menino como o pepino, torce-se de pequenino”. Esta sentença popular exprime uma grande verdade. Com razão, também, um grande pensador e homem de ação exprimiu este superior conceito: “tudo que no alfabeto místico começa por deus, ha-de fatalmente lá acabar.” Vê-se, pois, que ha necessidade da reunião dos esforços, dos pais primeiro, e dos professores e dos medicos depois, para se podêr proporcionar ás crianças uma educação racional e segura. O professor, sem o auxilio dos pais, das mães primeiro que tudo, nada poderá fazer de perduravel, e os seus esforços pouco menos serão que impotentes, desde que a criança não possua em casa quem a guie, quem a dirija, quem a auxilie. E é a mulher que cabe desempenhar um grandioso papel n’esta missão superior de educar a infancia. Porque são mães, elas amamentam os filhos, cercam-nos de todos os cuidados, rodêam-nos de todos os confortos possiveis. Estão em contacto permanente com êles, são êlas quem lhes ensinam a articular as primeiras palavras, quem os dirige nos primeiros passos, quem lhes deseja as maiores felicidades.

[...]. É a mãe que cabe inculcar no espirito infantil as primeiras noções de tudo que nos cerca; movimentos, forças, sons, fenómenos. A curiosidade das crianças manifesta-se cedo, e é preciso estar-se preparado para poder explicar aos pequeninos bebês tudo quanto a sua ansiosa e curiosa intelligencia anseia por saber.

[...]

Demonstrado como ficou que é a mãe que compete vigiar e dirigir a primeira educação das crianças, por estar mais em contacto com elas e porque o seu natural é mais suave, mais terno, mais doce, mais proprio a tornar as crianças alegres, felizes, expansivas e amáveis, cumpre perguntar: estará a mulher habilitada a cumprir missão de tal responsabilidade? Infelizmente não está.

Há, pois, necessidade urgente de atrair a mulher á causa do progresso e do desenvolvimento, educá-la, orientá-la, fazê-la interessar-se por esta obra de civilização e de felicidade universal, cuja pedra angular, baze, alicerce, e ponto de partida é naturalmente ella.

Todas as seitas, todas as religiões se estribam no apoio que as mulheres lhes dispensam. É que todos os pastores de rebanhos conhecem a influencia que ellas possuem, e que exercem no lar, já educando os filhos, já animando ou catequisando os maridos, os irmãos, os conhecidos.

Nunca as grandes causas triunfaram enquanto a mulher se lhes mostrou indifferente. Ellas são os melhores pregoeiros, os melhores arautos, os melhores campeões de qualquer obra ou doutrina. A musica harmoniosa da sua voz, os seus sorrisos que illuminam ou fulminam, os seus olhares que nos elevam ou petrificam, toda

esta linguagem muda mas eloquente, toda mímica, influe poderosamente no progresso ou no estacionamento das ideias.

Os guerreiros como Napoleão queriam mulheres que dessem muitos soldados para ele conquistar o mundo, devastando, saqueando, destruindo, incendiando, roubando, violentando. Os padres da igreja querem mulheres que façam beatos, para que todo mundo seja crente, humilde, rastejante em face da teologia. Como devemos nós dezejar a mulher? Eu imagino mulheres que formem homens. Homens na sua verdadeira acção da palavra, de espirito livre e indomável, que se não prestem aos instintos bélicos, nem se curvem em face dos dogmas.³⁴⁰

3.4 Vida (A) [1914-1915]³⁴¹

Os sete números da revista anarquista *A Vida*³⁴², publicada no Rio de Janeiro, constitui outro demonstrativo de uma das formas de instauração de um modo indisciplinar na vida. Através deste experimento, os anarquistas envolvidos construíram concomitantemente uma vibração em aberto desrespeito às castas estabelecidas e às fronteiras divisórias entre as áreas do conhecimento.

Nas colunas deste periódico estão presentes variadas formas de operacionalização de *indisciplina, iconoclastia e nomadismo*. As discussões expostas em suas páginas são indicativas do estabelecimento de uma maneira particular e libertária na existência como também, de uma forma visceral e particular, na forma de elaboração e socialização de conhecimentos. Artigos, como também poemas, crônicas e seções da revista, colocaram em circulação uma dinâmica para

³⁴⁰ PINHO, Adelino de. **Pela educação e pelo trabalho** – Conferencia lida na LIGA OPERARIA DE CAMPINAS, a 13 de Dezembro de 1908. Porto: Typographia Peninsular, 1909. pp. 15-17.

³⁴¹ O Centro de Memória Sindical de São Paulo e o Archivo Storico Del Movimento Operario Brasileiro – ASMOB – da Itália, publicaram em 1988 os sete números de *A Vida* em edição fac-similar pela editora Ícone, dando continuidade a um projeto de registro de memória operária que iniciou com uma edição também em fac-símile do jornal anarcossindicalista *A Voz do Trabalhador*. Em seguida o Arquivo do Estado de São Paulo juntou-se a esta iniciativa publicando da mesma forma o *Boletim da Escola Moderna* e *Cronica Subversiva* de Astrojildo Pereira.

³⁴² Seu coletivo editorial era composto por Francisco Viotti, Pinto Quartín, José Oiticica, Miranda Santos e Nilo Ferreira.

além dos limites estreitos da disciplina. O enfoque disciplinar realiza, por sua vez, um seccionamento do conhecimento por áreas específicas. Além disto, remete e reinstala a hierarquia no que se refere à sociabilidade humana.

No seu segundo número, em texto assinado pelo coletivo editorial³⁴³ dirigido aos anarquistas, os articulistas asseveraram a existência no Brasil de anarquistas capacitados para exprimirem, através de periódicos regulares, suas análises particulares dos assuntos sociais prementes. Apresentaram ainda mais o móvel inicial da concepção deste periódico.

O grupo editorial colocou em atividade a publicação da revista como uma espécie de *experimento* envolvendo tanto aos próprios componentes da revista como também leitores e colaboradores. A idéia subjacente à sua composição manifesta uma intencionalidade provocativa, concretizada por escritos desestabilizadores ora através de leves sacudidelas ora por intermédio de grandes abalos. Nesta direção os editores constituíram uma busca de intensos contágios recíprocos, sem a primazia de arregimentação, esta que é a estratégia catequista comum às igrejas, partidos e sociabilidades destes tipos.

Enfileirar e enfeixar as pessoas na busca de estabelecer uma homogeneização consiste numa das principais características das instituições de doutrinação. Não por acaso ser o termo “regimento” relativo, simultaneamente, a uma sociabilidade autoritária, baseados na direção de um conjunto de pessoas por um regente, a normas, impostas ou consentidas, à disciplina e, por fim, à vida militar, quando do comando de um coronel sobre um corpo de tropas. A propósito de caserna, nesta condição os superiores se dirigem aos seus subalternos com o imperativo “ordinário”, remetendo novamente à ordem hierárquica, portanto, a uma relação subserviência-

³⁴³ AOS COMPANHEIROS e grupos anarquistas de lingua portugueza. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 13, 31 dez. 1914.

comando. Estes dinamismos societários, reprodutores de relações verticalizadas, possuem como referencial cultural mais explícito o salvacionismo, o proselitismo e o messianismo.

O salvacionismo estabelece a certeza de alguma centralidade na sociabilidade humana: antropocentrismo, sociocentrismo, egocentrismo, etnocentrismo, eurocentrismo, falocentrismo, entre outros. O teocentrismo, estabelecendo Deus como a medida para tudo, se transfigurou nestas outras centralidades. Uma vez o teocentrismo instaurar a idolatria como maneira de mediar relações subjetivas com o conjunto da existência, ela se transmuta em sociolatria, egolatria e outras formas de prostração.

O proselitismo, no empenho salvacionista, ajusta estas relações a partir da busca de conversão de uma das partes envolvidas. Não é necessário lembrar ser a cultura religiosa cristã uma das importantes bases da civilização ocidental. Nesta cultura, a existência traduz um constante combate entre o bem e o mal. Neste combate, a vitória do primeiro sobre o segundo é tida como certa e inevitável.

Este triunfo cultiva no imaginário das subjetividades, como idealidade desejada, a aniquilação total do adversário, o mais completo extermínio do oponente, a mais profunda destruição daqueles que são tidos na medida de inimigos e, para completar, terror sobre os que lhe são opositor. Esta concepção existencial se desdobra em maniqueísmos: certo/errado, normal/anormal, norma/desvio, esquerda/direita.

A adoração e a crença em ídolos acompanha, como sugerido mais acima, os desdobramentos culturais dos agrupamentos sociais na chamada sociedade ocidental. A idolatria se manifesta na adoração de imagens, símbolos e objetos sacros. Esta constitui a manifestação da mais evidente idolatria. Contudo, os ídolos tomam por vezes a forma de alguma abstração transcendental como no caso do Deus pessoal e amorfo dos idólatras protestantes, de idéias absolutas e universalistas como o Estado e a pátria dos idólatras nacionalistas.

Além do mais, estas estratégias catequistas impõem, enquanto requisito de participação em seu interior, à adesão incondicional a algum programa antecipadamente definido, incitando à filiação e aceitação de postulados rígidos pré-elaborados. Seus expedientes mais sutis, mas nem por isso ausente de elementos de violência, se manifestam por meio do desígnio em convencer o interlocutor, ou o leitor, através da obsessão na persuasão ou na dissuasão. Estes dois procedimentos instalam alguma centralidade polarizando as relações como quando da atuação de evangelização.

Nas colunas de *A Vida*, se davam por vezes confrontos de opiniões tanto entre anarquistas como entre estes e adversários. A dinâmica de elaboração dos números deste periódico possuía um certo caráter de imprevisibilidade, ainda que houvesse inegavelmente critérios para a publicação dos artigos. O *Expediente*, publicado apenas nos dois primeiros números de *A Vida*, demonstra com muita propriedade a qualidade aberta dos critérios para a colaboração com a revista como também para a publicação de artigos ou outras contribuições.

A seção de abertura da revista, denominada *Crônica Subversiva – as idéias e os fatos*, realizou especificamente esta intencionalidade provocativa, abordando acontecimentos do momento a partir de um ponto de vista avesso à obviedade do evento. Esta estratégia de provocação, por afronta direta ou por tensionamento, obteve resultados logo no primeiro número. A segunda nota, intitulada *O positivismo do snr. Trajano*, publicada no primeiro número, se desdobrou no estabelecimento, em alguns números seguintes, de um debate envolvendo um integrante do grupo editorial com o vice-presidente do Apostolado Positivista do Brasil, Raimundo Teixeira Mendes. Detenho-me com mais vagar sobre este episódio um pouco mais adiante.

A guerra permanece enquanto tema privilegiado nesta seção. Do segundo ao último número da revista foram elaborados apontamentos sobre este assunto. Segue em segundo lugar,

temas correlatos: eleições, patriotismo, política e governo. Em terceiro lugar, as notas focalizaram a polícia no trato com as questões sociais. Dentro deste contexto, há o registro da morte de um militar, evidenciando sua brutalidade para com os trabalhadores. Diversos outros temas surgiram como igreja, caridade, a imprensa e os anarquistas, jogos, positivismo e anarquismo, carnaval, problematinação da legalização do serviço doméstico, prisão para menores e a situação de penúria e miséria do proletariado.

A primeira guerra mundial fôra apresentada enquanto fenômeno social cujos interesses econômicos e políticos eram insofismáveis. A nota intitulada *o peor cego é o que não quer ver* trata destes motivos comerciais e econômicos, encerrando o articulista com uma tirada irônica.

Deante desses factos ainda ha alguém mesmo entre os anarquistas que vive a nos atordoar os ouvidos com o estafado motivo de que a guerra atual é uma guerra de ‘Civilização, de Humanidade, de Liberdade’!

Tudo isso com iniciaes maiusculas, talvez por amor aos simbolismos...³⁴⁴

Em outra nota, *1915*, o articulista, num tom de intensa revolta, apresentou, para além das causas econômicas, as bases idólatras, nacionalistas e religiosas do conflito bélico. Apelou, no final do escrito, para a atuação enérgica dos anarquistas como única maneira de obstar o processo belicoso em andamento.

1915

Ano novo... Ano maldito! Da mesma vaza de sangue, do mesmo enxurro de infâmia, da mesma rajada de morte, em que se afogaram os últimos instantes de 1914, brotaram os primeiros albores de 1915. Ano maldito! A guerra, a grande guerra, a guerra temida, a guerra macima, está em pleno fastijio do seu negro e rubro esplendor. Nações inteiras estão sendo varridas pela metralha. (...) Ano maldito! A tirania, a mentira e a traição se congraçaram na mesma nefasta obra de devastação e de retrocesso. Os financeiros amassam fortunas, seguros do porvir. Os generais conquistam medalhas, em atitudes de bronze e de marmore. Os sacerdotes clamam pelo

³⁴⁴ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 2, 31 dez. 1914.

deus das batalhas. Estalam pelo ar gritos de gloria e de triunfo: viva a patria! E a cada viva! zune uma bala que mata... A patria é a morte: viva a morte!

Até quando durará tudo isso? Que virá depois de tudo isso? Para onde caminhamos? O momento é doloroso e cruel. Será o dezabar de toda uma era de conquistas revolucionarias? Voltaremos ao passado? Cruel, doloroso é o momento: mas nem tudo está perdido. Ainda existem anarquistas no mundo. A eles está entregue a sorte deste seculo. Agora, mais do que nunca, urge que os anarquistas multipliquem o proprio valor, centrupliquem o proprio esforço, tenazes e irredutíveis, na magna obra de defeza das liberdades humanas neste instante decizivo ameaçadas pelos sanguisedentos chacais da burguezia. Ou a revolução social se fará na hora da paz das chancelarias, ou não se fará talvez dentro deste seculo...³⁴⁵

Astper, um dos pseudônimos de Astrojildo Pereira, elaborou uma crítica à exaltação da guerra feita por um padre num artigo intitulado *um padre, a guerra e deus*³⁴⁶. Neste contexto, evidenciou a cumplicidade da igreja católica, como das idéias teológicas, com o estabelecimento da guerra. O Deus cristão é apresentado neste texto, sobretudo como uma divindade belicosa. Daí o porquê de não ser estranho ao religioso os acontecimentos de mútuas agressividades e o assassinato coletivo em nome de alguma entidade superior ou transcendental, no caso a pátria.

Uma outra nota, *aos guerreiros*³⁴⁷, também assinada por Astper, apresentou uma carta de um soldado alemão quando este relata, diretamente da trincheira, um breve amistício estabelecido com os soldados ingleses. Deste episódio, o autor levantou algumas reflexões em torno da guerra, sem deixar de evidenciar sua ojeriza à passividade de cúmplices adotada pelos soldados.

Astper, em nota intitulada *Loucos!*³⁴⁸, apresentou a notícia do internamento em manicômio de cerca de trezentos soldados alemães como consequência da guerra. Na mesma linha de raciocínio da nota acima, afirmou que a guerra “ou mata, ou estrofia, ou enlouquece”. Para ele, antes disso, a loucura encontra-se presente em quem se alista nas forças armadas e caminha, por vontade própria, para a matança generalizada.

³⁴⁵ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 1, 31 jan. 1915.

³⁴⁶ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 49-50, 28 fev. 1915.

³⁴⁷ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 51, 28 fev. 1915.

³⁴⁸ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 65-66, 31 mar. 1915.

Em outro número da revista, no artigo *a guerra e nós*, o articulista tratou do posicionamento dos anarquistas diante da guerra. Encerrou o apontamento com um apelo para uma imediata ação enérgica, por parte dos anarquistas, a fim destes porem termo ao conflito.

A guerra e nós

Esta não é uma guerra qualquer. É a maior guerra da historia. Toda a vida da humanidade se acha suspensa, estatelada diante da grande catastrophe, invadida pela angustia e pelo pavor... Assistimos á maxima tragedia dos tempos. Qual o seu desfecho? Que resultará de tudo isso? Aonde iremos parar? Todas as forças da tirania, do despotismo, da maldade, da mentira.. todas as potencias da Autoridade estão em ação, triunfantes, sinistras, ebricas de sangue, insaciaveis, danadas de sangue... Não é uma guerra qualquer. França? Alemanha? Russia? Inglaterra? Palavras, palavras, palavras... Esta é a guerra da Autoridade contra a Revolução. A Autoridade preparou-a, enganou-a, disfarçou-a longamente, pacientemente, habilmente... e atirou a cartada! Quem vencerá?

Eu esperava, naturalmente, que esta guerra, quando não evitada, fosse ao menos embaraçada pelas hostes da Revolução. Não foi. [...].

Sébastien Faure deu o toque de reunir. O seu manifesto foi um grito soberbo, um grito potente e vibrante de esperanças... Nem tudo está perdido. As hostes vingadoras da Revolução se reerguem, se apuram, se aprestam...

Eu deposito a maior confiança no movimento, que se inicia, em torno do manifesto de Faure, em favor da paz. Eu estou convencido de que, mais funestas que a guerra em si, poderão ser as suas consequencias. Vençam os aliados ou vençam germânicos, a onda reacionaria estará em ultra propicio terreno de ação. E isto será a volta ao passado, será o trabalho dum seculo talvez inteiramente perdido. Vencidos os aliados, será o dominio fereo e asfixiante dos 'junkers' prussianos; vencidos os germanicos, será o reflorir do jezuitismo imperialista francez, será a solidificação incontrastável do marinismo britânico, será a preponderancia crescente de 'knut' moscovita. Para qualquer lado, emfim, que penda a vitória dos canhões, isso será a vitória da Autoridade contra a Revolução. Ora, só a resistencia imediata, energica, em bloco, dos elementos revolucionarios poderá constituir um dique eficaz bastante contra a onda reacionaria. E o momento é oportuníssimo. É agora, durante a carnificina quando todos, combatentes e não combatentes, sentem os seus efeitos prontos, que poderemos, fazer alguma cousa capaz e decisiva. Depois da guerra, será talvez tarde de mais. Estaremos, então, mais enfraquecidos e diante dum adversário mais forte. Os odios e as vontades de vingança terão chegado ao auge. E, na paz das chancelarias, os inimigos governantes da vespera saberão unir-se contra qualquer murmúrio de revolta popular. Agora, pois, agora, já e já, é o momento de começar.

Que os revolucionarios sociaes de todos os paizes ainda não em guerra se agitem. Que sacudam a opinião popular do mundo inteiro. Que estabeleçam em torno das nações conflagradas, um ambiente profundamente contrario á guerra e ao militarismo e ao patriotismo... tão profundo e tão denso que penetre e se infiltre nelas. Que isto seja feito, que isto se realize, e a causa da Revolução não terá perecido em meio deste esterquilinio maldito!³⁴⁹

³⁴⁹ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 66, 31 mar. 1915.

Vitor Franco em *mais carne para canhão*, analisou com irreverência a contribuição com a conflagração guerreira deixada por socialistas, sindicalistas e até anarquistas, quando da entrada da Itália na guerra. Os governos, como justificativa favorável à guerra, elaboraram afirmações peremptórias em favor da paz universal. A propósito destas assertivas, os editores em *a paz... guerreira!*³⁵⁰, apresentaram não sem um tom irônico, a espécie de empenho por uma paz prenhe em hostilidades levada a efeito pelos governantes.

Mais carne para canhão

Finalmente, a Italia tambem entrou na guerra a defender a Civilização Latino-anglo-russo-senegalesca contra a barbaria teutonica.

São mais 3 ou 4 milhões de homens, os mais fortes, os mais validos, que irão servir de pasto a Marte devorador.

Parecia, a principio, que o governo italiano, temendo uma revolução, não teria coragem de levar tambem *seu* povo á guerra. E tal se teria dado se não fosse a traição feita aos principios internacionalistas pelos socialistas, sindicalistas, republicanos e mesmo alguns anarquistas, que foram para o governo italiano os melhores auxiliares, os que serviram melhor á causa da tirania estatal.

[...]

O governo italiano, enquanto se preparava e punha em leilão a sua intervenção, teve a grande habilidade de fazer crer que ia á guerra impellido pela opinião publica.

E para esta obra, de grande utilidade lhe foram os de Ambris, os Mussolini, e outros que tais.³⁵¹

Em *o desarmamento geral*³⁵², tratou também da espécie de pacifismo praticada pelos governantes republicanos. A manifestação de intenções como de iniciativas a favor do desarmamento generalizado por parte dos Estados, constituía uma ridícula utopia uma vez ser próprio e necessário à existência de todo e qualquer aparato estatal a existência das armas.

O esforço pela paz mundial, alardeado pelos governantes da Argentina, do Brasil e do Chile, formando o que Vitor Franco, na primeira nota do último número da revista denominou de

³⁵⁰ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 66, 31 mar. 1915.

³⁵¹ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 98, 31 mai. 1915.

³⁵² CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 81, 30 abr. 1915.

O A. B. C.³⁵³, fora apresentado não enquanto “pacifismo” mas como “pancifismo”, isto é, como pancismo.

O temário das eleições presidenciais predominou em três das quatro notas do primeiro número³⁵⁴. A primeira indica já no título, *medite o povo*, seu objetivo: um convite para o leitor elaborar uma reflexão própria em torno da mudança das figuras do presidente da república com a vida efetiva da população.

Na terceira nota, *vans esperanças*, o articulista, num primeiro movimento, problematizou a confiança da população na eficácia do sistema de representação, tendo questionado, num segundo, a sua passividade. Esta condição assumida pela população de permanente paciente, explicaria a esperança de melhoria nas condições de vida depositada sobre a substituição de governantes ruins por outros bondosos, generosos e justos. A quarta nota, *a verdade insofismavel*, expressou com muita propriedade a intencionalidade provocativa característica à revista. No que se refere à vida do trabalhador, nada mudaria com a mudança de governantes.

No segundo número da revista³⁵⁵, há uma mesclagem dos temas tratados. As três primeiras notas tematizaram as eleições e a política institucional. A primeira é taxativa logo no título: *a farça eleitoral*. Na segunda nota, *a soberania popular*, o que existe de brevidade tem também em intensidade de acidez crítica.: o articulista assinala o tráfico de influência entre os próprios governantes como forma de retirar vantagens pessoais em prejuízo da população dita “soberana”. A terceira nota, *comedia e comediantes...*, apresentou a dinâmica da política constituída como que por meio de uma espécie de teatro. Astper em *momo triunfa...*³⁵⁶ aproveitou

³⁵³ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 97, 31 mai. 1915.

³⁵⁴ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1, 30 nov. 1914.

³⁵⁵ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 1, 31 dez. 1914.

³⁵⁶ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 49, 28 fev. 1915.

o ensejo das festividades carnavalescas, apresentando-as enquanto elemento constitutivo do governamentalismo.

Em número anterior, a relação entre governo e carnaval fora apresentada enquanto uma atualização da velha estratégia romana de controle da população a fim de evitar possíveis sublevações. O título o indica: “*Panem et circenses...*”³⁵⁷.

A outra nota de Astper vislumbrou no carnaval a possibilidade de uma salutar irreverência da população diante da gravidade com a qual as autoridades se apresentam. É o caso do deboche em “*A quelque chose...*”³⁵⁸ feito ao presidente Dutra, a quem chamavam, em tom de zombaria, “Dudú”.

O intervencionismo estatal sobre a sociedade fora apresentado em *o Estado-Providencia*³⁵⁹ como uma das características mais típicas do Estado. A legislação constitui uma forma de enredar os indivíduos em dificuldades de maneira a melhor preservar o domínio. A saída desta armadilha só seria possível “quando os indivíduos compreenderem, que só eles são capazes de tratar da própria vida e que o Estado além de ser parasita e opressor é um intruzo que faz mal mesmo quando quer fazer o bem”.

A situação de vida miserável e precária atingindo a população trabalhadora fora registrada em algumas notas. Numa delas, intitulada “a epidemia do suicídio”³⁶⁰, o articulista afirmou ser a miséria uma das causas determinantes do aumento do número de suicídios neste segmento da sociedade. Registrou também, em nota intitulada *degradação*³⁶¹, a existência de trabalhadores desempregados no Rio de Janeiro que, por causa da situação de penúria, sobreviviam de restos de alimentos apodrecidos recolhidos do lixo.

³⁵⁷ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 2, 31 jan. 1915.

³⁵⁸ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 49, 28 fev; 1915.

³⁵⁹ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 82, 30 abr. 1915.

³⁶⁰ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 2, 31 dez. 1914.

³⁶¹ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 82, 30 abr. 1915.

Em *sob o reinado da fome*³⁶² o articulista abordou a situação de miséria no Rio de Janeiro. A grande imprensa elaborava uma versão favorável aos segmentos dominantes acerca da crise econômica e do desemprego. Além do mais, esta imprensa, ao mesmo tempo em que registrava o número alarmante de desempregados, solicitava do governo a intensificação de uma campanha migratória de operários europeus para o Brasil. Esta situação de miséria era proveniente do desemprego e do calote passado ao trabalhador por patrões, os quais apontavam para a guerra e para a crise econômica como justificativas das demissões e da falta de pagamento.

A grande imprensa fora objeto de crítica em *um complot revolucionário*³⁶³. Desta vez o articulista, Vitor Franco, em tom de zombaria registrou, enquanto disparate, terem sido os anarquistas apresentados como integrantes de grupos conspiratórios a fim de derrubar governantes para estabelecer outros.

A sétima nota, *o caudilhismo no meio operário*³⁶⁴, publicada no segundo número da revista, celebrou a expulsão dos diretores da *União dos Operários Estivadores* realizada pelos estivadores. O articulista apresentou esta diretoria como composta por caudilhos, expressando o entendimento de que o caudilhismo não constituía apanágio dos setores dirigentes da sociedade.

Astper na nota intitulada “*O Banditismo*”³⁶⁵ analisa o livro *O Banditismo e Associações para Delinquir* do advogado Crizolito Chaves de Gusmão, tecendo algumas críticas. O autor do livro classificou as associações anarquistas ao lado dos bandos de cangaceiros, jagunços e agrupamentos do tipo. Astper relatou o acontecido em uma região italiana, narrado no próprio livro de Gusmão, quando as autoridades políticas de Nápoles apelaram para Cicio Capuccio, conhecido e temido bandoleiro, a fim de derrotar uma greve de cocheiros. Capuccio fora, então, a

³⁶² CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 1-2, 31 dez. 1914.

³⁶³ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 98, 31 mai. 1915.

³⁶⁴ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 2, 31 dez. 1914.

³⁶⁵ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 50, 28 fev. 1915.

socorro dos patrões e dos governantes, fato este evidenciado por Astper como prova da associação entre governantes e bandoleiros, contrariando o afirmado por Gusmão. Encerrando suas reflexões, no que se refere à ajuda prestada por Capuccio à polícia napolitana, arrematou a nota com estas palavras: “Uma camorra pode bem auxiliar outra camorra. Porque a policia, no fim de contas, nada mais é que uma camorra legal.”

Noutra nota *Os chauffeurs e a policia*³⁶⁶, o articulista denunciou as condições de trabalho dos motoristas do Rio de Janeiro. Novamente com a colaboração da imprensa comercial, estes profissionais foram vítimas de extorsão pela polícia que, através de processos forjados, constantemente aplicava-lhes multas.

A morte de um general no Rio de Janeiro fora lamentada pelos jornais da grande imprensa. Vitor Franco em *A morte de um heroe*³⁶⁷ acrescentou aos comentários da grande imprensa um dado histórico, esquecido por estes jornais, relativo à repressão a uma manifestação pública de estudantes. Nesta ação militar, dois estudantes foram assassinados por policiais sob as ordens do falecido general. Encerrou suas palavras afirmando: “Nós, aqui fazemos seu elogio funebre: foi um militar...”

A utilização da infância em manifestações públicas de caráter político constituiu assunto também abordado. Em *Pobres crianças!*³⁶⁸, a arregimentação e adestramento de crianças, fazendo-as desfilar cantando hinos nacionalistas e estampando nomes de candidatos, eram questões que lhes escapavam o entendimento. Este tipo de atitude fôra reprovada porque em nada contribui para um processo de livre expressão das crianças, constituindo antes formas de inculcação e adestramento.

³⁶⁶ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 2-3, 31 dez. 1914.

³⁶⁷ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 98, 31 mai. 1915.

³⁶⁸ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 2, 31 jan. 1915.

Outra nota, *Como se formam criminosos*³⁶⁹ focalizou a existência de prisões a partir do caso de uma penitenciária para menores em Dois Rios. Nesta colônia correcional, o trabalho constituía em proposta terapêutica pretensamente ressocializadora. O articulista, ao registrar esta informação, fez a crítica da punição por contraproducente. A prisão surge, nestas linhas, tendo a reincidência como única garantia.

A república brasileira fôra idealizada tendo como esteio filosófico e sociológico os postulados estabelecidos pelo positivismo de Augusto Comte. O processo de derrocada da monarquia brasileira, através da ação dos republicanos e o subsequente estabelecimento da república, foi saudado e festejado pela comunidade intelectual do mundo como o momento de criação da constituição mais liberal e mais avançada. Isto em termos de garantias sociais e conquistas na ordem do humanitarismo. Neste contexto, os anarquistas foram os primeiros no Brasil a questionar, a problematizar e a recusar o positivismo especificamente em seus aspectos relativos à reforma da sociedade e enquanto religião.

Esta recusa ao positivismo apresentara-se na polêmica envolvendo articulistas de campos opostos provocada pela publicação da nota, *O Positivismo do Snr. Trajano*³⁷⁰, a que aludi mais acima. Esta nota noticiou uma greve de operários por conta do atraso de quinze meses no pagamento. O detalhe destacado nesta notícia era o fato do proprietário da fábrica ser um conhecido aderente da Igreja Positivista. Esta ocasião apresentou-se enquanto momento oportuno para a elaboração de alguns questionamentos acerca dos dois aspectos citados – reforma social e religião da Humanidade.

O articulista problematizou idéias fundamentais para o positivismo. Questionou particularmente as noções de altruísmo e egoísmo que possuiriam, para os positivistas, sentidos

³⁶⁹ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 82, 30 abr. 1915.

³⁷⁰ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1, 30 nov. 1914.

antagônicos inconciliáveis. Além disto, problematizou as concepções de filantropia, de amor à Humanidade versus misantropia, alardeados pelos seguidores de Augusto Comte. O autor evidenciou este tema ao comparar as doutrinas positivistas com as práticas levadas a efeito pelos seus aderentes. Esta crítica foi realizada a partir do evento da greve na fábrica do engenheiro Trajano Viriato de Medeiros.

No número seguinte da revista, fora publicada uma carta de Teixeira Mendes sob título *Positivismo e anarquismo – uma carta do Snr. Teixeira Mendes*³⁷¹, contendo um protesto veemente do missivista acerca do entendimento do positivismo como expresso no primeiro número da revista. A esta carta seguiu um texto de Francisco Viotti comentando e contextualizando sua publicação, além de apresentar algumas ponderações sobre seu conteúdo. O debate de idéias se estendeu por alguns números da revista, favorecendo a ocasião para uma abordagem do tema em que o positivismo fora exposto a partir da perspectiva de um de seus defensores no Brasil. Ao mesmo tempo um trabalhador, integrante do campo anarquista, teve a ocasião de analisar estas idéias e, na continuação da carta, problematizá-las e refutá-las³⁷².

Os contatos entre Teixeira Mendes e o grupo editorial de *A Vida* prosseguiu, tendo ele visitado pessoalmente a redação da revista. Este acontecimento fora registrado na nota *Positivismo e anarquismo*³⁷³. No número cinco da revista, novamente com o título *Positivismo e anarquismo*³⁷⁴ Francisco Viotti anunciou o envio, em anexo à revista³⁷⁵, do escrito prometido por Teixeira Mendes apresentando algumas ponderações sobre os conceitos positivistas formulados neste escrito. Viotti destacou, em sua crítica ao positivismo de Comte e de seus seguidores, o

³⁷¹ MENDES, Raimundo Teixeira. Positivismo e anarquismo. Uma carta do snr. Teixeira Mendes. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 3-5, 31 dez. 1914.

³⁷² POSITIVISMO e anarquismo. Uma carta do snr. Teixeira Mendes. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 5-6, 31 dez. 1914.

³⁷³ CRÔNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 1, 31 jan. 1915.

³⁷⁴ POSITIVISMO e anarquismo. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 66-70, 31 mar. 1915.

³⁷⁵ MENDES, Teixeira. **O Positivismo e a questão social**: a propozito da propaganda anarchista. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista no Brasil, 1915.

dogmatismo de pensamento, chegando este a ponto absurdo de sustentar ter elaborado uma filosofia absolutamente completa, definitiva e irretocável.

No positivismo, os conceitos de “altruísmo” e de “egoísmo” são fundamentais. A sociabilidade humana é aqui percebida como realizada dentro destes dois pólos, os quais eram apresentados como sendo, simultaneamente, antagônicos e excludentes. O articulista levantou algumas questões recusando e problematizando este maniqueísmo. Nesta perspectiva, Viotti apontou a existência de postulados religiosos centrais na filosofia positivista, confrontando-os com os estudos científicos que alocam o homem na série da escala zoológica.

Os costumes e comportamentos dos seres humanos são eminentemente sociais, históricos e culturais. O positivismo procura estabelecer, para a sociabilidade humana, normas universais, desconsiderando a variedade de concepções nos agrupamentos humanos. Estes elementos foram apresentados pelo articulista enquanto aspectos relevantes quando das análises dos fenômenos humanos pelos estudiosos anarquistas. Estes, em suas perspectivas, entendiam como positividade as diferenças culturais.

Viotti lamentou ainda a estreiteza de concepções dos discípulos de Comte que definiam o anarquismo de forma equivocada simplesmente por não conhecerem os escritos dos pensadores anarquistas. Apesar de defender o uso da razão e dos conhecimentos produzidos pelos diversos campos da ciência, no estudo das sociedades, a racionalidade humana não ocupa posição central no anarquismo, sustentou Viotti. Tampouco procurava impor a racionalidade científica aos segmentos sociais.

Por sua vez o positivismo estabelece a ciência como a única fonte de elaboração do saber legítimo e de uma pretensa verdade derradeira em torno dos fenômenos humanos. Para o articulista, esta consiste numa das diferenças principais entre anarquistas e positivistas. Seguindo

a estas ponderações, o autor fez a crítica à idéia de “estado normal”, ou “definitivo”, para a sociabilidade humana como postulado por Comte.

Francisco Viotti ainda apresentou uma seqüência de questões, problematizando temas particulares do positivismo particularmente às suas implicações no campo da sociabilidade humana. Os seus postulados e doutrinas, estabelecendo regras universais de conduta e convivência humana, advogam a submissão, por parte dos trabalhadores, aos seus governantes e dirigentes industriais.

Em seguida às indagações, elaborou uma crítica a estes aspectos de doutrina social do positivismo, recusando a proposta de sociabilidade humana baseada na hierarquia, em relações entre governados e governantes, submissos e dirigentes. Aqui os revoltosos foram apresentados enquanto elementos importantes no processo de transformação social. O caráter reacionário, porque mais que conservador, do positivismo era-lhe evidente. Para Viotti, “o genial filosofo funda a ordem social na concentração do poder político e da riqueza nas mesmas mãos. Não examina a origem dessa riqueza e tampouco os processos pelas quaes ela se encontra nas mãos de alguns”.³⁷⁶

Ao apresentar estas críticas, Viotti prosseguiu sua análise do positivismo de Comte apontando para a manutenção das desigualdades sociais por conta da legitimação, em seus postulados, da exploração econômica do homem pelo homem. Fez a crítica também no que diz respeito à necessidade de punição aos “delinquentes”. Este questão específica no positivismo apresenta consideráveis dificuldades. Isto porque trata esta doutrina social de altruísmo e amor como base da sociabilidade humana e, ao mesmo tempo, sustenta a necessidade da existência de juízes, carcereiros e carrascos no “estado normal” da sociedade, mantendo a idéia de necessidade de sentenças, penitenciárias e, por fim, defendendo a existência da pena capital.

³⁷⁶ POSITIVISMO e anarquismo. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 66-70, 31 mar. 1915.

O autor passou a expor em seguida o seu entendimento particular das concepções anarquistas sobre os pontos acima criticados no positivismo. Segundo Viotti, a abolição das penalidades e dos códigos de conduta individual e social constituiria pressupostos de uma sociedade orientada pelos postulados anarquistas. Os atos anti-sociais, numa sociedade desprovida da propriedade privada e dos aparelhos de controle e repressão social, não teriam a configuração apresentada na sociedade vigente, sendo abordados de forma diferenciada.

Arrematando suas reflexões em torno dos principais postulados do positivismo, Viotti chamou a atenção do leitor para as limitações de espaço e de tempo, na revista, para apresentar uma explanação mais aprimorada do assunto. Enfatizou a contradição do positivismo que elabora reflexões tendo como base o questionado conceito de “estado normal” da sociedade, sustentando ser este um estado “definitivo”, ao mesmo tempo em que procura preservar as causas das desigualdades sociais, justificando a repressão, o domínio e controle da sociedade. Nesta direção apresentou, novamente contrastando com os postulados positivistas, a concepção de sociabilidade humana presente no anarquismo.

Ainda dentro desta mesma temática, Primitivo Soares, no primeiro número da revista, analisando o contexto mundial da primeira guerra, considerou como um dos elementos determinantes deste acontecimento, à formação e surgimento do positivismo de Comte ao lado das concepções religiosas e, em particular, de “todas as doutrinas e filosofias religiosas, metafísicas, inclusive o cristianismo, o espiritismo e o espiritualismo”.³⁷⁷ Antes de tratar do positivismo comteano, elaborou algumas reflexões em torno das idéias positivistas de Lombroso e Ferri que abordaram os atos anti-sociais a partir do conceito de criminoso nato.

³⁷⁷ SOARES, Primitivo. O objetivo dos deuses e o ideal dos demagogos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 10-12, 30 nov. 1914.

Primitivo Soares relacionou a ação conjunta do positivismo, do cristianismo, da metafísica, do espiritismo e do espiritualismo, com a configuração das doutrinas sociais que operacionalizam o conceito de delinquência congênita. Aqui se coloca a ocasião da reprodução de estereótipos e estigmas, particularmente sobre os trabalhadores. Aludiu, na seqüência de suas reflexões, aos conhecimentos da anatomia e da antropologia de seu tempo desmentindo as idéias de Lombroso.

Prosseguiu contextualizando historicamente a formação do positivismo como uma reação inicial ao domínio religioso da igreja católica, seguindo, de maneira paradoxal, ao estabelecimento de uma nova religião, a Religião da Humanidade. Este processo consolidou o domínio da burguesia enquanto segmento substituto do clero e da nobreza. O racismo e o nacionalismo, fenômenos sociais constituídos em formas mais contundentes com a modernidade, foram apresentados enquanto desdobramentos da religião.

O materialismo histórico, o darwinismo social, a religião e o positivismo convergiam quando da projeção sobre os diversos segmentos da sociedade, de concepções negadoras da individualidade e favoráveis ao domínio, à hierarquia. O positivismo exerceu papel de destaque no contexto de disseminação, na sociedade, dos princípios de verticalização da sociabilidade ao sustentar o imperativo da submissão por parte dos trabalhadores aos governantes e dirigentes industriais.

A ação conjunta dos aderentes do princípio de autoridade, como única forma de orientação das relações sociais, cultivava sociabilidades baseadas na submissão de uns e no ceticismo de outros. Enquanto aos segmentos populares fora destinado, nestes postulados, aspectos referentes ao estabelecimento de uma servidão voluntária, aos setores dirigentes destinavam-se a mania do mando, o “ultra-egoísmo”.

Neste processo, o autor destacou a ação dos postulados das filosofias metafísicas, do positivismo, das doutrinas “pseudo materialistas”, além de citar expressamente Maquiavel, Spencer, Nietzsche e Marx enquanto pensadores que contribuíram sobremaneira para o aprofundamento deste dinamismo de subordinação e mando. O quadro de eclosão da primeira guerra mundial fora delineado, desta maneira, a partir de um caleidoscópio constituído por considerável diversidade de fatores determinantes.

Encerrou o artigo com uma sentença incisiva questionando a validade das referidas doutrinas do pensamento social em relação aos tipos de suas ressonâncias sobre os dinamismos sociais na comunidade internacional, como no conjunto da sociabilidade humana, observada com os acontecimentos belicosos daquele momento.

A análise destes fenômenos resume-se na seguinte verdade: que todas as filosofias doutrinas ou dogmas que não tenham por princípio a mediata revolução intelectual dos povos, e o aceleração da revolução econômica e social, no sentido da mais perfeita igualdade e da mais estrita justiça, carecem de valor e não merecem a menor atenção, salvo se fôr afim de conhecê-las para melhor destruí-las.³⁷⁸

As notas desta seção noticiavam outros acontecimentos. É o caso do registro do falecimento de Anselmo Lorenzo³⁷⁹, anarquista de projeção mundial. O articulista registrou a sua importância no movimento anarquista, afirmando ser seu pensamento conhecido por todos os anarquistas de língua espanhola e portuguesa. “El abuelo”, registrou o articulista, era o tratamento carinhoso dado pelos espanhóis a Anselmo Lorenzo.³⁸⁰

³⁷⁸ SOARES, Primitivo. O objetivo dos deuses e o ideal dos demagogos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 10-12, 30 nov. 1914.

³⁷⁹ Anselmo Lorenzo nasceu em 1841 em Toledo, Espanha, e faleceu em 1914 em Barcelona. Integrou o grupo que introduziu o anarquismo na Espanha. Participou da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores. Atuou fortemente na imprensa proletária e anarquista. Traduziu obras como algumas de Reclus. Em seu trabalho de tradução, contribuiu com diversas traduções de clássicos para a biblioteca da Escola Moderna de Barcelona, dirigida por Francisco Ferrer y Guardia.

³⁸⁰ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 1, 31 jan. 1915.

Vitor Franco noticiou, em nota intitulada *Congresso anarquista*³⁸¹, as intenções de organização de um congresso no Rio de Janeiro reunindo anarquistas sul-americanos. Nesta nota registrou a decisão em assembléia de anarquistas em organizar este congresso, manifestando em seguida sua posição contrária à realização deste evento. No seu entendimento, a crise econômica, à distância geográfica e a falta de um motivo convincente não justificavam os esforços e o desgaste imposto aos anarquistas das mais diversas regiões no deslocamento para o local do congresso.

Astper, na nota *A grande virtude...*³⁸², apresentou a caridade e a filantropia de burgueses e religiosos, enquanto excelente ocasião para aumento de seus lucros. Os processos de arrecadação de recursos com fins de caridade dirigidos a segmentos mais necessitados, resultariam na coleta de vultosas somas de dinheiro. As instituições filantrópicas, públicas ou privadas, conseguiriam, através deste expediente, amealhar considerável quantia de recursos financeiros, consistindo em mais um negócio de custos baixos e seguros rendimentos.

Em outra nota, denominada *Pequeno dado para um estudo psicologico do carioca*³⁸³, Astper registrou ter presenciado um diálogo entre dois homens numa barca. Um deles tinha pedido a um terceiro para jogar uma série numerada. Ao conferir o resultado do jogo descobriu ter dado o número por ele passado para o outro. Ao procurá-lo, soube surpreso, que o terceiro havia esquecido de fazer o jogo. Maldisse o amigo e, revoltado, lamentou para o companheiro da barca não ter naquele momento um revólver. Astper, de seu lado, afirmou na nota lamentar não ter também naquele instante um revólver. A descrição do diálogo entre estes dois amigos na

³⁸¹ FRANCO, Vitor. Crónica subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 97, 31 mai. 1915.

³⁸² ASTPER. Crónica subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 66, 31 mar. 1915.

³⁸³ ASTPER. Crónica subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 50, 28 fev. 1915.

barca deixou evidente a sua indignação com aqueles cuja esperança de mudança de vida residia no expediente de jogos de azar.

Em uma outra nota³⁸⁴, o articulista abordou um projeto de lei com o objetivo de regulamentação do serviço doméstico. Este projeto era antigo, afirmou o autor que, discordando desta proposta, apresentou, como complemento de suas críticas, as ponderações elaboradas pelo diretor do Apostolado Positivista no Brasil, Miguel Lemos, também contrário ao projeto.

Em artigo não assinado³⁸⁵, a questão do serviço doméstico, como da proposta de sua regulamentação, fora tratada com mais demora. O articulista problematizou as justificativas do delegado para fazer valer um código estabelecendo normas para o serviço doméstico. Também apresentou o regime do assalariamento como uma modernização da antiga escravatura, questionando, não sem ironia e sarcasmo, a falta de codificação do patronato, uma vez que, naquela proposta, apenas ao trabalhador seriam direcionados procedimentos de classificação e controle. O autor demonstrou o efeito estigmatizante desta medida sobre o trabalhador, por possuir um caráter essencialmente preconceituoso. Evidenciou, em seguida, as intenções inconfessas do estabelecimento, por parte de segmentos dominantes, em garantir um maior controle e domínio sobre o conjunto dos trabalhadores.

Não obstante existir em alguns números de *A Vida* um debate acerca da defesa de posição, adotada por nomes como Piotr Kropotkin, Carlos Malato, Jean Grave entre outros, favorável ao apoio aos aliados e ao alistamento dos anarquistas nas fileiras de seus exércitos, surgiu, no conjunto das colunas deste periódico, a rejeição cabal à violência instituída na sociedade através

³⁸⁴ CRÓNICA subversiva – as ideias e os fatos. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 2, 31 jan. 1915.

³⁸⁵ ATUALIDADES – Uma monstruosidade que se prepara: a regulamentação do serviço doméstico. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 10, 31 jan. 1915.

da existência dos exércitos regulares e do militarismo. Este episódio alimentou uma discussão entre Domingos Ribeiro Filho e Francisco Viotti³⁸⁶.

O debate instaurou um momento de problematização quanto aos temas que atravessavam a sociedade internacional, expondo questões urgentes não só para as relações entre os países, em geral, mas também, especificamente, para o movimento operário tanto como para o anarquista. A discussão novamente fôra conduzida de forma elegante, sem que isto eliminasse a exposição de pontos contendo profundas divergências e mesmo alguns aspectos inconciliáveis.

Depois de considerar as objeções iniciais ao alistamento de anarquistas às fileiras dos aliados, Ribeiro Filho passou à outra ordem de argumentos. Para ele haveria um dever anarquista, portanto sectário, contraposto a um dever humano. Este deveria ser o dever, no entender do articulista, que os militantes anarquistas deveriam privilegiar. Nada de se opor à guerra, mas antes levá-la a sua mais profunda extensão fazendo com que o militarismo, o patriotismo e o estatismo se esgotassem por si mesmos. As palavras do autor, manifestando sua ojeriza às máquinas, parecem também colocá-lo no curso dos neo-ludditas contemporâneos, numa crítica radical ao modelo civilizacional vigente.

A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista).

[...]

Isto posto, qual o dever anarquista?

Um dever “anarquista” é dever sectário, parcial, uma vez que ha um dever humano que inutilmente a burguezia afirma ser “patriotico”. E assim a anarquia, “sem se esquecer a si propria”, perde a sua qualidade militante para se tornar solidária com a batalha que a fatalidade social generalizou num dado momento histórico.

Além disso a anarquia tem no seu programa a destruição do militarismo que arruína os povos.

Para estinguil-o, a anarquia devia ter provocado esta guerra e deverá provocal-as enquanto houver homens em armas nas fronteiras, único meio de de demonstrar pratica e humanamente que o militarismo é um mal, e pra levar a logica das organizações sociais ás suas ultimas consequencias. (1)

³⁸⁶ RIBEIRO FILHO, Domingos. A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista). **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 87-90, 30 abr. 1915.

[...]

Naturalmente aparece o absurdo de um anarquista alemão combater o seu camarada francez em nome de um pacifismo que ambos preparam com ardor e sinceridade; o absurdo do generoso propagandista do amor hombrear com o truculento sementeiro do odio patriótico; o absurdo da negação da ideias pela aceitação dos fatos que á civilização repugna; tudo isso è um absurdo violentando a coerência das nossasideias apuradas através de seculos de analise e de critica.

Comtudo toda essa absurdidade é um mito. A inteligência humana nunca ha de construir por si mesma sinão filosofia, moral e estética; ela nunca ha de construir a sociedade nem a vida, porque ela é a resultante da sociedade e da vida.

[...]

Para combater os males da sociedade todos os meios são bons, mas os melhores serão sempre aqueles que levarem os inconvenientes ás ultimas consequencias de seus erros. Assim como foi o misticismo e não a filosofia quem deprimiu a religião, a guerra e não o pacifismo será o melhor inimigo do militarismo e do patriotismo. Quando os últimos patriotas francezes houverem trucidados os últimos patriotas alemães é infinitamente provavel que os estados maiores agonizem. No estado atual da sociedade a guerra é uma necessidade que é uma loucura evitar e impossivel evitar.

[...]

Os nossos destinos sociais estão em jogo nesta guerra; é tolice dizer que são destinos politicos e que os homens se batem por Guilherme contra Nicolau. Estes nomes são ridículos e amanha desaparecem em écos moribundos; são gritos documentais da tolice humana, que a burguezia alteia para atordoar sentimentos instintivos das vitimas de uma catastrophe inevitavel. Porque esta grande guerra é o fenómeno maximo da decomposição da nossa sociedade hipertrofiada de homens, de maquinas, de dinheiro e de ideias.

Ali na fronteira se elaboram os elementos da sociedade futura e os anarquistas verão essa sociedade surgir sem tomarem parte nela por estreitismo sectario, eles que se propõem a construir um mundo novo. Sem a guerra, esse mundo novo seria infamamente burguez, mercantil, acomodaticio, confortavel, degenerado como toda civilização alcançada pela maquina e pela retórica.³⁸⁷

Domingos Ribeiro Filho dirigiu-se aos anarquistas no Brasil, argumentando a necessidade da guerra também como a solução para os mesmos problemas originados pelo militarismo, pelo patriotismo e estatismo. Não importaria contra quem nem em que situação, mas o importante seria a guerra imediata como forma de extingui-los por implosão, a partir do esgotamento de suas próprias possibilidades.

Em seguida, Francisco Viotti levantou algumas objeções sobre as ponderações belicosas de Domingos Ribeiro Filho. Iniciou as suas reflexões evidenciando o fato da opinião de Kropotkin não ter tido o efeito de ordens às quais aos anarquistas restaria a obediência

³⁸⁷ RIBEIRO FILHO, Domingos. A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista). **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 87-90, 30 abr. 1915.

comiserada. Em que pese o fato da figura de Kropotkin ser de inquestionável reconhecimento no movimento anarquista em todo o mundo, sua opinião favorável ao alistamento dos anarquistas junto aos aliados, não fora aceita pelos mais expressivos segmentos do movimento anarquista.

O debate entre Domingos Ribeiro Filho e Francisco Viotti refletiu um questionamento à guerra e ainda mais à idéia de que aos anarquistas restaria engrossar as fileiras dos exércitos regulares. Viotti iniciou as suas reflexões acentuando o caráter questionador e iconoclasta alimentado pelo pensamento anarquista, de modo a não estabelecer alguma personalidade tida na medida de notabilidade de onde emanariam verdades a serem seguidas acriticamente pelos demais anarquistas.

Feita as ponderações iniciais, Viotti passou em seguida à exposição da sua crítica recusando incisivamente a idéia de existência de algum “dever anarquista”. Em clara alusão a Jean Marie Guyau³⁸⁸, apresentou a moral anarquista como sendo uma moral “sem sanção nem obrigação”.

Viotti recusou terminantemente o rótulo de pacifista “tolstoiano e sentimental”, por conta de sua posição intransigente de recusa ao alistamento de anarquistas nos exércitos aliados. Antes de abolir o Estado, o militarismo e o patriotismo, a guerra se apresentava como a ocasião por excelência para o surgimento e estabelecimento da hierarquia na sociedade. O articulista remeteu ao conhecimento de como nas sociedades tribais inexistiam chefes, surgindo estes, como estrategistas nas batalhas contra os inimigos, quando de situações de combate. O aumento na frequência das guerras estabeleceu a tolerância para com a existência de um comandante no seio da sociedade indígena, desembocando na criação de um novo costume baseado na chefia.

³⁸⁸ Jean-Marie Guyau foi um filósofo francês bastante lido em inícios do século vinte entre os operários e anarquistas no Brasil e no mundo. Entretanto, de seus livros o de maior projeção e divulgação era o indicado no texto de Viotti. GUYAU, Jean-Marie. **Ensaio de uma moral sem obrigação nem sanção**. Trad. De José M. Cordeiro. Lisboa: Ed. Guimarães, 1919.

Viotti criticou a análise de Ribeiro Filho também no aspecto referente a algum pretendido impacto diferencial dos anarquistas no desenrolar da guerra no caso destes se alistarem nas fileiras aliadas. Destacou, em primeiro lugar, uma superestimação do número dos anarquistas diante do contingente regular, mesmo considerando factível a hipótese favorável ao alistamento destes nos exércitos aliados. Em segundo lugar, a ação dos anarquistas alistados, diante da situação de praça arregimentado, obstaría uma atividade convergente com os postulados libertários. Os anarquistas nada poderiam fazer enquanto tais num exército regular, pois a disciplina militar impõe uma condição de obediência estrita às ordens dos superiores hierárquicos, igualando todos os subordinados por baixo. Aqui o autor distinguiu guerra social da guerra convencional. Viotti devolveu a pecha de “sentimental” que fora lançada por Ribeiro Filho. Recusou também a sugestão personalista implícita naquele texto.

O camarada D. R. F. sae no final com uma tirada sentimental a respeito de anarquistas calculistas e sectarios em confronto com anarquistas generosos a enobrecer uma guerra comercial. Isto é de muito efeito num “meeting” onde pouco se raciocina e só se fala ao sentimento. Quanto aos apodos de sectarios e calculistas, cabe-nos dizer, que qualquer qualificativo elogioso e depreciante que se nos dê, em nada valoriza ou desvaloriza os nossos argumentos. Estes valem por si mesmos e não pelas pessoas que os apresentam.³⁸⁹

Finalmente, encerrou seu texto numa direção oposta ao aparente neo-luddismo de Ribeiro Filho, evidenciando o condicionamento de uma revolução social à existência da máquina.

Paul Lafargue³⁹⁰, no marxismo, mas também com muita proximidade com as idéias de Proudhon, em apêndice ao seu texto *O direito à preguiça* assinalou a importância das máquinas enquanto meios para propiciar o desvencilhamento do trabalho e do regime do salário na sociedade moderna. Remetendo ao que designou “sonho de Aristóteles”, Lafargue afirmou, no

³⁸⁹ VIOTTI, Francisco. A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista). **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 90-91, 30 abr. 1915.

³⁹⁰ LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça. A religião do capital**. 3 ed. ampliada. São Paulo: Kairós, 1983. p. 8.

fim de seu texto, que “nossas máquinas de hálito de fogo, membros de aço, infatigáveis, de uma fecundidade maravilhosa e inesgotável, realizam docilmente, por si sós, seu santo trabalho”. Critica em seguida os “filósofos do capitalismo” por defenderem ardorosamente o salariado, entendendo este como “a pior das escravidões”. Para ele, os adeptos do capitalismo “ainda não entendem que a máquina é o redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem das *sordidae artes* e do trabalho assalariado, o Deus que lhes concederá os lazeres e a liberdade.” Talvez a posição de Viotti manifeste conhecimento destas reflexões de Lafargue.

Os anarquistas, no geral, comungavam a defesa da indústria e das máquinas. William Morris³⁹¹, no final do século XIX, enaltecia a máquina como a forma de liberação humana do trabalho estafante e opressivo como se dá sob o capitalismo. Kropotkin³⁹² também evidenciou as máquinas uma grande importância na reorganização da sociedade, particularmente, no que se refere ao aumento da produção. É de conhecimento geral o fascínio de Bakunin e Proudhon com o desenvolvimento da indústria.

Apenas Stirner destoa nesta harmonia angelical. Primeiro, quanto à produção, ela deveria tomar os contornos de um empreendimento fora dos padrões de grandes conglomerados industriais. Segundo, procede à defesa da propriedade pessoal negando, concomitantemente, o equivalente universal e o industrialismo. Nesta direção, apontando para as trocas diretas, ou escambo, como maneira de estabelecer relações entre produtores, entende que “não se paga com dinheiro, de que podemos ter falta, mas com o que podemos ter e fazer. Só essas capacidades nos dão ‘posse e poder’: só seremos proprietários daquilo a que chega o braço da nossa força”.³⁹³

³⁹¹ MORRIS, William. O trabalho e a máquina. In: WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Tradução de Júlia Tettamanzi e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981. p. 307-308. (Biblioteca anarquista).

³⁹² KROPOTKIN, Pedro. **A conquista do pão**. 3 ed. Lisboa: Guimarães editores, 1975. (Biblioteca sociológica). KROPOTKIN, Pedro. **Campos, fabricas y talleres**. Madrid: Barcelona: Júcar, 1978.

³⁹³ STIRNER, Max. **O único e sua propriedade**. Tradução de João Barrento. Lisboa: Antígona, 2004. p. 210.

Na seqüência destas ponderações, Stirner rejeitou tanto a fórmula coletivista, que sentenciar “a cada um de acordo com as suas capacidades!”, como a outra, “tudo pertence a todos!”, dos comunistas. A primeira por recolocar a autoridade da sociedade por sobre o *egoísta*. Este, no coletivismo, deveria ser submetido ao critério social aferindo suas capacidades produtivas e a produção efetiva de seus produtos. A segunda por ser, tal qual o coletivismo, a “mesma teoria sem conteúdo”, pois “a cada um só pertence aquilo que ele pode fazer ou tomar. Se eu disser que o mundo me pertence, isso é outra vez conversa fiada, que só pode ter sentido na medida em que eu não respeito nenhuma espécie de propriedade alheia. Mas a mim só me pertence o que eu puder ter, o que estiver ao alcance das minhas capacidades.”³⁹⁴

Primitivo Soares³⁹⁵, argumentando contra a guerra, fez referência à prisão, pelos governos aliados, de anarquistas antagônicos à guerra. Entre os anarquistas aprisionados, o autor destacou a figura de Sebastian Faure. Todos eles encontravam-se na eminência de serem assassinados pelos respectivos Estados. Para ele, os anarquistas deveriam lutar imediatamente por sua própria causa e não nos exércitos aliados. Poderiam começar dirigindo esforços na libertação daqueles que foram aprisionados.

Como colocado mais acima, no início da apresentação dos debates entre Ribeiro Filho e Viotti, a primeira grande guerra consistiu no assunto privilegiado da revista. As análises elaboradas pelos articulistas fugiam de uma abordagem estrita como as de especialistas, reduzindo consideravelmente a perspectiva de suas reflexões. Os enfoques reducionistas destes acontecimentos, restritos quando muito a temas políticos e econômicos, descartam a existência de profundas relações, diversas implicações, variados desdobramentos e procedências do fenômeno belicoso em andamento. Desconsiderar nas análises dos eventos humanos as múltiplas relações

³⁹⁴ STIRNER, Max. **O único e sua propriedade**. Tradução de João Barrento. Lisboa: Antígona, 2004. p. 210.

³⁹⁵ SOARES, Primitivo. Contra a guerra e pela liberdade. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 71-73, 31 mar. 1915.

implicadas como as subseqüentes, desemboca na produção de estudos de resultados incompletos quando não equivocados.

O tema da guerra era, nesta perspectiva, abordado a partir de um ponto de vista avesso aos ícones da política partidária e de todo o aparato condizente com o campo do poder centralizado, da autoridade, da hierarquia. Estes consideram as diversidades de questões sociais a partir de um enfoque estreito detido sobre a verdade de uma especialização técnica. Os problemas sociais constituiriam, neste aspecto, matéria privilegiada dos profissionais, dos governantes e dos especialistas. Estes, por sua vez, ocupariam a condição de novos conselheiros do príncipe na corte democrática, se limitando a apresentar diagnósticos de situação na direção da manutenção do *status quo*.

Os estudos sociais que procedem de modo reducionista, estabelecem uma espécie de violência metodológica sobre os elementos avalizados, deixando de apreciar a existência de extensa gama de diversidade de relações entre os mais múltiplos acontecimentos humanos. Tal qual Procusto, fraturam, amputam, distendem forçosa e artificialmente os elementos analisados nos seus estudos. Esta fratura conduziria a apreciações de construto analítico, argumentativo e finalizações de antemão comprometidas.

Os articulistas de *A Vida*, cujo temário abordado tenha sido a primeira guerra mundial cada qual dentro dos limites de seus artigos e do foco argumentativo privilegiado, evidenciaram a variedade de proveniências e múltiplos desdobramentos deste acontecimento. Apresentaram uma apreciação relacional, para além do proposto na estreita perspectiva de especialistas, quer estrategistas militares quer dirigentes políticos. Vejamos algumas destas ponderações indisciplinadas e indisciplinadas.

José Oiticica³⁹⁶ elaborou um estudo em torno da questão feminina na sociedade a partir de uma perspectiva energética. Iniciou no primeiro número da revista este estudo intitulado *O Desperdício da Energia Feminina*, concluindo-o no quinto. Ao expor os tipos de energias cósmicas e os tipos de energias humanas, abordou a questão do aproveitamento e do desperdício de energias, definindo a guerra como a forma mais completa de desperdício por destruição.

Orlando Corrêa Lopes³⁹⁷ acercou-se do tema da guerra a fim de proporcionar ao leitor, num interessante percurso estratégico, uma perspectiva em torno do amplo espectro das vicissitudes sociais eclodidas com a modernidade. Iniciou seu artigo assinalando o caráter ainda limitado, à época, dos estudos da sociedade em contraposição aos significativos avanços, obtidos nos campos das ciências chamadas exatas e da natureza.

Evidenciou o papel dos movimentos de contestação social, perigando com a organização política por conta das reivindicações na ordem da configuração econômica na sociedade moderna. As comoções sociais se deviam ao quadro de insatisfação generalizado. Por um lado, os trabalhadores questionando as desigualdades sociais e, por outro lado, a burguesia procurando amenizar os conflitos sociais através de medidas meramente paliativas como a criação das chamadas “leis sociais”, sem problematizar o dinamismo social baseado na hierarquia e na exploração. O autor ressentiu-se da falta de uma vontade de liberdade, expresso nos objetivos firmados por republicanos e monarquistas. Estes se contentaram com um cativeiro mais confortável, procurando apenas, para tanto, modificar os governantes.

Elaborou uma série de questionamentos visando problematizar não só a guerra enquanto resultado de interesses econômicos antagônicos de capitalistas, mas temas adjacentes como a natureza do Estado, seu caráter interventor, obstrutor e violento sobre o dinamismo das relações

³⁹⁶ OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 7, 30 nov. 1914.

³⁹⁷ LOPES, Orlando Corrêa. Guerra aos senhores. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3-4, 30 nov. 1914.

entre os diferentes segmentos produtores na sociedade. O leitor fora convidado a apresentar suas próprias conclusões, uma vez o articulista apresentar as suas. Orlando Corrêa Lopes arrematou o texto com a recusa da participação efetiva na guerra, com o repúdio à idéia da possibilidade de melhorias através do estabelecimento de “leis sociais” e com a sugestão de abolição de todas as leis e de qualquer tipo de governantes, estabelecendo, desta maneira, não o desgoverno, mas antes o autogoverno.

Em um outro artigo³⁹⁸ não assinado, o articulista expôs uma análise situando os trabalhadores e sua importante participação no mecanismo de materialização da guerra como também as possíveis atitudes a serem adotadas de modo a impedir o fenômeno guerreiro. Contextualizou o surgimento das idéias e do movimento anarquista como uma reação, ocorrida primeiramente na Europa, contra a exploração econômica, ao mesmo tempo em que afirmativo do princípio de liberdade. Apresentou estas reflexões através de notas seguidas e breves.

A idéia central deste artigo era a de demonstrar ocupar o trabalhador uma posição ativa e de destaque na conflagração bélica mundial, uma vez que, como exposto no começo do terceiro apontamento deste artigo, “a guerra, é a destruição do trabalho”. Além do mais, foram os trabalhadores, e os demais integrantes dos segmentos populares, que preencheram as fileiras dos exércitos, defendendo idéias de pátria ou de alguma religião.

O articulista apresentou a guerra mundial como evento esperado pelos anarquistas, os quais constituíam a mais expressiva manifestação contrária à conflagração de hostilidades mútuas. Numa alusão a Cesare Lombroso, que definira o anarquista como o tipo por excelência do que denominou “homem delinqüente”, questionou sobre quem efetivamente promovia carnificinas e assassinatos em escala mundial já que os anarquistas, tidos na conta de dinamiteiros

³⁹⁸ A CONFLAGRAÇÃO Europeia – Os trabalhadores e a gréve. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 13-15, 30 nov. 1914.

e apologistas da destruição, se opunham tenazmente à guerra. Na sequência destas ponderações indagou: em qual escala comparar, de um lado, os eventuais justicamentos realizados por alguns anarquistas contra soberanos e autoridades e, por outro lado, a morte imediata de milhões de pessoas a mando dos governantes? No item designado *Apoz a maior guerra do mundo virá a maior revolução do mundo?* finalizou com um vaticínio sobre a maior revolução social a se realizar em inícios do século XX.

Tratou da guerra enquanto maneira de destruição do trabalho, tanto porque aniquilava os produtos dirigidos à realização das mútuas agressividades coletivas, como porque retirava boa parte dos trabalhadores do processo de produção de bens úteis às sociedades. Além do mais, sobre os trabalhadores recaem os ônus da guerra, pois seriam eles e seus filhos quem efetivamente iriam aos campos de batalha sob as ordens de generais. Também seria sobre eles que recairiam os resultados da escassez dos produtos, sobretudo quando da raridade dos alimentos. A condição do soldado em situação de guerra, e após ela, seria sempre humilhante e vexatória, ficando para o oficialato medalhas e honrarias. O trabalhador, por sua vez, receberia, como prêmio de seu esforço, miséria e penúria.

Nestas linhas, o articulista acrescentou à sua análise, no aspecto referente aos efeitos da guerra sobre o trabalhador, quando evidenciou a escassez de bens particularmente a alimentação, a violência governamental obrigando por vezes o produtor a deixar sua família para ser transformado em soldado de algum exército regular. Neste ínterim, evidenciou o papel decisivo do trabalhador na guerra, cabendo somente a este a iniciativa de por termo a este acontecimento através de uma peremptória recusa coletiva de produzir elementos dirigidos à alimentação da indústria bélica.

Aproveitou também o ensejo para afirmar sua definição do que fosse um anarquista: alguém que assinala a importância da solidariedade e não da concorrência nas relações humanas,

advogando o autogoverno da sociedade, sem a presença de nenhuma forma de senhorio. Arrematando este item de seu artigo, no sentido em que anunciara no final do tópico anterior em que opõe concorrência e solidariedade, apresentou a guerra como fruto privilegiado da concorrência.

Na segunda parte do artigo³⁹⁹, expôs e evidenciou as causas comerciais da conflagração da primeira grande guerra. Iniciou definindo as guerras de conquistas como tendo no “tributo” seu móvel principal. Analisou rapidamente um período histórico mais remoto em que este procedimento fôra aplicado por reis e imperadores sobre as populações conquistadas, passando em seguida para períodos mais próximos, designados de “tempos modernos”. Finalizou este escrito com um enfoque sócio-histórico sobre os acontecimentos guerreiros, denominando seu momento histórico de “tempos recentes”.

O articulista passou a citar passagens do livro de um escritor que apresentou o império inglês como baseado na conquista de terras ricas de outros povos. Concluiu o artigo expondo algumas reflexões corroborando sua assertiva inicial relativa aos motivos comerciais da conflagração da primeira grande guerra.

As guerras, e em particular a primeira grande guerra, foram analisadas por outros anarquistas como tendo na instituição escolar oficial, quer estatal quer confessional, um dos mais importantes pilares. Estas escolas preparavam as crianças para a aceitação e naturalização das hostilidades como também para, quando adultas, engajarem-se em episódios belicosos.

João Penteado⁴⁰⁰, professor e diretor da Escola Moderna número 1 de São Paulo, expôs suas reflexões em torno do papel da escola, nas mãos do Estado e da igreja, na configuração da

³⁹⁹ A CONFLAGRAÇÃO Europeia – O movel das guerras de conquista. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 11-12, 31 dez. 1914.

⁴⁰⁰ PENTEADO, João. As escolas e sua influencia social – O ensino oficial e o ensino racionalista. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 8-9, 31 dez. 1914.

primeira grande guerra. Contrapôs à escola oficial um outro tipo de escola não baseada na revelação divina nem no universalismo estatal. Estado e igreja constituíam em fontes de orientação de um ensino militarista, belicoso, chauvinista, dogmático, tal qual realizados pelas escolas oficiais.

Denominou sua escola de racionalista por seguir as orientações deixadas nesta perspectiva educacional pelo pedagogo espanhol Francisco Ferrer y Guardia. Este pedagogo, fuzilado em 1909 pelos governantes e pelo clero espanhol, lançou umas das primeiras bases para a instauração de uma escola contrária aos preconceitos nativistas, religiosos e culturais. Esta escola seria a maneira de preparação da infância para o exercício de sociabilidades avessas a autoridade e afirmativas da liberdade social.

O autor antecipou-se em quase um século a estudos que apresentam a escola como constituída por um universo prisional e disciplinar idêntico aos quartéis. No seu entendimento, a eclosão da primeira guerra mundial evidenciou o sucesso desta escolarização na sociedade. O papel da escola, na preparação das crianças para os eventos bélicos à época, não foi de menor importância.

Numa crítica às consideradas convencionalmente maravilhas da civilização, Pentecoste chamou atenção para o fato de ter sido na “velha e mais culta parte do mundo civilizado” onde se realizava uma guerra sem precedentes na história humana. Procurou demonstrar a veracidade de sua assertiva, quanto ao papel da escola orientada pelo estatismo e pela religiosidade, no cultivo de personalidades cheias de sentimentos xenófobos e racistas, terreno subjetivo propício para a realização de guerras. Finalizando seu artigo, o autor apresentou as características da escola racionalista, constituída em franco contraste com a escola oficial. A sua difusão pela sociedade seria uma das condições para se por termo às guerras.

As escolas e sua influencia social – O ensino oficial e o ensino racionalista.

[...]

E esse prelio terrível, essa luta monstruosa, esses embates furiosos, barbaros, selvagens, em que se lançam os povos da velha e mais culta parte do mundo civilizado, tiveram começo, primeiramente nas escolas oficiais, por meio da infiltração do nefasto patriotismo, que inculca no espírito da juventude de uma nação ou de uma raça o sentimento de repulsa, de despeito e de odio pelos individuos de outra raça. As escolas prepararam e as casernas, por seu turno, completaram a obra terrível, auxiliadas pela imprensa vendida ao serviço dos promotores das guerras internacionais, que são os chefes de Estado e os banqueiros.

Foi assim que se produziu a guerra europeia e será assim que se reproduzirão outras tantas hecatombes futuras – si nós, os que trabalhamos pelo bem da humanidade, não opusermos á influencia nefasta destas escolas de perversão e de morte a benefica, a eficaz, a salutarissima ação das nossas escolas racionalistas que excluem de seu programa todos os preconceitos patrioticos e religiosos, tendo sempre em mira, antes de tudo, a educação e a instrução da infancia de acordo com a razão e com a verdade das coisas que constituem o objetivo principal de nossa vida e a razão de nossos atos, já fazendo despertar-lhe todas as aptidões naturalmente manifestadas para o trabalho produtivo, para a ciencia e para as artes, já encaminhando-a de modo humano e racional para a conquista de todas as felicidades, descortinando para suas vistas horizontes novos, fulgurantes, iluminados.⁴⁰¹

Éfren Lima⁴⁰², de seu lado, elaborou suas reflexões afirmando a nocividade da intervenção do Estado junto à escola. Destacou a sociabilidade humana como resultante de três fatores: “hereditariedade, educação e meio”. Apresentou a educação e o meio social no qual vive uma pessoa como as dimensões que poderiam ou intensificar ou obstar inclinações herdadas, quer aptidões sociáveis quer inclinações anti-sociais.

A educação fôra analisada pelo articulista enquanto fator de maior urgência relativa a uma atuação sobre as individualidades no sentido do aprimoramento das disposições para a solidariedade e simultânea eliminação das inclinações grosseiras e brutais. Privilegiar a educação teria como efeito imediato uma alteração no meio social no qual o indivíduo se encontra, favorecendo uma melhor e mais eficaz transformação no conjunto da sociedade. Sustentou depender única e exclusivamente da aspiração e da vontade das pessoas o estabelecimento de escolas fora da órbita estatal, lamentando-se verificar a ausência desta *vontade*.

⁴⁰¹ PENTEADO, João. As escolas e sua influencia social – O ensino oficial e o ensino racionalista. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 8-9, 31 dez. 1914.

⁴⁰² LIMA, Éfren. A instrução e o Estado. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 6-7, 31 jan. 1915.

A instrução e o Estado

Está evidente á simples apreciação, o quanto de nocividade resulta da dependencia em que a instrução contemporanea vive para com o Estado. Altamente lastimavel é este protectorado sobre uma instituição social que necessita de uma liberdade propria, a mais plena e completa possivel. O individuo socializado, não sendo como demonstram as leis do determinismo, mais que o resultado de tres factores preponderantes na genese – hereditariedade, educação e meio, será na vida em commum tanto melhor ou péor quanto as influencias creadoras actuarem para o bem ou para o mal.

O homem que por efeitos de hereditariedade, vem ao mundo com predispozições grosseiras, poderá modifical-as ou aniquilal-as, servindo-se do auxílio fornecido pelas deformações resultantes da convivência social, isto é, do – meio, ou dos conhecimentos metafisicos que lhe forem subministrados, isto é, da – instrução. De fôrma oposta, o ser predestinado que herda, dos seus ascendentes, inclinações as mais felizes, está determinado a desenvolvel-as, aumentando-as vantajosamente, ou a atrofiar-as, em prejuizo proprio e da sociedade. Então, verificada a segunda condição, uma substituição mais ou menos completa da inteligencia pela brutalidade, de uma fôrma mais perfeita por outra mais retrograda, dar-se-á fatalmente.

Deste raciocinio, evidencia-se a maior importancia dos dous ultimos factores enunciados, ambos de ação modificativa, e dos quaes incontestavelmente o primeiro reclama uma atenção mais delicada. O ser maléfico por origem submetido a uma orientação meticulosa, dirigido para o bem supremo, e vivendo num ambiente adiantado, onde as aspirações elevadas predominem, perderá quantitativamente o instinto para o mal.

A energia primordial adquirida por via biologica, poderá ser apaziguada ou extinta, por via de adaptações deformantes e posteriores. Portanto um esforço coletivo de todas as pessoas das varias nações das diversas raças terrestres, e tendente a tornar a educação dos novos individuos a primeira preocupação da humanidade, colocando-a em nivel superior e purificando zelosamente o meio social, deveria constituir o horizonte para o qual seriam dirigidos os valores maximos dos nossos trabalhos.

Agora que esboçamos os pontos principaes do argumento, perguntamos, – haverá essa comunhão de vontades? A educação subministrada actualmente aos povos atingiu tal perfeição? É facil constatar o contrario.⁴⁰³

Também registrou a relação íntima existente entre a configuração sócio-econômica baseada na propriedade privada com a intervenção violenta do Estado na sociedade. Nesta intervenção a escola, tanto a primária como a superior, desempenhava um papel por demais relevante, pois era a través do controle das instituições de ensino que os estratos dominantes da sociedade procuravam garantir a conservação das “tradições” que lhes fossem favoráveis.

⁴⁰³ LIMA, Éfren. A instrução e o Estado. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 6-7, 31 jan. 1915.

A tradição tratada pelo articulista era delineada pela manutenção de costumes e maneiras próprias a sociedades militaristas, nacionalistas, religiosas. Cultivava-se nas crianças, dentro desta tradição, sociabilidades que valorizavam o respeito a personalidades tidas na medida de notoriedades e a subseqüente obediência incondicional a estas. A aversão pelas novas idéias e, mais ainda, pelo estabelecimento de algum processo de transformação no conjunto das relações sociais, consistia no que denominou de apego ao “hábito”. Professores, livros, altos investimentos por parte da elite econômica e o domínio estatal exclusivista sobre as instituições escolares, configurariam o quadro mais amplo através do qual “tradições” e o “hábito” eram engendrados.

Este “hábito” apresentava-se incompatível com a dinâmica de transformação social característica da sociabilidade humana. O autor lançou mão de um argumento relacionando sociedade a algum organismo biológico, sustentando que, da mesma forma que este se transforma ao longo de sua existência, haveria que existir liberdade para as transformações nas configurações sociais. O dinamismo e o movimento, relativo à variedade de modos de vida, constituiriam características particularer da sociabilidade humana. Deste modo afirmou categoricamente que “o habito, a imutabilidade, é a quietude, o aniquilamento, e opõe-se á transformação evolutiva, ao progresso”, seguindo, como forma de finalização de suas reflexões, com um apelo dirigido ao leitor para adoção de uma atitude de repulsa à quietude.

Adelino de Pinho⁴⁰⁴, que lecionou e dirigiu de 1912 a 1919 a Escola Moderna N° 2 de São Paulo, fechada por imposição governamental, iniciou seu artigo de forma incisiva afirmando a existência de uma íntima relação da escola oficial com o militarismo, o estatismo e a conflagração da primeira guerra mundial. O título do artigo, *A escola, prelúdio da caserna*, indica de antemão o entendimento expresso acima, apresentando as instituições de ensino, estatais ou confessionais, como uma outra forma de quartel.

⁴⁰⁴ PINHO, Adelino de. A escola, prelúdio da caserna. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 75-76, 31 mar. 1915.

O postulado democrático que define a escolarização da sociedade como um dos deveres do Estado fôra apresentado enquanto estratégia universalista de difusão de uma sociabilidade chauvinista, belicosa, xenófoba, mística, preconceituosa. O autor evidenciou a relação entre escola oficial e quartel, ao mesmo tempo em que criticou os professores destas escolas por exercerem papel de instrutores marciais. O ambiente prisional e autoritário dos quartéis não será estranho para uma pessoa formada em instituições de ensino deste tipo.

A escola, preludio da caserna

A escola atual, confessional ou governamental, é a sistematização da violencia. Exemplifiquemos tão audaz afirmativa.

A conflagração européa, essa tremenda guerra que tão desastrosas conseqüências acarretou ao desenvolvimento físico, moral e intelectual da humanidade, é um produto da escola primaria.

Os estados modernos, compreendendo perfeitamente que com a decadencia da religião e com o desenvolvimento comercial e industrial das sociedades era impossivel manter na ignorancia suina, dos tempos idos, as multidões, abriram escolas, as mais que puderam, especialmente nas cidades onde os agrupamentos são maiores e onde as idéas se disseminam mais facilmente, porque ha mais sociabilidade, para por esse meio lançarem mão dos cerebros infantis e modelal-os a seu bel-prazer, enchendo-os de formulas metafisicas e abarrotando-os de palavrões estragados, como *patria, fronteira, estrangeiro e inimigos*, acostumando os ternos infantes a desconfiar dos outros povos e a precaver-se contra eles, o que leva os do paiz estranho a fazer o mesmo e vice-versa.

Os professores primarios transformaram-se numa especie de instrutores de soldados e a escola surgiu como uma ante-sala do quartel.

A educação civica e até os exercícos militares erigiram-se em dogma infalivel, em biblia e evangelho.

As novas gerações, saídas desses antros de desmoralização, que outra coisa poderiam dar a não ser bons soldados? Á força de ouvirem falar de amor á patria – dos ricos – de ver desfilar regimentos, de assistirem ás paradas, de ouvirem e entoarem canções ferozes de *chauvinismo* e hinos triunfaes de guerra, tomaram como fim e missão a atingir serem bons soldados, obedientes á disciplina e á voz de seus chefes, prontos a arremessarem-se contra os trabalhadores em gréve ou contra os povos de outros paizes, desde que os interesses monetarios dos ricos e capitalistas assim o exigissem.

E quanto isto é verdade está á vista de todos com as desgraças desenroladas desde agosto até agora na Belgica, na Polonia, na França e também na Alemanha e Rússia e *tutti quanti*.⁴⁰⁵

⁴⁰⁵ PINHO, Adelino de. A escola, prelúdio da caserna. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 75-76, 31 mar. 1915.

Pinho chamou a atenção para importância do período da infância na formação das subjetividades. O zelo dos estratos dominantes da sociedade em controlar as instituições de ensino vem, de um lado, do conhecimento deste fato e, de outro lado, da necessidade em naturalizar relações de mando e obediência no conjunto dos segmentos sociais. Esta consiste na condição para a manutenção da ordem social.

Os segmentos dominantes da sociedade poderão, desta maneira, contar com pessoas prontas a executarem papel de ordeiros trabalhadores para as fábricas e demais setores produtivos, ou de soldados obedientes para as forças armadas. Uma ou outra trajetória estaria na dependência da situação das relações sociais internas e internacionais: caso no interior das fronteiras nacionais a hierarquia social não seja comprometida, investir-se-ia na formação de dóceis trabalhadores, caso fosse estabelecida alguma espécie de insatisfação dentro das fronteiras nacionais ou caso prevalecesse conflitos entre os países, investir-se-ia na formação de soldados obedientes.

Ambos os casos apresentavam, como pré-requisitos necessários, a configuração de subjetividades passivas e docilizadas, predispostas ao exercício da subordinação, da relação comando-subserviência. A escola oficial se situava exatamente neste momento definitivo na configuração das individualidades.

A maneira pela qual a escola se torna objeto de monopólio pelos segmentos dominantes da sociedade fôra apresentado pelo articulista como sendo comum tanto a um país cuja cultura privilegiasse a disciplina, a submissão e a obediência, como a um país democrático que proclamasse enquanto atributo social privilegiado a liberdade. Citou a Alemanha como exemplo do primeiro tipo de país e a França como exemplo do segundo. Os dois países enviaram soldados para a primeira guerra mundial, graças aos investimentos realizados por longos anos através da escola.

As palavras finais de Adelino de Pinho constituíram um alerta à população quanto aos efeitos da escola oficial na constituição das subjetividades, transformando-as numa espécie de autômatos nas mãos da elite econômica e governamental. Nesta direção, as crianças eram preparadas para tornarem-se ou trabalhadores servis e submissos ou soldados carniceiros e embrutecidos, prontos para matar e morrer em benefício de seus senhores. Por sua vez, a escola racional caminharia na contramão da escola oficial. Naquela nada de imposições nem violências sobre a criança. Antes, muito pelo contrário, o exercício constante de liberdade e favorecimento de sua livre expansão.

A questão da situação feminina na sociedade fôra focalizada por José Oiticica⁴⁰⁶ a partir de uma perspectiva um tanto quanto inusitada. Este estudo constituiu na revista o único produzido em torno da temática da mulher na sociedade. Isto tanto em relação a uma abordagem detida sobre sua condição numa sociabilidade autoritária e predatória, como o entendimento de sua situação em novas formas societárias e considerando também o seu papel na criação de novos costumes.

Oiticica esboçou uma linha expositiva partindo de concepções relativas ao jogo energético do universo, situando neste contexto a condição humana para especificar, finalmente, a situação feminina na chamada sociedade moderna. Tenho a impressão que Oiticica adiantou-se em décadas à proposta de Erwin Schrödinger⁴⁰⁷ de estudo dos fenômenos biológicos a partir da física. Oiticica tratou do dinamismo cósmico como constituído por vicissitudes de energia, num

⁴⁰⁶ OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 5-8, 30 nov. 1914.

⁴⁰⁷ Ver MURPHY, Michael P.; O'NEILL, Luke A. J. (Orgs.). **“O Que é Vida?” 50 anos depois**. Especulações sobre o futuro da biologia. Tradução Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. Este livro resulta das comemorações realizadas, em congresso de 20 a 22 de setembro de 1993 no Trinity College em Dublin, do cinquentenário das palestras de Schrödinger. O livro trás contribuições de participantes do congresso como de outros cientistas que não puderam estar presentes. Do congresso participaram cientistas de diversos campos. Ver o livro do próprio Schrödinger. SCHRÖDINGER, Erwin. **O que é vida?** O aspecto físico da célula viva seguido de Mente e matéria e Fragmentos autobiográficos. Tradução de Paula Assis e Vera Yukie Kuwajima de Paula Assis. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

processo de transmissão, acumulação, produção e queda qualitativa. A vida acontece, neste meio, pelo processamento químico num organismo biológico das energias cósmicas, consistindo no total de energia existente neste organismo.

Depois de definir cada uma das espécies de energias humanas, agregou a noção geral de desperdício. Os três desperdícios de que tratou Oiticica são: 1) desperdício por não aproveitamento; 2) desperdício por mau aproveitamento; 3) desperdício por destruição. Como exemplo de desperdício por destruição referiu-se à guerra. Oiticica expôs seu entendimento do que designou “uma organização social perfeita”. Neste trecho emerge, repetidas vezes, sua crítica à chamada modernidade e também sua concepção de sociedade perfeita como existência de liberdade social.

III

Uma organização social perfeita seria aquela em que a energia humana se desenvolvêsse o mais possível, concorrendo assim para a completa satisfação das necessidades de todos. A energia humana se desenvolveria o mais possível si houvesse inteira liberdade e critério no cultivo das energias físicas, intelectuais, morais e práticas de cada individuo e das energias sociais do conjunto.

Corresponde a organização moderna a esse *desideratum*?

[...]

Todos sabemos que a mulher tem muito menos resistencia física que o homem. Pois bem, na sociedade moderna a mulher está sujeita aos menos trabalhos físicos, com o mesmo número de horas e menor salario que o homem. Quem percorre as lavouras pode ver o estado de depauperamento precoce das mulheres do povo. Ele se alardeia, nos hospitais, em toda a sua hediondez.

Pergunto agora, que filhos sairão desses organismos?

O desperdício das energias físicas femininas estende-se nos seus estragos irreparáveis, às gerações futuras, porque a hereditariedade não perdôa. Um organismo descelulado produzirá outro organismo descelulado, mormente si as condições da vida do progenitor permanecerem inalteradas para o progenie.

Não é tudo. Acrescente-se ao excesso de trabalho a má alimentação conseqüente á insuficiencia do salario.

Nos engenhos do Norte pága-se a um trabalhador do campo 1\$000, 800 rs., ou 600 rs. mesmo, a sêco; a uma mulher 500 rs. no maximo, a uma criança meia pataca. Dez tostões por dia, a um homem que trabalha ao sol, no cabo da enxada, durante 12 horas; dez tostões para comer, vestir-se, criar os filhos. Qual pôde ser a alimentação desses homens, dessas mulheres, dessas crianças? A qué eles têm: pirão de farinha agua e sal, bacalhau, ou quando muito, um peixe escasso, pescado no rio com o gereré.

Nas fabricas as mulheres se acham expostas a toda sorte de envenenamentos e, obrigadas a comprar generos baratos, de qualidade inferior, envenenam-se com os

produtos falsificados que patrões e comerciantes, essa vergonha humana, nos fornecem para enriquecer depressa.

[...]

Emquanto a grande parte da energia feminina se desperdiça, desse modo, por excesso, outra parte se destroe por mau aproveitamento.

Refiro-me ás próprias burguezas que nada fazem, que vivem nos passeios, ou cuidam, por distração, de obras de caridade e de recepções.

Desse pálido escorço podemos tirar a primeira inferencia: a sociedade moderna, baseada no excesso de trabalho de uns, no trabalho improdutivo de outros e no não-trabalho de muitos, prejudica o desenvolvimento físico da maioria. Temos ai um dos modos de desperdicio de energia humana e acentuadamente de energia feminina.⁴⁰⁸

Na quarta parte de seu estudo, publicada no segundo número da revista, *Oiticica*⁴⁰⁹ tratou inicialmente da hierarquia como forma de pautar a sociabilidade na sociedade vigente. A verticalização das relações sociais se daria não apenas com a existência de patrão e empregado, governados e governantes. Para a existência desse dinamismo social se fazia necessário o papel desempenhado por pessoas intermediando as relações entre uns e outros. A estes, denominou “camadas ambiguas isto é, de individuos dirigentes e dirigidos ao mesmo tempo.”

Encerrada esta parte, abordou a questão da energia moral como estabelecida na sociedade envolvente. Esta energia “é a decorrente da *determinação e orientação da vontade*” acrescentando em seguida que “a noção de aumento ou diminuição da enerjia humana é o criterio da moral.” Depois disto, definiu a determinação da vontade como consistindo na “avaliação dos motivos que solicitam a ação individual”. A orientação da vontade, por sua vez, fora definida enquanto “direção do ato individual num sentido predeterminado”, ao que acrescenta: “Si o ato individual concorre para o aumento ou conservação da enerjia humana diz-se *bom* a orientação, si concorre para o desperdicio é *mau*.”

Considerando o princípio de autoridade enquanto regente das relações intersubjetivas na sociedade vigente, o que *Oiticica* destacou com o caso do cultivo de sociabilidades hierarquizadas, a “passividade” constituía a base das ações individuais. Esta passividade

⁴⁰⁸ OITICICA, José. O desperdicio da energia feminina. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 5-8, 30 nov. 1914.

⁴⁰⁹ OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 6-8, 31 dez. 1914.

decorreria também da ignorância, se desdobrando na necessidade da obediência, cuja transgressão era objeto de punição através dos órgãos de controle e repressão.

O resultado final depõe contra a chamada sociedade moderna, uma vez nela a filantropia será apresentada enquanto a maior das virtudes societária. Para Oiticica “a caridade é a maior vergonha humana.” A fim de emprestar contornos mais bem definidos a seus argumentos em torno da solidariedade e não da filantropia, afirmou incisivamente que “numa sociedade justa onde a verdadeira moral se cultivasse, onde existisse a solidariedade, as irmãs Paulas seriam monstros.”

Questionou a condição da mulher na sociedade moderna relativa à possibilidade dela poder exercitar livremente a sua vontade. Na modernidade, sua situação não era nada favorável. Além do mais, isto independeria de sua posição social. Aquelas que ousassem desafiar e afrontar as convenções sociais, os preconceitos e os dogmas, pagariam um alto tributo. Isto porque “a mulher burguesa, freira ou proletaria, não se dirige. É dirigida.”

Tratou Oiticica⁴¹⁰, na sexta parte deste estudo, publicada no número três da revista, da possibilidade da mulher desenvolver suas aptidões e da afinidade destas com a sociedade envolvente. Questionou, na seqüência destas ponderações, se a mulher poderia ampliar seus horizontes de habilidades dentro do dinamismo societário vigente.

Depois de refletir sobre a ausência do trabalho livre, da impossibilidade, na sociedade sob estatismo e capitalismo, da existência de livre escolha das atividades produtivas, Oiticica evidenciou o parcelamento das tarefas como efeito da “excessiva divisão do trabalho”. Esta situação reduzia ainda mais a possibilidade do exercício das aptidões do trabalhador. A sua crítica não se dirigiu à divisão do trabalho em si, mas a sua efetivação na sociedade capitalista tornando o produtor “uma simples máquina de carne e osso”.

⁴¹⁰ OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 4-5, 31 jan. 1915.

A “sociedade moderna” surge nestas linhas como entrave ao aprofundamento e ampliação das aptidões pessoais. Ainda mais: a condição feminina na sociedade burguesa constituiria um emblema destas ponderações. A situação da mulher na sociedade burguesa beneficiou-se dos demais movimentos de carácter combativo e reivindicador. O movimento feminista aparece como inegável impulso libertário na medida em que indicava uma inquietação e uma ação contrária ao despotismo vivenciado na dimensão mais íntima como na mais pública. Apesar disso, a sociabilidade autoritária vigente, levantou diversas dificuldades para o afloramento das capacidades de todos e da mulher em específico.

No quarto número da revista, *Oiticica*⁴¹¹ prosseguiu seu estudo sobre a mulher evidenciando aspectos relativos ao ponto, por ele denominado, de “energias sociais”. Nesta parte de suas reflexões, destacou a concorrência e a competição como um dos sintomas do choque de interesses na sociedade. Utilizando metáforas da mecânica, abordou o dinamismo social como sendo, em muitos aspectos, semelhante ao funcionamento de uma máquina. Este seu relativo mecanicismo se estende ao longo de suas ponderações sobre a sociabilidade humana como constituída por diversas formas de energias. Pareceu-me que ele utilizou destas analogias sem sucumbir a uma interpretação estritamente mecanicista comum a muitos estudiosos da sociedade cujo construto reflexivo fora referenciado em argumentos semelhantes.

Oiticica entendia a guerra e a política enquanto elementos complementares articulados num mesmo dinamismo. Constituíam estratégias diferentes, utilizadas pelas camadas dominantes da sociedade, no intuito de vencer a concorrência. A justificativa da concorrência, enquanto móvel principal para uma maior elaboração tecnológica e sofisticação inventiva humana, foi recusada. A estas ponderações seguiu a recusa aos referenciais para a vida social humana apresentados pelos defensores e aderentes do modelo civilizacional vigente. A sociabilidade

⁴¹¹ OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 53-55, 28 fev. 1915.

posta em atividade em nada favoreceria a solidariedade. Sentenciou: “Que desperdício inestimável de energia não se vai nesses entrecosques ferocíssimos da existência moderna. E os moralistas da Igreja a quererem anjos nesse inferno!”

Feita esta explanação acerca do dinamismo societário válido na sociedade dominante, questionou a condição feminina dentro deste processo social. Apresentada em perspectiva tanto ampla como restrita, o articulista delimitou a densa órbita autoritária sob a qual a mulher se encontrava na sociedade moderna. Burguesa ou proletária, sobre a mulher incidia uma carga pesada de violências. As duas saídas, casamento ou prostituição, apontadas pela sociedade se equivalem. Suas causas e conseqüências são as mesmas.

O desperdício da energia feminina

VII

Que ha de a mulher fazer nesse torvelinho? Ser vitima dele.

A mulher é a maior vitima porque sobre ela peçam todas as consequencias das derrotas. Subordinada ao pai, sujeita ao marido, mais fraca que o homem ela sofre os contragolpes todos da desventura deles. E, si entra entra na luta, tendo o seu organismo de rezistencia ás violências dos embates, ou se depaupera, ou recua com imensas perdas.

[...]

As mais das vezes, as favorecidas com heranças, incapazes de jerir, por falta de preparo, os seus haveres, caem nas mãos dos exploradores que lhes delapidam os recursos.

Seria impossivel entrar aqui na análise circunstanciada dessas mizerias. Chamarei a atenção do leitor, apenas, para os dous pontos mais importantes desse desperdício da energia feminina operado pela concorrência.

O primeiro é o casamento.

Refiro-me aqui ao casamento-contrato acompanhado da sua interminável fileira de obrigações e direitos relativos aos bens dos consortes, heranças, etc, etc.

Essa especie de casamento jera os enlaces por conveniência, ou interesse.

[...]

Não falando dos casamentos politicos, nos casamentos entre nobres, para apurar nobreza, nos casamentos obrigados pelos pais em Roma e na Idade Media para recompor patrimonios desfalcados, basta-nos volver os olhos para o nosso tempo e analizar, mesmo superficialmente, as condições do matrimonio moderno. O povo não confunde as duas especies e sabe muito bem distinguir a união *por amor* da união *por interesse*.

[...]

Eis a síntese, muito reduzida, do casamento moderno. Em todas as camadas sociais passa-se, veladamente, esse drama tristíssimo de famílias em más condições, cuja esperança está no casamento de uma filha.

Quantos dissabores, quantas torturas, quantos desesperos aguardam a mulher em semelhante rejimem? Rejimem que é, pensem como pensarem, uma espécie, justificada pela lei, santificada pelo padre, aceita pela moral, desta outra fôrma de infelicidade feminina: *a prostituição*.

A prostituição é, realmente, o segundo efeito da concorrência; e, si outra acuação faltasse contra a sociedade burgueza, bastaria essa para condenal-a *in limine*.

[...]

Pois a sociedade burgueza não tem remédio para a prostituição e os seus teóricos diante do vergonhoso espetáculo do comércio carnal, erije-o em instituição social, em fonte de renda cognominando-o embora de *mau necessario*.

Como si houvesse males necessários!

É que numa sociedade alicerçada sobre a concorrência a extinção desse vício é impossível.

Em vez disso, quanto mais civilizada fôr a sociedade atual, mais feroz será a concorrência, e quanto mais feroz a concorrência maior também a prostituição.

Maior, porque *concorrência, luxo e miséria* são três alças do mesmo andor em que se empaveza a Venus impudica.

A concorrência faz a minoria feliz e a maioria desgraçada. A primeira estadeia o luxo nas carruagens e nos bailes; a segunda abafa os seus gemidos nas mansardas e nos bordéis.

Da alcova onde a mulher se estiola, espoza ou mãe, trabalhando doze e quinze horas por dia, sem remuneração bastante, da alcova, digo eu, para o alcouce, a distância é curta.

[...]

Desse rápido escopo tiremos a quinta inferência: *A sociedade atual baseada na concorrência impede o cultivo da solidariedade. A mulher atirada pela concorrência á miséria vale-se do casamento e da prostituição como remédio á pobreza. Representam assim um desperdício incalculável de energia humana.*⁴¹²

No quinto número da revista Oiticica⁴¹³ encerrou seu estudo. Arrematou esta parte com uma indagação inicial relacionando o problema da condição feminina diante da atuação da igreja. Sob diversos aspectos questionou a atuação desta instituição eclesial na vida da mulher, no que dizia respeito a se favoreceria ou não o aproveitamento de suas energias. De partida a igreja não se opõe ao princípio da concorrência e da competição como elementos norteadores da sociabilidade humana. Desta asserção podemos inferir sobre a natureza da reflexão apresentada pelo autor como também sobre as conclusões a que ele chegou.

⁴¹² OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 53-55, 28 fev. 1915.

⁴¹³ OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 73-75, 31 mar. 1915.

Oiticica elaborou questionamentos acerca das energias intelectuais femininas quando diante da influência e ação da igreja. Em seguida, formulou indagações quanto à relação da igreja com as energias morais da mulher. Colocou em evidência, depois disso, a espécie de trato da igreja no que se refere às energias sociais femininas. Concorrência, dogmatismo, intolerância e exclusão são os dinamismos societários acionados pela igreja.

A condenação da chamada sociedade moderna feita por padres, como o que Oiticica citou nominalmente neste texto, foi visto por ele como sendo um completo despropósito. A modernidade, não obstante as posições defendidas por filósofos e cientistas sociais que a consideram na medida de laica, racionalista e desprovida de alguma mística, resultou diretamente de um curioso caldeamento de instituições medievais. As reflexões elaboradas por Oiticica vislumbram nos traços da chamada modernidade uma segunda edição da Idade Média.

Dirigiu-se aos leitores e às leitoras, sugerindo-lhes, de um lado, uma imediata tomada de posicionamento contra a autoridade, seus orbitais e derivativos e, de outro lado, propondo a sedimentação da liberdade e da solidariedade como forma de criar imediatamente novos costumes. À mulher, particularmente, convidou para participar deste movimento mais geral. Sugeriu também o abandono imediato dos valores convencionais, de maneira que a partir de sua própria ação os preconceitos religiosos perdessem a sua validade e a influência sobre seus atos.

O desperdício da energia feminina

VII

[...]

Que fazer então?

Quem auscultar, desprevenidamente, a sociedade atual, perceberá nos seus subsolos um rumor confuzo, o alarmador prenuncio de uma erupção violenta.

Ha, na humanidade, uma corrente surda de opinião revoltada. Revoltada contra as iniquidades tradicionais economicas, politicas, religiosas, esse amontoado de preconceitos e credices, esse dominio da fé e do canhão, esse regime de exploração do fraco pelo forte, da minoria parasita sobre a maioria produtora.

Esse movimento tem por programa instituir na Terra uma sociedade de homens solidários em substituição á nossa sociedade de homens-lobos. Entende por solidariedade o acordo racional das vontades livres e ilustradas no intuito de aproveitar, o mais possível, as forças do Universo.

Nesse programa entra a mulher como ser autônomo, companheira livre do homem livre, cooperadora consciente da maximisação da Energia humana, guiada pela mesma ciencia, pelos mesmo direitos, isenta da religião, da miseria, da falsa moral de castidade, do autoritarismo da moda, do casamento e da prostituição.

Que resta fazer á mulher? Entrar no movimento. O primeiro passo nesse rumo é abandonar a Igreja, libertar a razão, começar a emancipação intelectual.

Conseguido isso o espirito está aberto a compreender o problema social que não é só o problema economico, e a mulher será, desde logo, um elemento formidavel de luta para a consecução que é o sonho mais fecundo, a mais bela utopia, a concepção mais alentadora que já se formulou no mundo: a ANARQUIA.⁴¹⁴

Neste ínterim, Oiticica evidenciou o amplo espectro constituinte da questão social. Esta não se restringiria ao problema econômico. O seu estudo focalizando a relação mulher-sociedade-religião indica com muita propriedade como ele percebia uma das facetas desta questão. Neste estudo sobre a mulher, passou rapidamente por alguns aspectos da intrincada questão social. Em alguns momentos, sinalizou com alguma particularidade, noutros remeteu ligeiramente a outras especificidades. Desta maneira não se afastou de seu objetivo central que era demonstrar as formas, razões e conseqüências do desperdício da energia feminina. Em outro estudo inconcluso, Oiticica ampliou o enfoque detendo-se sobre estes temas minimizados no seu estudo sobre a mulher.

O título deste estudo não acabado é, sintomaticamente, *Catecismo anarquista*⁴¹⁵. Iniciado o primeiro ponto deste “catecismo” no segundo número da revista, teve sua continuação com o primeiro, segundo, terceiro e quarto pontos, respectivamente, nos números três, cinco, seis e sete. Apresentado em forma de diálogo envolvendo os questionamentos elaborados por um inquiridor, seguido das respostas, com este estudo o autor tratou de levar às últimas conseqüências conceitos,

⁴¹⁴ OITICICA, José. O desperdício da energia feminina. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 73-75, 31 mar. 1915.

⁴¹⁵ Este estudo foi publicado em “A Vida” sem assinatura. Entretanto, no número quinze do jornal *Na Barricada* de 16 de setembro de 1915, no artigo intitulado *Segunda carta ao dr. Silva Marques*, Oiticica indicou ter escrito, juntamente com o estudo *O desperdício da energia feminina*, o *Catecismo anarquista*. Os dois se complementam, como ele mesmo indica em *Na Barricada*. Oiticica pretendia continuar a divulgação destas suas reflexões numa outra publicação cujo título seria *Systema da sociologia anarquista*.

idéias e postulados, verificando seus limites e validade. A propósito dos indícios apontados pelo vocabulário utilizado por Oiticica, retomo no último capítulo algumas ponderações em torno das implicações do pensamento do autor relativo a universalismo. Contudo, adianto que esta particularidade do pensamento de Oiticica aparenta uma similaridade com o *Catecismo Revolucionário* atribuído a Bakunin e Netchaiev.

Nas colunas de *A Vida* os editores reservaram espaços para outras comunicações: avisos de conferência, anúncio de abertura de escolas, notícias de diversas localidades. Desde o Rio Grande do Sul até Belém, passando por Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, há distribuidores, portanto contatos. Há também balanços de recursos financeiros alocados através das assinaturas, além de recados para os contatos de diversas regiões e indicações de leituras recomendadas.

A polifonia caracteriza a página denominada *Leituras recomendadas – o que todos devem ler*. Esta página só não fora apresentada no primeiro número da revista. Dentro das obras sugeridas como de leitura obrigatória para conhecimento do leitor, existiam representantes de diversas escolas do pensamento social e não apenas da literatura anarquista. J. Prat, Hamon, Eltzbacher, Nordau, Marx, Nietzsche, Naquet, Tomás da Fonseca, A. César dos Santos, e algumas de suas obras foram sugestões que dividem espaço ao lado de outras obras de mundialmente reconhecidos estudiosos não anarquistas, anarquistas e sindicalistas revolucionários. Mesmo dentro do universo anarquista mantiveram a diversidade. Havia também uma lista de folhetos e jornais recomendados.

Na coluna denominada *Subsídios para a História do Movimento Anarquista no Brasil* registraram o esforço dos editores em reunir e levantar notícias das iniciativas, aspectos e dos

eventos libertários ocorridos nas diversas regiões do Brasil⁴¹⁶. O objetivo imediato visava uma exposição no Congresso Anarquista Internacional. Este congresso não aconteceu, mas proporcionou a ocasião da elaboração de relatórios locais e regionais.

O relato acerca do movimento anarquista em Porto Alegre fora escrito por Polydoro Santos⁴¹⁷ representando os anarquistas daquela localidade. Este relato iniciou apresentando a data de 1895 e 1896 como tendo início à exposição das idéias anárquicas na capital gaúcha. Famílias egressas da Colônia Cecília iniciaram a divulgação do anarquismo no meio operário, explanando em alguns encontros os métodos de ação direta como as outras concepções ácratas. O relato documentou a formação em 1899 do *Grupo dos Homens Livres*.

Este grupo fundou o jornal *A Luta* intensificando a propaganda anarquista. Segundo Polydoro, a influência deste jornal fora bastante significativa no movimento operário portoalegrense, tendo durado até o ano de 1910⁴¹⁸. Registrou também a fundação da *Escola Elyseu Reclus* um pouco antes da criação do jornal⁴¹⁹. Após o fechamento da escola e do fim do jornal, os anarquistas se reuniram em grupos, chegando a desempenhar um papel relevante na fundação de uma associação denominada *Grêmio de Estudos Sociais*.

⁴¹⁶ NO PROXIMO numero. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 16, 30 nov. 1914.

⁴¹⁷ SANTOS, Polydoro. Breve notícia sobre o movimento anarquista em Porto Alegre. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 14, 31 dez. 1914.

⁴¹⁸ *A Luta* teve três fases. A primeira iniciada pelo Grupo dos Homens Livres. A segunda no ano de 1918. A terceira durou de 1919 a 1920.

⁴¹⁹ A fundação desta escola foi uma homenagem prestada a Élisée Reclus quando, em sua viagem de exploração científica pelo mundo, passou pelo sul do Brasil. Reclus veio ao Brasil em 1893 como parte de sua última grande viagem que incluía Argentina, Uruguai e Chile, colhendo informações para escrever uma de suas grandes obras, a *Nouvelle géographie universelle*. Esta obra fora planejada para dez volumes mas findou sendo publicada em dezenove. Manuel Correia de Andrade organizou a coletânea de textos de Reclus onde publica estratos de seus estudos sobre o Brasil. Ver ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **Reclus**. Tradução Maria Cecília França; Januário Francisco Megale; B. F. Ramiz Galvão. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). O único livro de caráter antropológico e político de Reclus foi publicado há alguns anos. Ver RECLUS, Élisée. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2002 (Coleção Expressão Libertária).

No segundo número, o texto de apresentação da seção acrescentou algumas informações acerca do andamento do projeto de elaboração de um relatório geral e da coleta de documentos e informações em torno do movimento anarquista nas localidades e regiões⁴²⁰.

Apesar da informação acerca da existência de diversos relatórios, a serem publicados paulatinamente nos números seguintes da revista, apenas no quarto número é que saíra outro relato sobre o movimento anarquista em Pelotas. Este documento foi escrito por Santos Barbosa, secretário do Grupo Iconoclasta⁴²¹. Neste relato Barbosa registrou terem sido as idéias anarquistas levadas àquela localidade por um trabalhador chamado José Saul⁴²² no ano de 1897. Registrou também a influência da C.O.B e de jornais e livros anarquistas no movimento operário em Pelotas.

Outra coluna registrou o esforço em fazer um levantamento das obras sobre a questão social até então publicadas no Brasil. A coluna chamava-se *Bibliografia Brasileira sobre a Questão Social*. As palavras de apresentação desta iniciativa delimitam com precisão o móvel dos editores.

Bibliografia brasileira sobre a questão social

Desde quando se escreve, no Brazil, sobre a questão social? Que livros, que folhetos, que jornais se teem publicado aqui, a respeito das doutrinas socialistas em geral?

São perguntas a que cada um de nós poderá responder parcialmente, mas a que talvez nenhum o poderá fazer de modo completo. Entretanto, se juntarmos as respostas parciais de cada, obteremos um resultado tanto quanto possível completo.

É o a que se propõe *A Vida*. Fica desde já aberta esta rubrica – “Bibliografia brasileira sobre a questão social”, bem clara para que precise de explicações. Apenas,

⁴²⁰ RELATORIOS e documentos – Subsídios para a Historia do Movimento Anarquista no Brasil. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 13-14, 31 dez. 1914.

⁴²¹ BARBOSA, Santos. Relatorios e documentos – Subsídios para a historia do movimento anarquista no Brazil. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 62, 28 fev. 1915.

⁴²² Edgar Rodrigues, tratando do surgimento do anarquismo no Rio Grande do Sul, refere-se a José Saul como tendo sido responsável pela introdução do anarquismo no movimento operário em Pelotas. Informa ainda ter sido José Saul sapateiro de origem italiana. Ver RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1657-1913)**. Rio de Janeiro; Laemmert, 1969. p. 73.

para que o trabalho tenha metodo e ordem, estabeleceremos a seguinte norma, que nos parece completa aos fins vizados:

Livros e folhetos. – Nome do autor; titulo completo; subtítulo, si o houver, ou outros esclarecimentos contidos no frontespicio; editor e(ou) tipografia, localidade de um e (ou) de outra; data; sumario ou indice da obra, sempre que isso sirva de esclarecimento para os livros poucos conhecidos; numero de volumes; numero completo de paginas; preço, sempre que o houver declarado.

Jornais e revistas – Titulo; localidade; periodicidade; editor, grupo ou pessoa; preço de assinaturas, de avulso, ou si se distribui por subscrições voluntarias; numero de paginas; formato destas; outros esclarecimentos que se julgarem necessarios.

E para começar lá vai um punhado.⁴²³

O articulista registrou em seguida seis publicações com as respectivas indicações requisitadas: três livros de caráter teórico e três romances sociais. O livro do general Abreu e Lima fora seguido de algumas advertências contextualizando o livro na sua época. Estas advertências foram retiradas do próprio livro. Algumas palavras de esclarecimento acompanharam a nota sobre o livro de Rapozo.

Livros e folhetos

1. GENERAL ABREU E LIMA – *O socialismo*. Tipografia Universal, rua do Colegio n. 18, Recife. 1855. (...).

2. EVARISTO DE MORAIS – *Apontamentos de Direito Operario*. Imprensa nacional, Rio de Janeiro, 1905. 1 volume com 152 paginas.

3. C. A. DE SARANDI RAPOZO – *Teoria e Pratica de Cooperação*. (*Di cooperação em geral e especialmente no Brazil*). “Trabalho incluído no 3.º volume do Relatorio de 1911 do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, por ordem do exm.º sr. dr. Pedro de Toledo”. Imprensa Nacional, 1912. 1 volume com XVI 210 paginas.

4. DOMINGOS RIBEIRO FILHO. – *Estudo de uma moral: I – O cravo vermelho*. Romance. Livraria Luso-Brazileira. Editores: M. Piedade & C.ª, rua da Assemblãa, 46, Rio de Janeiro, 1907. 1 volume com 160 paginas.

5. DOMINGOS RIBEIRO FILHO. – *Vans torturas*. Romance. Editor. J. Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1911. 1 volume com 182 paginas.

6. CECILIA MARIZ – *Uma paixão de mulher*. Romance. Editor: Maison Sud-America, 7, rua Bertholett, Paris. Sem data declarada (É de 1913). 1 volume com 152 paginas.⁴²⁴

No conjunto desta seção há registrado terem sido publicadas no Brasil, até aquele período, quarenta e oito obras abordando os mais variados aspectos da questão social. Apesar dos editores

⁴²³ BIBLIOGRAFIA brasileira sobre a questão social. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 8, 30 nov. 1914.

⁴²⁴ BIBLIOGRAFIA brasileira sobre a questão social. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 8, 30 nov. 1914.

manifestarem a intenção de publicar a seção em todos os números, ela não apareceu nos números seis e sete, os dois últimos da revista.

Na seção denominada *Revista dos jornais* os editores apresentaram ponderações em torno de notícias publicadas na grande imprensa. No geral, estas notícias se referiam a acontecimentos do momento, relativos às greves, à primeira guerra e a assuntos envolvendo concepções dos adversários do anarquismo. Os jornais comentados foram: *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* e *A Época*, todos integrantes da imprensa comercial. Esta seção apareceu apenas nos três primeiros números da revista.

O coletivo editorial registrou o recebimento de algumas publicações. Indicando quais livros e folhetos, a seção denominada *Publicações recebidas* apresentou aos leitores as referências da publicação, tecendo alguns rápidos comentários. Algumas destas publicações foram colocadas à disposição do leitor para aquisição, caso existisse algum interesse. Esta seção apareceu apenas nos números três, cinco e sete da revista. No primeiro, os editores apresentaram um livro e dois folhetos.

O livro intitulava-se *Sombra Fecunda – Versos de Durval de Moraes*. Pinto Quartin, sob as iniciais P. Q., elaborou alguns comentários. Interessante notar o tom personalista enfatizado pelo articulista, deixando fora de suas preocupações assumir o papel de algum crítico literário, de algum juiz de versos a pronunciar avaliações com pretensões de generalidade e sentenças valorativas definitivas.

Publicações recebidas

— — —

Livros

[...]

Sobre o valor poético da obra do sr. Durval de Moraes não nos atrevemos a pronunciar por reconhecermos a nossa absoluta incompetência para dela fazemos juízo.

Em materia de verso, o nosso julgamento é muito pessoal: si a poesia nos encanta, nos embala ou nos faz vibrar, achamo-la bôa; si a poesia não consegue despertar nenhuma emoção, achamo-la má. E submetendo os versos da *Sombra Fecunda* a este criterio rudimentar e infantil de apreciar poesia – mas de que não desdenhamos, ao que se diz, Ibsen e Mollieri que aquilatavam o exito dos seus trabalhos pela impressão que a sua leitura despertava nos seus criados – as composições poeticas do sr. Durval de Moraes pouco nos agradaram. Não é isso, porém, motivo para que não agradeçamos a gentil oferta do exemplar que, com muito gosto, vamos colocar na prateleira dos nossos livros, e para que o não recomendemos aos apreciadores de verso porque o que para uns é defeito para outros torna-se titulo de recomendação. (P.Q.)⁴²⁵

Um dos folhetos intitulava-se *Pequenas Coplas* de autoria do anarquista Santos Barbosa, sob o pseudônimo Saint Barb. Este folheto consiste em duas canções “de propaganda social”. O outro folheto intitulava-se *Os Financeiros, os Políticos e a Guerra* de Francis Delaisi. O articulista registrou ter sido este folheto traduzido pela *Biblioteca “A Vida”* da cidade portuguesa de Porto.⁴²⁶

No quinto número da revista, os editores registraram o recebimento de mais três publicações. Tratava-se da “coleção de sete sonetos” de Raimundo Reis intitulada *Arco-da- Aliança*. O articulista destacou destinar-se a venda desta publicação para “beneficio das crianças belgas desamparadas”. Registrou também assinar Raimundo Reis artigos em *A Lanterna* com o pseudônimo Beato da Silva⁴²⁷.

Outra publicação recebida fora *O Vegetarismo e a Moralidade das Raças* escrita pelo dr. Jaime de Magalhães Lima. Este livro resultou de uma conferência realizada na cidade de Porto no ano de 1912. A propósito do vegetarianismo, muitos anarquistas no movimento operário no Brasil adotaram esta prática em suas vidas. Esta matéria, abraçada pelo movimento anarquista até hoje, sobretudo entre os *punks*⁴²⁸, constitui assunto de conferências e debates nas associações. A

⁴²⁵ PUBLICAÇÕES recebidas. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 13, 31 jan. 1915.

⁴²⁶ PUBLICAÇÕES recebidas. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 13-14, 31 jan. 1915.

⁴²⁷ Raimundo Reis escreveu artigos e versos, assinando com seu nome e pseudônimo, no jornal *A Plebe*. Em vários números deste jornal foram publicados anúncios colocando a disposição os seus serviços de cirurgião dentista.

⁴²⁸ Ver O'HARA, Craig. **A filosofia do punk**: mais do que barulho. Tradução Paulo Gonçalves. São Paulo: Radical Livros, 2005.

última publicação recebida intitulava-se *Na Barricada* sob responsabilidade do anarquista Orlando Corrêa Lopes.⁴²⁹

A seção *Publicações recebidas*, no último número da revista, acusou o recebimento de três publicações: o jornal alagoano *O Rebate*, o folheto portoalegrense *Deus e Pátria* de Antonio Cariboni e o folheto *Em Tempos de Eleição*, em segunda edição. Esta publicação era de autoria de Errico Malatesta, tendo sido publicada pelo coletivo editorial *A Sementeira* de Lisboa. O articulista acrescentou alguns comentários a cada uma destas publicações. Vejamos apenas os dois primeiros.

Publicações recebidas

Temos sob as vistas o 1º numero de “O Rebate” surgido em 1º de Maio em Maceió, Alagoas e que vem lutar em prol das reivindicações proletarias.

Da leitura do jornal, se depreende que seus redatores são ou tem tendencias anarquistas, mas temem, talvez para não ferir suscetibilidades dos leitores, se declarem tal abertamente e falam vaga e confusamente em socialismo e luta contra o capitalismo em seu artigo de apresentação.

Até ai nada ou pouco temos que ver pois que se assim o fazem é porque o julgam conveniente. Mas que, referindo-se a “A Vida” deem-nos um qualificativo por demais generico para se prestar a confuzões, o de socialistas, isso é o que não podemos deixar passar sem protesto.

Não. Nós não somos simplesmente socialistas; somos socialistas anarquistas, ou mais precisamente, comunistas anarquistas. Fazemos questão da distinção por que a palavra socialismo é tomada mais comummente como um qualificativo de uma serie de definições democraticas de que se servem para explorar o sentimentalismo das massas, os politicos profissionais e com os quais fazemos absoluta questão de não nos confundir. Nós gostamos muito de situações definidas.

A's claras, colegas. Somos commistas anarquistas revolucionarios.⁴³⁰

O segundo folheto, *Deus e Pátria*, fora acompanhado de reflexões ácidas elaboradas pelo articulista.

Deus e Patria por Antonio Cariboni, publicação do Centro de Estudos Sociais – Porto Alegre. Preço 500 réis.

Com bom aspeto material, recebemos ha tempos este folheto de propaganda.

⁴²⁹ PUBLICAÇÕES recebidas. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 79, 31 mar. 1915.

⁴³⁰ PUBLICAÇÕES recebidas. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 110, 31 mai. 1915.

Apenas tinhamos lançado os olhos para a capa deparamos com esta frase latina a guisa de aforismo, colocada, logo abaixo do titulo: “*Veritatis super omnia*” (o grifo é nosso). Os musculos da face que em anatomia teem o nome de Risorius de Santorini e que constituem um par, entraram logo em ação excitados por um reflexo nervoso e demos logo uma formidavel gargalhada. E não era para menos, caramba! deante daquele latim macarronico... Lemos o folheto. Começa o autor logo ás primeiras linhas com as clássicas afirmações de modestia (não seja pelo latim...) e vai por 26 paginas num estilo de discurso a dizer mal e confusamente o que muitos já disseram bem e claramente e em espaço mais curto.

Convenham conosco os camaradas do Centro de Estudos Sociais de Porto Alegre que o folheto não vale 500 réis... É positivamente um logro... E para espalhar ideias entre o povo é necessario pol-as ao seu alcance pecuniario. Porque não publicam os camaradas os folhetos tão clatros de Malatesta, de Faure, de Hamon ou de Kropotkine? As ideias anarquistas só tinham a lucrar com isto.⁴³¹

Notícias registrando eventos realizados por grupos anarquistas em diversas cidades do Brasil foram publicadas nos números três e quatro da revista numa coluna intitulada *Vida anarquista*. Uma sessão homenageando a memória de Anselmo Lorenzo, preparação de peças teatrais e manifestações do *Comitê Popular de Agitação contra a Crise* foram levados a efeito em Pelotas. Noticiaram também a formação de um grupo anarquista na cidade de Belém do Pará. Este grupo chamava-se *Os Perseguidos*.⁴³² A seção *Vida anarquista* registrou, no número cinco, a convocação feita por alguns anarco-comunistas para uma reunião com fins de formar uma colônia anarquista⁴³³.

A circular convidando os anarquistas para a realização do *Congresso anarquista Sul-americano*⁴³⁴ fora noticiada no último número da revista. A comissão formada para articular a organização deste evento era composta por José Elias da Silva, Orlando Corrêa Lopes e José Henrique Netto. Esta notícia caberia perfeitamente na seção *Vida anarquista*. Porém, a seção não está nomeada neste volume.

As seções *Correspondência* e *Agentes de ‘A Vida’* apresentam indícios da amplitude de contatos estabelecidos nas diversas regiões do Brasil. A primeira seção apareceu apenas nos

⁴³¹ PUBLICAÇÕES recebidas. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 110, 31 mai. 1915.

⁴³² VIDA anarquista. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 16, 31 jan. 1915.

⁴³³ VIDA anarquista. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 63, 28 fev. 1915.

⁴³⁴ CONGRESSO anarquista Sul-americano. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 111, 31 mai. 1915.

terceiro e quarto números. A correspondência compreendia as cidades de Porto Alegre, São Paulo, Santos, Campinas, Pelotas, Curitiba, Jaú, Cruzeiro, mas também outras de regiões mais distantes como Manaus, do estado da Bahia, Recife, Belém, Maceió, Areias, no interior do estado da Paraíba, Aracajú e até das cidades portuguesas de Porto e Lisboa.

A seção *Agentes de 'A Vida'* apareceu nos números cinco, seis e sete. Indicam as pessoas responsáveis em cada localidade em representar a revista para o caso de compras avulsas ou de assinatura. As localidades eram basicamente as mesmas com as quais os editores mantinham correspondência. No número sete, os editores indicaram vinte e cinco localidades na cidade do Rio de Janeiro onde se poderia adquirir a revista.

Versos, em formas de sonetos italianos, foram publicados no primeiro, quarto, quinto e sexto número da revista. Todos eles tratavam de algum aspecto relativo à temática social, como os próprios títulos o indicam. Hermes Fontes, Miranda Santos, Raimundo Reis e Manoel Custodio Mello Filho publicaram, respectivamente, *Justiça*, *Odio em marcha*, *A voz dos povos* e *Reivindicações*.

Uma particularidade chama a atenção na publicação destes sonetos. Trata-se do requinte dos editores com a estética de apresentação destes versos. Todos eles vêm emoldurados em um conjunto de linhas, ora entrelaçadas ora emparelhadas, tomando formas geométricas num resultado de embelezamento da seção. Apresenta ainda alguns desenhos de flores e folhas em detalhes que, somados à moldura e aos diferentes tipos das fontes das letras, produzem uma sensação de simetria, harmonia e proporção, agradáveis à apreciação visual.

Seria um detalhe irrelevante se este cuidado estético não fosse recorrente ao longo de toda a revista. Em consequência, dá-se, na composição final da revista, à junção de arte com filosofia, sociologia, história dentre outras expressões do pensamento humano. Estes gestos atenciosos, dirigidos ao deleite artístico e estético do leitor, resultam na quebra com uma monotonia visual

peculiar aos periódicos de caráter científico, sociológico e filosófico publicados em nossos dias. Estas se distinguem esteticamente por procedimentos homogeneizantes em sua apresentação, no tédio e aridez visual das formas como na miséria de apresentação imagética.

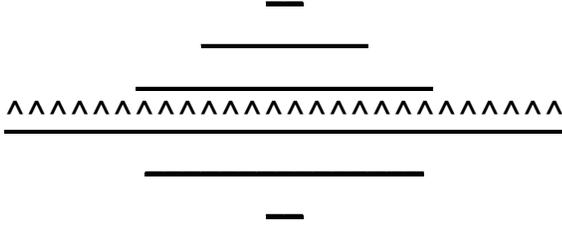
Em *A Vida* há uma riqueza de expressões excitando as percepções do leitor, abrindo a possibilidade de eclosão de distintos sentidos, favorecendo a ruína da fratura estabelecida pela perspectiva disciplinar entre pensamento e sentimento, entre razão e emoção. Tal fratura constitui em proposta metodológica concebida e praticada pela escola positivista e adjacências. As correntes que lhe são tributárias mantêm esta perspectiva. Reflexões de caráter social, apresentadas num dinamismo de fusão com um esmero em estética artística agem, ao mesmo tempo, na dimensão da razão como também na esfera das sensibilidades humanas.

A capa da revista constituiu indício do zelo estético dos editores. A capa toma a forma de um painel artístico conjugando desenho, minúcias em afrescos e elaboradas fontes com reflexões de cunho social em geral. O efeito estético salta às vistas do leitor, cuja sensibilidade poderá ser provocada, resultando na produção de diversas interpretações. Tanto que, quando do debate entre Teixeira Mendes com Francisco Viotti, o primeiro se ressentiu desta arte por entender estampar o desenho atitudes de ódio e não de amor. Esta compreensão funcionou como um móvel para a discussão de postulados e conceitos inegavelmente importantes no positivismo. Como vimos mais atrás, altruísmo e egoísmo, amor e ódio, constituem conceitos fundamentais na configuração do pensamento positivista.

Viotti, de seu lado, problematizou as certezas rígidas do sacerdote positivista. Através de um tensionamento destes conceitos, caros à doutrina positivista, Viotti desonerou a separação hermética entre ódio e amor como estabelecida no positivismo e apresentada no debate com Teixeira Mendes. Elaborou uma análise da mesma capa enquanto manifestação explícita de amor,

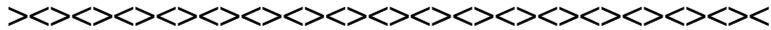
mesmo considerando a possibilidade deste sentimento tomar, dentro de alguns contextos, e este é o caso evidenciado por Viotti com o casal da capa, a forma de intenso e profundo ódio.

As revistas *Na barricada* e *A Obra* (1920), de São Paulo, apresentam estas particularidades. A primeira trazia na capa um desenho semelhante ao de *A Vida*. A segunda apresentava este cuidado também em seu interior. As páginas desta revista estampavam detalhes estéticos com fotografias, gravuras, linhas, formas geométricas e desenhos resultando num enriquecimento estético. Análises de questões sociais, notícias, avisos e eventos são apresentados de forma reconciliada com a arte.



*Amassa-se o barro, fazem-se os tijolos,
erguem-se as paredes.
Mas é preciso deixar lacunas
para as portas e janelas,
que tornarão a casa habitável.
Corta-se o tronco, desbasta-se a madeira,
faz-se a roda.
Mas é preciso cavar o buraco,
que permite a introdução do eixo.
Portanto, o ser produz o útil, mas é o não ser
que o torna eficaz.*

Lao Tsé



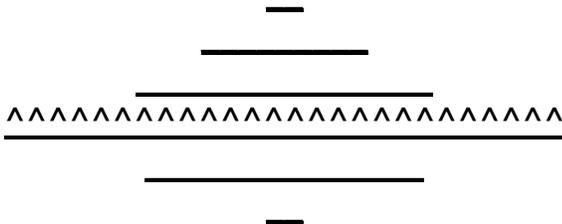
*Quando o machado
entrou na floresta, as árvores disseram:
o cabo é dos nossos!*

Provérbio turco



*Para escapar de ladrões ocasionais,
e que se toma por ladrões, entregamo-nos a ladrões
permanentes, organizados, e que se toma por benfeitores:
entregamo-nos aos governos.*

Tolstoi



4 ARQUIA? ANARQUIA!: perspectiva relacional nos estudos da sociedade

Referi-me inicialmente ao jornal anarquista, particularmente aos periódicos analisados, incluindo aqueles que foram rapidamente citados, enquanto antípoda do jornal contemporâneo. A partir da concepção, forma de elaboração passando pelos dinamismos que acionava e desdobramentos que provocava, há particularidades a indicarem pistas para pensar na *indisciplina* em atividade. Também há indícios de instauração de novas sociabilidades realizadas e cultivadas pelo grupo editorial.

Começando por este último aspecto, os jornais e revistas analisadas, como aqueles a que aludi ao longo dos capítulos, apresentam em comum o sentido de *experimento* das idéias libertárias. Experimento destacando positividade na fugacidade das invenções humanas como também afirmativo da possibilidade de vivência imediata em novas formas societárias. Nestas iniciativas, está em foco o poder da vontade criando existências libertárias, inventando novos costumes, esgotando a si mesmo, levando potências a seus limites.

Outro aspecto implícito nestas iniciativas diz respeito a uma concepção relacional do poder. Este não se encontra cristalizado no Estado e em suas instituições especificamente repressoras, nem é exercido linearmente a partir de um centro contra as margens. Nesta direção, não há busca pela conquista do Estado e de seus instrumentos. Isto fica evidente nos apelos e provocações lançadas aos leitores a fim de que realizassem em suas vidas novas modalidades de costumes. Esta seria a maneira para o estabelecimento imediato das conquistas libertárias.

Na configuração dos mecanismos de poder na sociedade, os integrantes dos coletivos editoriais discerniam muito bem o papel por demais importante do consentimento dos segmentos populares para a manutenção do estado de coisas. A letargia dos estratos produtores constitui

melhor suporte para a conservação do domínio. De maneira inversa, a ação direta é a forma por excelência de subversão do *status quo*. Por conta desta compreensão procuravam contagiá-los com escritos inquietantes. Ao invés de adaptação e quietude, os periódicos continham em suas colunas agitação, desconcerto e desassossego.

Sem menosprezar a intervenção violenta das instituições estatais, procuravam contagiar os leitores com o exemplo de suas próprias iniciativas. Através de seus jornais e revistas, os anarquistas propagavam as idéias libertárias ao mesmo tempo em que experimentavam-nas na prática. Também apresentavam suas leituras particulares sobre acontecimentos e assuntos os mais diferentes. A própria iniciativa de confecção do periódico, constituindo uma forma de concretizar a idéia de ação direta, servia como referência para atividades outras e do tipo.

Alguns artigos tinham o efeito de sacudir os leitores, não os deixando acomodados numa posição passiva diante da folha que tinham à mão. Eram não só convidados, mas instados a partilharem com o coletivo editorial papel ativo na composição, distribuição e divulgação do jornal. Os editores solicitavam dos leitores suas impressões particulares através da apresentação sistemática de matérias ou contribuindo com a divulgação do periódico em sua localidade, resultando numa iniciativa prática levando à ampliação do coletivo integrante do jornal.

Ainda um outro aspecto importante a ser assinalado, na reflexão sobre as iniciativas dos anarquistas, sobretudo em relação aos periódicos, diz respeito à brevidade temporal da existência destes impressos. Ainda mais quando relacionado à intensidade de seu impacto de longo alcance. Os estudiosos da matéria sempre destacam somente a breve particularidade retirando dela conclusões apressadas. Evidenciam uma constatação deixando de lado outros indícios e detalhes. Com raras exceções, os periódicos tinham vida curta, caso levemos em conta apenas seus títulos. As dificuldades financeiras e a repressão estatal são apresentadas enquanto causas de seus desaparecimentos. Todavia, se considerarmos um outro quesito pode surgir uma conclusão

diferente. Quero ressaltar aqui o caráter de empreendimento eminentemente coletivo emprestado aos jornais e revistas.

Trata-se de algo possível derivado da existência de um círculo de amigos decididos a revirarem, inicialmente, suas próprias vidas. Estavam envolvidos com outras atividades antes da existência do periódico e continuaram associados durante o período de sua publicação e após seu fim. O número de jornais libertários constitui um dado que não se pode menosprezar. Maria Nazareh Ferreira afirma que “do último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século atual (século XX), apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro”⁴³⁵.

Integrantes do grupo editorial de *Germinal!* (1913), por exemplo, atuavam juntos pelo menos desde meados da década de 1910 e continuaram ainda por um bom tempo. *La Propaganda Libertária* (1913-1914), *A Rebelião* (1914), *Guerra Sociale* (1915-1917), *A Obra* (1920) e *A Plebe* (1917 a 1935), foram periódicos nos quais boa parte destes integrantes participaram. Por sua vez *A Plebe* foi a continuação de *A Lanterna*, que iniciou suas atividades em 1901⁴³⁶. O grupo fundador de *A Plebe* entendia que o caráter temático de *A Lanterna*, tratando apenas de questões relativas ao anticlericalismo, era uma limitação. Não obstante a fundação de um outro periódico, *A Lanterna* não foi extinto. Um e outro foram publicados em fases diferentes. É certo ter havido rotatividade e variação nos integrantes do grupo editorial. Mas isto não anula a existência de uma prolongada associação entre alguns dos editores.

Com os jornais *O Amigo do Povo* (1902-1904), *Aurora* (1905), *A Terra Livre* (1907-1910) e *A Voz do Trabalhador* (1908-1913), houve o mesmo. *A Terra Livre* começou a ser

⁴³⁵ FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil** – 1880-1920. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 89. Esta sua pesquisa deixou de fora as décadas de 1920 e 1930, período em que a imprensa libertária publicou intensamente.

⁴³⁶ LEUENROTH, Edgar. Ao que vimos – Rumo à Revolução Social. **A Plebe**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 09 jun. 1917.

publicado em São Paulo, passando em seguida ao Rio de Janeiro retornando depois para São Paulo, tendo envolvido diversos trabalhadores em sua confecção. Um grupo de amigos mais próximos compôs o coletivo editorial destes periódicos. Portanto, atrás de uma aparente variedade de impressos, esconde-se associação e amizades mais duradouras. *La Battaglia* (1904 a 1913), de São Paulo, teve continuidade com *La Barricata* (1913).

Há que se considerar também o fato dos editores colaborarem também em diferentes grupos como em outras atividades. Dos grupos destaco os diversos comitês como o *Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida e a Lei de Expulsão*, o *Comitê de Defesa Proletária*, grupos de teatro, *Grupo Libertário Os Emancipados*, o *Centro Libertário*, a *Aliança Anarquista*, afora os de caráter sindical. Em relação às atividades, participaram de diversos congressos operários e anarquistas, viagens de propaganda, conferências, criação de escolas, além de outras iniciativas como as citadas nos capítulos iniciais.

Houve colaboração entre *Germinal!* e *La Barricata*, na publicação de alguns números. Também existiu este tipo de associação entre *A Plebe* e *O Combate*. Esta associação se deu quando do empastelamento da gráfica do primeiro por conta dos movimentos paredistas de setembro de 1917⁴³⁷ que resultara numa forte repressão ao movimento operário com muitos trabalhadores mortos, presos, desaparecidos e deportados. Edgar Leuenroth, encarregado da direção do jornal à época, fora preso sob acusação de ter incentivado saques e depredações. Com sua prisão, seguida do empastelamento do jornal, outros trabalhadores se apressaram, ainda em setembro, a publicar o jornal. Nestas circunstâncias, a circulação de *A Plebe* aconteceu graças ao apoio de *O Combate*.

⁴³⁷ Sobre a greve de 1917 em São Paulo ver LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta, a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

Este tipo de associação parece ter sido comum entre jornais. Quando de um acidente com sua gráfica no ano de 1921, *A Plebe* registrou novamente o mesmo auxílio prestado por *O Combate*⁴³⁸. Neste registro, há também a indicação de que outro jornal, *Il Pasquino Coloniale*, oferecera sua gráfica quando do acidente. No número seguinte, há uma nota tratando da associação com anarquistas do Rio de Janeiro, na divisão de tarefas para a continuação da publicação do jornal⁴³⁹.

As colunas de *Germinal!* registram aproximação com outro jornal de São Paulo, *La Propaganda Libertária*, um de Portugal, *Aurora*, o Centro Libertário, também de São Paulo, e a Confederação Operária Brasileira. Por sua vez, *La Propaganda Libertária* estampou em suas colunas balancetes financeiros do Centro Libertário⁴⁴⁰ e do *Germinal!*⁴⁴¹. A prestação de contas do Centro Libertário registra uma contribuição de quinhentos mil réis deste centro para a publicação do *Germinal!*. *La Propaganda Libertária*⁴⁴² anunciou também o fim do *Germinal!*, completando a nota indicando que as listas e quantias em dinheiro antes destinadas a *Germinal!* deveriam ser repassadas a *La Propaganda Libertaria*.

Apenas para relembrar matéria tratada no início do capítulo anterior, *Na Barricada* (1915) começou a ser publicado como um pequeno folheto criado por apenas dois anarquistas. Depois do *Congresso Anarquista Sul-Americano*, naquele mesmo ano, o folheto foi posto à disposição do movimento anarquista para ser o porta-voz. Desta maneira este folheto passou a jornal, sendo autogerido por mais de vinte companheiros.

⁴³⁸ “A PLEBE”. *A Plebe*. São Paulo, ano 5, n. 118, p. 1, 21 mai. 1921.

⁴³⁹ A PLEBE. São Paulo, ano 5, n. 119, p. 2, 28 mai. 1921.

⁴⁴⁰ BALANCETE do Centro Libertário. *La Propaganda Libertária*. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 3, 15 nov. 1913.

⁴⁴¹ BALANCETE da administração do *Germinal!*. *La Propaganda Libertária*. São Paulo, ano 1, n. 5, p. 6, 15 nov. 1913.

⁴⁴² FELLIPPE, Rodolpho. Aos assignantes e contribuentes do “*Germinal!*”. *La Propaganda Libertaria*. São Paulo, ano 1, n. 8, p. 2, 02 fev. 1914.

Esta afinidade não traduz identidade a determinar as relações, mas antes amizades voltadas à experiência da alteridade, dispostas a contágios, riscos e surpresas de uma existência em erupção. A decisão em publicar um periódico partia da cumplicidade entre amigos, estabelecendo um dinamismo a desonerar esquemas societários monolíticos como aqueles das agremiações dogmáticas tipo partido ou igreja. Estas últimas buscam segurança, sossego, possibilidade de antecipação, previsão e perenidade como existente no mito de origem cristão – o Jardim do Éden, habitado, a propósito, nada mais nada menos por Deus, Eva e Adão. O fazem condicionando a entrada de novos integrantes através de adesão a um programa previamente elaborado. Programa este de caráter dogmático, indiscutível e universalista.

O que Pierre Lévy⁴⁴³ denominou “inteligência coletiva” possui aproximações com este modo indisciplinado de elaboração de saberes vivenciado entre anarquistas. Mouillaud⁴⁴⁴ propôs tratar o nome do jornal como uma assinatura. Foucault⁴⁴⁵, ao se referir ao anonimato na autoria, tratou do que chamou “pseudônimo coletivo”. Fez menção a um grupo de matemáticos franceses que, sob pseudônimo coletivo de Nicolas Bourbaki, procuraram refundar a matemática. Estas três perspectivas evidenciam com muita propriedade aspectos analíticos que podem muito bem auxiliar a entender a aparente brevidade dos jornais anarquistas a partir de seus títulos: conhecimento coletivo, assinatura grupal, pseudonímia coletiva.

Os amigos associados anunciavam e enunciavam intencionalidades, sentidos e significações com a estampa do nome do periódico. A cor amarelada e a textura ressecada, denunciando a idade do jornal às mãos do pesquisador contemporâneo, abriga debates, sugestões

⁴⁴³ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

⁴⁴⁴ MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Tradução Sérgio Grossi Porto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. – 2 ed. – (Coleção Comunicação, 2). p. 85 a 98.

⁴⁴⁵ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; tradução, Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Ditos e Escritos II). p. 74.

e impasses através dos quais os integrantes dos coletivos chegavam a um acordo quanto ao nome mais adequado para seus impressos. Esta dinâmica se estendia ao longo da feitura do periódico durante sua existência.

A prática comum no uso de pseudônimos pelos signatários de diversos artigos pode muito bem ser estendida numa aplicação abrangendo e atravessando as individualidades integrantes do grupo editorial. Trata-se de mascaramento e mascaragem, isto é, uso de máscara e da máscara sobreposta a uma outra. Acredito ter ficado evidente no capítulo anterior o dinamismo coletivo dos periódicos analisados. Do mesmo modo que uma pessoa necessite recorrer a diversos pseudônimos a fim de manter seu anonimato, a mudança de nomes nos jornais também resulta no mesmo efeito, preservando o anonimato destas associações. Com estas táticas de disfarce num ambiente social violento e repressor, as pessoas e as idéias transitavam com maior liberdade, obnubilando a percepção dos governantes. Trata-se de uma tática de camuflagem e dissimulação utilizada pelos mais enfraquecidos quando de relações de poder desiguais.

Lima Barreto foi exímio praticante destes expedientes, fazendo um uso bem particular destes procedimentos de camuflagem. A sátira, a ironia e o deboche em seus escritos, por exemplo, funcionavam como excelentes disfarces, utilizados em sintonia às exigências da situação. A propósito do uso de um estilo literário marcado pelo humor, há na literatura socialista pouca valorização deste recurso. Geralmente os textos socialistas são marcados por um tom de gravidade, banindo formas mais liberadas.

Charles Fourier⁴⁴⁶ fez uso da sátira. Seu *Guia dos cornudos* é exemplar primoroso. Com este guia Fourier satirizou a instituição familiar e a monogamia. Proudhon⁴⁴⁷ valorizou o humor e

⁴⁴⁶ FOURIER, Charles. **Guia dos cornudos**. Florianópolis: Insular, 1996 (Coleção Textos Marginais).

⁴⁴⁷ A famosa carta em resposta a Marx registra a valorização do humor por Proudhon. Parte desta carta contendo o tema em questão encontra-se na introdução de PASSETTI, Edson; RESENDE, Paulo-Edgar A. (Orgs.). **Proudhon**. São Paulo: Ática, 1986 (Coleção Grandes Cientistas Sociais). O leitor poderá ler a carta na íntegra na introdução de

a ironia como forma de não esgotamento dos debates e do conhecimento. A filosofia de Stirner é profundamente irreverente e debochada. Paul Lafargue⁴⁴⁸ utilizou estes recursos em seus textos a favor do ócio e tratando o capital como nova religião. Rodolfo Felipe⁴⁴⁹, quando prisioneiro em meados da década de 1930 em São Paulo, confeccionou jornais feitos com lápis grafite em folhas de papel. Os títulos por si só eram hilários: *O Xadrez* e *A Cana*. Dispondo estes jornais manufaturados em exemplares únicos, comentava situações e detalhes do cotidiano da prisão de forma divertida e bem humorada. Cristian Ferrer⁴⁵⁰ relatou o caso de padeiros argentinos nomeando sarcasticamente bolos, pães e outros produtos com nomes de blasfêmias. Apesar de muitos destes nomes sobreviverem atualmente, afirma Ferrer, resta muito pouca, ou nenhuma, memória dos antigos significados.

Em 1894, na cidade de Recife, um comerciante chamado Nereu, distribuía gratuitamente um panfleto intitulado *O Anarchista*. Este panfleto continha pequenos relatos envolvendo sempre debates em torno do anarquismo, casos de amor, dilemas familiares e encontro de amigos. O hilário é que Nereu, proprietário do “Bazar Caxias”, por se localizar à rua Duque de Caxias, no centro da cidade, demonstrou um conhecimento das idéias anarquistas, tecendo um enredo divertido com estes temas convergindo todas as estórias para vendas de rendas, fitas, botões, linhas e demais apetrechos de sua loja.

Lima Barreto utilizou com muita habilidade estes recursos estilísticos. Para além dos forçados conceitos em “pré” a atanzar a memória de Lima, há em seus escritos uma

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria**. Tradução, introdução e notas de José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2003.

⁴⁴⁸ LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça. A religião do capital**. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Kairós, 1983.

⁴⁴⁹ Ver prontuário individual de Rodolfo Felipe de número 400 na seção DOPS do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴⁵⁰ FERRER, Cristian. Gastronomia e anarquismo – vestígios de viagens à Patagônia trapeiro. In: **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 3, abr. 2003. p. 137-160.

capoeiragem⁴⁵¹ de quilombola arredo, uma postura de guerreiro selvagem⁴⁵² diante das situações e das lutas a enfrentar. Esta sua intencionalidade toma linhas mais definidas com a designação que deu à sua moradia: divertidamente ele a denominou “Vila Quilombo”⁴⁵³, como uma forma de “enfezar Copacabana”.

Lima Barreto levou para a literatura dinamismos de luta do capoeira quilombola, sintetizada naquilo que a linguagem bandoleira dos capoeiras afirma ser “mandinga de negro”: camuflagem, dissimulação, teatralização, mangação, divertimento como defesa incubando ataques. Como bem diz parte da letra de uma das cantigas dos capoeiras: “Capoeira é defesa/ataque, é ginga de corpo, é malandragem”. Sua literatura é uma literatura mandingueira e Lima Barreto foi um capoeira de uma forma bastante peculiar, diluindo vida, literatura e estratégias de combates. Em sua perspectiva, literatura era um destes campos de batalha.

Lima Barreto era profundo conhecedor das manhas e dos artifícios dos negros escravos em suas lutas contra um sistema de maior força. Seqüestrados de suas terras, postos a ferros, proibidos de falarem sua língua, de vivenciarem suas crenças, explorados, violentados, torturados, os negros fugiam para a floresta e criavam novos territórios em que podiam tomar conta de suas próprias vidas. Os riscos nestes empreendimentos eram altos. Os quilombos podiam ser descobertos e invadidos a qualquer momento.

⁴⁵¹ Sobre capoeira ver FRIGERIO, Alejandro. Capoeira: de arte negra a esporte branco. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Publicação quadrimestral da ANPOCS. São Paulo, n. 10, vol. 4: Vértice: ANPOCS, Jun. 1989. p. 85-98. Sobre capoeira e anarquismo ver FREIRE, Roberto; MATA, João da. **Soma, uma terapia anarquista** – Corpo a corpo – A síntese da Soma. v. 3. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993 e MATA, João da. **A liberdade do corpo: soma, capoeira angola e anarquismo**. São Paulo: Imaginário, Rio de Janeiro: Soma, 2001.

⁴⁵² Bastante ilustrativo da preparação e do modo de vida de um guerreiro selvagem é a autobiografia do apache Gerônimo. TURNER III, Frederick W. (Introdução e notas). **Gerônimo**, uma autobiografia. Tradução de Paulo Henriques Britto. Porto Alegre: L&PM, 1986.

⁴⁵³ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Bailes e divertimentos suburbanos. In: _____. 1881-1922. **Toda Crônica**: Lima Barreto. Volume II (1919-1922). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 499-504.

Acredito que a estes espaços se aplica muito bem o que Foucault designou “heterotopia”, a instauração efetiva de espaços de liberdade, e que Hakim Bey⁴⁵⁴ denominou “zona autônoma temporária” (TAZ). A heterotopia, contrariamente à utopia, é um lugar real, um espaço concreto de vivência da utopia. O quilombo é heterotopia, TAZ. Quando capturados pelas forças da ordem, o castigo era certo e medonho: morte ou tortura em ferros e no tronco. Os fugitivos sabiam da precariedade destes territórios, preferindo antes correr os riscos a viver sob o jugo da escravidão.

Para conquistar a liberdade, muitas lutas eram necessárias. Sabiam estar a vitória condicionada, grosso modo, à preparação das próprias forças, ao aperfeiçoamento de suas capacidades e ao conhecimento do adversário. A capoeira, arte misturando luta, brinquedo e dança, pode ser praticada diante dos olhos dos senhores exatamente por esta versatilidade. O capoeira tem de ser artista e esteta. Desta maneira, “mandinga de negro” é dramatização e dissimulação como forma de distrair o opositor mais forte, tal qual o guerrilheiro de Sun-Tzu⁴⁵⁵. A mandinga consiste numa busca de encaixar, na ocasião apropriada, um golpe certo, uma navalhada, uma facada, um rasgo com lâmina “gilete”, no policial, capataz, feitor ou em qualquer outro adversário, quando de sua primeira distração.

Procedimentos desta natureza também foram executados por outros anarquistas. Em diversas ocasiões fizeram uso de táticas de guerrilhas para driblar os olhos atentos do poder discricionário. Estes estratagemas tinham outros efeitos além do enganar os órgãos de repressão. Vejamos como exemplo o título de um dos livros de Maria Lacerda de Moura, *Religião do Amor e da Beleza*⁴⁵⁶. Este título causou um certo mal estar a alguns anarquistas. Para estes, a autora

⁴⁵⁴ BEY, Hakim. **TAZ**: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

⁴⁵⁵ SUN-TZU. **A arte da guerra**. Tradução do original chinês para o inglês por Samuel B. Griffith; tradução Gilson César Cardoso de Sousa, Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Cultura).

⁴⁵⁶ MOURA, Maria Lacerda de. **Religião do amor e da beleza**. São Paulo: Typographia Condor, 1926.

procedeu a um engano ao nomear seu livro com um título considerado de mau gosto. A autora já gozava de grande prestígio no movimento operário no Brasil e em países como México, Chile, Argentina, Espanha e França entre outros. Suas produções eram esperadas com ansiedade e recebidas com euforia pelos leitores.

Gostaria de evidenciar algumas intencionalidades sugeridas por este evento. Iniciando pelos temas abordados, este livro manifesta uma perspectiva anárquica, como o conjunto de suas obras desde o início dos anos 1920, momento em que se aproximou do movimento operário e do anarquista, em particular. A mulher, a escola, a criança, o operário diante de uma sociabilidade de dominação e de exploração, continuavam em discussão. A Igreja com seus dogmas, como toda forma de espiritualidade hierarquizante e todo o pensamento fechado sobre si mesmo constituíam alvos seletivos de sua escrita indomada e visceral.

A palavra “religião” da maneira por ela utilizada funcionava antes enquanto vetor antidogma do que preso a um sentido essencialista. Evidentemente ela conhecia o sentido usual da palavra, fazendo pouco caso desta acepção. A cristalização das palavras torna-as estorvo, causa de tropeços, dificultando a caminhada de quem procure estancar sua fluidez. Parece-me que Maria Lacerda de Moura, neste episódio, conseguiu arruinar este uso convencional quando se apropriou desta palavra de uma forma pessoal, desonerando a percepção comum quanto à idéia de religião. Imagino que o efeito sobre o crédulo que poderia tomar o livro a partir da indicação posta no título, por sinal sedutora e simpática a este leitor, é um tanto avassalador.

Se, de um lado, a leitura inicia a partir de algo como que uma “isca” posta de forma intencional, de outro lado, o leitor crédulo não sai dela ileso. Isto porque a autora instaura naquelas páginas um campo em ebulição com quebra de dogmas e busca de uma espiritualidade sem catecismo ou mandamentos. Ela tratou neste livro de uma espiritualidade anticlerical,

ausente dos profissionais da fé, de igrejas e suas estruturas hierarquizadas, na linha do pensamento e prática espiritualista de Tolstói, Krishnamurti e Gandhi.

Alguns títulos de outros livros expressam muito bem este movimento subversivo instalado na intencionalidade da autora. Por exemplo, em *“A Mulher é uma Degenerada”*, há uma exposição, seguida de problematização e recusa, de idéias racistas e sexistas. Trata de um assunto debatido em seu tempo relacionado a um discurso dito científico, definindo a mulher enquanto fator de degenerescência da espécie humana. Aqui a autora refutou um livro publicado em Portugal por Manuel Bombarda, um psiquiatra carioca, em que ele argumentava, baseado nas idéias lombrosianas, a respeito de ser a mulher elemento de enfraquecimento da espécie humana, inferior ao homem em todas as dimensões. Este autor, em certa altura de seu texto, expressou incisivamente suas idéias com as palavras: “a mulher é uma degenerada”.

Maria Lacerda de Moura tomou-lhe emprestado este axioma, que possuía uma inquestionável ressonância na sociedade brasileira de seu tempo, e, acrescentando-lhe aspas, nomeou seu livro. O fez não sem uma intencionalidade de subversão dos convencionalismos e de contraposição às idéias e preconceitos socialmente estabelecidos. Estes valores sexistas de caráter racista foram sistematicamente expressos por Manuel Bombarda, que lhe adornou com ares de ciência.

No livro de Maria Lacerda de Moura há umas das mais vigorosas críticas ao positivismo como também às idéias racistas e misóginas expressas pelo referido psiquiatra. O título do livro engendra uma estratégia de captura por similaridade em que pessoas afetadas por sentimentos e pensamentos, da ordem do expresso por Bombarda, se expõem ao risco de terem suas certezas abaladas, se não, pelos menos questionadas, ao se depararem com um pensamento problematizador.

Algum leitor enredado pelas certezas racistas e misóginas poderia evitar a leitura de livros como estes caso o título manifestasse uma posição abertamente contrária aos convencionalismos. Por sua vez, um leitor habituado à leitura como ao exercício de problematização de conceitos, idéias e vidas, adquiri o livro que lhe é simpático como aquele que lhe coloca idéias contrárias. Disto se depreende também resultar este procedimento numa estratégia de captura de leitores que não se dedicariam a leituras questionadoras das certezas estabelecidas.

Paul Berthelot elaborou um escrito na mesma vibração do primeiro livro acima referido de Maria Lacerda de Moura. Intitulado *O Evangelho da hora*, este texto se beneficiou de três edições. Uma em 1911, outra em 1918 e uma terceira em 1951. A primeira e a terceira por editoras de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente. A segunda por editora portuguesa. No ano de 1916 os editores do jornal anticlerical *A Lanterna*⁴⁵⁷, publicaram todo o texto em suas colunas, anunciando neste mesmo número planejarem uma edição de cinco mil exemplares em folheto. Solicitavam, para tanto, o auxílio dos leitores. Propuseram aos interessados colaborarem com a quantia que estivessem nas suas possibilidade, tendo como contrapartida o recebimento do número de folhetos relativos à contribuição. É este o texto que tive acesso.

Pois bem, como o próprio título indica, trata-se de um escrito elaborado num estilo bíblico. Disposto em capítulos e versículos tal qual os livros da Bíblia. Sua linguagem é toda em tom profético. Os diálogos e as situações remetem à forma das escrituras sagradas dos cristãos. O autor usou uma linguagem poética e metafórica a fim de ilustrar diversas colocações que faz. Lançou mão de parábolas para ilustrar suas sentenças, recurso este muito usado nos evangelhos de Jesus.

Paul Berthelot, da mesma forma que o referido livro de Maria Lacerda de Moura, ao mesmo tempo em que utilizou referenciais literários e toda uma construção imagética própria ao

⁴⁵⁷ BERTHELOT, Paul. O evangelho da hora. **A Lanterna**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 289, p. 1-2, 01 mai. 1916.

universo simbólico espiritualista, o fez vazando com postulados dogmáticos e autoritários do cristianismo. Abordou as diversas dimensões da sociabilidade humana desonerando os rígidos esquemas dogmáticos, totalitários e universalistas. O autor enfocou, numa perspectiva anárquica, diversos assuntos da questão social: a prática de alguma espiritualidade, a propriedade privada, educação, militarismo e guerras, leis e Estado, relações amorosas, ciência e conhecimento, entre outros temas mais. O título e o estilo literário deste escrito, ao mesmo tempo, em que são familiares ao crédulo, colocam à disposição deste uma perspectiva contraposta ao usual sentido de espiritualidade.

Outro acontecimento da ordem da instauração de um dinamismo antropofágico, nômade, indisciplinar, observei na capa do primeiro livro de Florentino de Carvalho intitulado *Da escravidão à liberdade*⁴⁵⁸. Antes de detalhar este aspecto, gostaria de registrar como se deu esta minha percepção. Quando recebi de Jaime Cubero os exemplares fotocopiados dos dois primeiros livros de Florentino de Carvalho, me apressei a lê-los com intuito de utilizá-los na dissertação de mestrado. Como tinha colhido material abundante, me foi impossível analisá-los com o detalhamento que eu desejava fazer. Li, reli, e voltei outras vezes aos livros. No entanto, não tive como ver as capas dos dois livros, pois na cópia que recebi, elas não se encontravam. Mesmo que Jaime Cubero tivesse fotocopiado a capa do primeiro livro, de nada adiantaria, pois são as cores da capa as causas de meu espanto inicial.

Alguns anos depois, quando recebi uma cópia digitalizada do primeiro livro, me assustei ao reparar que a capa possuía como fundo, sobre o qual se achava a figura de um trabalhador ao lado do globo terrestre, as cores verde e amarela da bandeira nacional brasileira. Estranhei muito

⁴⁵⁸ Florentino de Carvalho escreveu oito livros, dos quais apenas adquiri fotocópias apenas dos dois primeiros. CARVALHO, Florentino de. **Da Escravidão à Liberdade**: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social. Porto Alegre: Renascença, 1927 e CARVALHO, Florentino. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo**: solução imediata dos grandes problemas sociais. São Paulo: Editorial Ariel, 1932.

esta apresentação da capa, pois de forma alguma poderia ser casual ou de menor importância este “detalhe”. Sabia que não se tratava de um acessório, de algum engano ou de uma desatenção por parte do autor ou dos gráficos. Havia uma intencionalidade que num primeiro momento não me dei conta.

Na verdade, como qualquer apátrida, odiei muito este “detalhe” da capa. Mas conhecendo o livro como conhecia, era evidente para mim não se tratar de chauvinismo ou de algum acidente. Fiquei um tanto apreensivo porque não entendia do que se tratava. Nada me ocorria que pudesse justificar aquela capa de apelo claramente nacionalista. Por sua vez, os relatórios⁴⁵⁹ escritos por zelosos mantenedores da ordem vigente, agentes policiais do serviço de espionagem, se referiam a este livro como sendo um “livro incendiário”, escrito por um “anarquista dinamiteiro”, um “anarquista perigoso”.

Comecei a entender ter sido este recurso às cores da bandeira nacional uma apropriação pessoal de elementos convencionais produzindo múltiplos efeitos. Estes efeitos tanto são da ordem da estratégia de defesa como da sedução e captura. Uma atualização da tática mandigueira de defesa/ataque. Da ordem da estratégia: a disposição destas cores tanto servia para preservar a integridade física de algum leitor que, de posse do livro, passe próximo de “secretas” policiais; também para mais facilmente conduzi-lo através das fronteiras policiadas, podendo o livro circular mais livremente. Da ordem da sedução: algum indivíduo enredado num ufanismo nacionalista poderia iniciar a leitura a partir da percepção das cores nacionais na capa do livro. Estou curioso quanto à capa de seu segundo livro.

Tomando o livro nas mãos em alguma estante de livraria, agrada-lhe a capa pelas cores de apresentação. Cores estas sintonizadas a aspectos particulares de sua subjetividade nacionalista.

⁴⁵⁹ Ver prontuário individual de Florentino de Carvalho de número 144 no DEOPS do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Com o livro nas mãos, inicia sua leitura facilmente porque no começo esta obra apresenta um panorama geral da sociedade e da situação do trabalhador do campo, da cidade, do escritório, do navio a partir de dados estatísticos, apresentando também informações gerais acerca da mortalidade infantil em várias cidades do mundo. Tratou o autor dos grandes centros mundiais. Fez exposição de dados quanto a cidades integrantes do imaginário social, agrupamentos urbanos familiares.

Assim, arrematou estas estatísticas e informações em relação a cidades como Nova York, Berlim, Londres, Paris, Rio de Janeiro, entre outras. O leitor, ao prosseguir com a leitura, pode ser afetado pelas intencionalidades do autor, as quais vão tomando formas cada vez mais contundentes na proporção em que a leitura prossegue. Este contágio provém dos riscos e das possibilidades de realizações que o dinamismo das relações estabelecidas durante a existência de cada um abre, tal qual portas, janelas, brechas, rachões e buracos em muros ou paredes. Tal qual edificações, as situações da vida podem ser percebidas enquanto limites procurando internar, sob desculpa de proteção contra intempéries da natureza ou ameaças de animais ou mesmo pessoas, cada qual num restrito campo de possibilidades e de realizações. Portas e janelas constituem negações das paredes ou dos muros, ainda que propositadamente elaborados numa certa harmonia com estas construções.

Esta harmonia se coloca exatamente no ponto em que as negações destes obstáculos favorecem um controle maior em torno do fluxo de entradas e saídas da área coberta pelas paredes ou pelos muros, ou ainda por muros e paredes. Rachões, buracos e brechas, de outra maneira, indicam deteriorização de paredes e/ou muros, devido ou a ação intencional com fins de arruinar, desonerar ou destruir o campo fronteiro estabelecido ou a um desgaste por conta da idade da construção, descuido com a sua conservação ou abandono.

Os periódicos analisados favorecem um estudo acerca das situações nas quais os anarquistas por vezes se deparavam. Situações a desafiá-los com definição de estratégias adequadas. Isto muitas vezes com o imperativo de uma necessária agilidade, rapidez e habilidade por conta dos riscos implícitos. O ambiente era de hostilidade aos anarquistas que tinham de lidar com a situação de superexploração nas fábricas, fazendas e oficinas como com uma intensa repressão levada a efeito tanto por milícias particulares do patronato como pelo braço armado do Estado. Uma situação desta natureza está registrada num relatório escrito por Domingos Ribeiro Filho quando do fracasso do levante anarquista no Rio de Janeiro, em novembro de 1918⁴⁶⁰.

O inusitado colocou Ribeiro Filho diante da ocasião de ter que tratar com a possibilidade de estabelecer uma aliança com o General Müller quando das eleições presidenciais daquele ano. Como anarquista sabia que a situação era extravagante e sem propósito. Ao mesmo tempo, sabia que, ao ter sido procurado por um representante do general, teria de traçar uma estratégia para aquela situação de modo a não comprometer a integridade dos companheiros aprisionados. Se recusasse conversar havia o risco de retaliações aos anarquistas presos e aos demais.

Sabia também que não poderia se passar a “chefe” dos anarquistas. Como o general confundisse anarquistas com maximalistas, ou maximistas, russos, Ribeiro Filho decidiu tirar proveito desta confusão, sem esclarecê-lo quanto aos detalhes das diferenças entre uns e outros levando até o limite esta situação. Mesmo porque ainda era confuso até para os anarquistas os acontecimentos da Rússia. Esperava que as expectativas do general caíssem esgotadas por si, sem que os companheiros presos sofressem maiores represálias, nem os anarquistas que escaparam à prisão se vissem atrelados e enredados nas armadilhas da política. Vejamos um trecho de seu longo relatório escrito em fevereiro de 1919.

⁴⁶⁰ Um estudo sobre este levante foi realizado por Carlos Addor. ADDOR, Carlos. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

O Sr. Lauro Müller é o político mais astuto deste país. É quase certo que ele não se sentindo com força eleitoral bastante para triunfar recorra à agitação. É provável que ele consiga simpatias no proletariado adotando vários pontos do programa das reivindicações da classe. É natural que ele exiba sentimentos de justiça para com os grupos extremistas, porque isto aumenta o seu prestígio liberalista. É evidente que ele não cumprirá nenhum programa maximalista, porque, na presidência, lhe é defeso tomar iniciativas legais que são atribuições do Congresso e este tem mil meios protelatórios de esmagar as questões sociais.

Entretanto ele estende a mão aos anarquistas. Esse gesto é de duplo efeito: ameaça com os anarquistas as classes conservadoras que apoiaram Rui e fica desde já senhor de inimigos que amanhã eliminará se perturbarem o seu governo: e esse inimigo teve a ingenuidade e a fraqueza de se entregar a ele. Mais ainda, convidando os anarquistas à transigência, ele toma uma ascendência moral incontestável sobre nós. O seu apelo aos maximalistas é uma incitação tácita à revolta e essa revolta pode aproveitar-lhe como pode ser repudiada por ele se a sua candidatura fracassar. Ele nada tem a perder e tem muito a ganhar; ao contrário de nós.

Mas eu devo muito à Anarquia, devo-lhe uma prova de coragem e de coerência. Que luta posso eu empreender para o triunfo das minhas idéias? A oportunidade é contra os princípios mas a favor dos fatos. É indubitável que tenho de ser sacrificado: mais hoje, mais amanhã, a minha queda é certa: já estou enredado nas mãos do inimigo. Ele deseja que nós afiemos as garras com que amanhã nos devorará. A nossa neutralidade importa em que ele justifique as futuras medidas de rigor contra nós. Ora, eu sei disso e não devo comprometer ninguém. Não me arriscar é quase impedir que os outros se arrisquem a ganhar a partida. Arriscar-me é talvez arrastar os outros a um sacrifício. Do inimigo é bem difícil escapar. Assim sendo é preciso transigir com o tigre e, se possível, enjaulá-lo. O tigre já fez idênticas considerações e prepara as grades de nossa jaula. Não importa: arrisquemos.

Com estas e outras práticas de consciência encarei o problema e pensei no que deveria apresentar o futuro vencedor que lhe parecesse o compêndio de uma série de questões estudadas pelos nossos conciliábulos e estudos.

Esse programa devia ser formulado de modo a ser de pronto inaceitável. Não aceito, nos deixaria nas posições anteriores e ficaria justificada a impraticabilidade de nossos compromissos; aceito, seria a aurora da revolução, e essa revolução não era feita por nós, mas pelo governo. O absurdo fora de ordem a assombrar o Universo. Redigi pois o seguinte programa:⁴⁶¹

O sentido nomádico e indisciplinar dos jornais e revistas anarquistas têm relação com o desrespeito às fronteiras imaginárias separando povos, saberes, vida e conhecimento. Há posto em atividade nestes impressos um constante desconhecimento destas divisões convencionais por

⁴⁶¹ Domingos Ribeiro Filho trabalhava, do mesmo modo que Lima Barreto, como amanuense na Secretaria de Guerra no Rio de Janeiro, então capital federal. Esta situação não era confortável nem para Lima nem para Domingos, como podemos concluir com os enunciados apresentados no relatório por ele redigido em que ele se coloca enquanto já preso nas garras do inimigo. Para ler o relatório na íntegra, ver RIBEIRO FILHO, Domingos. Entendimentos de Lauro Müller com Anarquistas. In: BANDEIRA, Moniz. **O Ano Vermelho**: a revolução russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 339-356.

inconvenientes. No caso dos jornais e revistas analisados e aludidos, como no que se refere aos livros e folhetos publicados, há um desconhecimento deste tipo de seccionamento.

Trata-se simultaneamente de indisciplina, iconoclastismo e nomadismo. O universo da disciplina, em suas duas acepções, é recusado. Negação da hierarquia por traduzir exatamente o domínio do sagrado como também trânsito livre entre os diferentes campos de conhecimento. Abolição da ruptura entre vida e conhecimento, posto que a instauração de associações de amigos favorece a criação de novos costumes. Há também, operando nestas sociabilidades, uma apropriação antropofágica das diferentes áreas de saberes. Neste processo, polifonias e polissemias são instaladas, resultando na projeção de particularidades com aproximações e distanciamentos.

O episódio envolvendo Lima Barreto e Antonio Noronha dos Santos, relativo ao debate em torno do “cinematographo”, é emblemático desta situação. Este diferencial entre os dois anarquistas aproxima-os de posicionamentos opostos quando se pensa em modernidade e seus críticos. No caso de Lima, ele se aproxima de posicionamentos dos neo-ludditas contemporâneos, críticos da sociedade industrial. E Lima, em sua própria época, não está só nesta perspectiva existencial. Florentino de Carvalho, Maria Lacerda de Moura, Francisco Viotti, Gigi Damiani, Adelino de Pinho, João Penteado, Friedrich Kniestedt, Paul Berthelot e Giovanni Rossi compuseram uma sonoridade antimoderna no anarquismo. Adelino de Pinho⁴⁶² empolgado com os acontecimentos de 1917, na Rússia, e seus desdobramentos pela Europa, apresentou uma proposta de novo calendário. Sua idéia era de que o calendário cristão deveria ser deixado de lado como parte da sociedade que findava, marcando o início do que denominou uma “nova era”.

⁴⁶² PINHO, Adelino de. Uma nova era – Necessidade de novo calendario. **A Plebe**. São Paulo, ano 3, n. 21, p. 2, 12 jun. 1919.

Por sua vez Neno Vasco, Edgar Leuenroth, José Oiticica, Elysio de Carvalho, Orlando Correia Lopes vibraram num dinamismo, que acredito majoritário tanto no movimento operário como no anarquista, mais próximo de referenciais modernos. Fizeram apologia do industrialismo, dando primazia à razão na vida social humana e procurando codificar, normalizar o conjunto da vida social. Ainda mais, diferentemente do segundo grupo, o primeiro me parece não ser afeiçoado a universalizar suas concepções propositivas. Por isto acredito ser este um critério interessante para uma análise de seus pensamentos. Apenas quero assinalar não existir purismos nestas polifonias. As vozes, mesmo distintas uma da outra, estão contagiadas, contagiam e enunciam formas de existências.

Proponho por um momento também considerar as designações que os próprios autores se deram a fim de verificar seus limites e até que ponto elas favorecem um entendimento de seus pensamentos. Lima Barreto afirmou sua condição de individualista ao mesmo tempo em que assinalou “o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso”⁴⁶³ fazendo analogia com o modo de vida estadunidense extremamente individualista. Além do mais o ideário comunista de Kropotkin fez ressonância em seus escritos, particularmente no que se refere à ênfase na solidariedade, e não na competição e luta, enquanto móvel primordial na sociabilidade humana.

Neno Vasco definiu o anarquismo como sindicalista desde sua origem, situando seu pensamento dentro do sindicalismo revolucionário. Porém, quando de sua carta a Elysio de Carvalho, como visto mais atrás, afirmou, um tanto incomodado com classificações, poder muito bem ser visto como um individualista stirneriano. Edgar Leuenroth concebia o anarquismo da mesma maneira que Neno Vasco. Maria Lacerda de Moura sustentou repetidas vezes sua condição de individualista, ao mesmo tempo em que assinalou a ascendência, entre outros, de

⁴⁶³ BARRETO, Lima. O nosso “ianquismo”. In: _____. **Um longo sonho do futuro** – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993. p. 378-382.

Tolstói, Ghandi e Kropotkin em seu pensamento. José Oiticica definia seu comunismo libertário em termos de municipalismo e não do comunalismo como se dava com boa parte dos anarco-comunistas.

Friedrich Kniestedt afirmou sua condição de tolstoiano ao mesmo tempo em que contribuiu com a organização do movimento sindical no Rio Grande do Sul. Seu tolstoianismo não menosprezava o pensamento de Stirner, Kropotkin e Bakunin, entre outros, como registrou em suas memórias. Florentino de Carvalho, um anarco-comunista, evidenciou a ascendência de Stirner, Proudhon, Bakunin, Tolstói, Ibsen, entre outros, em sua formação intelectual. Dizendo-se simplesmente anarquista, recusava os adjetivos, rejeitando o comunalismo kropotkiniano. Acredito ter exposto o suficiente para perceber estas autodesignações se não como insatisfatórias ao menos como de alcance bastante limitado. Não dão conta de questões que confundem ou escapam às classificações.

Evidentemente os integrantes dos dois grupos se encontram no campo do anarquismo. Entretanto entendo que isto também não é suficiente para uma melhor compreensão de seus pensamentos. Mesmo que tomando as suas próprias palavras como referencial analítico, persiste a insuficiência porque todos vazam com as classificações. Existem colocações diretas e indiretas anuviando as classificações fáceis. Contudo, acredito que cotejá-los em relação ao universalismo e centralidade próprio a um projeto de modernidade favorece, até certo ponto, outras perspectivas analíticas, propiciando o traçado de certos contornos de seus pensamentos no que diz respeito a algumas particularidades.

No entanto, antes de prosseguir, algumas palavras se fazem necessárias em torno das expressões “condição moderna”, “modernidade”, esta que possui sinonímia com “civilização”, e de seu oposto, “selvagem” ou “selvageria”. Começando com a primeira. Utilizo o termo modernidade na acepção de Stirner apresentada ao longo de seu livro único: uma segunda edição

do modo de vida teológico salvacionista, universalista e totalitário da idade média. Modernidade, portanto, instaura centralidades, universais, absoluto, normalização e modelos. O antropocentrismo, como suas variações em sociocentrismo e egocentrismo, apenas transfere de um campo para outro a medieval centralidade divina, o teocentrismo.

A idolatria a Deus fora substituída pela antropolatria. Feuerbach e Comte deram formas mais acabadas a este culto. A sociolatria e a egolatria atualizam a antropolatria de conformidade com uma ou outra escola filosófica e sociológica. A primazia da razão científica para o entendimento da sociabilidade humana como o processo de burocratização da vida social, por exemplo, são efeitos do governo do sagrado, da hierarquia (*hierós = sagrado, divino* e *arché = comando, governo*). É assim que Stirner denominou os materialistas tipo Feuerbach e os irmãos Bauer de devotos, os modernos de cristãos e o Estado de igreja. Para ele, “as mais recentes invectivas contra Deus mais não são do que o estrebuchar da ‘sapiência divina’, ou seja, insurreições teológicas.”⁴⁶⁴

Sobre a segunda, “condição selvagem”, ela usualmente é entendida como carência de pendores de civilidade, enquanto de falta de regras para a conviviabilidade. Ausência caracterizando os significados atribuídos à palavra “selvagem”. Modernidade ou civilização, pelo contrário, toma às vezes de sua imagem refletida e invertida. Possui, desta maneira, relação direta com a noção de completude. Uma completude a ser entendida como perfeição através de regramento, normalização, codificação, a partir de alguma fórmula, modelo, referência e adestramento.

Selvageria, de modo diferente, sugere impulsos, riscos, intensidades, atitudes convulsivas, excessos, desconcertos. Vislumbro nestes territórios pés de caminhantes nômades, sendo mais adequado com atividades do *egoísta* e expansão do campo vivencial do *único* stirnerianos. Stirner

⁴⁶⁴ STIRNER, Max. **O Único e a sua Propriedade**. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. p.30.

elaborou a filosofia do *egoísta* ao lado da noção de *único*. O egoísta diante da existência instaura uma *relação* baseada numa constante apropriação daquilo que desperte seu interesse. Este dinamismo de apropriação pode ser percebido enquanto relação antropofágica e Stirner recorre por vezes à antropofagia para melhor ilustrar suas idéias.

Num de seus opúsculos, Stirner relacionou vida escolar com mecanismo civilizador. Em sua perspectiva analítica, a educação instaura procedimentos de domesticação das pessoas. Criticando realistas e humanistas, Stirner recusou o “escola para todos” dos primeiros e o ensino enciclopédico dos segundos. Num caso está em evidencia a formação de “homens práticos”. Noutra a formação de homens cultos. Recusou ainda uma proposta de conciliação entre estas duas perspectivas. Por sua vez, uma educação personalista, ausente de autoridade e centralidade, diluindo escola e vida, em que pensamento e vontade fossem livres, é, grosso modo, a proposta stirneriana.

A escola não forma homens tão profundamente verdadeiros; se, contudo, há alguns deles, é certamente *malgrado* a escola. [...]

Adquirimos o hábito, em nossa infância, de resignarmo-nos a tudo o que nos era imposto: do mesmo modo, mais tarde, resignamo-nos e adaptamo-nos à vida positiva, adaptamo-nos à nossa época, tornamo-nos seus servidores, o que se conveio chamar de bons cidadãos. No entanto, onde se encorajam o espírito de oposição em vez do espírito de submissão nutrido até o presente momento? Onde se formam indivíduos que criam e não indivíduos que aprendem? Onde o mestre se transforma em companheiro de trabalho e reconhece que o Saber deve tornar-se Vontade? Onde está a instituição que se propõe por objetivo liberar o homem e não se limitar a cultivá-lo. Pois bem, ainda são poucos esses lugares, infelizmente! Mas se perceberá cada vez mais que a mais elevada missão do homem não é cultivar-se, civilizar-se, mas tender a seu próprio desenvolvimento. [...]

A vida prática! Com isso se crê ter dito tudo, mas os próprios animais levam uma existência essencialmente prática: tão logo a mãe lhes desmamou, os filhotes buscam à vontade seu alimento nos campos e nos bosques, ou então são atrelados para um trabalho. Scheitlin, um especialista dos hábitos dos animais, levaria ainda mais longe a comparação, até o campo da religião, assim como se pode ver em sua *Psicologia dos animais*, obra muito instrutiva, precisamente porque estabelece um laço entre o *homem civilizado* e o animal e entre o *animal* e o homem civilizado. Essa preocupação de preparar à vida prática só forma *homens de princípios* que agem e pensam segundo *máximas*, mas não homens *tendo seus princípios*, ela forma espíritos *respeitosos das leis* e não espíritos *livres*. [...]

A miséria de nossa educação até os nossos dias reside em grande parte no fato de que o Saber não se sublimou para tornar-se Vontade, realização de si, prática pura. Os realistas sentiram essa necessidade e preencheram-na, mediocrementemente por sinal,

formando “homens práticos” sem idéias e sem liberdade. A maioria dos futuros mestres é o exemplo vivo dessa triste orientação. Cortaram-lhes magnificamente as asas: agora é a sua vez de cortar as dos outros! Foram adestrados, é sua vez de adestrar! Todavia, a educação deve ser pessoal, mestre do Saber e guardar constantemente no espírito esse caráter essencial do Saber: não ser em nenhum caso objeto de posse, mas ser o próprio Eu. Numa palavra, não se deve inculcar o Saber mas conduzir o indivíduo a seu pleno desenvolvimento; a pedagogia não pode mais partir da idéia de civilizar, mas da idéia de desenvolver pessoas livres, caracteres soberanos.⁴⁶⁵

Os antropólogos evolucionistas estabeleceram e sistematizaram as diferenças entre selvageria e civilização definindo-as enquanto etapas sucessivas do desenvolvimento humano. Entendiam selvageria como ausência, marcando os predicados de humanidade em formas embrionárias, incompletas e insuficientes. Selvageria consiste, portanto, em proximidade com animalidade, com um estado de natureza. Para estes estudiosos, apenas na civilização encontra-se presente às formas completas ou, como gostavam de definir em sua linguagem organicista, maduras, adultas, de sociabilidade humana. A barbárie era, no pensamento evolucionista, o estágio intermediário entre selvageria e civilização.

Lévi-Strauss⁴⁶⁶ definiu a recusa à alteridade designando-a como antropeomia, ou seja, ato de vomitar o diferente. Antropeomia é manifesta em dois extremos um de simples evitação e outro por eliminação física. Antropofagia, ao contrário, significa o ato de devorar ritualisticamente adversários ou parentes, num gesto de apropriação das qualidades e atributos dos guerreiros ou parentes. Nas chamadas sociedades ocidentais a antropeomia acontece dentro de uma lógica de demonização da diferença. A satanização do estranho constitui culminância de um processo que possui na religiosidade sua proveniência⁴⁶⁷.

⁴⁶⁵ STIRNER, Max. **O falso princípio de nossa educação**. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2001. p. 75-81.

⁴⁶⁶ LÉVI-STRAUSS. **Tristes Trópicos**. São Paulo; Companhia das Letras: 1996.

⁴⁶⁷ Sobre a demonização dos diferentes ver NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **O nascimento da bruxaria: da identificação do inimigo à diabilização de seus agentes**. São Paulo: Imaginário, 1995 e PAGELS, Elaine. **As Origens de Satanás: um estudo sobre o poder que as forças irracionais exercem na sociedade moderna**. 2ª ed. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

Contrariamente às sociedades antropeômicas, as sociedades antropofágicas estão disponíveis à experiência com a alteridade, retirando destes encontros elementos de que se nutrem. Saem mais fortalecidas ao agregarem elementos vigorosos do inimigo capturado ou do parente falecido. Na direção destas reflexões, enquanto disciplina exige reverência, tendo relação com civilização, indisciplina e iconoclastia são associadas à condição selvagem. Constituem em (anti)referência para o pensamento e sentimento. O selvagem é refratário a uma atuação dentro da esfera das relações domesticadas e hierarquizadas. Pierre Clastres⁴⁶⁸ apresentou as sociedades selvagens como contrapostas à relação mando/obediência.

Nobert Elias⁴⁶⁹ tratou do que denominou “processo civilizador” enquanto modo de aprofundamento em maneiras de domesticação e adestramento. A invenção de normas de etiqueta, o aprimoramento tecnológico, a certeza de possuir um modo de vida superior caracterizam, grosso modo, o sentido de “civilização”. Apesar do autor privilegiar um viés economicista orientando suas reflexões, particularmente, no trato da formação do Estado absolutista, assinalou aspectos importantes para o entendimento da formação e estabelecimento de sociabilidades domesticadas nas chamadas sociedades modernas.

Frederick Turner, numa perspectiva alheia a algum economicismo, tratou o tema das relações entre civilização e as “terras selvagens” (*wilderness*) como “uma estória espiritual”. Em sua perspectiva de abordagem do tema, “trata-se da estória de uma civilização que tinha substituído o mito pela história como forma de entender a vida. Foi exatamente a substituição que permitiu aos europeus explorar os lugares mais remotos do planeta, colonizá-los e impor seus

⁴⁶⁸ CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

⁴⁶⁹ ELIAS, Nobert. **O processo civilizador** – uma história dos costumes. 2ª ed. Tradução de Ruy Jungman; revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1 e ELIAS, Nobert. **O processo civilizador** – formação do Estado e Civilização. Tradução de Ruy Jungman; revisão, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v.2.

valores às populações nativas.”⁴⁷⁰ Esta sua obra trata da construção de subjetividade nas chamadas sociedades ocidentais em que civilizar traduz instauração de relações de domínio. Domínio este naturalizado pela religiosidade cristã se estendendo a tudo e a todos. Para o indígena Jack Forbes⁴⁷¹, a sociedade ocidental, que ele denominou uética, difundiu para todos os lados uma sociabilidade predatória devorando e dizimando diversos povos. E não só população humana alimenta esta voracidade, mas o conjunto dos seres e o próprio planeta sofrem esta ação devastadora.

Henry David Thoreau⁴⁷² percebeu na ausência inerente à selvageria uma positividade. Valorizou o selvagem por inexistir nele o adestramento como fator privilegiado das relações entre indivíduos. A domesticação de pensamentos e de sentimentos constitui no resultado mais evidente do processo societário colocado em atividade nas sociedades ditas civilizadas. De um modo diferente, o selvagem apresenta-se enquanto ocasião para experimentos valorizando a alteridade.

Domingos Ribeiro Filho iniciou um de seus escritos afirmando: “nós temos que viver dentro de uma sociedade que nunca será a nossa.”⁴⁷³ Esta epígrafe ao artigo expõe uma postura de inquietação e de desassossego na vida. Este posicionamento instaura um dinamismo nômade nas existências. A vida percebida enquanto experiência arriscada, enquanto experimentos em que inexistem modelos, padrões ou fórmulas, em que a expectativa deve ser como a de um guerreiro selvagem, sempre pronto às lutas considerando cada uma delas como uma situação particular.

⁴⁷⁰ TURNER, Frederick W. **O espírito ocidental contra a natureza**: mitos, história e as terras selvagens. Tradução de José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

⁴⁷¹ FORBES, Jack D. **Colombo e Outros Canibais**. Lisboa; Antígona: 1998.

⁴⁷² THOREAU, Henry David. Caminhando. In: THOREAU, Henry David. **Desobedecendo**. São Paulo; Circulo do Livro: 1984.

⁴⁷³ RIBEIRO FILHO, Domingos. A Guerra a Anarquia (uma questão literal e de ponto de vista). In: **A Vida**. Publicação mensal anarquista. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, 30 abr. 1915. p. 87-90. Edição fac-similar. São Paulo: Ícone: 1988.

Florentino de Carvalho apresentou o *ethos* dos aborígenes americanos como um modo de vida em escape de qualquer rigidez, um modo de vida fluido, no qual se estabelece um ritmo de constante deslocamento. Isto em contraposição à tendência por fixação e estagnação na sociabilidade. Elaborou suas reflexões tomando como referência a idéia de sedentarismo enquanto procedimentos homogeneizantes, opostos ao ritmo de constante movimento dos indígenas. Configurou a idéia de sedentarismo e de nomadismo enquanto opostos e excludentes, ao mesmo tempo em que o fluxo constante tem relação direta com uma forma de estar na vida mais relacionado com bandoleiros indígenas.

Os conquistadores do Novo Mundo, quando aqui despontaram como mouro na costa, ensinaram aos aborígenes muitas belezas; menos a justiça, a solidariedade, a fraternidade.

Embora lessem no livro da vida indígena estes princípios, não foram capazes de os aprender e assimilar.

A ética individualista da raça latina e a natureza incoercível do povo americano não suportam essa rede de constituições, regulamentos e ritmos de vida sedentária, apática e liberticida. Os nômades dos pampas e das alturas andinas, e os imigrantes que abandonaram países de origem fugindo à miséria e à tirania, repelem a germanização que aqui se quer naturalizar com falsos princípios de humanitarismo.⁴⁷⁴

Maria Lacerda de Moura⁴⁷⁵ publicou um livro em que teceu veemente crítica ao modelo civilizacional das chamadas sociedades ocidentais. O título do livro, *Civilização – tronco de escravos*, é por si só indicativo do seu conteúdo. Primeiro, a palavra “tronco” remete a um instrumento de madeira fincado no chão para martirizar negros arredios. Preso ao tronco, o negro era açoitado. Poderia ir aos ferros depois do açoite ou ficar pendurado no tronco alguns dias sem água e sem comida. Designado também de “pelourinho”, ser castigado neste artefato muitas vezes significava uma condenação à morte, que seria lenta e dolorosa. Outra acepção da palavra

⁴⁷⁴ CARVALHO, Florentino. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo**: solução imediata dos grandes problemas sociais. São Paulo; Editorial Ariel: 1932.

⁴⁷⁵ MOURA, Maria Lacerda de. **Civilização – tronco de escravos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

“tronco” tem há ver com ascendência genealógica. A “civilização”, no entendimento da autora, possui este efeito particular de gerar uma subjetividade submissa e servil, um ser vil.

Com palavras contundentes, Maria Lacerda de Moura definiu, em seu libelo contra o militarismo, a civilização como bestialidade, como a negação mais brutal dos apelos de amor e humanitarismo feitos por Cristo. Para ela, “o mundo inteiro está as portas do fascismo”. Completou seu pensamento, mais adiante em seu texto, ao afirmar que “a sociedade cristã, piedosa, caridosa, é o Anti-Cristo do Apocalipse...” e, novamente em outro instante de seu escrito, “tudo é anti-Cristo na sociedade Cristã”⁴⁷⁶.

Em diversos escritos de anarquistas, a modernidade, que no caso de sua experiência no Brasil fora realizada pela inauguração da República, traduzia uma nova inquisição. A república positivista brasileira, saudada por todo o mundo intelectual enquanto possuidora da constituição mais liberal e avançada do mundo, era vista pelos anarquistas como mais despótica que o antigo império. Maria Lacerda de Moura apelou para a ação direta da população como forma de obstar o processo de aguda fascistização da sociedade com a eminente adoção da obrigatoriedade do serviço militar. Conclamou todos à prática da objeção de consciência “agora que, no Brasil, discutem-se os projetos de uma Constituição moderníssima, tocando as raias do Fascismo...” O movimento constitucionalista de 32 foi na verdade sintomático do fascismo ascendente. Em suas palavras: “Galgamos, em três meses, um passo gigante para o Fascismo: é o resultado do movimento chamado ‘pro-Constituição’... encabeçado pelos ‘patriotas’ de São Paulo.”⁴⁷⁷

⁴⁷⁶ MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!**. 3ª ed. Guarujá: Opúsculo Libertário, 1999. p. 30;35.

⁴⁷⁷ MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!**. 3ª ed. Guarujá: Opúsculo Libertário, 1999. p. 16; 19-20.

Xisto Leão⁴⁷⁸, em artigo publicado em *A Lanterna*, apresentou o nazi-fascismo como uma nova inquisição. Um nacionalismo extremado, cópia mal acabada do socialismo hitlerista e mussoliniano, foi o integralismo. O integralismo procurava atualizar os antigos processos inquisitoriais da igreja católica sob roupagem nacionalista. *A Lanterna* evidenciou, ao longo de sua existência, as íntimas relações entre clero católico e segmentos da elite em suas medidas de arbítrio e violência.

Friedrich Kniestedt⁴⁷⁹ nas memórias referiu-se à época moderna como “nova idade média”. Vivendo em certo momento numa comunidade rural, próxima a outras comunidades, com pessoas oriundas de diferentes nacionalidades européias, Kniestedt assinalou a existência de um ambiente de cordialidade e solidariedade entre todos. “Fora da civilização”, pessoas, cujos países de origem se encontravam em processo de mútua destruição na Europa, viviam alheios a qualquer preconceito nacionalista ou de raça.

Feitas estas ponderações, que considero necessárias para um entendimento mútuo, retomo o assunto interrompido. Eu tratava de analisar o pensamento dos anarquistas referidos dispondo-os em dois dinamismos básicos, distintos, mas também afetados um pelo outro. O critério analítico proposto, dizia, é o da aproximação ou distanciamento de um projeto de modernidade. Desta maneira, o primeiro, refratário à modernidade como definida mais acima, acenaria mais inclinado a uma condição selvagem para a existência. O segundo, ao atualizar centralidades e universais, está mais afinado com um projeto de modernidade. O indivíduo, a comuna, o município ou o sindicato toma as vezes de unidade definitiva da sociabilidade humana. Uma nova expressão em totalidade era estabelecida. Além do mais, há a busca de uma codificação detalhada

⁴⁷⁸ LEÃO, Xisto. A mistificação integralista da clerezia. **A Lanterna**. Rio de Janeiro, ano 12, n. 385, p. 4, 06 set. 1934.

⁴⁷⁹ Friedrich Kniestedt (1873-1947). **Memórias de um Imigrante Anarquista**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1989.

e universalista da sociabilidade humana. A leitura de alguns textos demonstra à saciedade esta assertiva.

Edgar Leuenroth e Hélio Negro⁴⁸⁰ escreveram *O que é maximismo ou Bolchevismo* sob efeitos da revolução russa. Este livro reflete com muita propriedade as influências da revolução de 1917 na Rússia sobre alguns segmentos do movimento anarquista no Brasil. O tom característico do livro é o de normalização do dinamismo social. Elaborado com base em rígidos esquemas e codificação da vida social, constitui-se num documento revelador dos efeitos sobre seus autores do apelo jacobino do maximismo.

Neno Vasco, da mesma forma que Leuenroth, atribuía ao sindicato o papel de organizador da vida social após o período revolucionário, apresentando em detalhes uma sociedade libertária como altamente regulada, controlada. Esta atribuição reduzia consideravelmente as novas formas societárias a estreitos procedimentos e planejamentos. José Oiticica⁴⁸¹, também sob influência dos bolcheviques russos, chegou a escrever um texto em dois números seguidos do jornal *Spartacus* com o mesmo dinamismo centralista e universalista, destinados à discussão num congresso comunista. O primeiro, intitulado *Princípios e fins*, serviria mais tarde como introdução para seu *Catecismo Anarquista*, cuja publicação em folheto Oiticica já planejava.

O aporte conceitual operativo em Oiticica aponta para um dinamismo em sintonia com apelos para estabelecimento de sociabilidade normalizante: catecismo, sistema, doutrina, princípios, fins, indicam uma vibração universalista de contornos messiânico, humanista, racionalista e, para terminar, salvacionista, comum a diversas expressões da modernidade. O *Catecismo Anarquista* parece referir ao episódio envolvendo Bakunin e Netchaiev quando da publicação do *Catecismo Revolucionário*, um texto de tonalidades intensas em volta com idéias

⁴⁸⁰ LEUENROTH, Edgar; NEGRO, Hélio. **O que é maximismo ou Bolchevismo**. São Paulo: [s.n.], 1919.

⁴⁸¹ OITICICA, José. Princípios e fins. **Spartacus**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 1, 16 ago. 1919. OITICICA, José. Previsões práticas. **Spartacus**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 1, 23 ago. 1919

jacobinas expressando universalismo humanista. Segundo Jean Barrué⁴⁸², o texto deste catecismo era de Netchaiev, tendo Bakunin desaprovado seu conteúdo. Apesar disto, Bakunin nutriu alguma simpatia por Netchaiev, por conta de sua energia e atuação na Rússia, tendo mantido com ele relações pessoais por um curto período de tempo.

Quanto a uma condição selvagem, considero a experiência de Berthelot a mais emblemática. Apenas para lembrar algo dito em outro lugar, Berthelot, na primeira década do século passado, chegou a morar com indígenas no interior de Goiás. Seu objetivo era apreender o modo de vida aborígene para, em seguida, fundar uma comunidade anarquista com as lições retiradas desta experiência. João Penteado entendia que uma sociedade igualitária e libertária, na qual inexistiria “mendigos nem potentados”, a condição humana seria de reconciliação com o conjunto da existência, porque nesta nova situação o ser humano “saberá tirar da nossa mãe Natureza o pão da alegria e o pão da vida”⁴⁸³.

Abrem-se aqui também a ocasião para se considerar outras perspectivas a problematização do conhecimento atual acerca dos periódicos anarquistas aqui analisados. Problematização esta que pode ser estendida aos valores cultivados e às formas societárias difundidas em nossos tempos nos espaços mais estreitos como nos mais largos. Os periódicos analisados expressam de maneira particular um dinamismo de intensa *indisciplina*. Porém, a incapacidade de percepção destas particularidades deve-se antes de tudo ao fato do olhar disciplinar e disciplinado procurar a todo instante ver a si mesmo. Para além de todo o debate contemporâneo sobre dinamismos reatualizando a disciplinaridade, presente nas discussões sobre *multi*, *inter* e *transdisciplinaridade*, a *indisciplina* deve ser entendida na dupla acepção da palavra: recusa de

⁴⁸² Jean Barrué apresenta o texto de Netchaiev como três estudos sobre Bakunin. NETCHAIEV, Serge. O Catecismo Internacional. In BARRUÉ, Jean. **O Anarquismo Hoje**. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim, 1976. p. 179-186. BARRUÉ, Jean. Bakunin e Netchaiev (três estudos sobre Bakunin). In: _____. **O Anarquismo Hoje**. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim, 1976. p. 131-178.

⁴⁸³ PENTEADO, João. As escolas e sua influencia social – O ensino oficial e o ensino racionalista. **A Vida**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 9, 31 dez. 1914.

adequação aos estreitos limites da especialização e negação de relações hierarquizadas e hierarquizantes. Outrossim, esta recusa passa por uma apropriação pessoal das áreas de conhecimento.

Por sua vez o tema da *indisciplina*, enquanto prática de contestação da obediência à hierarquia, é apresentado, nos estudos atuais abordando os temas da escola e da adolescência, sempre como negatividade, como um problema a merecer uma solução por parte dos técnicos, professores, psicólogos e dirigentes de escolas⁴⁸⁴. Seguem o estabelecido nos textos de Comte, de seus seguidores e dos que não escaparam do campo gravitacional do positivismo, definindo a subjetividade enquanto fator de perturbação social. A *indisciplina* nestes estudos está associada a manifestações de violência e fator de perturbação social. Tais estudos nem de longe desconfiam da existência de uma positividade na *indisciplina*.

O estudante indisciplinado, tido na medida de “aluno problemático”, o é para uma perspectiva que visa o controle e reprodução de um certo dinamismo societário. Comportamentos refratários à normalização da vida são alvos seletivos de todo um aparato de técnicas e saberes com fins de domesticação. Foucault⁴⁸⁵ tratou minuciosamente das técnicas de disciplinamento em *Vigiar e punir*, apresentando-as enquanto procedimentos de controle social.

Bakunin em seu clássico texto sobre a educação procedeu legitimando a autoridade do professor sobre o estudante. Seguindo uma disposição marcadamente iluminista e humanista, entendia o primeiro dia de aula da criança como sendo o de maior presença da autoridade, não obstante propor uma educação de adultos ausente de relação autoritária. Para ele, “a educação das

⁴⁸⁴ TIBA, Içami. **Disciplina**: o limite na medida certa. 38ª ed. São Paulo: Editora Gente, 1996. GUIMARÃES, Eloísa; PAIVA, Elizabeth (Orgs.). **Contemporaneidade e Educação** – Revista semestral temática de Ciências Sociais e Educação – Violência e vida escolar. Ano 2, n. 2, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, 1997. FRELLER, Cíntia Copit. **Histórias de indisciplina escolar**: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. SILVA, Nelson Pedro. **Ética, indisciplina e violência nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

⁴⁸⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1988.

crianças, tomando como ponto de partida a autoridade, deve sucessivamente resultar na mais completa liberdade.”⁴⁸⁶ Este ponto de vista estabelece uma disjunção entre escolarização e educação. Stirner, em direção oposta, não percebe educação e escolarização como momentos separados, propondo a desoneração de suas fronteiras.

No campo da filosofia da educação, acredito que apenas Stirner abordou a *indisciplina* como positividade. A *indisciplina*, em sua perspectiva, traduz, na fugacidade do instante, “a nossa faculdade de oposição”. É neste terreno de afirmação da singularidade que há prática da liberdade.

Em pedagogia, como em outros campos, a liberdade não pode expressar-se, nossa faculdade de oposição não pode exprimir-se; exigem apenas a submissão. O único objetivo é adestrar à forma e à matéria: do estábulo dos humanistas não saem senão letrados, do estábulo dos realistas, só cidadãos utilizáveis e, em ambos os casos, nada além de indivíduos *submissos*. Sufocam pela força nossa saudável tendência à indisciplina e impedem ao mesmo tempo o Saber de desenvolver-se em Vontade livre. A vida escolar só engendra filisteus. [...]

A teimosia e a indisciplina da criança têm tantos direitos quanto o seu desejo de saber. Estimulam deliberadamente este último; que também suscitem essa força natural da Vontade: a *oposição*. Se a criança não aprende a tomar consciência de si, é claro que ela não aprende o mais importante. Que não seja sufocado nem seu orgulho, nem sua franqueza natural.⁴⁸⁷

Em outro momento, Stirner volta à carga, assinalando a urgência da rebeldia e da insubordinação de uma criança “malcriada” em contraposição a um comportamento acomodado:

Por mais que se possa pensar que *homem* e *eu* dizem a mesma coisa, percebe-se logo em Feuerbach que a expressão “homem” designa o eu absoluto, a *espécie*, e não o eu transitório e individualizado. (...) Mas a espécie não é nada, e quando o indivíduo se eleva acima das barreiras da sua individualidade, fá-lo precisamente enquanto ele próprio, como indivíduo, e só na medida em que se eleva, em que não continua a ser aquilo que é; de outro modo estaria acabado, morto. *O* homem é apenas um ideal, a espécie um produto do pensamento. Ser *um* homem não significa preencher o ideal *do* homem, mas manifestar-se a *si próprio*, como indivíduo. A minha missão não tem de ser a de realizar a *ideia geral do humano*, mas a de me satisfazer a mim próprio. *Eu* sou

⁴⁸⁶ BAKUNIN, Mikhail. **A instrução integral**. Tradução de Luiz Roberto Malta. São Paulo: Imaginário, 2003. p. 83.

⁴⁸⁷ STIRNER, Max. **O falso princípio de nossa educação**. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2001. p. 77, 81-82..

a minha espécie, sem norma, sem lei, sem modelo, etc. É possível que eu possa fazer muito pouco a partir de mim próprio, mas esse pouco é tudo, e é melhor do que aquilo que deixo que o poder de outros faça de mim, através da moral, da religião, das leis, do Estado, etc. É melhor – se de ser melhor se trata – ser uma criança malcriada do que demasiado sensata, é melhor ser rebelde do que estar disposto a aceitar tudo. O malcriado e o rebelde encontram-se ainda a caminho, para se formarem segundo a sua própria vontade; o sensato e o acomodado são determinados pela “espécie” e pelas suas exigências gerais, que para eles são lei.⁴⁸⁸

Uma das marcas bastante significativas da atitude indisciplinar reside na forma de escrita manifesta nos periódicos analisados. Fato menosprezado nas reflexões sobre os textos desta época, o estilo de escrita apresenta marcas absolutamente personalizadas. Não obstante o período literário de um ou de outro autor, ainda assim há um toque personalizado nos escritos. O estilo particular destas escritas aponta para uma forma de viver valorizando a livre expressão, de uma escrita livre dos processos de estandardização existente nas sociabilidades disciplinadas e disciplinadoras. A escrita de cada um dos autores constitui maneira de manifestação da própria individualidade, “fragmentos” de vidas.

Os cavalheiros do Ideal

Com a consciência livre e tranqüila dirigimos a vista para o brilhante porvir dos homens livres sobre as planícies livres e sobre as cordilheiras independizadas pela vertigem das alturas.

O pensamento sublimemente acrático das nossas grandiosas concepções envolve a humanidade num incessante movimento de gravitação, remodelando-a e revolucionando as suas condições de vida, pondo ao seu alcance os indizíveis prazeres da verdadeira liberdade.

Nada impede a nossa marcha triunfante! Ao contato dos nossos idealismos desorganizam-se os exércitos, revoltam-se as armadas, os povos lançam-se à insurreição libertária, os tiranos caem fulminados quimicamente e os templos da ignorância, da mentira, e da demência, tombam derruídos pelas chamas crepitantes e purificadoras, albôres da nova aurora da redenção proletária.

Viseira erguida cavalgamos sobre as leis, sobre os direitos instituídos, sobre todos os privilégios e todas as injustiças, muito embora a estrada que conduz ao Mundo novo esteja entulhada de baionetas e de grades de ferro, entre as quais deixamos fragmentos da nossa vida.⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ STIRNER, Max. **O Único e a sua Propriedade**. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. p.146

⁴⁸⁹ CARVALHO, Florentino de. Os cavalheiros do Ideal. **Germinal!** São Paulo, ano 1, n. 13, p. 1, 15 jun. 1913.

Mais que isto, surge como uma parte e também como uma emanção pessoal, da mesma forma que excreções, suores, palavras, escritos, gestos, sangue... Novamente Stirner sustenta o caráter pessoal das criações humanas. O criador de uma obra, ou de produtos, lança junto de suas criaturas algo de si.

Mas significa isto mais do que: numa dessas obras vedes-*me* da forma mais completa possível, na outra apenas a minha habilidade. Mas não sou *eu* também aquilo que a obra exprime? E não será um gesto mais egoísta alguém apresentar-*se* assim ao mundo, dar forma a *si próprio*, do que ficar escondido atrás da obra? Respondes, é claro, que tu revelas o homem. Mas o homem que tu revelas és tu: só te revelas a ti próprio; a diferença em relação ao operário é que este não é capaz de se revelar de forma condensada numa única obra, e, para ser reconhecido como ele próprio, tem de ser procurado nas outras relações da sua vida; a outra diferença é que o teu desejo, cuja satisfação gerou aquela obra, era de ordem... teórica..⁴⁹⁰

A análise elaborada por Stirner⁴⁹¹ sobre o romance *Mistérios de Paris* de Eugène Sue, serve muito apropriadamente para uma reflexão em torno da arte e das criações humanas enquanto emanções de seu criador. Ao longo de seu escrito, de título homônimo ao de Sue, Stirner demonstrou à exaustão como os dramas, ações e comportamentos dos personagens daquele romance sintetizavam aspectos do mundo subjetivo do autor. Desta maneira, suas atitudes manifestavam e encerravam os limites do liberalismo e do moralismo puritano de Eugène Sue.

A pessoalidade não reside em alguma essência minúscula, oculta em camadas profundas, em formas estruturais escondidas num profundo interior e considerada na medida de aspecto mais real, mais verdadeiro porque pretensamente mais adensada. A prática usual de estudiosos da sociedade, apoiados em especialidades das Ciências Sociais ou das Humanidades, busca, através da operacionalização de um esforço racional, identificar, por sob toda uma parafernália acessória

⁴⁹⁰ STIRNER, Max. **O Único e a sua Propriedade**. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004. p. 109.

⁴⁹¹ STIRNER, Max. Os Mistérios de Paris. In: **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/PEPGCS/PUC-SP, nº 3, São Paulo: 2003. p. 11-29.

de aparência e superfície, o átomo, a essência, a substância básica, a instância primal ou determinante da vida social.

O trânsito entre as áreas de especialização do conhecimento, como estabelecido nos impressos analisados, se dá de modo a desonerar as fronteiras estabelecidas entre os saberes. Através de um movimento de apropriação do que lhe seja de interesse, estabelecem antropofagia, devorando partes da existência num processo de reelaboração destes elementos. Sociologia, história, geografia, economia, política, filosofia, pedagogia, antropologia, literatura, disciplinas de áreas das ciências da natureza, além das artes e da estética, aparecem nestes textos dando força à trajetória argumentativa traçada pelos seus autores.

Muito mais poderia ser dito. Várias idéias me ocorreram durante a pesquisa e leitura dos abundantes materiais que coletei. Esperava poder ter feito uma melhor exposição de minhas reflexões de maneira a apresentar um texto a altura do que aprendi durante este longo período de pesquisa e estudo. De minha parte as palavras me parecem um tanto quanto... precárias. Entretanto, este foi o texto possível. Por fim, caminhando para um encerramento, que não constitui conclusão, vejamos uns versos de Gigi Damiani. Estes versos enunciam o poder da vontade, assinalando uma disposição férrea e fluída diante da existência. É bastante significativa a ausência, em suas palavras, de demandas por sacrifícios, martiriologias ou por reciprocidade.

A VOLTA

Velhos, mas duros de morrer, voltamos
como partimos. – Não mudamos nada –
diremos aos que virmos pela estrada.

E juntaremos: – Meu irmão, cá estamos
junto a ti e para o bom trabalho;
nossa fé, temperada pelo malho
do exílio duro, descansar desdenha.

O velho amigo, abaixando a fronte,
responderá que o furacão sem brida

por vinte anos rugiu na Europa mesta,
que toda a nossa obra foi perdida
e de quanto fizemos nada resta.

Replicaremos: – não temer, passado
é para nós a trágica jornada,
a tirania cega já não reina.

Tudo tombou? Ergamos novamente.
Vê o caipira: a terra devastada,
queimado o milharal, morta a semente,
que importa? Assim que o furacão amaina,
êle volta depressa para a faina.
Ajunta as pedras soltas, como se elas
fossem de ouro e, tomando-as uma a uma,
põe-se a reconstruir tôda a tapéra.
Afôfa a terra com as mãos, apruma
as cercas, cava o poço, desterroa
o chão vidrado, planta, trata, espera.
Recompõe a tarimba, os filhos cria,
sabendo embora que outra guerra, um dia,
uma noite, há de vir para levá-los...

Não desesperes, não demonstres ira.
Nós passaremos todos, mas o povo
Renasce. Faze, pois, como o caipira
sábio, que sabe começar de novo.

Companheiros! Enxada sôbre os ombros,
voltemos, que aí vem a primavera.
Nossa missão é remover escombros,
é destocar, é arar, é semear,
que a mocidade nosso exemplo espera

*

Durante o furacão, a bicharada
dispersa-se: o termita no cupim,
a saúva no olheiro. Cessa a lida.

Mas quando o sol ressurge e a luz dourada
bate na terra, volta a bicharada;
por entre os mortos recomeça a Vida.

A Vida não deserta, não descura
sua obra de eterna construção,
seja nos picos de perene alvura,
ou entre as coisas ínfimas no chão.

Plantações e consciências abrem flôres
para quem as cultiva com trabalho,
não há parto que não conheça dôres;
não há treva que não fuja de espanto
ao sol, nem gota trêmula de orvalho
que não seja, também, gota de pranto...

Tudo é luta; nada se perde, nada;
O êrro na experiência se compraz.

Refaçamos a terra devastada;
olhando só para frente, não prá traz.

– A cruz da servidão seja partida –
diga-se a quem ela curvou a espinha;
e a quem a sã espera em si amarra
uma vontade, diga-se: Ergue-te e caminha...

Mas não se diga nunca: A estrada é incerta
a quem de moço ardores já não sente.
Ferido, o veterano vai prá frente,
Tomba no campo, morre. E não deserta!⁴⁹²

Quando de tentativas de emprestar aos impressos e às demais atividades um tom de seriedade sisuda, muitos anarquistas resvalaram para a busca por teoria, por ciência, desembocando no enrijecimento do pensamento e... na contrição, com genuflexão e tudo mais. Estas manifestações de dogmatismos tomaram forma em algumas expressões e segmentos anarquistas, chegando mesmo ao extremo de se tornar partido com o caso da criação do Partido Comunista Brasileiro em 1922. Estes foram os que procuravam descanso, sossego e quietude em promessas de algum paraíso telúrico. Esperançosos... Aboliram de suas vidas alguma possibilidade de risco e surpresa em nome de segurança e perenidade. Usaram, para tanto, de escoras, grilhões e muletas.

Não obstante a existência destes posicionamentos alinhados com universalismos e centralidades de uma certa modernidade, há outros que, em direção oposta, instauraram e experimentaram em suas vidas o inominável. São estes os que encararam destemidamente “os vampiros da organização social do bezerro de ouro”⁴⁹³. Atualizaram o inominável, na brevidade do instante, através de indisciplina, nomadismo, iconoclastismo e antropofagia. Ao mesmo

⁴⁹² DAMINANI, Gigi. A volta. Tradução de Valerio Sálvio. **A Plebe**. São Paulo, ano 30, n. 1, p. 2, 01 mai. 1947. (Nova fase).

⁴⁹³ MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!**. 3ª ed. Guarujá: Opúsculo Libertário, 1999. p. 41-42.

tempo, estabeleceram multilateralidade nas análises, constituíram um descentramento constante nas perspectivas apresentadas em seus escritos, pensamentos e táticas.

Irreverentes, debochados e dessacralizadores, deixaram suas marcas, ainda que tenham sido minoritários. Ao menos a percepção contemporânea sobre aquele período histórico projeta estes contornos de menoridade. Não obstante, com uma disposição inquebrantável de intransigentes guerreiros selvagens diante das lutas da existência, estes negativistas ativos, ativos, afirmativos, irreduzíveis, viveram, concomitantemente, com fluidez e firmeza... e não cansavam nunca.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Carlos. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Pequena Bibliografia do Pensamento Social Brasileiro**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

A LANTERNA. São Paulo, 1901-1904. (1ª fase)

A LANTERNA. São Paulo, 1909-1916. (2ª fase)

A LANTERNA. São Paulo, 1933-1935. (3ª fase)

ALBERT, Charles. **O amor livre: uma avaliação anarquista da questão sexual**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

_____. **O casamento burguês e o amor livre**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

A PLEBE. São Paulo, 1917-1935.

ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **Reclus**. Tradução Maria Cecília França; Januário Francisco Megale; B. F. Ramiz Galvão. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

A OBRA. São Paulo, 1920.

A REBELIÃO. São Paulo, 1914.

ARMAND, E. **Nova ética sexual**. Rio de Janeiro: Germinal, 1960.

A TERRA livre. São Paulo, Rio de Janeiro, 1907-1910.

A VIDA – 1914-1915. São Paulo: Ícone, 1988. (Edição fac-similar).

A VOZ do trabalhador. Rio de Janeiro, 1908-1913,

AVELINO, Givanildo Oliveira. **Anarquistas** – ética e antologia de existências. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

AURORA. São Paulo, 1905.

AZEVEDO, Raquel de. **A Resistência Anarquista**: uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BAKUNIN, Mikhail. **Socialismo Libertário**. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1979.

_____. **Bakunin por Bakunin (Cartas)**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1987.

_____. **Federalismo, Socialismo e Antiteologismo**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Escrito Contra Marx**: conflitos na Internacional. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1989.

_____. **O Princípio do Estado** - Três Conferências Feitas aos Operários do Vale de Saint-Imier. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1989.

BANDEIRA, Moniz. **O Ano Vermelho**: a revolução russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**: 1881-1922. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

_____. **Lima Barreto e a reforma da sociedade**. Recife: Pool, 1986.

BARRETO, Vicente (Org.). **Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.

BARRETO, Romano; WILLEMS, Emilio (Org.) **Leituras Sociológicas**. São Paulo: Edições da Revista Sociológica, 1940. (Série Ciências Sociais, v.1).

BARRUÉ, Jean. **O Anarquismo Hoje**. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim, 1976.

BEIGUELMAN, Paula. **Os Companheiros de São Paulo**. São Paulo: Global, 1981.

_____. **Por que Lima Barreto**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BERTHELOT, Paul. O evangelho da hora. **A Lanterna**, Rio de Janeiro, p.1-2, 01 maio 1916.

BESNARD, Pierre. **Os Sindicatos Operários e a Revolução Social**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília, DF: Novos Tempos, 1988.

BEY, Hakim. **TAZ**: zona autônoma temporária. Tradução de Renato Rezende. São Paulo: Conrad, 2004.

BOLETIM da Escola Moderna Nº 1. São Paulo, 1918-1919.

BOOKCHIN, Murray. et. al. **El Anarquismo y los Problemas Contemporáneos**. Móstoles, Espanha: Madre Tierra, 1992.

BORGES, Paulo E. B. **Jaime Cubero e o Movimento Anarquista em São Paulo**. 1945-1954. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O Sonhar Libertário** (Movimento Operário dos anos 1917 a 1921). Campinas, São Paulo: Pontes/UNICAMP, 1988.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional e suas Diretrizes**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

_____. **O Estado Nacional** – Sua Estrutura, Seu Conteúdo Ideológico. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão judicial no Estado Novo**: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CARDOSO, Irene R. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.

CARNEIRO, M. L. T. **Livros Proibidos, Idéias Malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.

CARONE, Edgar. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1984.

CARVALHO, Florentino de. **Da Escravidão à Liberdade**: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social. Porto Alegre: Renascença, 1927.

_____. **A Guerra Civil de 1932 em São Paulo**: solução imediata dos grandes problemas sociais. São Paulo: Ariel, 1932.

CARVALHO, Nanci Valadares de (Coord.). **Leituras Sociológicas**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A Influência das Idéias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro** – 1890-1922. São Paulo: Loyola, 1978.

CHACON, Vamireh. **História das Idéias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. **Crônicas dos índios Guayaki**: o que sabem os Ache, caçadores nômades do Paraguai. Tradução Tânia Stolze Lima; Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

COLOMBO, Eduardo et al. **História do Movimento Operário Revolucionário**. Tradução Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, São Caetano do Sul, São Paulo: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

COMISSÃO GULBENKIAN PARA REESTRUTURAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, **Para Abrir as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.

COMTE, Augusto. **Catecismo Positivista**. Mem Martins: Portugal: Publicações Europa-América,[197-?].

CORRÊA, Guilherme. C. O Que é a Escola? In: CORRÊA, Guilherme C. et al. **Esboço para uma História da Escola no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

CORRÊA, Guilherme C. et al. **Pedagogia Libertária – Experiências Hoje**. São Paulo: Imaginário, 2000.

CORRÊA, Guilherme C. **Sobre Educação Contemporânea no Brasil: escolarização, comunicação e anarquia**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

CORREIA, Francisco. **Mulheres Libertárias: um roteiro**. In: PRADO, Antonio A. **Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUBERO, Jaime. **Anarco-Sindicalismo**. Extrato da primeira parte da palestra proferida no dia 09/12/89, no Centro de Cultura Social, sobre o anarco-sindicalismo no Brasil, como parte do curso de anarco-sindicalismo – História e atualidade. 09 dez. 1989, São Paulo: Centro de Cultura Social, 1989.(datilografado em 5 páginas).

CUVILLIER, Armand. **Proudhon**. Tradución de Ma. Luisa Diez-Canedo. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1986. (Colección Popular).

DANTES, Maria Amélia et al.(Org.). **A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: USP, Fapesp, 1996.

DECCA, Edgar de. **1930 – O Silêncio dos Vencidos**. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DÉJACQUE, Joseph. O ser humano masculino e feminino (Carta a P.J. Proudhon). In: **UTOPIA**. Revista anarquista de cultura e intervenção. Tradução Carolina Magos Jorge Carvalho. Lisboa, Portugal: Associação Cultural A Vida, n. 18, 2004.

DELEUZE, Gilles . **Crítica e Clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. **Mil Platôs** – capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v.5.

DE PAULA, Jeziel. **1932: imagens construindo a história**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, Piracicaba, São Paulo: UNIMEP, 1998.

DIAS, Everardo. **Jesus Cristo era anarquista**. São Paulo: A Plebe, 1920.

DUARTE, Regina Horta. **A Imagem Rebelde: A Trajetória Libertária de Avelino Fóscolo**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1992.

DULLES, John F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DURKHEIM, Émile. **A Ciência Social e a Ação**. Tradução de Inês Duarte Ferreira. São Paulo: DIFEL, 1975.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Luz Cary, Margarida Garrido Esteves e J. Vasconcelos Esteves São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

_____. **Socialismo: Émile Durkheim, Max Weber**. Tradução Ângela Ramalho; Antonia Bandeira. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador** – uma história dos costumes. 2. ed. Tradução Ruy Jungman; Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1.

_____. **O processo civilizador** – formação do Estado e Civilização. Tradução Ruy Jungman; Revisão, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v.2.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social** (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1977.

FAZENDA, Ivani Catarina A. **Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1991.

FEDERAÇÃO comunista libertária: fins geraes imediatos. Documento manuscrito sem identificação arquivado no DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) de São Paulo sob o prontuário de número 127.

FERNANDES, Ana Maria. **A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC**. 2. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília: 2000.

FERRER, Cristian. Os destruidores de máquinas. **Libertárias** – Revista trimestral de cultura libertária, São Paulo, n.4, dez. 1998.

_____. Gastronomia e anarquismo – vestígios de viagens à Patagônia trapeiro. **VERVE**: Revista semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. São Paulo, n.3, abr.2003.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo”**: história de um equívoco. Blumenau, Santa Catarina: FURB, 1997.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1978.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Tradução de Octanny S. da Mota; Leônidas hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FLOREAL. São Paulo, 1907.

FREITAS, Sônia Maria de. **Reminiscências**. São Paulo: Maltese, 1993.

FORBES, Jack D. **Colombo e Outros Canibais**. Lisboa, Portugal: Antígona, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Ditos e Escritos II).

_____. **A Ordem do Discurso** – Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Estratégia, Poder-Saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e Escritos IV).

FOURIER, Charles. **Guia dos cornudos**. Florianópolis: Insular, 1996. (Coleção Textos Marginais).

FREIRE, Roberto. **Soma: uma terapia anarquista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. 2 v.

FREIRE, Roberto; MATA, João da. **Soma, uma terapia anarquista** – Corpo a corpo – A síntese da Soma. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. v.3.

FRELLER, Cíntia Copit. **Histórias de indisciplina escolar: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

FRIDMAN, Luís Carlos. (Org.). **Socialismo: Émile Durkheim, Max Weber**. Tradução de Ângela Ramalho; Antonia Bandeira. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

FRIGERIO, Alejandro. Capoeira: de arte negra a esporte branco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Publicação quadrimestral da ANPOCS, São Paulo, v.4, n.10, jun. 1989.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1988.

GALLO, Silvio. **Educação Anarquista**: um paradigma para hoje. Piracicaba, São Paulo: Unimep, 1995.

_____. **Pedagogia do risco**: experiências anarquistas em educação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

GERMINAL!.São Paulo, 1913.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GOLDMAN, Emma. **O indivíduo, a sociedade e o Estado**. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 1998.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. **A bibliografia libertária**: o anarquismo em língua portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001.

GORZ, André (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GUERRA Sociale. São Paulo, 1915-1917.

GUERIN, Daniel. **Um ensaio sobre a revolução sexual após Reich e Kinsey**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GUILLÉN, Abraham. **Economia Libertaria**: alternativa para un mundo en crisis. Madrid, Espanha: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1988.

_____. **Economia Autogestionaria**: las bases del desarrollo economico de la sociedad libertaria. Madrid, Espanha: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1990.

_____. **Socialismo Libertario**: ni capitalismo de monopolios, ni comunismo de Estado. Móstoles, Espanha: Madre Tierra, 1990.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **Pequenos Estudos de Filosofia Brasileira**. 2. ed., rev. e corr. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

GUIMARÃES, Eloísa; PAIVA, Elizabeth (Org.). **Contemporaneidade e Educação** – Revista semestral temática de Ciências Sociais e Educação – Violência e vida escolar. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, ano 2, n. 2, 1997.

GURVITCH, Georges. **A Vocação Atual da Sociologia**. Tradução de Orlando Daniel. Lisboa, Portugal: Cosmos, Santos, São Paulo: Martins Fontes, 1979. 2 v.

_____. **Proudhon**. Tradução de Lurdes Jacob; Jorge Ramalho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1983.

_____. **Proudhon e Marx**. Tradução de Luz Cary. Lisboa, Portugal: Presença, São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GUYAU, Jean-Marie. **Ensaio de uma moral sem obrigação nem sanção**. Tradução José M. Cordeiro. Lisboa, Portugal: Guimarães, 1919.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria Nem Patrão**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: UNESP, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **Bandidos**. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

_____. **Rebeldes Primitivos**: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. **Revolucionários**: ensaios contemporâneos. Tradução de João Carlos; Vitor Garcia; Adelângela Saggiaro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. 3. ed. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

JACKSON, J. Hampden. **Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu**. Tradução de Waltensir Dutra Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

JEREMIAS, Marcolino et al. (Org.) **Três Depoimentos Libertários** – Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Gimenez Moreno. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

JOMINI, Regina C. M. **Uma Educação para a Solidariedade**: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha. Campinas, São Paulo: Pontes, 1990.

JOYEUX, Maurice. **Reflexões Sobre a Anarquia**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Terra Livre & Archipélago, 1992.

JOYEUX, Maurice et al. **Os Anarquistas Julgam Marx**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2001.

KHOURY, Yara Aun. **As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

KNIESTEDT, Friedrich. **Memórias de um imigrante anarquista**. Tradução René E. Gertz. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1989. (Coleção Imigração Alemã).

KROPOTKIN, Piotr. **Ética**: origin y evolución de la moral (parte primera). Tradução directa del ruso por Nicolas Tasin. Buenos Aires, Argentina: Argonauta, 1925.

_____. **O Anarquismo**: suas bases científicas, sua filosofia, seu ideal, seus princípios econômicos. Tradução de Hendioser. Salvador: Progresso, 1954.

_____. **A conquista do pão**. Tradução de Manuel Ribeiro. 3. ed. Lisboa, Portugal: Guimarães, 1975. (Biblioteca sociológica).

_____. **Campos, Fabricas y Talleres**. Barcelona, Espanha: Jucar, 1978.

_____. **Kropotkin**: textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1987.

_____. **El Apoyo Mutuo**: un factor de la evolución. Móstoles, Espanha: Madre Tierra, 1989.

_____. **As Prisões**. Tradução de Martin La Battaglia. São Paulo: Index Librorum Prohibitorum, 2003.

KULTUR. Rio de Janeiro, 1904.

LA BARRICATA. São Paulo, 1913.

LA BATTAGLIA. São Paulo, 1904-1913.

LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LA PROPAGANDA libertaria. São Paulo, 1913-1914.

LABURTHE-TOLRA, Philippe. **Etnologia – Antropologia**. Tradução de Anna Hartmann Cavalcanti. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça. A religião do capital**. Tradução de 3. ed. ampl. São Paulo: Kairós, 1983.

LARA, Tiago Adão. **Caminhos da Razão no Ocidente**: a filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **A Outra Face do Feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LESTRINGANT, Frank. **O Canibal**: grandeza e decadência. Tradução Mary Del Priore. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1997.

LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo** – roteiro de libertação social. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LEUENROTH, Edgar; NEGRO, Hélio. **O Que é Maximismo ou Bolchevismo**. São Paulo: [s.n], 1919.

LEVAL, Gaston et al. **Autogestão e Anarquismo**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2002.

LEVAL, Gaston. **El Estado en la Historia**. Madrid, Espanha: CNT-AIT, Cali, Colombia: Asociación Artística “La Cuchilla”, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Tradução Tânia Pellegrini. Campinas, São Paulo: Papirus, 1989.

_____. **Tristes Trópicos**. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LICHTENBERGER, Henry. Os dois nihilismos. **Kultur** – Revista Internacional de estudos filozoficos e questões sociais. Rio de Janeiro, ano 1, n.5, p.5-6, out. 1904.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Recordações do escrivão Isaias Caminha**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

_____. **Um longo sonho do futuro** – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. 1881-1922. Rio de Janeiro: Graphia, 1993.

_____. 1881-1922. **Toda Crônica**: Lima Barreto. Volume I (1890-1919). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

_____. 1881-1922. **Toda Crônica**: Lima Barreto. Volume II (1919-1922). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

LIMA, Mariângela Alves de. Teatro Operário em São Paulo. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **Libertários no Brasil** – Memória, Lutas, Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOMBROSO, César. **O homem delinqüente**. Tradução, atualização de Maristele Bleggi; Oncar Antonio Corbo Garcia. Porto Alegre: Lenz, 2001.

LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta, a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

LUIZETTO, Flávio. **Presença do Anarquismo no Brasil**: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900-1920. São Carlos, São Paulo: USP, 1984.

LUZ, Fábio. **A internacional negra** – Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Revista Comercial, 1919. Distribuição Gratuita.

MAGNANI, Silvia Lang. **O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALATESTA, Errico. **A Anarquia e outros Escritos**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Brasília: Novos Tempos, Centro de Cultura Social, 1987.

_____. **Anarquistas, Socialistas e Comunistas**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Escritos Revolucionários**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Novos Tempos, 1989.

_____. **Malatesta**: textos escolhidos. Seleção Grupo 1º de Maio – Annecy – França – Federação Anarquista Internacional. Porto Alegre: L&PM, 1984.

_____. **Solução Anarquista para a Questão Social**. São Paulo: Guilda de Estudos Sociais, 1962.

MANFRÉDONIA, Gaétano. **Espanha Libertária**: a revolução social contra o fascismo. Tradução de Plínio Augusto Coelho. . São Paulo: Imaginário, Expressão e Arte, 2002.

MARAM, Sheldon L. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890 - 1920**. Tradução de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTIN, Sebastian S. **La Escuela Moderna en Brasil (1909-1919)**. 1991. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Educação e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação da Universidade Nacional de Educação à Distância, Madrid, Espanha, 1991.

MARX, Karl, **Miséria da Filosofia**. Tradução e notas José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Anarquismo**. Tradução de J. Abad Iñiguez. São Paulo: Acadêmica, 1987.

MATA, João da. **A liberdade do corpo: soma, capoeira angola e anarquismo**. São Paulo: Imaginário, Rio de Janeiro: Soma, 2001.

MELLA, Ricardo. **Primeiro de maio, dia de luto e luta – A tragédia de Chicago**. Tradução Sérgio Luiz M. Mesquita; Ione Moura Moreira. Rio de Janeiro: SINDSPREV/RJ, IDSCOPE, ACHIAMÉ, 2005.

MELLO NETO, Cândido de. **O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi** (de Poggio el Maré à Colônia Cecília). Ponta Grossa, Paraná: UEPG, 1998.

MELO, Aníbal Vaz. **Cristo, o maior dos anarquistas**. São Paulo: [s.n.], 1950.

MENDES, Teixeira. **O Positivismo e a questão social: a proposito da propaganda anarchista**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista no Brasil, 1915.

MENEZES, Djacir. **Proudhon, Hegel e a dialética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, IDESP, 1989. v. 1.

_____. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, FAPESP, 1995. v. 2.

_____. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MORRIS, William. O trabalho e a máquina. In: WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Tradução Júlia Tettamanzi; Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981. (Biblioteca Anarquista).

MOST, Jonh. **A peste religiosa**. São Paulo: Grupo Libertário Germinal, 1907.

MOURA, Maria Lacerda de. **“A mulher é uma Degenerada”**. São Paulo: Typ. Paulista, 1924.

_____. **Religião do Amor e da Beleza**. São Paulo: Typ. Condor, 1926.

_____. **Civilização** – tronco de escravos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

_____. **Amai e... Não Vos Multipliqueis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

_____. **Han Ryner e o amor plural**. São Paulo: Unitas, 1933.

_____. **Serviço Obrigatório para Mulher? Recuso-me! Denuncio!** Santos, São Paulo: A Sementeira, 1933.

MURPHY, Michael P.; O'NEILL, Luke A. J. (Org.). **“O Que é Vida?” 50 anos depois: Especulações sobre o futuro da biologia**. Tradução Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

NA BARRICADA. Rio de Janeiro, 1915.

NÃO MATARÁS!. Rio de Janeiro, 1908.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Florentino de Carvalho, pensamento social de um anarquista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

_____. Anarquia nas Humanidades: perspectiva negativista no estudo da sociedade. **REVISTA ARIÚS** – Centro de Humanidades da UFCG. Campina Grande, n. 11, 2002. pp. 72-82.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **O nascimento da bruxaria**: da identificação do inimigo à diabilização de seus agentes. São Paulo: Imaginário, 1995.

NORTE, Sérgio Augusto Queiroz. **Bakunin**: Sangue, Suor e Barricadas. Campinas: Papirus, 1988.

O AMIGO do Povo. São Paulo, 1902.

O ANARCHISTA. Recife, 1894.

O INÍCIO. São Paulo, 1915.

OITICICA, José. **Ação direta, antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira** - meio século de pregação libertária. Seleção, introdução e notas: Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Germinal, 1970.

_____. **A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos**. São Paulo: Econômica, 1983.

O'HARA, Craig. **A filosofia do punk**: mais do que barulho. Tradução Paulo Gonçalves. São Paulo: Radical Livros, 2005.

PAGELS, Elaine. **As Origens de Satanás**: um estudo sobre o poder que as forças irracionais exercem na sociedade moderna. 2. ed. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

PALLOTTINI, Renata. **Colônia Cecília**: um pouco de ideal e de polenta. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

PASSETTI, Dorothea Voegeli. Canibal. **VERVE**: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n.6, p.103-126, out. 2004.

PASSETTI, Edson. **Anarquismos e Sociedade de Controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Éticas dos Amigos**: invenções libertárias da vida. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. Heterotopias anarquistas. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n.2, out. 2002.

_____. Rebeldias e Invenções na Anarquia. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 3 , abr. 2003.

_____. Vivendo e Revirando-se: heterotopias libertárias na sociedade de controle. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 4, out. 2003.

PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da (Org.). **Conversações abolicionistas**: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo: IBCCrim, 1997.

PASSETTI, Edson; RESENDE, Paulo-Edgar (Org.). **Proudhon**. Tradução Célia Gambini, Eunice Ornelas Setti. São Paulo: Ática, 1986.

PEIRATS, José. **Los Anarquistas em la Crisis Política Española**. Madrid, Espanha: Jucar, 1977.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio Histórico e Político**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. **A Classe Operária no Brasil: 1889-1930** – Documentos – o movimento operário. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v.1.

PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal**: da forma ao sentido. 2. ed. Tradução Sérgio Grossi Porto. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação, v. 2).

PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **Libertários no Brasil** – Memória, Lutas, Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, Antonio Arnoni; HARDMAN, Francisco Foot (Organização, introdução e notas). **Contos Anarquistas** – Antologia da Prosa Libertária no Brasil (1901-1935). São Paulo: Brasiliense, 1985.

PROUDHON, P-J. **A Nova Sociedade**. Porto, Portugal: Rés, [197-].

_____. **La Capacidad Política de la Classe Obrera**. Buenos Aires, Argentina: Proyección, [197-].

_____. **O que é a Propriedade?** Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria**. Tradução J. C. Morel. São Paulo: Ícone, 2003. t.1.

PINHO, Adelino de. **Pela educação e pelo trabalho** – Conferencia lida na LIGA OPERÁRIA DE CAMPINAS, a 13 dez. 1908. Porto, Portugal: Typographia Peninsular, 1909.

_____. **Quem não trabalha não come**. São Paulo: Cooperativa Graphica Popular, 1920.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Entre a história e a liberdade**: Luce Fabbrri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2000.

RECLUS, E. **A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista**. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2002.

RISTORI, Oresti. **Contra a Imigração**. São Paulo: La Battaglia: 1906.

RODRIGUES, Edgar. **Na Inquisição de Salazar**. Rio de Janeiro: Gerninal, 1957.

_____. **A Fome em Portugal**. Rio de Janeiro: Gerninal, 1958.

_____. **O Retrato da Ditadura Portuguesa**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1962.

_____. **O Socialismo**: síntese das origens e doutrinas. Rio de Janeiro: [s.n.], 1968.

_____. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1657-1913)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

_____. **Alvorada Operária**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1970.

_____. **Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.

_____. **Os Anarquistas, Trabalhadores Italianos no Brasil**. São Paulo: Global, 1984.

_____. **ABC do Sindicalismo Revolucionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1987.

_____. **O Anarquismo na Escola, no Teatro, na Poesia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

_____. **Os Libertários** – José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados, 1993.

_____. **Os Companheiros**.- 1. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1994. v.1.

_____. **Os Companheiros**.- 2. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1995. v.2.

_____. **Os Companheiros**.- 3. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v.3.

_____. **Os Companheiros**.- 4. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v.4.

_____. **Os Companheiros**.- 5. Florianópolis: Editora Insular, 1997. v.5.

_____. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979.

ROMANI, Carlo. **Oresti Ristori**: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2002.

ROMERA VALVERDE, Antonio José. **Pedagogia libertária e autodidatismo**. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1996.

ROSSI, Giovanni. **Colônia Cecília e Outras Utopias**. Tradução e introdução Marzia Terenzi Vincentini, Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

SALE, Kirkpatrick. **Inimigos do Futuro**: a guerra dos ludditas contra a revolução industrial e o desemprego: lições para o presente. Tradução de Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. **Clevelândia**: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Elycio de Carvalho, um militante do anarquismo**. Maceió: Arquivo de Alagoas, 1982.

SANTILLÁN, Diego Abad de. **O Organismo Econômico da Revolução**: a autogestão na Revolução Espanhola. Tradução de Arnaldo Spindel; Pierre André Ruprecht. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCHRÖDINGER, Erwin. **O que é vida?** O aspecto físico da célula viva seguido de Mente e matéria e Fragmentos autobiográficos. Tradução Paula Assis, Vera Yukie Kuwajima de Paula Assis. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

SCHUMACHER, E. F. **O Negócio é Ser Pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão** – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SILVA, Nelson Pedro. **Ética, indisciplina e violência nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SILVEIRA, Joel; MORAES NETO, Geneton. **Hitler/Stalin**: o pacto maldito. Rio de Janeiro: Record, 1990.

SILVEIRA, Miroel. **A Contribuição Italiana ao Teatro Brasileiro (1895-1964)**. São Paulo: Quíron, Brasília, DF: INL, 1976.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus, EDUSP, 1966.

SOUZA, José Crisóstomo de. **A Questão da Individualidade**: a crítica do humano e do social na polêmica Stirner-Marx. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1993.

SOUZA, Newton Stadler de. **O Anarquismo da Colônia Cecília**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

STIRNER, Max. **Stirner**: Textos Dispersos. Seleção e apresentação J. Bragança de Miranda. Lisboa, Portugal: Via, 1979.

_____. **O Falso Princípio de Nossa Educação**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. Algumas Observações Provisórias a Respeito do Estado Fundado no Amor. Tradução de José Bragança de Miranda. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 1, maio 2002.

_____. Os Mistérios de Paris. Tradução de José Bragança de Miranda. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 3, abril 2003.

_____. Arte e Religião. Tradução de José Bragança de Miranda. **VERVE** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, n. 4, out. 2003.

_____. **O Único e a sua Propriedade**. Tradução de João Barrento. Lisboa, Portugal: Antígona, 2004.

SUN-TZU. **A arte da guerra**. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa, Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996. (Coleção Cultura). Versão inglesa de Samuel B. Griffith do original chinês.

TARDE, Gabriel. **As leis da imitação**. Tradução Carlos Fernandes Maia com a colaboração de Maria Manuela Maia. Porto, Portugal: Rés, [19--].

THOREAU, Henry D. **Desobedecendo** – a desobediência civil e outros escritos. Tradução José Augusto Drummond. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

TIBA, Içami. **Disciplina**: o limite na medida certa. 38. ed. São Paulo: Gente, 1996.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre Educação, Política e Sindicalismo**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

TURNER III, Frederick W. (Introdução e notas). **Gerônimo, uma autobiografia**. Tradução Paulo Henrique Britto. Porto Alegre: L&PM, 1986.

_____. **O espírito ocidental contra a natureza**: mitos, história e as terras selvagens. Tradução José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

VASCO, Neno. **Concepção Anarquista do Sindicalismo**. Porto, Portugal: Afrontamento, 1984.

VITA, Luis Washington. **Panorama da Filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1969.

WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Tradução Júlia Tettamanzi, Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981. (Biblioteca Anarquista).

_____. **Anarquismo**: uma história das idéias e movimentos libertários – A Idéia. Tradução de Alice K. Miyashiro; Heitor Ferreira da Costa; José Antonio Arantes; Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1983. v. 1

_____. **Anarquismo**: uma história das idéias e movimentos libertários – O Movimento. Tradução de Alice K. Miyashiro; Heitor Ferreira da Costa; José Antonio Arantes; Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1984. v.2

<www.nu-sol.org>